

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**Histórias de uma Antropologia da “Boa Vizinhança”:
Um estudo sobre o papel dos antropólogos nos programas interamericanos de
assistência técnica e saúde no Brasil e no México
(1942-1960)**

Regina Érika Domingos de Figueiredo

Orientadora: Profa. Dra. Mariza Corrêa

Outubro/2009

Campinas/SP

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP
Bibliotecária: Maria Silvia Holloway – CRB 2289**

F469h **Figueiredo, Regina Érika Domingos de**
Histórias de uma Antropologia da “boa vizinhança”: um
estudo do papel dos antropólogos nos programas interamericanos
de assistência técnica e saúde no Brasil e México (1942-1960) /
Regina Érika Domingos de Figueiredo. Campinas, SP : [s. n.],
2009.

Orientador: Mariza Corrêa.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Antropologia - História. 2. Antropologia - Brasil.
3. Antropologia – Estados Unidos. 4. Saúde pública. I. Mariza
Corrêa. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Título em inglês: Histories of a good neighbor’s Anthropology: a study on the
hole of anthropologists in the inter-American programs of
technical assistance and health in Brazil and Mexico (1942-
1960)

Palavras chaves em inglês (keywords) :

Anthropology - History
Anthropology - Brazil
Anthropology – United States
Public health

Área de Concentração: Antropologia

Titulação: Doutor em Antropologia

Banca examinadora: Mariza Corrêa, Nísia Trindade Lima, Ana Maria
Canesqui, Antonio Sérgio Alfredo Guimarães e Omar
Ribeiro Thomaz

Data da defesa: 14-10-2009

Programa de Pós-Graduação: Antropologia Social

R-200

REGINA ÉRIKA DOMINGOS DE FIGUEIREDO

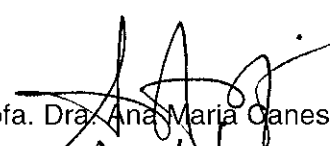
História de uma antropologia da “boa vizinhança”: um estudo sobre o papel dos antropólogos nos programas interamericanos de assistência técnica e saúde no Brasil e no México (1942-1960).

Tese apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do grau de Doutor em Antropologia Social sob orientação da Profa. Dra. Mariza Corrêa.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 14/10/2009.

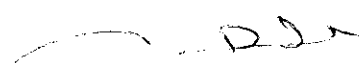
Comissão Julgadora


Profa. Dra. Mariza Corrêa


Profa. Dra. Ana Maria Canesqui


Prof. Dr. Antonio Sérgio Alfredo Guimarães


Profa. Dra. Nísia Trindade Lima


Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz

Suplentes:

Prof. Dr. Mauro William Barbosa de Almeida
Profa. Dra. Paula Montero
Profa. Dra. Heloísa André Pontes

**Campinas
outubro 2008**

546561000

Resumo

Neste estudo, procuro esclarecer o capítulo da história da antropologia no pós-guerra que remete ao engajamento dos antropólogos em programas de assistência técnica na América Latina e envolve a aplicação do conhecimento antropológico ao campo da saúde pública. A investigação revela como cientistas sociais norte-americanos da *Smithsonian Institution* e antropólogos brasileiros e mexicanos, arregimentados por agências governamentais ou de caráter cooperativo, acabaram se associando a sanitaristas, administradores e educadores em torno de uma agenda comum de ações médico-sanitárias e projetos de desenvolvimento dirigidos às comunidades mais remotas e atrasadas de países como Brasil e México. A rede de especialistas apostou na contribuição que o relativismo cultural podia oferecer considerando a necessidade de tornar inteligível a realidade sócio-cultural das populações alvo das intervenções modernizadoras. Eles também assumiram que vencer as resistências locais à mudança representava um pré-requisito para a eficácia das políticas de saúde e educação sanitária a serem implementadas. No caso do Brasil, o Serviço Nacional de Proteção ao Índio, o Serviço Especial de Saúde Pública e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos foram órgãos pioneiros na incorporação das ciências sociais, vinculando-as a uma agenda de reforma social. O propósito de empregar o conhecimento etnográfico da vida social como um recurso válido para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de políticas públicas também esteve presente nos programas de estudos de comunidade conduzidos por aqui nos anos cinquentas, como o Projeto do São Francisco e o Projeto Bahia-Columbia. Algumas destas experiências já foram objeto de análise, outras têm aqui sua história recuperada, mas a proposta principal é tomá-las em conjunto, dentro de uma perspectiva comparativa, que visa tanto compor um quadro abrangente dos interesses e compromissos da antropologia do pós-guerra e de sua inserção em domínios não acadêmicos, quanto estimar a contribuição que se esperava extrair da disciplina, e da abordagem relativista preconizada por ela, para os programas de intervenção, com destaque para o campo da saúde pública.

Abstract

This study aims to clarify the post-war chapter of the history of Anthropology that refers to the anthropologists' involvement in technical assistance programs in Latin America, and the application of anthropological knowledge to the public health field. The research reveals how North American social scientists from the Smithsonian Institution, Brazilian and Mexican anthropologists from governmental or cooperative agencies joined sanitarians, administrators and educators who had a common agenda on medical sanitary action as well as development projects addressed to the most remote and underdeveloped communities of countries like Brazil and Mexico. The specialists believed in the contribution that cultural relativism could offer in considering the need for understanding the sociocultural reality of the populations that were being influenced by modernizing interventions. They also considered that overcoming the locals' resistance to change represented a prerequisite for the implementation and efficiency of health policies and sanitary education.

In Brazil, the National Service for Protection of Indigenous People (Serviço Nacional de Proteção ao Índio), the Special Service for Public Health (Serviço Especial de Saúde Pública) and the National Institute for Pedagogical Studies (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos) were pioneering organizations for the incorporation of the social sciences in an agenda for social change. The employment of ethnographic knowledge concerning social life as a valid resource for the development and improvement of public policies was also present in the community studies programs in the 50's, like the São Francisco Project and the Bahia-Columbia Project. Some of these experiences have already been the object of analysis, and others have their history recaptured now. The main purpose here is to see them as a whole in a comparative perspective aiming to compose a wide panorama of interests and compromises of post-war anthropology and its inclusion in non-academic domains, as well as estimate the contribution from the subject, and from its relativistic approach, to the intervention programs, especially the ones related to public health.

Agradecimentos

Muitas pessoas contribuíram de distintas e decisivas formas para a realização deste trabalho e quero aqui deixar registrada toda minha gratidão.

Início pela pessoa a quem, dada sua importância, faltam-me palavras para agradecer. A professora Mariza Corrêa tem sido, desde a graduação, a pessoa mais influente na minha formação e sua orientação foi de fato imprescindível em todas as fases desta pesquisa. Obrigada Mariza também pela compreensão e apoio nos momentos pessoais difíceis durante a etapa final deste trabalho.

Sou ainda profundamente grata ao professor John Monteiro (presente no meu exame de qualificação) e aos professores que integram a banca de defesa desta tese: Nísia Trindade Lima, Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, Omar Ribeiro Thomaz e Ana Maria Canesqui. À professora Ana, que tem acompanhado este trabalho desde sua fase inicial, devo uma menção especial.

Dentro das instituições onde pesquisei, contei com ajuda inestimável e gostaria de agradecer à Catherine O'Sullivan do National Anthropological Archives/NAA, Smithsonian Museum Support Center, EUA; à Carmen Eyzaguirre da John Wesley Powell Library of Anthropology da Smithsonian Institution, EUA; à Rose Oliveira e ao Jean Maciel do Acervo da Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação, Fiocruz, Rio de Janeiro; à Rejane do Acervo Microfilmado do Setor de Documentação (SEDOC) do Museu do Índio (FUNAI), Rio de Janeiro; aos funcionários do Arquivo Edgar Leuenroth/AEL e da Biblioteca Octavio Ianni, ambos da Unicamp, e aos responsáveis pelo Archivo Histórico da Secretaría de Salud/AHSS, Cidade do México, D.F.

Agradeço também aos professores do Curso de Doutorado em Antropologia Social, aos colegas da turma de 2005 e à Maria José Rizola, secretária do PPGAS.

À professora Margaret Lopes devo o incentivo para candidatar-me à bolsa oferecida pela Smithsonian Institution que me permitiu consultar o acervo daquela instituição. Também sou especialmente grata à professora Pamela Henson, minha advisor em Washington.

Às pesquisadoras e amigas do Pagu: Adriana Piscitelli, Iara Beleli, Luciana Camargo Bueno, Larissa Pelucio, Karla Bessa, Giovana Feijão, e, claro, ao sempre prestativo Jadson da Silva Freitas.

À Lia Sousa que foi excelente anfitriã durante minha estadia no Rio de Janeiro; à Paulette Silveira e João Vitor Peixoto pela adorável companhia durante a viagem à Cidade do México; à Reni Barsaglini pelo incentivo em congressos e concursos; a André Vieira Campos pelas dicas de pesquisa no National Archives; a Maria Helena Hiha pelos bons momentos na International Student House.

Quanto ao apoio institucional e financeiro, saliento que esta pesquisa só foi possível graças ao suporte oferecido pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Unicamp, pelo Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU, pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo/Fapesp, que concedeu a bolsa de estudos, e pela Smithsonian Institution, que patrocinou minha estadia em Washington, EUA.

Concluo meus agradecimentos com as pessoas que me deram o suporte emocional e afetivo essencial durante todo meu doutoramento: meus pais Zélia e Basileu, minha irmã Adriana, Luiz, Victor e Gustavo.

Sumário

Resumo	v
Abstract	vii
Agradecimentos	ix
Apresentação	1
Capítulo I: Desenvolvimento, Modernização e Cultura: tendências e políticas das ciências sociais americana no pós-Segunda Guerra	25
As ciências sociais norte-americanas vão à guerra	26
Notas sobre a história da antropologia nos Estados Unidos	30
A modernização, o desenvolvimento e a mudança social: teoria e aplicação	39
Antropologia Aplicada	50
As pesquisas na América Latina	60
Capítulo II : Assistência técnica, programas interamericanos de saúde e o papel da antropologia	73
A assistência técnica em saúde e o Instituto de Assuntos Interamericanos/IAIA	74
O Instituto de Antropologia Social/ISA da <i>Smithsonian Institution</i> e a “Política da Boa Vizinhança”	84
Os antropólogos do IAIA, sua atuação e sua produção em saúde	94
Capítulo III : A antropologia e a agenda da saúde pública no Brasil (1942-1960)	113
O Projeto do São Francisco	115
Um pouco de contexto	127
As ciências sociais dentro do Serviço Especial de Saúde Pública/Sesp	134
Críticas ao modelo sespiano	158

A experiência dos antropólogos dentro do Serviço de Proteção aos Índios/SPI	163
Projetos, estudos e intervenções	175
Capítulo IV : A assistência técnica em saúde e a antropologia aplicada no México	189
Notas sobre o desenvolvimento da antropologia no México	190
O programa sanitário interamericano	201
Aplicação da antropologia à saúde interamericana	212
O indigenismo e a época de ouro da antropologia mexicana	221
Antropologia aplicada, medicina indígena e saúde pública	226
Considerações finais	229
Registro Iconográfico	243
Abreviaturas	265
Arquivos e acervos consultados	267
Bibliografia	269

Apresentação

Nos trechos finais de sua obra seminal *Uma História da Saúde Pública* (1958), George Rosen¹ discute a emergência do internacionalismo sanitário, quando a preocupação com as condições de saúde e com os problemas sanitários enfrentados pelos Estados modernos difundiu-se entre a comunidade internacional². Ao longo da primeira metade do século XX, forjou-se a consciência da necessidade de programas de ação conjunta para enfrentar a ameaça global que a doença representava para todas as nações, ricas e pobres, em um contexto de crescente interdependência comercial e econômica. Para sanitaristas e estadistas, tornava-se evidente que fatores econômicos, políticos e sociais atuavam na determinação das condições de vida e do estado sanitário das populações, crescendo a percepção de que o nível de desenvolvimento, a pobreza e a doença encontravam-se inextricavelmente ligados (Rosen, 1994 [1958]).

O médico e também historiador norte-americano examina os principais eventos envolvendo a gênese da assistência técnica internacional em saúde – alguns dos quais, ele, inclusive, pôde testemunhar – discutindo a formação das organizações sanitárias internacionais como a Oficina Pan-americana de Saúde (1902), a Divisão de Saúde Pública da Fundação Rockefeller (1909), a Organização de Saúde da Liga das Nações (1923) e a Organização Mundial de Saúde (1946). Notadamente, o autor não deixa de explicitar seu otimismo face a um contexto em que a comunidade internacional se organiza para “ajudar seus membros mais necessitados a resolver seus problemas de saúde” (Rosen, 1994 [1958], 342). Ao abordar a vinculação da assistência técnica em saúde à política externa dos estados, Rosen destaca a iniciativa das repúblicas americanas, durante a Segunda Guerra

¹ O trabalho de Rosen inaugurou uma tradição de estudos históricos sobre a saúde. Esta tradição, caracterizada como heróica, trata da saúde e da doença como fenômenos biosociais, e, portanto, está atenta às relações com o Estado, economia e sociedade. Sua abordagem do desenvolvimento da medicina e do papel dos médicos e sanitaristas permanece marcada pelo otimismo, conferindo à realização dos atores um caráter heróico. Contrapõe-se a esta tradição de estudos a abordagem anti-heróica proposta por Michel Foucault (Porter, 1999).

² As origens da saúde internacional remontam à metade do século XIX, quando as ações conjuntas adotadas pelas nações modernas para evitar o perigo da disseminação das doenças transmissíveis através de suas fronteiras tornam-se sistemáticas e mais efetivas. Os primeiros acordos dizem respeito à criação de cordões sanitários e à instituição de quarentenas nos portos. Com a organização de conferências sanitárias internacionais, as atividades são ampliadas incluindo a coordenação e distribuição das informações epidemiológicas, a padronização de procedimentos como a quarentena e a implementação de outras medidas interligadas de prevenção e controle das doenças mais ameaçadoras da época como a peste, o cólera, a varíola, o tifo e a febre amarela.

Mundial, de firmarem acordos cooperativos para atacar os problemas de saúde comunitária. Ele relata:

“Os Estados Unidos aceitaram a responsabilidade da liderança e estabeleceram a organização hoje conhecida como Instituto de Assuntos Interamericanos, agência por meio da qual, programas de assistência técnica, no campo da saúde, puderam ser desenvolvidos” (Rosen, 1994 [1958], 345).

A despeito do tom celebratório empregado por Rosen, as atividades patrocinadas pelo Instituto de Assuntos Interamericanos/IAIA através do continente efetivamente devem ter reconhecida sua importância para a história da assistência técnica e cooperação em saúde nas Américas³, embora, só mais recentemente, a política sanitária deste instituto e a atuação das divisões criadas por ele em parceria com os governos nacionais venham sendo estudadas mais detalhadamente (ver, por exemplo, Quevedo, s.d. e Campos, 2007).

Contudo, particularmente o que nos interessa aqui é o papel que o IAIA e os serviços bilaterais estabelecidos nos países da América Latina tiveram na abertura de novos campos de aplicação para as ciências sociais, como a saúde internacional e a cooperação interamericana.

Em um estudo anterior (Figueiredo, 2004), investiguei a vinculação, durante a segunda guerra, do antropólogo norte-americano Charles Wagley (1913-1999) ao IAIA e sua atuação no Serviço Especial de Saúde Pública/Sesp, a divisão daquele instituto no Brasil, entre 1942 e 1946. A continuidade da pesquisa revelou que este não foi um caso isolado e que, no início dos anos cinquenta, o Instituto de Assuntos Interamericanos incorporou a equipe do Instituto de Antropologia Social/ISA (1943-1952) da *Smithsonian Institution* ao seu quadro de funcionários, demandando dos antropólogos a realização de *surveys*, estudos etnográficos e avaliações sobre o andamento dos serviços bilaterais de saúde e sobre os efeitos das políticas sanitárias implementadas em alguns dos países da América Latina. Este episódio assinalou o engajamento dos antropólogos ao campo da assistência técnica internacional em saúde e os estudos daí resultantes são pioneiros na área da antropologia médica aplicada.

³ Certamente a primazia neste campo é da Organização Pan-Americana de Saúde/Opas (Lima, 2002). Sobre a história desta agência, recomenda-se também Cueto, 2007.

Certamente, o interesse pelos sistemas médico-terapêuticos indígenas e pelas medicinas tradicionais não era propriamente uma novidade dentro da disciplina e, desde as monografias clássicas, a antropologia já investigava as representações e terapias nativas em torno dos processos de saúde/doença (Rivers, 1924; Evans-Pritchard, 2005 [1937]). Contudo, na virada para os anos 50, os antropólogos inovaram ao produzir um saber voltado para a intervenção, ou seja, para uso das políticas de saúde pública e dos programas de introdução/difusão da biomedicina em lugares onde até então prevaleciam formas tradicionais de lidar com a enfermidade e/ou os serviços médicos oficiais praticamente inexistiam. Nos Estados Unidos, o início desta produção poderia ser atribuído fundamentalmente à reunião de três ingredientes: 1) o desenvolvimento da própria antropologia cultural que, desde os anos trinta, estava sendo bem sucedida no esforço de se estabelecer como o campo legítimo de estudo da cultura e a autoridade no entendimento científico do outro, tornando-se reconhecida tanto no âmbito do cenário intelectual quanto na esfera pública americana, destacando a presença dos mais notórios representantes da disciplina nos debates públicos em torno de questões cruciais na época como o racismo; 2) a atmosfera política favorável criada pela disposição dos EUA em engendrar novas formas de relacionamento com os países do continente, pautadas pelo entendimento mútuo e pelo estreitamento dos laços culturais, além do estabelecimento de parcerias comerciais – como ilustra a prática da Política da Boa Vizinhança;⁴ 3) o crescimento do campo da assistência técnica, com a superpotência americana investindo cada vez mais em programas de transferência de ciência e tecnologia e de apoio ao crescimento econômico destinados aos países do então chamado Terceiro Mundo. Dito de outro modo, as condições que viabilizaram a associação dos antropólogos ao campo da assistência técnica em saúde remetem tanto à conjuntura geopolítica mais ampla do período (que criou precedentes para uma atitude nacional mais tolerante com relação à diferença cultural), quanto ao surgimento de uma demanda por saber estratégico da parte de burocratas e especialistas, mas, sobretudo, as origens desta aposta na aplicação do conhecimento antropológico devem ser buscadas na configuração da própria disciplina naquele momento, considerando, em

⁴ Ocorrem então o abrandamento do intervencionismo e a priorização de novas estratégias de conquista de hegemonia, notadamente a integração econômica e a aproximação cultural com as nações do hemisfério.

especial, o papel que ela forjou para si mesma e as expectativas sociais existentes com respeito à sua contribuição como ciência da cultura.

No momento em que ocorre uma reorientação da política externa norte-americana, quando a superpotência passa a investir pesadamente no campo da assistência técnica internacional e a saúde pública converte-se em um tópico central na agenda de ajuda ao desenvolvimento do Terceiro Mundo, os antropólogos são chamados a colaborar, mas por que afinal recorreu-se a eles? Desde o início, devia estar claro para os responsáveis pelos programas de ajuda que a diferença sócio-cultural existente entre a nação doadora (sede do planejamento das ações) e as nações receptoras constituía um fator que não podia ser negligenciado. Também não surpreende que logo se tenha chegado à conclusão de que diminuir a ignorância com respeito ao modo de vida das remotas populações alvo das intervenções poderia ser útil do ponto de vista da eficácia destas. Mas por que a antropologia foi o expediente escolhido tendo em vista tal propósito? Para começar a entender o que se deu então, vale a pena retroceder na nossa história e refletir um pouco sobre a situação da disciplina nos Estados Unidos na época.

O período entre as duas guerras mundiais corresponde à fase em que a antropologia norte-americana, institucionalizada e em expansão nos departamentos universitários, acaba por se firmar no cenário intelectual e cultural do país.⁵ Então, a disciplina se notabiliza enquanto o estudo da diversidade cultural; vale-se da abordagem culturalista para desmontar as teses do determinismo biológico e do evolucionismo, orientando-se pelo relativismo cultural – acionado como um valioso antídoto contra o etnocentrismo; e consagra-se à tarefa de “etnografar” a alteridade. Dentro do quadro mais amplo de autonomização e profissionalização das ciências sociais no início do século nos Estados Unidos, a antropologia teria buscado, segundo argumenta Micaela di Leonardo, tanto diferenciar-se como justificar sua existência através da “‘apropriação’ das sociedades exóticas” – o que, aliás, sugere ela, faz da “investigação da América um pouco como o segredo obscuro da disciplina” (di Leonardo, 1998, 57). Considerando o esforço em definir a contribuição antropológica nesta direção – esforço despendido inclusive no âmbito mais

⁵ Também foi uma época oportuna para os antropólogos se arrisquem na esfera pública, engajando-se em debates na imprensa, registrando seus pontos de vista e posicionamentos em revistas científicas de caráter popular, como atestam os casos de Leslie White e Ashley Montagu, além, é claro, de Franz Boas, o desbravador da arena pública para a voz dos representantes da disciplina (Ericksen, 2006).

largo da esfera pública americana – a autora destaca o protagonismo de Margaret Mead, assegurando que “o que ela mais consistentemente vendeu foi o Primitivo como mercadoria – e ela mesma como uma intérprete antropológica dos usos do produto exótico” (Di Leonardo, 1998, 165).

Público para consumir tal produção não faltou. Com efeito, os relatos etnográficos de Margaret Mead foram responsáveis por atrair uma audiência mais ampla para a literatura antropológica. Seu livro *Coming of Age in Samoa* (1928) alcançou recordes de vendagem e, ao lado da obra *Padrões de Cultura* (1934) de Ruth Benedict – um dos textos mais influentes da disciplina no século XX – deu um grande impulso à popularização da antropologia no período. Privilegiando a estratégia de transformar o produto do trabalho de campo em uma prosa fluente com descrições excitantes da diferença cultural, Mead converteu-se na maior celebridade da disciplina, porém, entre seus colegas de *métier*, sua abordagem teria sido considerada muito engajada e popular para ser científica (Di Leonardo, 1998; Ericksen, 2006).⁶

De todo modo, como nos lembra Thomaz Ericksen, Mead não teria sido a única de sua geração a se empenhar na popularização da antropologia. Outro exemplo seria o trabalho de Ralph Linton, em especial seu mais famoso e absorvente escrito “Alguém cem por cento americano” que foi publicado pela primeira vez em 1936. É interessante o contraste, apontado por Ericksen, entre as estratégias acionadas pelos dois autores para capturar o interesse do leitor: “Diferente de Mead que teve de descrever vividamente e intimamente a vida de outros para criar uma base para empatia e identificação, Linton pode confiar com segurança no reconhecimento instantâneo dos seus leitores. Enquanto ela se esforça para fazer o exótico familiar, ele faz o familiar exótico” (Ericksen, 2006, 5).

Tratava-se então de apostar no relativismo, de propor o entendimento em seus próprios termos tanto dos valores domésticos como daqueles professados por culturas estrangeiras. Nesta proposta residia boa parte da contribuição da antropologia, segundo a versão culturalista, e dela derivava muito da visibilidade da disciplina naqueles anos.⁷

⁶ Ainda assim, como adverte Ericksen, talvez não devêssemos subestimar o sucesso da antropologia daqueles anos em injetar no leitor médio americano o interesse pelo conhecimento de outros universos culturais, divulgando uma perspectiva de tolerância com relação à diferença (Ericksen, 1996).

⁷ O registro desta novidade pelo antropólogo Ralph Beals (1901-1985) que vivenciou aquele momento é esclarecedor: “(...) as idéias de cultura, de relativismo cultural, e a diversidade de formas culturais eram novas e altamente excitantes para mim e para a maioria dos meus colegas. Talvez seja difícil para os estudantes de

É interessante notar que as faculdades de relativização e de desvendamento das diversas lógicas culturais tão reclamadas pela disciplina foram responsáveis por dotá-la das credenciais necessárias para ser encarada como um saber estratégico. Por exemplo, Julian Steward, ao definir, em 1943, qual a finalidade das operações do Instituto de Antropologia Social da *Smithsonian Institution* na América Latina, observa que “Embora este programa seja puramente científico fornecerá uma boa base para os programas de ação e bem-estar”⁸, ou seja, a pesquisa antropológica, mesmo quando básica, quando as informações não são buscadas tendo em vista a aplicação, pode ser considerada útil e, portanto, oferecer subsídios para as intervenções nas pequenas e mais remotas comunidades latino-americanas.

Assim, quando do ponto de vista da política externa da superpotência americana, tornou-se premente a necessidade de conhecer os países aonde se pretendia intervir, as representações acerca das potencialidades do empreendimento antropológico ofereceram o passaporte para a entrada da disciplina no aparato desenvolvimentista. Com base no prestígio alcançado pelos antropólogos enquanto os heróis da relativização, eles se tornaram importantes, ainda que conhecessem pouco ou nada da área da saúde, porque era necessário conferir inteligibilidade aos sistemas terapêuticos tradicionais, à medicina folk, às etiologias nativas das enfermidades. A premissa de que a antropologia era responsável por tornar o estranho familiar, por traduzir a cultura do outro, esteve na origem da aposta feita por burocratas e sanitaristas de que *surveys* e estudos etnográficos poderiam contribuir para o sucesso de políticas que visavam obter a adesão das comunidades locais aos preceitos da medicina preventiva e induzir sua participação nos programas de saúde comunitária.

Parece que o trabalho dos antropólogos para as agências intergovernamentais na arena transnacional funcionava então como uma espécie de cabeça-de-ponte – para recorrermos à analogia de guerra usada por Mauro Almeida – já que se tratava de uma atividade de inteligência desenvolvida na fronteira entre sociedades e cujo objetivo era

hoje perceberem quão novas aquelas idéias eram então. O uso antropológico da palavra ‘cultura’ era relativamente desconhecido até mesmo para a maioria dos cientistas sociais. O físico Robert Oppenheimer escreveu sobre ‘o grande choque do último século quando os antropólogos mostraram a variedade inimaginável de instituições humanas’” (Beals, 1982, 2).

⁸ “Anthropology and the Point IV Program”, Records of Institute of Social Anthropology Smithsonian Institution 1942-1952, NAA, Series 1 Annual Reports and Administrative Records 1942-1952, Point IV 1949-52, Box 1.

construir as condições, no que diz respeito ao regime de conhecimento, para a próxima etapa, para a intervenção de fato (Almeida, 2004).⁹ O passo seguinte anunciava o que estava realmente em jogo: a mudança social. O combate acabava por ser travado em torno do que era então identificado como resistência cultural à mudança uma vez que o propósito final das intervenções era remodelar todo um modo de vida e quiçá uma concepção de mundo, o que consequentemente colocava problemas do ponto de vista da perspectiva relativista. Afinal, como conciliar o relativismo que preconiza a tolerância com relação à diferença e sanciona a tese de que todas as culturas são igualmente válidas com a adesão a uma política que se baseia em um modelo universal de progresso e bem-estar e prevê o ajustamento das diferentes sociedades a ele. Doutrinados na escola do relativismo cultural, os antropólogos, sobretudo os de formação boasiana, tenderam a uma postura conservadora, a rejeitar a mudança provocada e a pender para o lado da “conservação da cultura”¹⁰ (Foster, 1964).

Apesar de todo dilema, parecem evidentes os limites do relativismo professado pelos antropólogos aplicados. Eles efetivamente acabavam por se comprometer politicamente com os valores de sua própria sociedade ao aderir a projetos cujo norte era justamente a mudança daquelas culturas que eles estavam empenhados em investigar e provar sua lógica relativa. O ponto é que a operação de relativização seguia uma via de mão única, já que se aplicava aos sistemas médico-terapêuticos das comunidades *folk*, mas não à medicina científica. Enquanto a antropologia procurou demonstrar que esses sistemas “tradicionais” eram dotados de sentido e de função no âmbito de determinadas configurações sócio-culturais, por outro lado, deixou intocável o princípio da

⁹ Mauro Almeida desenvolve a analogia em um texto em que relaciona etnografia e situação de guerra. Assumindo que existe “uma conexão metafórica entre a guerra e a etnografia, enquanto atividades que se dão na fronteira entre sociedades”, o autor observa que “a pesquisa etnográfica – em suas várias modalidades – funciona como se fosse o estabelecimento de uma cabeça-de-ponte em uma terra de ninguém. A etnografia como cabeça-de-ponte na zona contestada das relações simbólicas é parte de uma política do conhecimento. A prática da guerra é a contestação do monopólio da violência sobre um território; mas há ainda uma guerra simbólica em que se lançam cabeças-de-ponte que se estabelecem sobre o território moral de ‘corações e mentes’, ou seja, espaços de contra-interpretação de significados (‘os vietnamitas não dão à vida o mesmo valor que nós’; o ‘terrorista islâmico não dá valor à vida’; ‘armas de destruição de massa’ se opõem a ‘corpos de paz’ e ‘meios de dissuasão’)” (Almeida, 2004, 62).

¹⁰ O relativismo tende a comportar um viés conservador uma vez que, como argumenta Sérgio Paulo Rouanet “seu ponto de vista favorece, de modo geral, o *status quo* social nas culturas não Ocidentais, e isso por duas vias, ambas radicadas no solo historicista de onde deriva o relativismo cultural: a noção de que todos os critérios de julgamento moral se enraízam na cultura, e a noção correlata de que não há possibilidade de avaliação inter-cultural” (Rouanet, 1990, 125).

universalidade da ciência moderna. De fato, demorou um pouco para que a objetividade do conhecimento médico e a exclusividade na explicação dos fenômenos biológicos reivindicada pela biomedicina começassem a ser questionados (Carrara, 1994; Marglin e Marglin, 1990); ao contrário, ainda no contexto dos anos cinquenta, um momento de otimismo sanitário na arena internacional, tornava-se muito difícil deixar de apostar na superioridade dos recursos científicos e tecnológicos para quaisquer contextos. Sobre esta fase inicial de colaboração da antropologia com a saúde internacional, o pioneiro George Foster comenta que:

“(...) médicos e antropólogos definiam do mesmo modo tanto o problema de fornecer um melhor cuidado médico para povos tradicionais como o de persuadir estes a aceitar a medicina científica. Enquanto antropólogos, nossa tarefa fundamental de pesquisa era aprender tudo sobre as práticas e crenças em saúde daqueles povos que poderia capacitar os profissionais de saúde a convencê-los da superioridade da medicina moderna sobre suas terapias tradicionais. Nosso objetivo prático era aprofundar a comunicação inter-cultural efetiva, a qual, nós assumíamos, levaria a crenças e comportamentos de saúde cientificamente aceitáveis” (Foster, 1982, 189).

Assim, se os antropólogos engajados no campo da assistência técnica venderam a idéia de que podiam tornar a alteridade palatável para consumo e manipulação de técnicos, sanitaristas e burocratas – e nisto foram bem sucedidos – também não deixaram de comprar a promessa de que intervenções modernizadoras eram positivas e incontroversas e que havia uma única direção para se processar a mudança cultural. Ou, ao menos, eles endossaram à tese de que as novas técnicas médico-sanitárias trazidas por especialistas estrangeiros correspondiam a uma melhoria incontestável do ponto de vista da existência social e física das populações das áreas subdesenvolvidas.

De todo modo, como a experiência de ativismo do *establishment* da antropologia norte-americana durante a Segunda Guerra Mundial nos ensina, não teria sido a primeira vez na história da disciplina em que se buscou compatibilizar os valores relativistas, tão caros à abordagem antropológica da cultura, com uma disposição para o engajamento e a engenharia social. Já no momento posterior, no pós-guerra, tal operação de conciliação permitiu à equipe de antropólogos do Instituto de Antropologia Social assumir um papel na

era do desenvolvimento (Escobar, 1995), começando pelos vínculos com o Instituto de Assuntos Interamericanos e o Programa do Ponto IV.

A rigor, de início, o envolvimento dos antropólogos não se deu sem revesses. O encontro destes profissionais, ligados ao meio acadêmico e universitário, com o universo das agências de desenvolvimento foi marcado por ambivalências, avanços e recuos, afinal tratava-se de ajustar seus interesses de pesquisa às demandas dos programas de ação, de direcionar o foco da investigação para problemas práticos e colocar sua expertise à disposição de técnicos e burocratas. As suspeitas iniciais foram vencidas à medida que, por um lado, tornava-se cada vez mais claro aos antropólogos que o etnocentrismo, ou no mínimo, a insensibilidade com relação aos determinantes sócio-culturais eram pontos críticos da assistência técnica, especialmente no tocante aos programas médico-sanitários, e, portanto, sua contribuição era mesmo decisiva, e, por outro lado, reconhecia-se que a abertura de novos campos de aplicação para a disciplina trazia benefícios do ponto de vista do seu crescimento, profissionalização e legitimação.

Neste estudo, procuro esclarecer o capítulo da história da antropologia no pós-guerra que remete ao engajamento dos antropólogos em programas de assistência técnica na América Latina e envolve a aplicação do conhecimento antropológico ao campo da saúde pública. A investigação revela como cientistas sociais norte-americanos da *Smithsonian Institution* e antropólogos brasileiros e mexicanos, arregimentados por agências governamentais ou de caráter cooperativo, acabaram se associando a sanitaristas, administradores e educadores em torno de uma agenda comum de ações médico-sanitárias e projetos de desenvolvimento dirigidos às comunidades mais remotas e atrasadas de países como Brasil e México. A rede de especialistas apostou na contribuição que o relativismo cultural podia oferecer considerando a necessidade de tornar inteligível a realidade sócio-cultural das populações alvo das intervenções modernizadoras. Eles também assumiram que vencer as resistências locais à mudança representava um pré-requisito para a eficácia das políticas de saúde e educação sanitária a serem implementadas.

No caso do Brasil, o Serviço Nacional de Proteção ao Índio, o Serviço Especial de Saúde Pública e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos foram órgãos pioneiros na incorporação das ciências sociais, vinculando-as a uma agenda de reforma social. O propósito de empregar o conhecimento etnográfico da vida social como um recurso válido

para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de políticas públicas também esteve presente nos programas de estudos de comunidade conduzidos por aqui nos anos cinquenta, como o Projeto do São Francisco e o Projeto Bahia-Columbia. Algumas destas experiências já foram objeto de análise, outras têm aqui sua história recuperada, mas a proposta principal é tomá-las em conjunto, dentro de uma perspectiva comparativa, que visa tanto compor um quadro abrangente dos interesses e compromissos da antropologia do pós-guerra e de sua inserção em domínios não acadêmicos, quanto estimar a contribuição que se esperava extrair da disciplina, e da abordagem relativista preconizada por ela, para os programas de intervenção, com destaque para o campo da saúde pública.

Tratando de um contexto marcado pela Política da Boa Vizinhança e pelo Programa do Ponto IV, a presente tese parte dos convênios estabelecidos pelos Estados Unidos através do continente em áreas como educação, ciência e saúde, para então focalizar as atividades pioneiras dos antropólogos norte-americanos nos projetos coletivos de pesquisa e programas cooperativos interamericanos. Nesta primeira frente de trabalho, busca-se situar a influência da atuação dos americanos, considerando os seguintes eixos: o desenvolvimento institucional do campo da antropologia em países como Brasil e México; a composição de um novo campo disciplinar constituído em interface com as áreas da saúde e biomedicina; e a definição de uma agenda de pesquisa que, valendo-se, sobretudo, da abordagem relativista e dos estudos de cultura *folk*, privilegia a vida social das remotas comunidades rurais latino-americanas e tem como propósito oferecer subsídios científicos para o planejamento de políticas de educação e saúde.

Na segunda frente de trabalho, em que ganha centralidade o caso brasileiro, procuro recuperar as primeiras iniciativas de arregimentação pela administração pública dos antropólogos formados nos recém criados cursos universitários de ciências sociais, discuto a produção de um conhecimento sócio-antropológico útil do ponto de vista dos programas de “mudança social dirigida” e de intervenções médico-sanitárias no interior do país, e analiso a contribuição que as ciências sociais da época, em especial via estudos de comunidade, esperavam oferecer para o projeto de modernização e desenvolvimento nacional. Para dar relevo à abrangência do papel desempenhado pelos antropólogos latino-americanos no âmbito das agências cooperativas de saúde é apresentada uma breve avaliação da experiência mexicana, cuja especificidade oferece um contraponto à

experiência brasileira especialmente por tratar-se de uma tradição nacional que se desenvolveu em forte sintonia com a ação política do Estado e que se destacou por sua acentuada vocação aplicada, inclusive no tocante à subdisciplina antropologia médica.

* * *

O presente trabalho situa-se, assim, no campo da história da antropologia e focaliza a vinculação da disciplina à problemática da saúde e medicina. Interessa-nos, portanto, a prática e a produção dos antropólogos que estiveram associados à esfera da saúde pública, assim como as interfaces entre antropologias e políticas internacionais e nacionais de saúde e desenvolvimento. O estudo inspira-se nas sugestões, contribuições e desafios colocados por pesquisas que aliam a perspectiva histórica, o enfoque etnográfico e a análise sociológica ao tomar a própria disciplina e os antropólogos enquanto objeto de investigação. A rentabilidade interpretativa da combinação destes recortes analíticos e metodológicos vem sendo explorada em trabalhos que se distribuem em campos como “etnografia do pensamento” (Pontes, 2004), “antropologia da antropologia” e “história da antropologia” (Corrêa, 1987; Peixoto, Pontes e Schwarcz, 2004) e no intercruzamento destes campos. Neste sentido, a proposta é investigar a antropologia em contexto e pensá-la em relação às demandas políticas e sociais de sua época (Stocking, 1999), mas sem deixar de observar o desenvolvimento interno à disciplina de problemáticas, hipóteses e propostas teóricas, as quais, inclusive, podem sinalizar a emergência de novas correntes e mudanças de paradigmas. Os parâmetros de trabalho estabelecidos por George W. Stocking Jr. representam evidentemente uma influência. Como explica com precisão Regna Darnell:

“(...) os textos de Stocking são organizados em torno de problemas de história intelectual claramente isolados; a documentação dos arquivos substitui as fontes publicadas e facilmente disponíveis como material central para a análise; antropólogos individuais são colocados dentro de um contexto social geral assim como dentro do contexto da própria disciplina; julgamentos de mérito são subordinados ao esclarecimento da natureza das mudanças nas idéias e de sua forma de incorporação através do tempo; generalizações não são feitas a menos que apoiadas por evidência, e a natureza daquela evidência é claramente colocada” (Darnell, 1977, 402).

As estratégias empregadas por Stocking visam blindar sua historiografia contra as armadilhas do “presentismo”. O autor evita lançar para o passado da antropologia um olhar já comprometido com a visão e os interesses que no momento presente a disciplina assume, na tentativa de precaver-se de uma leitura distorcida desse passado.¹¹

Movida por preocupações dessa natureza, Mariza Corrêa discute a questão da “notoriedade retrospectiva”, termo cunhado por ela para designar “o modo como o *renome* adquirido a partir de um certo momento pode iluminar a vida inteira de um personagem” (Corrêa, 2004, 21). Ou seja, a visibilidade e o prestígio alcançados por um ator em um ponto de sua trajetória podem decidir a forma como retrospectivamente aquela será lida, garantindo que até seus momentos menos destacados sejam resgatados do esquecimento. Um exemplo dessa operação em que o “presente colore o passado” (Michael Pollak apud Corrêa, 2004, 21) é oferecido, segundo Corrêa, pela lembrança da presença do jovem professor Claude Lévi-Strauss na Universidade de São Paulo nos anos 1930. Por outro lado, como exemplo do reverso da “notoriedade retrospectiva”, a autora menciona, entre outras trajetórias, a de Donald Pierson, sociólogo cujo nome é pouco lembrado pela história das ciências sociais brasileira, mas que, em sua época, era prestigiado e exerceu um papel institucional bastante relevante em nosso país. Evidências da importância dessa atuação foram encontradas no depoimento e nos documentos do arquivo pessoal de Pierson, tratando-se de um material cuja análise levou Corrêa a constatar que “o que é chamado de personagem secundário na literatura teve tanto ou mais importância na construção institucional das ciências sociais no período examinado do que as personagens principais – aqueles que por seu destaque posterior pareciam os únicos a ocupar a cena” (Corrêa, 2004, 21).

Aqui, a despeito da tentativa de resgatar personagens influentes em seu tempo (tenham eles produzido obras centrais ou menores), de desvendar tramas e de esclarecer certas relações entre a disciplina antropológica e a conjuntura política, social e econômica de determinado época, a pretensão não é, evidentemente, oferecer um estudo exaustivo da história da antropologia aplicada à saúde em cada um dos países abordados, a saber, Brasil, México e Estados Unidos. Os casos destes países serão discutidos com o intuito de compor

¹¹ George Stocking afirma: “Eu considero minha historiografia como um artesanato profissional em tempo integral – completamente desinteressado, amplamente contextualizado, orientado mais em direção ao passado do que ao presente” (Stocking, 1992, 6).

um painel histórico de longa duração a respeito das articulações entre o campo da antropologia e o da administração pública, assim como da participação de antropólogos nos programas de desenvolvimento e saúde na América Latina no período do pós-guerra, prestando atenção, em especial, ao encontro inter-cultural. A investigação em torno de diferentes tradições antropológicas nacionais permite acessar formas diversas de associação da disciplina a agendas nacionais e internacionais de saúde, tornando visível a configuração de campos particulares de produção de conhecimento e de práticas políticas, como, por exemplo, o que se convencionou chamar de “antropologia aplicada”, “antropologia da ação” e “antropologia médica”. Atenção particular será dada à possibilidade de intervenção de antropólogos no âmbito das políticas de saúde dirigidas a grupos étnicos específicos, como os indígenas, e dos programas sanitários integrados a projetos de desenvolvimento dentro do período em tela.

Neste sentido quando contrastamos as experiências brasileira e mexicana no tocante ao desenvolvimento das ciências sociais e sua ligação com o campo das políticas públicas no pós-guerra, torna-se claro que, na época, temas relativos à construção da identidade nacional e da modernidade (periférica) representavam problemas cruciais, embora com conotações singulares para cada contexto. No cenário latino-americano de então, parece que a realização de investigações antropológicas sobre aspectos da cultura e do comportamento social de comunidades rurais, grupos de imigrantes e populações indígenas, do mesmo modo que a elaboração de campanhas de educação sanitária e a provisão de serviços médicos para as populações mais remotas constituíam atividades que devem ser interpretadas também à luz do projeto político de integração de diferentes contingentes populacionais à chamada comunidade nacional e de sua inclusão à órbita de ingerência do Estado. O horizonte comum, o qual tanto os estudos antropológicos quanto os programas médico-sanitários pareciam divisar, não é outro que o da “mudança cultural”, da superação do círculo vicioso de pobreza, doença e subdesenvolvimento, e da formação de uma nação moderna, apta para o avanço da nova ordem urbano-industrial.

Ao discutir políticas de saúde e a cooperação internacional na área, esta tese também não se furta de tecer uma interlocução com o campo da história da saúde e da doença, valendo-se das ricas análises produzidas mais recentemente por autores latino-americanos e latino-americanistas. De fato, o campo tem sido renovado por um conjunto de

estudos que incorporaram um enfoque social da saúde e romperam com a chamada “história tradicional da medicina” – marcada por uma perspectiva descritiva, celebratória e centrada nas biografias dos grandes médicos e sanitaristas, nos avanços científicos e nas realizações técnicas. A historiografia recente tem se diferenciado ao situar saúde, doença e medicina na arena das relações sociais, políticas, econômicas e culturais e ao propor abordagens que combinam influências da história da ciência, da história social e das ciências sociais, aplicando-as a um leque ampliado de tópicos¹² (Armus, 2005; Hochman e Armus, 2004).

Ao esquadrihar este campo de investigação, Hochman e Armus identificam uma divisão em “três estilos narrativos”: uma história biomédica, preocupada com a contextualização da produção de conhecimento científico e do desenvolvimento de instituições, associações e redes onde médicos e cientistas atuam; uma história da saúde pública centrada nas “relações entre instituições de saúde e estruturas econômicas, sociais e políticas”; e uma histórica sócio-cultural da doença, estilo bastante influenciado pela antropologia e que, entre outros temas, se volta para as representações sociais da enfermidade, o impacto das epidemias e as campanhas organizadas para combatê-las, as patologias e as construções de gênero, raça, etnia e nacionalidade, o discursos médico e o controle dos indivíduos e de seus corpos, correntes como o higienismo, os saberes psi e a ordem psiquiátrica (Hochman e Armus, 2004).

Dentro deste campo mapeado por Hochman e Armus, considerando mais detidamente a linhagem de estudos histórico-antropológicos que toma como objetos de investigação a assistência (ou cooperação) internacional em saúde e a atuação de agências externas na América Latina, observamos que, a despeito das idiosincrasias entre os trabalhos, é possível, de um modo geral, identificar ao menos duas grandes orientações analíticas antagônicas.

A primeira linha de investigação, bastante identificada com a medicina social e cujos autores se inspiram em correntes da economia política e da teoria da dependência,

¹² Só para ilustrar, têm sido eleitos como temas de investigação: a construção do conhecimento biomédico; a organização de instituições e associações científicas; a produção da medicina científica; as campanhas de combate a doenças endêmicas e epidêmicas; intervenções e serviços médico-sanitários; a interação entre agências internacionais e Estados nacionais; os movimentos por reformas sanitárias; a ação dos doentes; o poder médico; a medicalização da sociedade; a institucionalização e profissionalização da medicina; a patologização e estigmatização de condutas supostamente associadas a mulheres, homossexuais, grupos raciais e etnias (Armus, 2005; Hochman e Armus, 2004).

privilegia a abordagem macrohistórica e busca na expansão global do capitalismo e nas relações de produção a explicação para o desenvolvimento das políticas de saúde. Nesta vertente, as relações econômicas e de dominação entre os países ganham primazia nos esquemas interpretativos que tendem a partilhar um conjunto de postulados os quais afirmam que os países em desenvolvimento são obrigados a cumprir as agendas sanitárias impostas pelas agências financiadoras internacionais e que a definição de tais agendas responde à necessidade do modo de produção capitalista de assegurar mão-de-obra e produtividade; as atividades das organizações de ajuda norte-americanas no continente são determinadas por interesses econômicos e geopolíticos e seu impacto se resume à construção da hegemonia do império americano; o ataque às medicinas tradicionais e a difusão da medicina científica correspondem a ações estratégicas do ponto de vista da expansão da ordem capitalista mundial uma vez que a lógica biomédica contribuiria para mascarar os componentes sociais da etiologia das doenças; as políticas nacionais de saúde resultam do jogo desigual entre os poderes externos e os Estados.¹³

Esta forma de encarar a dinâmica interamericana em saúde tem na política estadunidense seu eixo, coloca ênfase nas relações de dependência e na recepção passiva de modelos e técnicas alheios, recusa aos Estados nacionais a capacidade de negociar, mediar e impor seus próprios projetos, assim como desconsidera os avanços e progressos das comunidades científicas locais, ou seja, ignora a existência de “excelência científica na periferia” – para remeter a uma expressão difundida por Marcos Cueto. Assumindo, aliás, a dicotomia centro-periferia, tal perspectiva compreende a experiência local a partir dos olhos do império e dedica pouca atenção às configurações históricas, políticas, sócio-culturais e institucionais de cada nação no momento de avaliar o encontro local-estrangeiro¹⁴. De fato, embora dificilmente se possa discordar de parte das conclusões gerais a que chegam os estudos realizados nesta ótica, como por exemplo, a de que o trabalho internacional das agências filantrópicas norte-americanas contribuiu para a expansão da modalidade de medicina mercantilizada dominante naquele país; parece igualmente difícil negar que em

¹³ Navarro, C. Garcia, *Pensamiento social en salud en América Latina*. Washington, OPS/1994.

¹⁴ Para uma crítica a tal perspectiva de análise ver os ensaios de *Close Encounters of Empire. Writing the Cultural History of U.S. – Latin American Relation* (1998) onde se faz a crítica ao uso do conceito de imperialismo para entender a variedade das formas de engajamento dos Estados Unidos na América Latina e também se propõe um novo enfoque sobre as atividades que a superpotência e outros atores estrangeiros desenvolveram no continente, priorizando a questão da apropriação local do que vem de fora, extravasando a dimensão político-econômica e atentando para as intersecções entre cultura e poder.

vários casos, como denuncia Castro Santos, a pesquisa histórica serve de mero pretexto para a demonstração de grandes teorias convertidas em verdadeiras ortodoxias (Castro Santos, 1997).

Mais recentemente, no entanto, novas pesquisas no campo da história da saúde pública passaram a rejeitar o enquadramento analítico referido acima na tentativa de construir um olhar descentrado, capaz de capturar as idiossincrasias e singularidades da experiência de cada nação latino-americana em seu encontro com o império e também no esforço de propor interpretações mais matizadas acerca dos propósitos, do impacto e do legado da influência externa, sobretudo norte-americana, no continente. Neste sentido, por exemplo, Diego Armus refere-se a estudos que “reagem contra o uso esquemático do modelo da dependência e sumarizam as realizações e falhas dos projetos nacionais ou municipais dirigidos à criação ou modernização de infra-estrutura sanitária básica e à redução da mortalidade” Ou seja: “A despeito da condição periférica da América Latina, eles [os estudos] argumentam, ao menos em certos países ou cidades, a balança não foi tão negativa” (Armus, 2003, 5).

A renovação do paradigma interpretativo até então dominante deve muito aos estudos que propuseram uma reavaliação das missões médico-sanitárias empreendidas pela Fundação Rockefeller no continente entre 1910 e 1930 – alguns deles publicados nas duas coletâneas organizadas por Cueto em 1994 e 1996 – os quais tiveram a preocupação metodológica de contemplar na investigação das fontes arquivísticas o lado doador e o receptor da ajuda. Balanços desta literatura (Benchimol, 1995; Castro Santos, 1997) têm apontado alguns de seus méritos como, por exemplo, o de deslocar o foco dos inegáveis efeitos imperialistas da presença norte-americana para os possíveis resultados positivos das missões da Rockefeller, contemplando, nesta guinada, o ponto de vista das nações anfitriãs; as investigações também avançariam ao procurar retratar como se deu a interação entre as diretrizes da fundação e os projetos nacionais, tanto quanto o encontro entre cientistas estrangeiros e locais. Finalmente, ao buscar os efeitos imprevistos e até paradoxais da ajuda externa, as pesquisas revelam que com sua estratégia centralizadora, a Rockefeller acabou até por favorecer o fortalecimento dos aparelhos de poder estatal nos países onde atuou (Solorzano, 1994). Em resumo, nesta literatura as relações entre as nações deixam de ser pensadas nas chaves da dominação e do imperialismo, sendo conferida maior atenção aos

processos de conflito, mediação e negociação e aos “paradoxos do encontro local/estrangeiro” (Stern, 2004).

Dentro desta nova história da saúde pública, a pesquisa de Steven Palmer sobre a campanha contra a ancilostomíase empreendida pela Fundação Rockefeller na Costa Rica constitui um estudo exemplar e deveras inspirador para o presente trabalho. Ao avaliar o sucesso da referida campanha e compará-lo com o mau funcionamento de campanhas similares em outros países da América Central, Palmer chama a atenção para alguns fatores importantes a se levar em conta na análise do encontro dos países anfitriões com a saúde imperial. Ele começa por observar que um ingrediente decisivo para a definição dos rumos que o programa da Rockefeller tomaria na Costa Rica foi a existência do que ele denomina “precedência periférica”, ou seja, o fato do país ter se antecipado à metrópole na pesquisa e nos programas de combate à ancilostomíase. A importância disso? Segundo a explicação do autor: “essa precedência periférica significou que setores-chave do governo e da comunidade pública estivessem mais conscientes que a própria fundação sobre o que a campanha Rockefeller contra a ancilostomíase poderia oferecer ao país, o que lhes permitiu apropriar-se da missão” (Palmer, 2004, 221). Esta apropriação se deu, sobretudo, através da mobilização das ações e dos recursos da fundação em prol da “consolidação de um projeto de saúde pública já existente, de feitura local” em uma estratégia que, tendo sido forjada via aliança entre setores progressistas da sociedade local e representantes da missão estrangeira, logrou promover a ampla utilização do aparato de educação pública na campanha sanitária. Assim, um outro ingrediente importante teria sido a disposição de políticos e ativistas da saúde pública costarriquenhos assim como dos diretores da Rockefeller para acomodar interesses e trabalhar pela implantação de um programa de saúde popular. Palmer resume:

“Não há dúvida de que, na missão contra a ancilostomíase, os recursos e o prestígio da Fundação Rockefeller foram empregados para ampliar a influência dos Estados Unidos, e, até para desrespeitar a soberania costarriquenha. Tampouco há dúvida de que isso foi parte de um plano imperial para expandir a rede de propaganda a favor de sistemas centralizados de saúde pública e para promover a idéia de medicina curativa ao lado de um modelo mais preventivo. Todavia, assinalamos que o Estado costarriquenho foi capaz de fundir o programa contra a ancilostomíase com suas próprias políticas anteriores de saúde pública, ao redirecionar as energias da fundação,

originalmente voltadas para uma perspectiva mais limitada, em função de impulsionar a higiene por intermédio do sistema educativo” (Palmer, 2004, 242).

Um ponto também interessante a se tomar nota é que o caso bem sucedido da Costa Rica quando contraposto ao trabalho realizado pela Rockefeller em outros países centross-americanos revelou que “quanto maior era a influência dos Estados Unidos sobre um país, menos sucesso teve o trabalho de saúde pública empreendido pela instituição filantrópica imperial” (Palmer, 2004, 240). Em outros termos, parecia necessário à fundação descolar-se da imagem pública de braço sanitário do imperialismo norte-americano afim de que as resistências e suspeitas não inviabilizassem o seu trabalho, do mesmo modo, as autoridades nacionais e os grupos locais precisavam sentir que teriam algum espaço de manobra e influência sobre os programas para apoiá-los. Finalmente, os estudos de caso a respeito da filantropia científica norte-americana oferecem aportes interpretativos importantes do ponto de vista da presente pesquisa uma vez que aqui se discute a atuação de outra agência norte-americana que exerceu influência significativa no campo da saúde pública na América Latina, o Instituto de Assuntos Interamericanos.¹⁵

* * *

O primeiro capítulo da tese apresenta um breve panorama da história da antropologia norte-americana, com destaque para o desenvolvimento, a partir da Segunda Guerra, de sua corrente aplicada e também para as experiências de investigação etnográfica conduzidas em países da América Latina, que tiveram caráter cooperativo e integraram projetos de pesquisa atrelados a programas estatais de intervenção. Veremos que os Estados Unidos, no momento de sua expansão como uma superpotência econômica e imperial e como grande patrocinador de programas de assistência técnica, impõem-se como o

¹⁵ O IAIA era um escritório vinculado ao Departamento de Estado dos Estados Unidos e através de acordos bilaterais firmados com diversos países do continente durante a segunda guerra mundial, desempenhou um papel importante na saúde interamericana ainda ao longo da década seguinte. Tendo sido concebido como um instrumento da política externa norte-americana durante um período crítico, marcado pelo conflito bélico, os interesses geopolíticos envolvidos na atuação do IAIA não eram ocultos: os programas ofereciam assistência técnica e financeira em troca de matérias primas estratégicas, território para o estabelecimento de bases militares e apoio aos aliados. Após o desfecho do conflito, o início da guerra fria, disputa por áreas de influência, motivações econômicas e a nova política de cooperação inaugurada pelo Ponto IV compuseram um cenário favorável à continuidade dos programas bilaterais.

principal celeiro das teorias de desenvolvimento, destacando o estabelecimento de disciplinas especializadas como a economia do desenvolvimento e a sociologia da modernização – cuja produção exerceu uma influência decisiva na orientação da política externa norte-americana no pós-guerra e durante a guerra fria (Gilman, 2003). Com efeito, o prestígio alcançado pelas ciências sociais no período permitiu que a colaboração de cientistas sociais com a assistência internacional ganhasse impulso, assinalando o engajamento destes profissionais nos esforços de desenvolvimento. Decompor o quadro em que as ciências sociais passam a ser aplicadas à política externa e em que a teoria da modernização desempenha um papel chave na configuração de uma nova agenda para os programas de ajuda ao Terceiro Mundo parece-nos uma tarefa importante já que foi no campo da cooperação técnica internacional que muitos dos antropólogos norte-americanos tiveram sua primeira oportunidade de atuação dentro de projetos de desenvolvimento de comunidade, extensão rural, saúde pública, nutrição, educação sanitária, entre outros (Foster, 1974).

Em 1951, o Instituto de Assuntos Interamericanos/IAIA do governo dos Estados Unidos estabeleceu um convênio com o Instituto de Antropologia Social/ISA da Smithsonian Institution através do qual um grupo de antropólogos realizou estudos sobre os serviços de saúde patrocinados pelo IAIA em alguns países da América Latina e forneceu uma avaliação das atividades dos programas cooperativos de saúde e saneamento conduzidos na região. Os dois institutos, ainda que de formas distintas, foram concebidos dentro da Política da Boa Vizinhança – o IAIA no campo dos programas bilaterais de saúde e o ISA, no dos programas de intercâmbio científico – sendo que o estabelecimento do mencionado convênio se deu dentro de um movimento de adequação de cada um dos institutos às novas diretrizes da política norte-americana sob o impacto do Programa do Ponto IV. Para esclarecer este episódio da história da antropologia, o segundo capítulo se propõe a discutir a atuação do IAIA e dos Serviços Cooperativos de Saúde criados nos países da América Latina, reconstruir a história do Instituto de Antropologia Social da *Smithsonian Institution*, e recuperar as trajetórias dos antropólogos do ISA e suas pesquisas realizadas sob encomenda do IAIA.

O terceiro capítulo será circunscrito ao contexto brasileiro e buscará discutir as primeiras iniciativas de produção de trabalhos sócio-antropológicos voltados para

intervenções na área da saúde e melhoria das condições sanitárias da população, assim como, oferecer um mapeamento da atuação de cientistas sociais, com atenção especial para os antropólogos, no campo da administração pública e das políticas sociais¹⁶. Com este intuito, pretendo recuperar a história da Seção de Pesquisa Social do Serviço Especial de Saúde Pública/Sesp já que coube a esta agência, mantida pelo governo brasileiro em cooperação como o IAIA, o pioneirismo na articulação de um papel para as ciências sociais no âmbito dos programas de saúde e educação sanitária conduzidos por aqui nos anos 1950. Realizaram estudos etnográficos para o Sesp o antropólogo norte-americano Kalervo Oberg, que era vinculado à *Smithsonian Institution* e professor da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, o sociólogo brasileiro José Arthur Rios e o antropólogo Luiz Fernando Raposo Fontenelle.

Também serão investigados os estudos de comunidade centrados na questão médico-sanitária realizados no âmbito de projetos de pesquisa lançados na época em tela. A noção de projeto, como foi indicado por Mariza Corrêa (1987), esteve mais presente neste período da história da antropologia no Brasil do que a de instituição, corrente ou escola, configurando-se em uma experiência fundamental de pesquisa coletiva. Corrêa explica que cada projeto “remetia a um conjunto de pessoas, às influências de determinados autores e/ou pesquisadores, à instituição que o abrigava ou à região onde fora realizado” e, segundo ela, uma vez que era “relativamente direta a referência às instituições promotoras, agências financiadoras ou seu objetivo (projeto Unesco das relações raciais, projeto cidades-laboratório, projeto do Vale do São Francisco), a noção de projeto remete também, de imediato, aos interesses de uma época, às preocupações daquelas agências e ao lugar institucional onde se realizava o trabalho de pesquisa num certo momento” (Corrêa, 1987,

¹⁶ Embora as origens da antropologia médica remontem ao período posterior à segunda guerra (Foster, 1995; Langdon, 2000), no Brasil, somente nos anos oitenta – na década da reforma sanitária, como apropriadamente ressaltava Langdon – assistimos ao desenvolvimento de um campo de estudos identificado como antropologia da saúde (Canesqui, 2007; Langdon, 2004). Entretanto, é anterior a este momento, o interesse antropológico pelo tema da saúde, sendo que, em seus estudos, cientistas sociais brasileiros enfocaram a chamada medicina popular (Araújo, 1961); denunciaram o drama das epidemias em populações indígenas (Ribeiro, 1951); e avaliaram programas sanitários (Fontenelle, 1959). Cabe advertir que, ao eleger tais trabalhos como objetos de investigação, não estamos supondo que houve por aqui um processo evolutivo e contínuo de formação de um campo de estudos cujas origens radicariam no pós-guerra. Pelo contrário, como a tese espera esclarecer, houve uma marcante descontinuidade, com o desenvolvimento de algumas iniciativas pioneiras e importantes que ficaram isoladas ou foram esquecidas.

19-20).¹⁷ Tendo isso em mente, discutirei o projeto do São Francisco, dirigido pelo sociólogo norte-americano Donald Pierson, que envolveu a realização de diversos estudos de comunidade e contou com o financiamento da Comissão do Vale do São Francisco, estando, portanto, integrado aos planos de desenvolvimento regional do governo, e deveria, seguindo as recomendações daquele órgão federal, focalizar principalmente “os processos educacionais e a medicina popular” na referida região (Pierson, 1972, 5). Uma das obras resultantes do projeto, de autoria de Alceu Maynard Araújo, é dedicada ao estudo das concepções e práticas médico-terapêuticas populares em um dos pequenos municípios do Vale¹⁸.

No tocante à saúde indígena, começo por investigar a relação dos antropólogos com o aparelho estatal responsável pelas políticas dirigidas às população indígenas, o Serviço de Proteção aos Índios/SPI (1910-1967), sobretudo a partir dos anos quarenta, quando o SPI passou por um processo de reestruturação, ampliou suas intervenções no campo da saúde e adotou como meta a incorporação de “especialistas” aos seus quadros, estabelecendo, em 1942, uma Seção de Estudos, cuja função era fornecer substrato “científico” para as ações da agência.¹⁹ Embora, dentro desta, o estudo das condições de saúde e dos problemas sanitários dos grupos indígenas estivesse a cargo de médicos e não de antropólogos, não deixaremos de investigar o quanto se encontrava presente uma preocupação com a questão da saúde indígena nos relatórios da equipe de etnólogos do SPI. Neste sentido, também parece pertinente recuperar as possíveis análises, críticas e sugestões elaboradas a partir de uma perspectiva antropológica às políticas de atenção à saúde dos índios então vigentes no

¹⁷ Em outros países, semelhante situação também parecia ocorrer como atestam os famosos: Projeto Vicos – desenvolvido no Peru pela Universidade Cornell dos EUA em cooperação com o governo peruano e o Projeto Tarasco – desenvolvido no México. Contudo, nos dois casos citados o caráter de pesquisa aplicada era bem mais acentuado, havendo também um comprometimento maior com a mudança cultural. O melhor registro dos projetos conduzidos então é Foster, George M. et al. (eds) *Long-Term Field Research in Social Anthropology*. New York: Academic Press, 1979.

¹⁸ A obra é *Medicina Rústica* (1961), e é digno de nota o fato de que o município onde foi desenvolvida a investigação contava com um posto médico recém inaugurado pelo Sesp, sendo que a receptividade da população com relação aos serviços oferecidos não deixou de ser avaliada pelo pesquisador (ver Araújo, 1961).

¹⁹ A reorientação do SPI teria ocorrido no período em que civis assumiram a direção do Serviço, entre 1945 e 1957, com destaque para a gestão de José Maria da Gama Malcher (1951-1955) que teria se revelado mais permeável à influência da antropologia. Assim, a partir de 1947, começa a se dar a inserção de etnólogos no SPI, o qual viria a contar com a presença de Eduardo Galvão na Seção de Orientação e Assistência e de Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira na Seção de Estudos (Lima, 1995).

país, considerando, sobretudo, a notória precariedade da assistência médico-sanitária fornecida pelo SPI²⁰.

O quarto capítulo é dedicado ao caso mexicano. A análise da antropologia aplicada à saúde pública no México parece pertinente, considerando a história de associação da disciplina ao Estado naquele país – o que pode oferecer um contraponto ao caso brasileiro. Em outros termos, houve a conversão da antropologia em um saber aplicado à gestão das populações indígenas e mestiças e de legitimação científica da ideologia de integração nacional. O México, entre os anos quarenta e cinquenta, já inicia uma tradição de estudos em antropologia médica, e alguns antropólogos como Gonzalo Aguirre Beltrán, que foi diretor do Instituto Nacional Indigenista/INI – a principal agência governamental responsável por projetos de integração e desenvolvimento em comunidades indígenas – defendiam o uso da pesquisa antropológica na programação de intervenções médico-sanitária entre estas populações (Aguirre Beltrán, 1953). Foi no âmbito do INI, através dos Centros Coordenadores Indigenistas/CCI, aparelhos mantidos pelo instituto e cuja direção cabia a antropólogos, que foi lançada, em 1951, uma das experiências mexicanas mais importantes no tocante à implementação de programas de desenvolvimento regional-integral e que incluía projetos de profilaxia, assistência médica e educação sanitária. Outra iniciativa precursora no mesmo sentido foi conduzida pelo Instituto de Assuntos Inter-Americanos em cooperação com a Secretaria de Salubridade e Assistência do México e envolveu a criação de uma Seção de Antropologia, cuja equipe, liderada pela antropóloga norte-americana da *Smithsonian Institution* Isabel Kelly, teve como propósito analisar os programas governamentais de saúde e saneamento dirigidos, sobretudo, às comunidades rurais do país.

Finalmente, no capítulo conclusivo, a principal tarefa será alinhar os fios soltos até aqui. Ou seja, procurarei sistematizar o quanto os casos analisados previamente segundo uma perspectiva histórica e comparativa contribuem para a compreensão da dinâmica das relações entre ciências sociais, antropologia e projetos coletivos de pesquisa aplicada por

²⁰ Como observa Langdon: “Los servicios de salud del SPI fueran esporádicos y desorganizados. No se conservaron datos sistemáticos sobre las condiciones de salud, y en muchos casos ni siquiera si levantaron. El Servicio Nacional de Tuberculosis (SNT) atendió, en parte, la salud indígena durante la época del SPI y en 1956 el Servicio de Unidades Sanitarias Aéreas (Susa) se unió al SNT para atender a las poblaciones indígenas aisladas” (Langdon, 2000, 110).

um lado, e estados nacionais, assistência técnica internacional, políticas de desenvolvimento e o campo da saúde pública, por outro.

CAPÍTULO I

Desenvolvimento, modernização e cultura: tendências e políticas das ciências sociais norte-americanas no pós-Segunda Guerra

Em um texto em que avalia a trajetória do antropólogo Sol Tax, George Stocking recomenda que o exame da antropologia norte-americana do período pós-Segunda Guerra e Guerra Fria seja destituído de um olhar já informado pela experiência da Guerra do Vietnã e toda a consciência crítica que tal evento despertou entre a comunidade científica, observando que algumas interpretações retrospectivas empobreceriam as manifestações antropológicas do período ao submetê-las a uma avaliação ideológica segundo os parâmetros atuais. Ou seja, segundo o historiador, muitas análises do campo intelectual norte-americano daquele período incorreriam em um “anacronismo retrospectivo”, por exemplo, atribuindo valores, preocupações e questionamentos que não eram cogitados naquele momento, ou, julgando ações e agentes a partir de princípios que só entrariam em cena nos efervescentes anos sessenta. Isto posto, Stocking, ao abordar a carreira antropológica de Tax situando-a no contexto social e histórico de sua época, mostra-se empenhado em oferecer um retrato mais nuançado da antropologia da Guerra Fria, que seja capaz de capturar sua complexidade. Tal complexidade é sinalizada pelo historiador ao longo de seu artigo nas referências que faz às diversas tendências que povoaram o campo antropológico no período em tela, como os estudos de caráter nacional, o paradigma da aculturação, a interlocução com a teoria da modernização, a antropologia aplicada e a antropologia da ação (Stocking, 1999).

Neste capítulo, seguindo o propósito de apresentar um breve panorama das ciências sociais norte-americanas no momento de expansão da superpotência estadunidense, a partir da Segunda Guerra, revisitaremos algumas das tendências acima mencionadas. Atenção maior será conferida às abordagens centradas nos conceitos de mudança social, modernização e desenvolvimento; aos trabalhos que passam a incluir a América Latina como região etnográfica; e, aos estudos mais sintonizados com as diretrizes da política

externa americana por resultarem de convênios, projetos cooperativos de pesquisa e experimentos aplicados articulados a programas de assistência técnica.

As ciências sociais norte-americana vão à guerra

É preciso reconhecer que, no geral, o cenário acadêmico nos Estados Unidos foi consideravelmente afetado pela Segunda Guerra Mundial (1939-45), pela preocupação com a segurança nacional e pela reorientação da política externa norte-americana que se seguiu ao desfecho do conflito bélico. A entrada dos Estados Unidos na guerra, em fins de 1941, favoreceu o recrutamento de especialistas e a mobilização de cientistas para colaborar com as agências do governo. Evidentemente, algumas áreas de pesquisa aplicada foram mais requisitadas, destacando, por exemplo, aquelas ligadas ao desenvolvimento de armamentos e de tecnologia médica. Entretanto, ainda que a contribuição da “*big science*” tenha sido muito mais acentuada, também os institutos voltados para a pesquisa básica tiveram suas atividades afetadas pelos esforços de guerra.

A *Smithsonian Institution*/SI, por exemplo, instituição que corresponde a um complexo de museus e centros de pesquisa em áreas como ciências naturais, geografia e etnologia, comprometeu-se em organizar e disponibilizar as informações estratégicas e o conhecimento especializado acumulado sobre regiões, meio ambiente, povos e recursos naturais que poderiam ser valiosos do ponto de vista geopolítico e militar. No relatório anual da SI de 1943, o secretário da instituição na época, C. G. Abbot, declara que boa parte do quadro de funcionários está se dedicando em tempo integral a projetos relacionados à guerra e explica que:

“(...) muito da contribuição da Instituição é de natureza indireta, já que por razões óbvias, uma organização só pode conduzir o trabalho para o qual seus membros têm o treinamento e a experiência exigidos. Na guerra total, no entanto, o conhecimento correto de povos e lugares obscuros e outros temas de interesse principalmente acadêmico em tempos normais, de repente, torna-se de vital importância para o Exército e a Marinha. No fornecimento de algumas destas informações, urgentemente necessárias e frequentemente difíceis de obter, consiste a maior

contribuição da Instituição” (*Annual Report of the Board of Regents of the Smithsonian Institution*, 1944, 2).

O envolvimento da SI foi coordenado por um Comitê de Guerra organizado internamente que, entre outras atribuições, era responsável pela organização de listas com nomes de especialistas, informações sobre as pesquisas realizadas, as áreas geográficas onde foram conduzidas as pesquisas de campo, a existência de mapas e fotografias, etc. Tais listas abarcavam todos os campos científicos e eram fornecidas às agências de guerra¹. A *Smithsonian* também colaborava com o Escritório Etnogeográfico (*Ethnogeographic Board*) que havia sido estabelecido conjuntamente pelo Conselho Nacional de Pesquisa, pelo Conselho de Pesquisa em Ciências Sociais e pelo Conselho Americano de Sociedades de Ensino e concentrava as funções de criação de redes científicas, de organização de informações etnográficas – destacando os estudos de área (*area studies*) – para agências militares, e publicação de relatórios (Annual Report, 1944; Henson, 2000).

Neste cenário favorável ao ativismo de cientistas e acadêmicos, os antropólogos emergem como personagens atuantes. É bem conhecido o envolvimento, durante a guerra, de nomes do *establishment* antropológico dos Estados Unidos como Margaret Mead, Ruth Benedict, Clyde Kluckhohn, Geoffrey Gorer, Cora Du Bois e George Murdock com instituições militares e agências de inteligência como o Departamento de Serviços Estratégicos (Office of Strategic Service), o Departamento de Informação de Guerra (*Office of War Information*) e a Autoridade de Realocação de Guerra (*War Relocation Authority*) – esta última responsável pelos campos onde foram confinados os japoneses e americanos de origem nipônica vivendo nos Estados Unidos (Yans-McLaughlin, 1986; Bashkow, 1994). Menos visível foi a atuação dos antropólogos sem renome e dos recém iniciados na disciplina. Em uma carta escrita em 1942, o antropólogo Charles Wagley refere-se aos

¹ Ao discutir a elaboração de tais listas, Pamela Henson comenta que: “De uma perspectiva pós-Guerra do Vietnã, pode parecer estranho que existissem poucas objeções à coleta, em larga escala, de dados sobre indivíduos. Algumas associações profissionais tentaram manter suas próprias listas, preferencialmente que envia-las para o CSRP, mas aquelas objeções foram superadas. Na atmosfera posterior a Pearl Harbor, tais questões se não eram impensáveis, eram no mínimo impronunciáveis” (Henson, 2000, 30). Esta como as outras citações originalmente em língua estrangeira contidas neste texto foram traduzidas livremente pela autora.

“milhares de antropólogos trabalhando agora em Washington”², o que parece uma estimativa bastante exagerada. George Foster, por exemplo, menciona 150 antropólogos comprometidos com os esforços de guerra. No entanto, devemos levar em conta que alguns, como o próprio Wagley, estavam a serviço do governo no exterior.

Entretanto, a vinculação da academia com a política externa dos Estados Unidos não se deu somente através da mobilização para a guerra. O desenvolvimento do campo da cooperação internacional e assistência técnica – o qual também não deixou de ser impulsionado pelo contexto bélico – funcionou como um importante catalisador de cientistas e pesquisadores. Os programas cooperativos patrocinados pelo governo ofereciam aos institutos de pesquisa e especialistas que com eles colaborassem a vantagem de contar com financiamento para projetos no exterior e forneciam a justificativa nobre de contribuir para a expansão das relações culturais e do intercâmbio científico entre nações. De fato, além dos investimentos econômicos e da intensificação do comércio, o aparato estatal investia em projetos nos campos da cultura, educação, ciências e saúde, através de agências como o Comitê Interdepartamental de Cooperação Científica e Cultural do Departamento de Estado e o Escritório do Coordenador de Assuntos Interamericanos.

Dentro do espírito da “Política da Boa Vizinhança”, as duas organizações acima citadas financiavam na América Latina projetos sociais, técnicos e científicos tanto em áreas de interesse estratégico imediato como programas sanitários, desenvolvimento da produção da borracha e da aviação civil e investigações sobre minérios estratégicos, quanto em áreas que deveriam atender a interesses de longo prazo como observações magnéticas e sismológicas, operação de estações de rádio-sonda e programas de extensão agrícola. As agências também concediam patrocínio a atividades no âmbito das ciências básicas e da cultura como investigações antropológicas, estudos sobre sistemas educacionais, instalação de bibliotecas, treinamento de especialistas e concessão de bolsas de estudo³.

² Wagley to Steward on October 5, 1942. Records of Institute of Social Anthropology Smithsonian Institution 1942-1952, National Anthropological Archives/NAA, Smithsonian Museum Support Center, Suitland, Maryland, Series 5 Areal Subject Files, Folder: Brazil General 1942-51, Box 12.

³ Informações coletadas sobre os anos de 1945 e 1946 em: “Current Activities of the Interdepartmental Committee on Cultural and Scientific Cooperation in México”, Records of Institute of Social Anthropology Smithsonian Institution 1942-1952, NAA Folder: México General 1944-49, Box 13, Series 5 Areal Subject Files; e “Current Activities of the Interdepartmental Committee on Cultural and Scientific Cooperation in Peru”, Records of Institute of Social Anthropology Smithsonian Institution 1942-1952, NAA Folder: Peru General 1946-51, Box 13, Series 5 Areal Subject Files.

Este contexto tornou possível aos pesquisadores capitalizar a oferta de recursos para seus próprios projetos, como no caso do antropólogo Julian Steward que conseguiu, ainda em 1942, o apoio do Departamento de Estado para criar dentro da *Smithsonian Institution* um Instituto de Antropologia Social/ISA, cuja principal política era enviar cientistas sociais para desenvolver atividades de ensino e pesquisa em vários países latino-americanos. Uma vez que seus objetivos tinham caráter cooperativo mais de longo prazo, o instituto conseguiu sobreviver à guerra, encerrando suas operações somente em 1952.

De todo modo, com o fim do conflito mundial, enquanto muitos dos cientistas que tinham se engajado retornaram às suas atividades ordinárias nas universidades e nos institutos, alguns, como os antropólogos Kluckhohn e Murdock, por exemplo, continuaram apostando nos contatos feitos em Washington para dar continuidade a seus projetos de pesquisa (Diamond, 1992; Bashkow, 1994; Price, 2004).⁴ Sobre o quadro inaugurado pela guerra, Clifford Geertz comenta que:

“A emergência dos Estados Unidos como um poder mundial, realmente o poder mundial, reativando a Europa, contendo a União Soviética, colocando o Terceiro Mundo no curso do desenvolvimento, parecia sugerir que a sede do ensino e da pesquisa tinha sido transportada para cá também. E claro, nós éramos ricos então; mais ricos do que qualquer um. Se você pensasse em algo plausível para fazer, você poderia conseguir dinheiro em algum lugar – da Fundação Nacional da Ciência, do Escritório de Pesquisa Naval ou dos Institutos Nacionais de Saúde Mental, da Ford, Rockefeller ou Rand ou do Conselho de Pesquisa em Ciência Social – para fazê-lo” (Geertz, 1995, 99-100).

⁴ O antropólogo Clyde Kluckhohn (1905-1960) pertencia à tradição boasiana da antropologia americana e foi um dos pioneiros nos estudos de cultura e personalidade. Da sua extensa produção, destacam-se os trabalhos sobre os Navaho e sua contribuição para uma sistematização do conceito de cultura. Durante a maior parte de sua carreira, ele esteve vinculado ao Departamento de Relações Sociais da Universidade de Harvard e, nesta universidade, também foi diretor do Centro Russo de Pesquisa, no período da Guerra Fria. Além da atividade acadêmica, atuou como consultor para agências do governo e fundações. O antropólogo George Murdock desenvolveu a maior parte de sua carreira na Universidade de Yale, onde coordenou o famoso projeto de compilação de dados etnográficos, o *Human Relations Area Files*, que contou com o apoio da Marinha durante a Segunda Guerra e tinha como propósito compor um arquivo com os traços do maior número possível de culturas. Foi um dos pioneiros da antropologia norte-americana no Pacífico e continuou ligado a assuntos estratégicos do governo no pós-guerra. No período macartista, ele foi informante do FBI, chegando a expor em uma carta os nomes de membros da Associação Americana de Antropologia que, segundo seu julgamento, tinham ligações com o comunismo (Price, 2004).

O trecho sugere a facilidade na obtenção de recursos para pesquisa em ciências sociais no período. Mas, se o momento era favorável à articulação de convênios com Fundações e órgãos do Departamento de Estado para o estabelecimento de centros de estudos (como o Centro Russo de Pesquisa) e/ou para a condução de programas de pesquisa (como o Programa de Investigação Coordenada de Antropologia na Micronésia), a materialização destas parcerias poderia demandar esforços consideráveis e depender da habilidade do solicitante em “vender a ciência social, demonstrando sua utilidade prática”⁵, ou seja, estava colocada a possibilidade de conversão de conhecimento etnográfico em inteligência. Assim, deve-se suspeitar dos interesses em jogo neste tipo de financiamento. Por outro lado, no entanto, vale a pena ponderar que às vezes as relações não eram tão diretas como tendemos a supor, e faz-se necessário acompanhar instituições e atores em ação e negociação a fim de avaliar a extensão dos compromissos assumidos e seu impacto nos resultados das pesquisas.⁶ Finalmente, ao rever tais eventos e atividades, alguns autores têm salientado a necessidade de analisar suas conseqüências para o desenvolvimento da disciplina antropológica no que concerne à expansão dos interesses etnográficos a regiões inexploradas (Bashkow, 1994), à introdução de novos objetos de estudo e de mudanças no formato das etnografias (Almeida, 2004), e também, com respeito às inovações teóricas e metodológicas (Goldman e Neiburg, 2002).

Notas sobre a história da antropologia nos Estados Unidos

Esta seção objetiva tecer alguns comentários sobre o panorama da antropologia norte-americana nos anos que interessam ao presente estudo, começando com a configuração institucional da disciplina no período entre-guerras.

Até por volta da década de vinte, como informa Stocking, os departamentos de antropologia permaneciam atrelados a museus, poucos antropólogos profissionais estavam vinculados a universidades como professores, e o Departamento de Etnologia Americana da

⁵ Segundo Ira Bashkow, quando Murdock era responsável pela coleta de informações e pela supervisão de assuntos políticos no Pacífico, ele relatou ao então diretor do Instituto de Relações Humanas de Yale “que sua experiência de guerra tinha o convencido ‘da necessidade de vender a ciência social demonstrando sua utilidade prática’” (Bashkow, 1994, 181-182).

⁶ Este é o desafio enfrentado no próximo capítulo, ao recuperarmos a história do Instituto de Antropologia Social da *Smithsonian Institution*.

*Smithsonian Institution*⁷ – cujo trabalho ligava-se ao Museu Nacional de Washington – mantinha-se como a principal instituição patrocinadora de pesquisa antropológica. Tal estrutura, em que a investigação era conduzida tendo em vista os museus e suas coleções, não deixava de reforçar a associação entre as subdisciplinas etnologia, arqueologia e antropologia física, ao mesmo tempo em que favorecia a aproximação entre antropologia e ciências naturais, em detrimento das outras ciências sociais. Notadamente, como se sabe, nos Estados Unidos, a antropologia se organizou como disciplina que englobava os chamados quatro campos, a saber: a arqueologia, a linguística, a antropologia física e a etnologia. Como resultado, os antropólogos contavam com uma formação mais abrangente, ainda que, conforme constatou Stocking, tenha havido no período em tela um predomínio de trabalhos em arqueologia e antropologia física (Stocking, 1992).

Contudo, segundo o autor, o quadro mencionado acima começa a se transformar quando, acompanhando o declínio da importância dos museus e o incremento do apoio das fundações filantrópicas à pesquisa social,⁸ ocorre a expansão acadêmica da antropologia, com a organização, dentro das universidades, de novos departamentos, geralmente combinados com a sociologia. Os principais centros de trabalho antropológico continuavam situados em Nova York e Washington, mas na década de 30 os departamentos de Chicago, Northwestern, Michigan e Wisconsin firmam-se como centros importantes. Deste modo, como ressalva Stocking, estas mudanças institucionais não deixaram de mediar o desenvolvimento da disciplina (Stocking, 1992).

Então, a Universidade de Columbia, que já estava definitivamente estabelecida enquanto domínio boasiano, correspondia à instituição mais proeminente do campo no país

⁷ O Bureau of American Ethnology da *Smithsonian Institution* foi estabelecido em 1879 e especializou-se na classificação linguística, descrição física e coleta de dados etnográficos sobre os povos nativos americanos. A produção de conhecimento útil atendia aos interesses do governo, cuja política estava voltada para o confinamento dos índios em reservas, visando sua administração e assimilação. O geólogo e etnólogo John Wesley Powell foi seu primeiro diretor e um dos responsáveis pela prevalência da abordagem evolucionista do Departamento (Hinsley, 1981).

⁸ “A década de 1920 marca uma fase importante no desenvolvimento do complexo acadêmico/filantrópico/governamental que desde então se tornou tão central na vida social e intelectual norte-americana. Nesse período, as conexões fundamentais se davam entre os dois primeiros componentes. Associações profissionais disciplinares nacionais, seguindo um padrão estabelecido durante a Primeira Guerra Mundial pelo quase governamental *National Research Council* (Conselho Nacional de Pesquisa), se uniram na criação de grupos disciplinares para organizar a pesquisa e procurar fundos que estavam além da capacidade das instituições acadêmicas separadas em que seus membros estavam empregados. Quase simultaneamente, as principais fundações filantrópicas estabelecidas nas duas décadas anteriores se voltaram para a pesquisa como fórmula mágica para a promoção do bem-estar humano” (Stocking, 2004, 23).

e era o centro da produção em etnologia, com estudos que concediam primazia à cultura. Em Columbia, o professor Franz Boas formou, desde 1899 até 1942 – ano de seu falecimento – duas gerações de antropólogos; e foram, com efeito, os seus alunos, os principais protagonistas da cena antropológica norte-americana durante um bom tempo. Considerando a distribuição da primeira geração de alunos de Boas no cenário institucional da época, observamos que Alfred L. Kroeber (1876-1960) e Robert Lowie (1883-1957) fundaram o Departamento de Antropologia da Universidade de Berkeley; Alexander Goldenweiser conseguiu uma posição na Nova Escola de Pesquisa Social, em Nova York; e Edward Sapir (1884-1957), após um período na Universidade de Chicago, migrou para a Universidade de Yale para criar o Departamento de Antropologia. Dentro do segundo grupo de antropólogos treinados por Boas, temos a sucessora dele em Columbia, Ruth Benedict (1887-1963); Melville Herskovits (1895-1963), que durante toda a vida foi professor da Universidade de Northwestern, e Margaret Mead (1901-1978) que se tornou curadora do Museu Americano de Etnologia e História Natural.

Partindo da herança culturalista boasiana e afastando-se em maior ou menor grau do programa de seu mentor – cujos fundamentos incluíam a rejeição ao evolucionismo e ao determinismo biológico, a orientação histórica, o relativismo cultural, a análise da variedade de culturas e certo potencial para a crítica cultural – ou, simplesmente, privilegiando algum destes componentes em particular, os antropólogos referidos acima desenvolveram distintas abordagens, como a história cultural, a escola “cultura e personalidade”, os estudos de aculturação e a etnolinguística (Eriksen e Nielsen, 2007).

Mas, embora a corrente boasiana fosse, efetivamente, a mais influente, ela não deixava de coexistir com outras tendências da antropologia norte-americana. No Departamento de Sociologia e Antropologia de Chicago, por exemplo, estas duas disciplinas desenvolveram forte colaboração, favorecendo o florescimento de uma tradição de análise micro-sociológica e a introdução de novos objetos de pesquisa etnográfica como camponeses, imigrantes, grupos étnicos e outros atores semi ou completamente urbanizados. Ainda na década de 20, a sociologia era o carro chefe do departamento, com Robert Park como a figura mais ilustre e o mentor de um inovador programa de pesquisa das comunidades locais que se notabilizaria e marcaria a chamada Escola de Chicago. Os sociólogos experimentavam aplicar “métodos etnográficos em seus estudos da vida urbana,

da migração e das relações étnicas” (Eriksen e Nielsen, 2007, 73). Sob o empenho de Fay-Cooper Cole e o prestígio de Edward Sapir, o programa de pós-graduação em antropologia também se tornou reconhecido e, através da produção de seus Ph.Ds., destacou-se com uma linha própria de estudos. Em Chicago, desenvolviam então suas pesquisas de doutorado futuros antropólogos renomados, como Heverett Hughes e Robert Redfield – o qual passou a integrar o corpo docente do departamento em 1928 (Stocking, 2004).

É, aliás, o trabalho de Redfield (1897-1958) que melhor representa o viés particular que a conexão sociológica imprimiu à antropologia de Chicago. Vale lembrar que Robert Park era o sogro de Redfield e que ele desempenhou um papel importante tanto na migração do então jovem advogado do campo do direito para o das ciências sociais, quanto na disposição do antropólogo para aderir à influência do pensamento sociológico – sobretudo através da tradição alemã. Neste sentido, o conceito de “comunidade folk” proposto por Redfield em *Tepoztlán: uma aldeia mexicana*, segundo argumenta Stocking, teria sido claramente tributário de suas leituras de Park e dos autores alemães indicados por este (Stocking, 2004). As investigações do antropólogo sobre a vida camponesa estão entre as pioneiras sobre a temática nos EUA e serviram de modelo para estudos posteriores conduzidos pelos estudantes de Chicago.⁹

Outra influência sobre os antropólogos de Chicago – que em 1929 já haviam alcançado status departamental – adveio da corrente estrutural-funcionalista da antropologia social britânica e das propostas de desenvolver a disciplina nas bases de uma “ciência natural da sociedade” que Radcliffe-Brown trouxe para o departamento nos seis anos em que atuou como professor convidado. Assim:

“A estada de Radcliffe-Brown em Chicago na década de 1930 foi muito fecunda no sentido de que estimulou a formação de um grupo de antropólogos não-boasianos numa excelente universidade americana. (...) A antropologia de tendências sociológicas de Radcliffe-Brown recebeu boa acolhida nesse grupo, e ele foi fonte de inspiração importante para Robert Redfield, Sol Tax e Ralph Linton, entre outros” (Eriksen e Nielsen, 2007, 73).

⁹ Adiante teceremos maiores comentários sobre as investigações de Redfield no México e sua importância na época.

Enfim, tal era a configuração geral do *establishment* antropológico estadunidense às vésperas da Segunda Guerra, destacando que boa parte dos futuros expoentes da disciplina estavam, naqueles anos incertos entre a Crise de 1929 e a eclosão do grande conflito mundial, realizando seus estudos de doutorado e pós-doutorado nos citados Departamentos de Antropologia, como por exemplo, Julian Steward e George Foster em Berkeley; Sol Tax e Kalervo Oberg em Chicago. Nas décadas seguintes, estes e outros antropólogos atuando nos Estados Unidos dariam prosseguimento às suas trajetórias profissionais, contudo isto ocorreria em um campo intelectual profundamente alterado pelo envolvimento do país no conflito bélico, e, no que tange ao campo antropológico em especial, em um momento de intenso desenvolvimento da disciplina. Nas palavras de Stocking:

“Estou inclinado a ver o período entre a Segunda Guerra Mundial e a ‘crise da antropologia’ como uma fase distinta na história da disciplina, em que a emergência dos Estados Unidos como uma superpotência mundial refletiu-se na internacionalização da antropologia americana” (Stocking, 1992, 115-116).

A experiência durante a guerra implicou descontinuidades com o panorama anterior em vários sentidos – alguns dos quais, gostaria de destacar. Em primeiro lugar, o ativismo contra o nazismo e pela democracia exigiu um afastamento com relação ao relativismo cultural. Com os valores relativistas temporariamente suspensos, a orientação romântica da antropologia norte-americana foi, ao menos temporariamente, abrandada em favor de tendências mais universalistas e progressistas (Stocking, 1992; Yans-McLaughlin, 1986).¹⁰

Em segundo lugar, deu-se a definitiva abertura da disciplina para novas regiões etnográficas – movimento que a rigor havia sido iniciado ainda no período entre guerras, com as iniciativas do Social Science Research Council, da Fundação Rockfeller e da Instituição Carnegie de conceder bolsas para pesquisa na América Latina que permitiram, por exemplo, além de vários projetos arqueológicos na América Central, os estudos

¹⁰ Tal neutralização do relativismo parece não ter sido tão efetiva assim se levarmos em conta a “Declaração sobre Direitos Humanos” submetida pelo Escritório Executivo da Associação Americana de Antropologia/AAA à Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas em 1947 em resposta à promulgação da Declaração dos Direitos do Homem feita por essa organização multilateral. O documento da AAA é uma evidência que mesmo sob o impacto do nazismo, manifestações ultra-relativistas podiam ter lugar na antropologia americana (Statement on Human Rights, *American Anthropologist*, Vol.49, no 4, October-December, 539-543, 1947).

etnográficos conduzidos por Robert Redfield no México e Charles Wagley na Guatemala e no Brasil. Todavia, tanto a guerra, ao levar ao engajamento dos antropólogos na política externa americana, quanto a emergência dos Estados Unidos como superpotência mundial, ao demandar mais conhecimento acerca de suas áreas de influência (com o governo passando a financiar maciçamente novas pesquisas), foram circunstâncias que favoreceram definitivamente o alargamento do interesse etnográfico para além dos problemas da nação estadunidense e também a consolidação de campos de pesquisa antropológica para além das fronteiras nacionais. Ou seja, a conjuntura geopolítica criou condições para a internacionalização da disciplina e para sua conversão “de uma antropologia nacional, naciocêntrica, voltada essencialmente para a *nation-building* (construção nacional) – como as antropologias mexicana ou brasileira – para uma antropologia ‘imperial’ ou ‘metropolitana’ ” (Goldman and Neiburg, 2002, 25).

Finalmente, ocorreu uma mudança no escopo das atividades realizadas pelos antropólogos, assim como a ampliação das possibilidades no campo profissional. Por um lado, cresceram vertiginosamente as oportunidades de trabalhar para o governo, em agências militares, de inteligência, ou de assistência técnica externa, desempenhando tarefas diretamente relacionadas à política nacional. Foi neste contexto de descoberta de novos usos do saber antropológico e de impulso às atividades orientadas para a intervenção que foi criada a Sociedade para a Antropologia Aplicada, em 1941. Por outro lado, ocorreu o aumento do número de postos acadêmicos, com a expansão dos programas de treinamento e pesquisa em antropologia nas universidades, o que garantiu que a academia permanecesse como o epicentro do desenvolvimento da antropologia nos Estados Unidos. Ademais, ainda que a experiência da guerra tenha favorecido uma inclinação geral dos antropólogos à engenharia social, no que diz respeito às fontes de reconhecimento dentro do campo da disciplina, o trabalho aplicado seguiu sendo desprestigiado.

A virada para os anos 50 se dá sob o impacto da Guerra Fria e dos processos de descolonização. No cenário intelectual norte-americano, a nova década testemunha a emergência de um interesse antropológico por problemas de modernização e mudança social, assim como a multiplicação de projetos de pesquisa que escapam da linha boasiana. Também, como destacam Eriksen e Nielsen, as Américas Central e do Sul e o Caribe consolidam-se como regiões etnográficas (Eriksen e Nielsen, 2007). Tais mudanças serão

mais bem apreciadas na seção seguinte deste capítulo; aqui, ainda deve-se mencionar que o evolucionismo ressurgiu com força, mas em uma versão nova inspirada no marxismo, através das propostas de Leslie White e de Julian Steward.

Ressalvadas as divergências e hipóteses originais, ambos os autores desenvolveram abordagens materialistas da cultura, propondo teorias da evolução social marcadas por determinismos de caráter tecnológico e ecológico. White e Steward, como professores respectivamente das Universidades de Michigan e de Columbia, foram responsáveis pela instalação de redutos imunes à herança boasiana dentro dos departamentos de antropologia de tais universidades. Cabe advertir que as ligações deste neo-evolucionismo com o marxismo não foram abertamente declaradas por White e Steward – isto viria a ser feito só subsequentemente, por seus alunos. A explicação para a necessidade de disfarçar tal influência deve ser buscada no contexto da Guerra Fria, sobretudo, dentro do período do macartismo, quando foi instituída uma violenta perseguição política aos comunistas (Eriksen e Nielsen, 2007; Kuper, 2002; Price, 2004). Assim:

“Alguns aspectos da perspectiva teórica da antropologia ameaçavam o estado de segurança nacional da América da Guerra Fria. A influência de Marx sobre a ciência social do século vinte teve um longo alcance. As bases da antropologia na abordagem evolucionista de Lewis Henry Morgan e as teorias materialistas e cripto-marxistas de antropólogos como V. Gordon Childe, Julian Steward e Leslie White trouxeram as perspectivas influenciadas por Marx para o centro do campo – embora a ausência de uma ênfase sobre o conflito de classes, a mercantilização e a práxis tenha marcado aqueles desenvolvimentos teóricos. Não foi até os anos de 1960 que antropólogos começaram a abertamente reconhecer o débito epistemológico com Karl Marx e Friedrich Engels. Ainda hoje, continua a haver hesitação no reconhecimento do impacto do Socialismo e do Comunismo sobre o desenvolvimento da antropologia americana” (Price, 2004, 30).

Apesar de toda precaução, no entanto, Leslie White (1900-1975) não escapou de ser citado em investigações do *Federal Bureau of Investigation*/FBI e identificado como comunista – o que no caso específico dele não acarretou maiores incidentes, possivelmente porque, apesar de sua adesão teórica ao marxismo, White não teria tido um engajamento político mais ativo a ponto de despertar maior preocupação na agência de inteligência (Price, 2004).

Em contraste, outros casos em que o FBI exerceu um monitoramento mais agressivo sobre as atividades de seus alvos suspeitos indicam que a campanha persecutória lançada pelo Senador McCarthy atingiu em cheio a academia. Isto ocorreu, por exemplo, com o exercício de uma ingerência autorizada do FBI nos assuntos internos das universidades, como na contratação de professores, cujos candidatos passaram a ser investigados, devendo ser aprovados pela agência. George Foster faz menção a esta política intervencionista, relatando que como diretor do Instituto de Antropologia Social da *Smithsonian Institution* era obrigado a submeter os nomes dos pesquisadores à avaliação do FBI.¹⁰ Um episódio envolvendo uma integrante do ISA, Isabel Kelly, ilustra como os antropólogos poderiam ser afetados pelo macartismo. Enquanto estava no México a serviço do ISA, ela foi instada pela Universidade de Berkeley, a qual estava associada como pesquisadora sem salário, a assinar primeiramente um juramento de lealdade anticomunista para a Universidade, e depois, um outro para o Estado da Califórnia. Sob protesto, ela assinou o primeiro, mas não o segundo, e solicitou a remoção do seu nome do Departamento de Antropologia (Cueto, 2007).¹¹ Finalmente, George Stocking relata o caso de Robert Geston Armstrong que, a despeito de ter todas as qualificações necessárias e significativo apoio do Departamento de Antropologia da Universidade de Chicago para ser contratado como professor, teve seu nome indeferido pelo FBI por já ter sido filiado ao Partido Comunista, e conseqüentemente, acabou rejeitado para assumir o posto naquela instituição. Após outras tentativas fracassadas de desenvolver uma carreira acadêmica nos Estados Unidos, Armstrong acabou se estabelecendo na Nigéria como pesquisador do Instituto de Estudos Africanos da Universidade de Ibadan (Stocking, 2004).¹²

David Price oferece o estudo mais detalhado acerca do impacto do macartismo no campo da antropologia, acompanhando casos de antropólogos investigados, monitorados e demitidos de seus postos, recuperando evidências de que membros da universidade atuavam como informantes para o FBI e discutindo a reação da academia e de suas organizações, como a Associação Americana de Antropologia, face a tais incidentes. Os

¹⁰ Foster to Kelly on August 16, 1951. Records of Institute of Social Anthropology Smithsonian Institution 1942-1952, NAA, Series 4, Correspondence, Kelly, Isabel (08/1951-1953), Box 8.

¹¹ Através de Price (2004), ficamos sabendo que episódios como este haviam se tornado um tanto comuns no período, que diversas universidades passaram a exigir de seus funcionários a subscrição de declarações de lealdade anticomunista e que, em muitas ocasiões, negar-se a fazê-lo implicava na demissão do envolvido.

¹² É interessante observar que Kelly e Armstrong terminaram suas vidas nos países onde estabeleceram suas carreiras profissionais, não retornando, senão ocasionalmente, aos EUA.

relatos são esclarecedores a respeito da vigilância a que o FBI submeteu representantes do campo da antropologia como Melville Jacobs, Gene Weltfish, Paul Radin, Oscar Lewis, Cora Du Bois, entre outros, com variados custos profissionais para eles (Price, 2004).¹³

Diferentes eram os critérios e as causas que podiam motivar o FBI a abrir investigações sobre antropólogos. Ordinariamente isto acontecia quando eles se candidatavam ou eram escolhidos para ocupar posições ou executar tarefas de relevância nacional ou até para receber fundos federais para pesquisa, mas da mesma forma, quando citados em relatórios de informantes, em cartas de denúncia voluntariamente enviadas às agências de inteligência, em depoimentos de investigados, em dossiês de suspeitos, os antropólogos, como quaisquer cidadãos vivendo nos EUA, poderiam ter seu passado e sua vida devassados na busca por informações comprometedoras. O que se nota é que, a despeito da existência ou não de vínculos reais com organizações comunistas, não era excepcional que professores e profissionais com uma história de ativismo social a favor das liberdades civis, de defesa da igualdade racial e dos direitos das minorias acabassem sendo investigados simplesmente porque tais tendências poderiam ser associadas a um anti-americanismo. Do mesmo modo, suspeitas poderiam ser levantadas em razão do objeto escolhido para pesquisa, do local onde foi realizado o trabalho de campo, além das inclinações teóricas, obviamente.¹⁴ Quanto ao ônus decorrente do fato de ter atraído a atenção das agências de inteligência para si, os antropólogos corriam o risco de serem encarados como uma ameaça à segurança nacional, e, como aconteceu em alguns casos, terem suas atividades classificadas como antipatrióticas, serem submetidos a comitês investigatórios e instados a assinar juramentos de lealdade à nação, terem seus movimentos

¹³ O recrudescimento da Guerra Fria nos EUA pode ter restringido também as oportunidades para os intelectuais e estudantes latino-americanos no país. Sabemos, por exemplo, que o sociólogo Luis de Aguiar Costa Pinto, embora tivesse sido aceito pela Universidade de Chicago, foi impedido de fazer doutorado naquela instituição porque, sendo um ex-membro do Partido Comunista do Brasil teve seu visto de entrada nos EUA negado (Maio, 2007). Pela mesma razão, Oracy Nogueira não pode voltar em 1952 àquele país para defender sua tese na mesma Universidade de Chicago (Cavalcanti, 1995).

¹⁴ Como relata Price, a presença de Oscar Lewis no México e sua pesquisa de campo no país foram monitoradas pelo FBI, que desde 1943 investigava o antropólogo e chegou a interrogá-lo em 1944. Após um intervalo nos anos 50 sem acompanhar as atividades de Lewis, a agência voltaria a fazê-lo nos anos 60 quando sua escolha em estudar a “antropologia da pobreza” pareceu ao FBI subversiva. Por outro lado, quando Lewis, que continuava sendo monitorado sem o saber, decidiu realizar um estudo deste tipo em Cuba, conseguiu o financiamento da Fundação Ford, tendo em vista o interesse que as agências de inteligência tinham pela pesquisa. Entretanto, do ponto de vista do governo cubano – que a princípio até havia declarado seu apoio ao estudo – Lewis foi considerado um espião a serviço dos EUA e expulso do país em 1970 (Price, 2004).

monitorados ou, até mesmo, verem seus empregos perdidos e seu futuro dentro da carreira ameaçado, quando não interrompido (Price, 2004).¹⁵

Todavia, apesar de sua inquestionável gravidade, os problemas trazidos pela campanha macartista representaram uma exceção dentro do quadro de otimismo e progresso que cercava o campo científico americano na metade do século passado.¹⁶ Foi deveras um período promissor para as ciências sociais, quando estas, favorecidas pelas novas possibilidades abertas pelas redes de financiamento públicas e privadas, integraram projetos multidisciplinares e passaram a assumir que, assim como outras ciências, também tinham uma missão no mundo.

“Jamais, nem antes nem depois, as ciências sociais ou ‘comportamentais’ receberam tantos incentivos financeiros, foram mais bem organizadas e, de modo geral, estiveram com o moral tão alto como nas décadas de 1950 e 1960 nos Estados Unidos, e seus líderes estavam convencidos de que o futuro – que só podia ser ainda melhor – reservava grandes projetos científicos que apresentariam um plano racional para um mundo ainda melhor” (Kuper, 2002, 36).

A modernização, o desenvolvimento e a mudança social: teoria e aplicação

No plano teórico, as correntes dominantes da antropologia norte-americana nos anos 30 e 40 correspondiam à “escola cultura e personalidade”, aos estudos de aculturação e as abordagens neo-evolucionistas. Na lista das obras mais influentes no período, certamente constariam: *The Study of Man* (1936), de Ralph Linton; *Memorandum for the study of*

¹⁵ Sobre os danos causados pela campanha macartista, Price considera que: “É verdade que a maioria dos antropólogos foi capaz de trabalhar de algum modo com a capacidade acadêmica reduzida, mais do que o contrário. Mas Welfish deixou Columbia e Stern foi dispensado da escola noturna a despeito de um resultado estelar em classe e em publicações, enquanto antropólogos como Richard Morgan e Jack Harris deixaram o campo permanentemente e Morris Swadesh e Robert Armstrong deixaram o país. Não somente as pessoas perderam seus empregos, mas as carreiras de proeminentes estudiosos como George Murdock e Ralph Linton avançaram enquanto eles atacavam secretamente as reputações de acadêmicos que eles acreditavam ser anti-americanos” (Price, 2004, 344).

¹⁶ Estou atenta, no entanto, que o macartismo foi um dos aspectos da Guerra Fria que afetou os próprios rumos da pesquisa em ciências sociais nos EUA, de diversas formas, como por exemplo: ao impor um controle sobre as agências de financiamento de pesquisa com o objetivo de vetar os projetos de acadêmicos cujos nomes constavam em suas listas de suspeitos; ao influenciar, por outro lado, o patrocínio de projetos de seus colaboradores e informantes; ao impor um controle sobre as linhas de investigação e os locais onde eram realizadas; ao favorecer o apoio dado por agências do governo aos centros de estudos de áreas consideradas estratégicas; entre outras influências.

acculturation (1936), escrita em conjunto por Redfield, Linton e Herskovits; *Man and His Works* (1948), de Melville Herskovits (Stocking, 1999). Com a guerra, novas tendências ganharam fôlego, entre as principais, os estudos de “caráter nacional” – responsáveis por transformar a nação em objeto de análise antropológica e dispensar a unidade entre tempo e espaço da etnografia clássica (Almeida, 2004; Goldman e Neiburg, 2002).¹⁷ Margaret Mead e Ruth Benedict foram autoras pioneiras neste campo, com as obras que se tornariam clássicas: *And Keep Your Powder Dry – An Anthropologist Looks at América* (1942) e *O Crisântemo e a Espada: padrões da cultura japonesa* (1946). Sobre as inovações operadas por tais trabalhos, Goldman e Neiburg comentam:

“Primeiro, a América e os americanos, o Japão e os japoneses, a Alemanha e os alemães, a Grã-Bretanha e os britânicos; pouco depois, a Rússia e os russos, ou a Polônia e os poloneses, passaram a ser considerados como universos culturais suscetíveis de análise a partir de categorias semelhantes àsquelas utilizadas no estudo dos mundos culturais das chamadas sociedades simples, às quais até então a maior parte dos antropólogos havia restringido a atenção. O contexto de guerra e o conflito entre nações exigia, não obstante, uma ‘adaptação’ metodológica, os ‘estudos de cultura à distância’. O antropólogo, impedido de cumprir a tradicional rotina do longo período de observação participante no campo, devia agora entrevistar imigrantes, analisar produtos artísticos como romances e filmes elaborados em outros países, ou examinar esses universos culturais sempre acompanhados pelo adjetivo *nacional*. As fronteiras entre países foram traduzidas em termos culturais e as fronteiras culturais definidas em termos nacionais, delineando, assim, os limites das novas unidades de análise” (Goldman e Neiburg, 2002, 189).¹⁸

Tratando ainda do pós-Segunda Guerra, porém, focalizando o contexto mais amplo das ciências sociais norte-americanas, os fatores responsáveis pela reorientação da análise social foram a adesão ao paradigma do desenvolvimento e a emergência da teoria da modernização. Sociologia, ciência política e economia redefiniram suas respectivas

¹⁷ “Se a etnografia inglesa no estilo malinowskiano começou com a Primeira Guerra Mundial, a etnografia norte-americana de formato boasiano chegou a uma conclusão com a Segunda Guerra. Nos Estados Unidos, o esforço de guerra teve como principal produto antropológico a monografia de Ruth Benedict sobre um Japão que ela nunca havia visitado. A idéia da etnografia malinowskiana em uma ilha já havia sido descartada pela etnografia boasiana; mas agora os sujeitos são prisioneiros de guerra; o lócus é o império japonês do Pacífico, o tempo é uma incógnita representada pela capacidade de resistência dos inimigos” (Almeida, 2004, 66).

¹⁸ Os autores chamam a atenção também para o potencial que tais estudos encerravam para a aplicação à política externa (Goldman e Neiburg, 2002).

agendas de pesquisa num esforço de explicação das transformações do mundo pós-colonial e apostaram no desenvolvimento e na modernidade como conceitos chave. Notadamente, os economistas foram os primeiros a tomar a iniciativa de propor um receituário de combate ao subdesenvolvimento, convertendo-se, assim, nos protagonistas da cena intelectual. Na época, eles estavam colhendo os louros do sucesso do Plano Marshal e, como verdadeiros gurus do desenvolvimento, eram assediados por *policymakers* para assessorar o governo e ao lado de cientistas políticos fornecerem uma base científica para a política externa americana (Gendzier, 1985; Gilman, 2003a; Latham, 2003).

Não tardou, porém, para que os cientistas sociais chamassem a atenção para os aspectos não econômicos envolvidos no crescimento econômico do Terceiro Mundo¹⁹. Segundo eles, fatores culturais, sociais e políticos eram decisivos na transformação das economias subdesenvolvidas e deveriam ser levados em conta nas análises e formulações teóricas. Conforme observa Nils Gilman, os cientistas sociais argumentavam que:

“As economias das extensas sociedades camponesas eram inseparáveis de culturas locais, estruturas sociais e instituições políticas. A transformação da economia demandaria mudar tudo: a industrialização envolvia não só nova tecnologia, mas a criação de uma sociedade industrial” (Gilman, 2003a, 82).

Logo se tornou mesmo patente que somente o receituário limitado dos economistas – ajuda financeira mais exportação da teoria keynesiana – não garantiria modernização e a estabilidade política das novas sociedades industriais. A identificação dos obstáculos não econômicos ao desenvolvimento e dos efeitos da industrialização e do progresso tecnológico sobre o sistema social era algo que escapava ao domínio disciplinar da economia e exigia investigações e análises de natureza sociológica (Hoselitz, 1952). Esta foi a parte reclamada e conquistada pelos cientistas sociais que passaram a se ocupar da elaboração de uma teoria que contemplasse a mudança social em sentido mais amplo, identificando o processo pelo qual as sociedades deveriam passar até alcançarem a modernidade. Modernidade, portanto, não significava somente organização do modo de

¹⁹ A Segunda Guerra inaugurou uma nova representação do espaço geopolítico, um mundo dividido e ordenado hierarquicamente em três blocos: o primeiro formado pelos países capitalistas industrializados, o segundo dos países socialistas industrializados e o terceiro dos países pobres e não industrializados.

produção capitalista e crescimento econômico, também abrangia novos formatos culturais, instituições políticas e ideologias (Gilman, 2003a).

Os conceitos de modernidade e tradição definidos antiteticamente eram centrais na nova literatura. As sociedades tradicionais se distinguiam por sua economia agrícola e práticas rudimentares de cultivo; regimes políticos autoritários; ausência ou carência de tecnologia avançada e das ciências modernas; presença de estrutura social hierárquica e da família extensa; prevalência de concepções religiosas e místicas do mundo (e não de explicações científicas); práticas de cura naturais, domésticas e vinculadas a sistemas mágico-religiosos. Por outro lado, alguns predicativos da sociedade moderna eram: industrialização; avanços científicos, técnicos e médicos; baixas taxas de mortalidade infantil e de natalidade; aumento da expectativa de vida; presença da família nuclear e da mulher no espaço público; aumento da escolaridade; crescimento da oferta de produtos manufaturados e do consumo; instauração de regimes democráticos, de direitos civis e expansão da mídia. A discussão girava em torno da transição de um tipo de sociedade para outro; da definição de qual o melhor caminho, dentro dos marcos do capitalismo liberal americano, para a superação do atraso social e econômico, garantindo a estabilidade política das nações emergentes (Gilman, 2003a). Nas palavras de Latham, o que os novos estudos prometiam era “uma estrutura para análise social objetiva e um poderoso veículo para engenharia social” (Latham, 2003, 2). Ou seja, para além da preocupação com a mudança e a passagem para a modernidade, estava em jogo um projeto de remodelamento do mundo pós-colonial no contexto da Guerra Fria.²⁰

Uma das obras mais influente do período era, sem dúvida, *Os estágios do crescimento econômico: um manifesto não-comunista* (1960) que apresenta as cinco etapas do processo de desenvolvimento: a sociedade tradicional; as pré-condições para a

²⁰ Reconhecer a existência de tal projeto não implica nenhuma adesão à visão acachapante que supõe que a ambição norte-americana de aumentar a ingerência ou mesmo obter o controle sobre os processos de desenvolvimento e modernização dos países do Terceiro Mundo teria de fato surtido os efeitos e/ou alcançado os resultados visionados pelos planejadores, políticos e teóricos responsáveis por sua montagem e execução. Para os casos em que tal política chegou realmente a ser posta em prática pelos EUA em cenários do além mar, devem ser reconhecidos os fatores locais que interagiram no sentido de limitar, redefinir ou mesmo excluir as pretensões da superpotência, sendo que tais fatores dizem respeito não somente à presença de governos nacionalistas, de elites não propensas a alianças e de resistência popular, mas, sobretudo, à existência de Estados com seus próprios projetos de desenvolvimento nacional e em condições de negociar e direcionar a ajuda externa para dar continuidade a eles. Considerando em especial a circulação e a influência das teorias estrangeiras, é necessário também não subestimar o papel das teorias e modelos explicativos do subdesenvolvimento (e de superação deste) elaborados pelos intelectuais e sociólogos latino-americanos.

decolagem ou arranque (“*take off*”) rumo ao desenvolvimento; a decolagem; o alcance da maturidade e, finalmente, a era do alto consumo de massa. Seu autor, Walt Rostow, foi um dos teóricos da modernização que exerceu mais influência dentro deste campo de estudos e também no campo da política, onde atuou como um dos responsáveis pelo planejamento de governo do presidente Kennedy e também como conselheiro de segurança nacional do presidente Lyndon Johnson.²¹

Embora a experiência de um cientista social influenciando tão diretamente decisões políticas fosse uma exceção, e que nem mesmo atuar com o foco dirigido à política tivesse sido a regra para a maioria dos estudiosos, é inegável que o interesse do governo e a grande oferta de financiamento para a pesquisa foram fatores que ajudaram a modelar a produção das ciências sociais da época. Ao lado dos recursos federais, instâncias privadas como a Corporação Carnegie e as Fundações Rockefeller e Ford auspicaram a criação de centros de estudos internacionais por todo o país e o desenvolvimento de programas de “estudos de área”, campo então considerado fundamental para o conhecimento inter-cultural estratégico (Gendzier, 1985; Latham, 2000; Gilman, 2003a).

Neste sentido, no contexto de combate ao comunismo, a segurança nacional estabeleceu-se como uma das principais justificativas para despesas com pesquisa social no decorrer dos anos sessenta. Cada vez mais no governo, havia o reconhecimento de que o que o cientista político Lasswell classificou como “inteligência técnica e ideológica” (Gendzier, 1985) tinha um papel fundamental a desempenhar na formulação e direção da política norte-americana para o Terceiro Mundo, inclusive aquela de natureza militar. Fluíam recursos para as divisões de estudos sociais do Departamento de Defesa e do Exército, custeando investigações que prometiam contribuir para o entendimento de culturas estrangeiras, para desvendar e prever as reações das populações em foco e facilitar as interações dos funcionários norte-americanos no exterior. Dentro desta conjuntura, não teria sido incomum o favorecimento de trabalhos que estivessem atrelados a objetivos militares, a projetos de contra-insurgência e a operações secretas, viabilizando a

²¹ Do ponto de vista de Rostow: “Para o desenvolvimento de uma política americana efetiva nas áreas em desenvolvimento os cientistas sociais têm um papel equivalente ao dos cientistas físicos para a corrida armamentista” (Rostow apud Gilman, 2003a, 160).

constituição do que Gilman classificou como um “complexo militar-industrial-acadêmico” (Gilman, 2003a e b).

Finalmente no que tange à disciplina antropológica, a teoria da modernização se fez presente através da abordagem da mudança tecnológica ou mudança cultural. Dentro da literatura sobre o tema, destacam-se três obras que se converteram em verdadeiros manuais para os técnicos dos programas de assistência internacional, antropólogos e profissionais em geral interessados ou envolvidos com a transformação do mundo pós-colonial: *Cultural Patterns and Technical Change* (Padrões Culturais e Mudança Técnica) editado por Margaret Mead, sob os auspícios da UNESCO, em 1953; *Traditional Culture and the Impact of Technological Change* (Culturas Tradicionais e o Impacto da Tecnologia) de George Foster, publicado em 1962 e *Man Takes Control. Cultural Development and American Aid* (O homem assume o controle. Desenvolvimento cultural e ajuda americana), de autoria de Charles Erasmus e publicado em 1961.

Cultural Patterns and Technical Change foi preparado por uma equipe de especialistas da Federação Mundial de Saúde Mental sob os auspícios da Unesco e corresponde a uma coletânea com *surveys* sobre culturas particulares, relatos acerca dos efeitos das mudanças tecnológicas introduzidas nas “culturas tradicionais” e avaliações do impacto dos programas de mudança cultural dirigida sobre a saúde mental das populações. O livro é definido pelos próprios autores como o produto de um contexto histórico em que, pela primeira vez, a responsabilidade pela tarefa de ajudar os povos do mundo a superarem seu atraso através da inovação tecnológica e do conhecimento é assumida pela parte da humanidade que detém essas prerrogativas, ou seja, pelas nações desenvolvidas. Neste sentido, os autores esperam que as informações veiculadas contribuam para que se possa prever e enfrentar cientificamente as conseqüências nem sempre positivas da mudança cultural dirigida, e, sobretudo, para evitar os prejuízos do ponto de vista da saúde mental dos indivíduos afetados.

Margaret Mead escreve o prefácio do manual e chama a atenção para a contradição fundamental imanente aos programas de mudança induzida que concerne aos custos humanos e culturais dos processos de industrialização, urbanização, mecanização, secularização e ocidentalização; alertando que, embora a pretensão de colocar um fim à fome e à privação de populações inteiras seja algo legítimo, e que até já possamos deter os

meios técnicos para trabalhar por isso, não se pode dispensar a reflexão sobre os riscos inerentes ao progresso e que correspondem à destruição dos velhos valores, à desintegração de laços familiares, à perda do orgulho e da altivez de grupos sociais e à deformação de personalidades individuais. Sua sugestão é que: “Para pensar sobre a questão de *Como pode a mudança técnica ser introduzida levando em conta o padrão cultural para que os valores humanos sejam preservados?* é necessário refletir sobre aqueles padrões, aquelas mudanças, e as tentativas consideradas para proteger a saúde mental de uma população mundial em transição” (Mead, 1955, vii).

George Foster²², por sua vez, faz ressalvas ao “excesso de zelo missionário” dos técnicos americanos, advertindo que somente “o entusiasmo e a boa-vontade” deles não seriam suficientes para conquistar a confiança dos povos atendidos e nem garantiriam sua adesão aos projetos implantados; além do que, a disposição em levar, a outros povos, os benefícios da modernidade e a ambição de remodelar o modo de vida local poderiam ser atitudes consideradas como uma intromissão nos assuntos internos da nação receptora da ajuda e encaradas como imperialismo. Neste sentido, o livro de Foster se propõe a fornecer recomendações práticas aos técnicos em missão nos países do Terceiro Mundo, inclusive esclarecendo acerca das contribuições que os antropólogos estão em condições de oferecer para o sucesso dos programas cooperativos,²³ apesar do fato de estes profissionais serem considerados – segundo a opinião do autor, com relativa justiça – os mais conservadores e pessimistas da equipes de ajuda devido às suas habituais reservas com relação à mudança e ao modo de fomentá-la, tendendo frequentemente à defesa da “preservação da cultura”.

Por outro lado, o autor reconhece que o trabalho do antropólogo aplicado é, na maioria das vezes, frustrante, por conta das diferenças de perspectiva e expectativa

²² O antropólogo George Foster (1913-2006) foi um dos expoentes da antropologia médica aplicada nos EUA. Tendo se graduado na Universidade da Califórnia, Berkeley, Foster voltou a esta universidade em 1953, onde permaneceu como professor até seu falecimento. Entre 1943 e 1952, esteve vinculado ao Instituto de Antropologia Social da *Smithsonian Institution*, do qual foi também um dos diretores.

²³ Segundo Foster: “Num projeto específico, o antropólogo (...) tenta analisar as características básicas da sociedade e da cultura para a qual foi enviado, a fim de compreender as motivações e os valores dos membros da burocracia que está tentando a mudança, e para aprender os padrões de interação dos dois sistemas. Ele traz uma coleção de teorias, assim como as informações concretas que possui ou adquire, tenta predizer qual será o âmbito total da mudança se um programa for bem sucedido ou, inversamente, tenta determinar o mínimo de mudanças que devem ocorrer em toda uma cultura, antes que um programa específico possa ser bem sucedido. Procura as barreiras sociais e culturais que inibem a mudança, sugere meios de neutralizá-las e conclui quais as motivações e outros estimulantes para a mudança que poderão ser utilizados com mais êxito na ação direta, para ajudar as pessoas a decidirem aceitar ou rejeitar inovações propostas (Foster, 1964, 183).

existentes entre ele e a burocracia, e do fato de serem raras as ocasiões em que seus relatórios são efetivamente levados a sério pelos administradores. Acrescenta ainda um outro fator: para um pesquisador, o sucesso do seu trabalho é medido não apenas pelo seu potencial para uso no planejamento e na intervenção, mas pelos resultados satisfatórios alcançados também do ponto de vista científico. Ou seja: “O antropólogo deve sentir que uma parte razoável de suas pesquisas de campo será acessível à sua profissão e que será lida por seus colegas. Para um antropólogo de primeira classe é necessária a aprovação de outros antropólogos, o reconhecimento de que ele está contribuindo para a matéria” (Foster, 1964, 231).

No geral, os três manuais são bem similares, já que estão recheados de casos – muitos relativos aos programas desenvolvimentistas do Ponto IV – em que o sucesso ou o fracasso das ações de assistência técnica podem ser atribuídos a fatores de ordem cultural. Também abundam os relatos anedóticos envolvendo técnicos americanos no estrangeiro e exemplos de como o conhecimento antropológico poderia ser útil para uma política de mudança tecnológica bem sucedida.

Contudo o interesse pela mudança de culturas e sociedades não permaneceu circunscrito aos manuais de antropologia aplicada. Sobre como a antropologia norte-americana se abriu para o problema da modernização e para o estudo das sociedades de larga escala que atravessavam rápidas e profundas transformações políticas, econômicas e sociais, o antropólogo James Fergusson oferece uma boa síntese:

“Conforme a descolonização avançava, as ciências sociais se tornavam mais e mais preocupadas com o problema do desenvolvimento das novas nações. No processo, o interesse antropológico pela mudança social e cultural tornou-se progressivamente ligado à idéia de desenvolvimento, e (especialmente nos Estados Unidos) com a teoria da modernização como elaborada em outras disciplinas (notavelmente Ciência Política e Sociologia). ‘Mudança social’ era então para ser entendida como ‘desenvolvimento’, as conotações do século dezenove sendo novamente apropriadas ao sabor dos tempos. (...) Mas mesmo antropólogos com nenhuma lealdade explícita à teoria neo-evolucionista começaram a dirigir seu trabalho em direção à modernização. Realmente é notável como muitos antropólogos americanos treinados na tradição cultural relativista, a qual explicitamente rejeitava esquemas evolucionistas de progressões em estágios, estavam no início dos anos sessenta associando-se acriticamente a esquemas duvidosos de

modernização como os de Rostow em *Os Estágios do Crescimento* (1960), oferecendo como contribuição antropológica característica a localização dos obstáculos culturais à ‘decolagem’ econômica (para um exemplo sofisticado, ver Geertz 1963a, 1963b)”²⁴ (Ferguson, 1997, 160).

Com efeito, nos primórdios de sua carreira intelectual, Clifford Geertz era identificado como um teórico da modernização (assim atestam, além do relato de Ferguson, os de Nils Gilman e Adam Kuper). Décadas depois, ele se tornaria um dos antropólogos mais influentes do campo ao mudar de abordagem e propor uma antropologia interpretativa. No entanto, suas primeiras pesquisas, realizadas na Indonésia, tinham como horizonte questões então contempladas pela teoria da modernização; questões referentes à transformação das sociedades pós-coloniais, a como processos de secularização, urbanização e industrialização afetavam as dinâmicas locais e o que estava acontecendo no âmbito da cultura, a como tradições culturais e religiosas influíam no curso do desenvolvimento econômico, entre outras. Além disso, entre as décadas de 1950 e 1960, Geertz transitou por instituições de ensino e participou de projetos de pesquisa interdisciplinares que tiveram centralidade na constituição do campo de estudos sobre modernização e desenvolvimento.

O autor iniciou sua trajetória na antropologia, fazendo o curso de pós-graduação no Departamento de Relações Sociais de Harvard (Harvard Department of Social Relations) que fora fundado por Talcott Parsons e se tornou um dos principais espaços institucionais de articulação da teoria da modernização e por onde passaram os sociólogos Robert Bellah, Marion Levy, Edward Shils e S. N. Eisenstadt. Em Harvard, Geertz e sua esposa Hildred integraram um programa interdisciplinar de pesquisa de longo prazo sobre mudança social na Indonésia que contava com substantivos recursos²⁵. Após passar pelo MIT, reduto dos economistas de desenvolvimento, Geertz foi para a Universidade de Berkeley e esteve vinculado, durante a década de sessenta, ao Comitê para Estudo Comparativo das Novas Nações (Committee on the Comparative Study of New Nations) da Universidade de Chicago, criado por Edward Shils (Geertz, 1995).

²⁴ As obras de Clifford Geertz referidas são: *Peddlers and Princes: Social Development and Economic Change in Two Indonesian Towns*. Chicago: University of Chicago Press, 1963a. E: *Agricultural Involution: The Process of Ecological Change in Indonesia*. Berkeley: University of California Press, 1963b.

²⁵ Sobre o início de sua pesquisa no Sudeste Asiático, Geertz comenta: “Eu era parte de uma equipe de estudantes graduados enviados de Harvard para abrir aquela parte do mundo então desconhecido para a ciência social americana” (Geertz, 1995, 3).

Tal Comitê – segundo a descrição de David Apter que era um de seus membros – buscava superar o determinismo econômico na explicação das mudanças sociais e políticas vivenciadas pelos Estados pós-coloniais, ao privilegiar os aspectos relativos à estrutura social e à cultura, e propunha identificar as disposições culturais que favoreciam ou impunham obstáculos à transição das sociedades tradicionais para a modernidade (Kuper, 2002).

Deste modo, nos anos cinquentas, Geertz conduziu pesquisas de campo nas ilhas de Java e Bali e na década seguinte publicou monografias que refletem sobre os aspectos da cultura, religião, sociedade e economia da Indonésia, tendo como perspectiva a possibilidade de desenvolvimento e modernização do país. O próprio autor nos oferece um relato acerca das abordagens predominantes no período com o propósito de situar seus estudos e demonstrar como suas observações e hipóteses contestavam as premissas presentes em tais abordagens.

“Quando eu comecei, há mais de trinta anos, a estudar a Indonésia, as tradições culturais indígenas eram consideradas por todos, mas principalmente por um punhado de economistas e provavelmente pela maioria dos antropólogos, como um simples obstáculo à mudança social, àquele tipo tão desejado de mudança social chamado de ‘desenvolvimento’. A família tradicional, a religião tradicional, os padrões tradicionais de prestígio e deferência, acordos políticos tradicionais, tudo era considerado como empecilho no caminho do crescimento de atitudes mais propriamente racionais em direção ao trabalho, a uma organização eficiente e à aceitação da mudança tecnológica. Romper com o costume correspondia ao pré-requisito para escapar da pobreza, para a decolagem [*takeoff*] em direção ao crescimento sustentado da renda *per capita*, e para às bênçãos da vida moderna em geral. Para os economistas, era necessário abandonar o passado; para os antropólogos, estudá-lo antes que ele fosse abandonado e talvez daí então lamentar” (Geertz, 1984, 511).

Com o aumento do volume de pesquisas sobre a Indonésia, este quadro foi se tornando mais matizado como efeito das divergências entre as interpretações dos economistas – orientados pelo paradigma do desenvolvimento – e as abordagens dos antropólogos – preocupados em como registrar etnograficamente a realidade de uma

complexa civilização pós-colonial²⁶ (mais do que em como moderniza-la). Estabeleceu-se a tendência de inverter a perspectiva da “cultura como obstáculo à mudança” em direção a visão da “cultura ou tradição como incentivo à modernização”. Geertz conta que quando os estudos antropológicos começaram a surgir, eles eram consultados avidamente por cientistas sociais em geral com o propósito de identificar a presença de crenças, estruturas e práticas com potencial para estimular a transformação social na Indonésia. Em contrapartida, a posição do autor não estava propriamente sintonizada com as tendências que se voltavam para a discriminação do que favorecia ou impedia o desenvolvimento. Segundo o próprio Geertz, seu propósito era combater o “economicismo” dos estudos que admitiam como premissa que os valores e crenças locais eram exteriores à ação social e que representavam a cultura como algo artificial e subalterno. A preocupação do autor, portanto, incidia sobre o papel desempenhado pela cultura na modelagem do processo de mudança social na Indonésia (Geertz, 1984).

Neste sentido é elucidativo o artigo de 1956 em que Geertz investiga como se estrutura a relação entre crenças religiosas e comportamento econômico na pequena cidade de Modjokuto (nome fictício para Pare) na ilha de Java. A partir de uma descrição dos três principais grupos culturais do lugar: os “abangan”, os “santri” e os “prijaji” e de quais eram seus valores, suas formas de organização social, seus sistemas religiosos e práticas econômicas, ou seja, procedendo à análise de uma comunidade particular que atravessava um processo de mudança social rápida, Geertz esperava oferecer elementos que contribuíssem para o enfrentamento de algumas questões cruciais, tais como: “Em que medida um sistema religioso corresponde a um fator dinâmico na transformação econômica e em que medida é um mero efeito ou reflexo dela? Quais são os elementos formais de várias visões de mundo capazes de fazer com que elas conduzam a certos padrões de organização econômica?” (Geertz, 1956, 157). Enfim, Geertz estava interessado em identificar “Qual a natureza da ligação motivacional entre conduta religiosa e comportamento econômico?” (Geertz, 1956, 157). Tal questão, segundo as observações de Nils Gilman, não interessava exclusivamente ao antropólogo, mas também a outros teóricos da modernização que aderindo à leitura do projeto Weberiano oferecida por Parsons – a

²⁶ Os antropólogos que estavam iniciando suas pesquisas sobre as sociedades de larga escala e a complexidade do mundo pós-colonial eram confrontados com a questão da adequação do método etnográfico então tradicionalmente aplicado ao estudo das sociedades tribais.

qual enfatiza os fatores culturais preferencialmente que os econômicos na determinação da emergência do capitalismo – acabaram se envolvendo em longos debates em torno da hipótese de que a modernização dos povos pós-coloniais exigia a injeção do “espírito do capitalismo” em suas culturas tradicionais (Gilman, 2003a).

Segundo Adam Kuper, enquanto outros teóricos defendiam que os valores tradicionais e a cultura nativa criavam obstáculos ao progresso, eram responsáveis pela estagnação das novas economias e, portanto, deveriam ser descartados para a introdução da racionalidade moderna, Geertz, por outro lado, considerando a realidade dos javaneses, apostou que “embora isolados da economia moderna, eles tinham encontrado maneiras de lidar com as restrições que lhes foram impostas. Havia indícios também – caso se procurasse por eles nos lugares certos – de que formas tradicionais de organização e padrões de valores estabelecidos poderiam servir como base para a modernização econômica” (Kuper, 2002, 117).

De fato, o antropólogo não era o único a tomar tal posição, como nos informa Gilman ao esclarecer que a teoria da modernização abarcava diferentes vertentes. Postulando que a modernização exigia uma ruptura com a tradição, alguns teóricos defendiam uma ação revolucionária como o primeiro passo para a introdução de mudanças, enquanto outros insistiam que a ruptura deveria ser promovida pelo Estado, seguindo a via autoritária. Por outro lado, uma ala reformista acreditava que o processo modernizador poderia ser iniciado a partir das práticas tradicionais e instituições sociais pré-existentes, ou seja, seria possível manter a tradição que não operasse como impedimento à mudança. Dentro desta vertente, chamada por Gilman de técnocosmopolita, os elementos sociais eram enfatizados e os constrangimentos históricos reconhecidos (Gilman, 2003a).

Antropologia aplicada

Inegavelmente, o campo da antropologia sofreu a influência dos idiomas do desenvolvimento e da modernização e foi afetado pela mobilização das ciências sociais à agenda da política externa norte-americana. Contudo, a academia continuou privilegiando o estudo dos sistemas culturais “primitivos” e “a descrição e comparação de sociedades tão pouco contaminadas com o desenvolvimento quanto possível” (Ferguson, 1997, 161).

Mesmo os estudos sobre mudança cultural e transição para a modernidade não alcançaram um bom status dentro da teoria antropológica. Temas como desenvolvimento e modernização pertenciam ao domínio da prática, eram contaminados pelos imperativos da política e da economia e gozavam de baixo prestígio dentro da disciplina, não sendo reconhecidos como questões dignas de teorização. Tais assuntos, com algumas exceções, eram relegados pela antropologia acadêmica e constituíam o objeto predileto da antropologia aplicada.

Esta vertente da disciplina orientada para a intervenção encontrava um ambiente estimulante em Washington, mas era francamente desencorajada nos principais departamentos universitários como Columbia e Chicago. De fato, como relata Stocking, era praticamente só na capital federal que prevalecia a idéia de que a antropologia aplicada constituía um “campo” de alguma forma articulado aos outros quatro campos que integravam a estrutura da disciplina como institucionalizada nos Estados Unidos (Stocking, 1999).

Assim, o impulso institucional para o avanço da antropologia aplicada não veio, salvo raras exceções, da estrutura universitária, mas dos programas de desenvolvimento e de assistência técnica lançados por agências norte-americanas e organizações internacionais ligadas às Nações Unidas após o final da Segunda Guerra. Nestes programas, implantados nos países do Terceiro Mundo, os antropólogos encontraram oportunidades de emprego e a chance de expandir o campo da disciplina. Atuando em áreas diversas como saúde, saneamento, educação e agricultura, eles integravam equipes multidisciplinares e geralmente eram contratados para realizar *surveys* e pesquisas etnográficas encomendadas, atividades de consultoria e assessoria, ou ainda tinham como incumbência servir de intérpretes da cultura local para os planejadores e técnicos estrangeiros.

Definitivamente, os Estados Unidos correspondiam ao maior patrocinador de programas de assistência técnica destinados ao Terceiro Mundo. Na realidade, desde o período da guerra, com a criação do Instituto de Assuntos Interamericanos (Institute of Inter-American Affairs) – espécie de precursor da USAID, o governo já firmava acordos bilaterais com países da América Latina em que fornecia capital, tecnologia e especialistas em troca de matérias-primas e minérios, embora tais acordos tenham sido marcados pela divergência de interesses em jogo. Enquanto a preocupação molecular dos EUA dizia

respeito à defesa do Hemisfério, dirigindo negociações em torno do apoio das nações do continente aos aliados e do fornecimento de matérias-primas estratégicas para sua indústria bélica norte-americana, os políticos latino-americanos barganhavam ajuda econômica para a industrialização da região. Entretanto, a despeito destes acordos, é com o lançamento do Ponto IV que o Terceiro Mundo efetivamente ganha centralidade na política estratégica norte-americana e que passam a ser priorizados os programas de desenvolvimento destinados a esta fatia do globo, embora, como anteriormente, os interesses militares e a preocupação em garantir a hegemonia política (agora, confrontada pela ameaça comunista) ainda se mantivessem presentes.²⁷

Analistas e historiadores (Gendzier, 1985; Gilman, 2003a) destacam dois conjuntos principais de razões que ajudariam a explicar esta mudança de ênfase em direção ao desenvolvimento do Terceiro Mundo. Por um lado, são assinaladas as necessidades da economia interna norte-americana: sua dependência crescente em relação aos minérios importados; a internacionalização das empresas nacionais (faz-se necessário proteger as atividades mantidas no exterior); entre outros fatores de natureza econômica. Por outro lado, a Guerra Fria e a disputa por áreas de influência também são aventados como elementos explicativos. O incentivo a programas de ajuda econômica e assistência técnica seria parte de uma estratégia para manter o mundo subdesenvolvido sob a órbita de ingerência dos Estados Unidos e garantir o controle sobre o curso da mudança política e do crescimento econômico nestes países. Assim, uma das flagrantes preocupações com o destino das nações pobres dizia respeito ao potencial destas para a instabilidade política, para revoltas sociais e revoluções populares. Deste ponto de vista, era atribuída aos programas de desenvolvimento uma significação político-militar e a condução de tais

²⁷ Em 1949, o governo Truman lança o Ponto IV, um programa de ajuda econômica e assistência técnica com o propósito de transferir capital, ciência e tecnologia moderna da nação mais rica e poderosa do planeta para os países pobres. O discurso do presidente – bastante citado e mencionado desde então – alerta: “Mais da metade da população mundial está vivendo em condições próximas da miséria. Sua alimentação é inadequada, eles são vítimas de doença. Sua vida econômica é primitiva e estagnada. Sua pobreza é uma desvantagem e uma ameaça tanto para eles quanto para as áreas mais prósperas. Pela primeira vez na história, a humanidade possui o conhecimento e a habilidade para aliviar o sofrimento daqueles povos... Eu acredito que nós deveríamos tornar disponíveis para os povos pacíficos os benefícios de nossa reserva de conhecimento técnico para ajudá-los a realizar suas aspirações por uma vida melhor... O que nós planejamos é um programa de desenvolvimento baseado em uma transação justa e democrática... O aumento da produção é a chave da prosperidade e da paz. E a chave para o aumento da produção é uma aplicação ampla e mais vigorosa dos conhecimentos técnicos e científicos modernos” (Truman [1949] 1964 apud Escobar, 1995, 3).

programas poderia estar atrelada ao combate a movimentos subversivos e a projetos de contra-insurgência.

De todo modo, o que nos interessa aqui salientar é que a reorientação da política externa dos Estados Unidos com relação ao então chamado Terceiro Mundo introduziu um ingrediente decisivo no contexto de expansão da antropologia aplicada norte-americana e de sua projeção internacional, favorecendo, por exemplo, seu uso em intervenções modernizadoras e nos projetos de desenvolvimento de comunidade que entraram em voga nos anos cinquenta.

Certamente, um dos mais famosos e importantes projetos deste tipo conduzidos pelos norte-americanos na América Latina e que contou com a influência decisiva da antropologia foi o Projeto Cornell-Peru Vicos – o qual pode ser definido como um “laboratório de desenvolvimento” (North, 2003) e um “experimento de antropologia aplicada” (Foster, 1974). Estabelecido em 1952 através de um acordo entre a Universidade de Cornell (EUA) e o governo peruano, o Projeto Vicos se estendeu por quatorze anos e ainda continua a render estudos e debates no campo da antropologia como atesta uma bibliografia recente (ver: Doughty, 2004; North, 2003; Stein, 2000).

A fazenda Vicos ocupava uma área de 16.000 hectares de terra para cultivo e pastagem no vale dos Andes e abrigava por volta de 1700 índios (falantes da língua quéchua) que trabalhavam na condição de semi-escravos desde a colonização. A fazenda era propriedade da Beneficência Pública de Huaraz, mas passava de arrendatário a arrendatário. Em 1949, pesquisadores da Universidade de Cornell começaram a coletar informações sobre a fazenda e constataram que o nível de vida dos vicosinos era o mais baixo da região: parcelas significativas da população sofriam de desnutrição, doenças respiratórias e estavam infectadas por parasitas; crianças morriam vítimas de epidemias de sarampo e as taxas de analfabetismo beiravam os 100%. Assim, no final do ano de 1951, a Universidade de Cornell com recursos da Fundação Carnegie arrendou a fazenda por um período de 5 anos e em colaboração com o Instituto Nacional Indigenista iniciou um “experimento em ciências sociais aplicadas” cujo propósito era a modernização da população local (Foster, 1974). A direção do projeto coube ao chefe do departamento de antropologia da Universidade, Allan Holmberg, e o antropólogo peruano Mario Vazques assumiu o cargo de co-diretor. Como assinala Foster, os antropólogos assumiam a função

de administradores do projeto, com poder de tomar decisões além de dirigir as atividades de pesquisa.

O Projeto Vicos correspondeu a um programa de modernização das comunidades rurais indígenas que visava integrar os vicosinos à sociedade peruana e à economia de mercado, além de desenvolver a agricultura através da introdução de modernas tecnologias e de elevar as condições de vida da população. A promoção das mudanças era acompanhada de pesquisas e análises. Estima-se que mais de 100 especialistas norte-americanos e peruanos (entre antropólogos, nutricionistas, agrônomos, educadores e estudantes) participaram do projeto ao longo de sua duração (Doughty, 2004). Sobre Vicos, Holmberg, seu diretor esclarece que:

"Assim, os objetivos principais deste plano consistiram na devolução do poder à comunidade, na produção da riqueza e sua distribuição, na introdução e divulgação de profissões novas e modernas, na divulgação de medidas de higiene e bem-estar, na ampliação da estrutura de status e papéis e na criação de um sistema moderado de instrução mediante escolas e outros meios" (Holmberg et al., 1965, 5 apud Foster, 1974 [1969], 57).

Quanto ao balanço geral do projeto, os autores têm divergido. Alguns enfatizam os resultados positivos de Vicos, entre os quais conquistas na área da educação com o aumento da alfabetização e da escolaridade entre os camponeses; a incorporação de mecanismos democráticos com a eleição de representantes e a organização de conselhos; o crescimento da produção agrícola (na época que o projeto foi iniciado, a produção de batatas estava quase extinta devido a pestes e doenças); a abolição do sistema servil de trabalho; e a compra das terras da fazenda em 1962 pelos vicosinos com seu próprio dinheiro (fruto da venda da produção agrícola). Por outro lado, se à época de sua execução, o Projeto Vicos parece ter sido predominantemente encarado como um experimento bem sucedido, análises retrospectivas têm denunciado seus problemas. Recentemente, Stein chamou a atenção para o fato de a equipe de Cornell ter estabelecido com os vicosinos relações de poder análogas às que existiam entre estes e seus antigos patrões, ou seja, as relações entre vicosinos e pesquisadores e técnicos eram marcadamente assimétricas, do tipo dirigentes-comandados. Prova disso seria o fato de que até o antigo capataz da fazenda – pessoa em quem os vicosinos não confiavam e que demonstrava evidente desprezo pelos

indígenas – acabou sendo mantido no posto de administrador dos trabalhadores. Do ponto de vista dos críticos do paradigma do desenvolvimento, os ataques dirigidos a Vicos são os mesmos dirigidos a outros empreendimentos que, por compartilharem a premissa de que o desenvolvimento é necessário, inevitável e bom, acabariam ignorando alguns resultados danosos, a saber: que o atrelamento de economias camponesas locais ao mercado internacional implica na perda de poder e na maior dependência do campesinato; que a incorporação de uma população marginalizada à economia capitalista não conduz necessariamente à melhoria do seu nível de vida; que os modelos importados nem sempre atendem aos interesses e às demandas dos grupos locais. Entre as consequências do Projeto Vicos consensualmente reconhecidas como negativas, destacam-se o declínio da biodiversidade devido ao desenvolvimento da monocultura da batata para abastecimento do mercado e o comprometimento do solo e do ambiente natural devido ao uso intensivo de pesticidas e fertilizantes.

Ao discorrer sobre a história da antropologia aplicada, George Foster relata que, enquanto no período de vigência do sistema colonial europeu, o principal interesse da antropologia aplicada referia-se à administração dos povos dominados; com a descolonização, a disciplina teria passado a se ocupar dos problemas sócio-culturais decorrentes do processo de modernização. O impacto da introdução de ciência e tecnologia avançadas e do progresso econômico sobre as dinâmicas sociais locais dos países em desenvolvimento tornou-se objeto de investigação dos antropólogos (Foster, 1974). Assim, segundo o autor:

“O anterior teria dado lugar ao que se poderia chamar de antropologia aplicada contemporânea, já que independentemente da nacionalidade do antropólogo ou do país em que ele trabalha, a pauta de suas tarefas é a mesma. Realiza investigações sobre problemas de mudança dirigida porque se reconhece cada vez mais a importância da dimensão sócio-cultural na mudança tecnológica e na modernização e porque as agências que efetuam estes programas estão dispostas a investir capital para obter informação do tipo sócio-cultural” (Foster, 1974 [1969], 44-45).

Os antropólogos aplicados eram incorporados a programas internacionais de assistência técnica atuando em projetos de desenvolvimento de comunidade, mudança cultural dirigida, saúde e saneamento, educação, e desenvolvimento rural. Entre outras

atribuições, eles acompanhavam os programas desenvolvidos, identificavam as formas de recepção, adesão ou rejeição demonstradas pela população, diagnosticavam os eventuais problemas desencadeados e sugeriam medidas para contorná-los e evitá-los (Foster, 1974; Mattos, 2003).

Ou seja, de um modo geral então, a antropologia aplicada norte-americana pegou uma carona nas políticas de desenvolvimento e viveu um momento de expansão. Com o lançamento do Programa do Ponto IV, incrementando a agenda de cooperação com os países subdesenvolvidos, por exemplo, os antropólogos passaram a ser assediados, instados a colaborar de algum modo com o novo programa de assistência externa. A onda de solicitações e propostas demandou um posicionamento oficial do Instituto de Antropologia Social da *Smithsonian Institution* que publicou dois memorandos, “Antropologia e o Programa do Ponto IV” e “Integração do Instituto de Antropologia Social com as Metas Antropológicas do Programa do Ponto IV”, assinados pelo diretor interino do instituto, o antropólogo e arqueólogo Gordon R. Willey²⁸. No entanto, os memorandos expressam uma posição cautelosa por parte do ISA. Neles, reconhece-se a importância da perspectiva antropológica e do conhecimento de outras culturas para prever e minimizar o impacto dos programas de mudança tecnológica. Todavia, se a pertinência de uma colaboração é admitida, nenhuma postura entusiasta é assumida.²⁹

Neste sentido, cabe ressaltar que parte dos antropólogos que hoje tem seu trabalho reconhecido como pioneiro no campo da ciência aplicada, tendo se dedicado, a partir dos anos 50, às tarefas de consultoria e assessoria dentro do aparato desenvolvimentista, não se iniciou sem reservas neste tipo de atividade. Com efeito, ao acompanharmos, no próximo capítulo, como os primeiros passos no campo da antropologia aplicada de alguns de seus futuros expoentes, como George Foster e Charles Erasmus, foram dados com hesitação e ambivalência, veremos que, a despeito do contexto claramente favorável à pesquisa aplicada, os preconceitos em torno desta atividade persistiam, e, portanto, diferentemente

²⁸ Gordon R. Willey (1913-2002) foi um dos pioneiros da arqueologia norte-americana. Ele estudou na Universidade do Arizona e na Universidade de Columbia. Em 1943, foi incorporado aos quadros do Departamento de Etnologia Americana da *Smithsonian Institution* onde permaneceu até 1950, quando se tornou professor de arqueologia no Departamento de Antropologia e no Peabody Museu da Universidade de Harvard.

²⁹ “Anthropology and the Point IV Program” and “Integration of the Institute of Social Anthropology with the Anthropological Aims of the Point IV Program”, Records of Institute of Social Anthropology Smithsonian Institution 1942-1952, NAA, Series 1 Annual Reports and Administrative Records 1942-1952, Point IV 1949-52, Box 1.

do que tende a ser fantasiado, não havia, no geral, uma inclinação deliberada e inequívoca por parte destes profissionais no sentido de atrelar seu trabalho a compromissos políticos e econômicos. O que não quer dizer que isto também não tenha ocorrido.

Contudo, é preciso estar prevenido quanto à imediata, mas nem sempre bem circunstanciada, associação que é feita entre, por um lado, a atmosfera da Guerra Fria e os interesses imperialistas da superpotência americana, e, por outro, os objetivos dos antropólogos atuando no exterior, mesmo aqueles envolvidos em atividades consideradas aplicadas. Neste sentido, tem significativa relevância a informação de que, no contexto do macartismo, mesmo os antropólogos com uma história de engajamento nos esforços norte-americanos durante a Segunda Guerra e então dispostos a atuar em projetos e organizações do governo ou em missões no exterior estavam longe de serem prontamente vistos como possíveis colaboradores insuspeitos, e acabaram sim sujeitos a um escrutínio quanto ao seu passado e suas intenções. Segundo o relato de Price:

“Centenas de antropólogos que contribuíram na Segunda Guerra Mundial foram submetidos pelo FBI a investigações de segurança e background. Desde os anos quarenta e ao longo dos sessenta, uma ampla variedade de antropólogos foi o foco de investigações do FBI que eram iniciadas por candidaturas a empregos e por procedimentos militares e de inteligência para esclarecimentos. Agentes do FBI interrogaram antropólogos trabalhando para organizações como o Departamento de Estado (Cora Du Bois, John Embree, etc.), ou empregados em organizações com representatividade americana como a UNESCO (Alfred Metraux [WFO 138-698], Marvin Harris [WFO 138-3020] e Chuck Wagley [WFO105-HQ-109031; WFO138-HQ-3015]), ou ainda a *Smithsonian Institution* (Kalervo Oberg [WFO123-1501])”³⁰ (Price, 2004, 170).

Há ainda um outro complicador a ser considerado. Na época, não era incomum que antropólogos que se tornassem ativistas dos direitos civis e engajados em atividades pró-igualdade racial, por exemplo, fossem encarados como “aplicados”. Indivíduos envolvidos nestas modalidades de ativismo social, como apontou o estudo de Price, acabaram se convertendo em alvos preferenciais da campanha macartista, mesmo aqueles que

³⁰ WFO significa Washington Field Office e indica a localização dos arquivos que são indicados pela numeração citada.

notoriamente tinham se devotado a colocar a antropologia a serviço do governo, como no caso de Margaret Mead (Price, 2004).

Em resumo, portanto, é bem pouco produtor de antemão que a antropologia aplicada era um campo estritamente conservador, que a disciplina encontrava-se indelevelmente marcada por ligações espúrias com o governo, que se beneficiando de tais ligações, contava com facilidades de financiamento independente do projeto e que o profissional da área era o protótipo do indivíduo co-optado pelo Estado. Bem ao contrário, muitos dos antropólogos aplicados tinham tendências liberais, defendiam atividades progressistas na área e foram identificados pelas agências estatais como críticos das desigualdades raciais e sociais e uma ameaça ao *status quo*.³¹

No entanto, também não se trata de discernir entre boas e más intenções; nem de opor o pólo dos estudos de área e da antropologia aplicada ao pólo da investigação teórica pura. Mesmo o estudo mais insuspeito pode estar sujeito a um uso ilegítimo. Do mesmo modo, uma pesquisa, concebida para fornecer dados úteis e viabilizada por pesados financiamentos estatais ou privados, pode acabar trazendo contribuições genuínas do ponto de vista teórico, sem resultar em nenhuma aplicação prática, ou ainda contrariar frontalmente os interesses das instituições que a apoiaram.³² O ponto é que até a produção de conhecimento supostamente mais refratária aos ventos do contexto carrega a marca de sua época,³³ assim como, por outro lado, mesmo quando os interesses e compromissos extra-científicos de um projeto de pesquisa parecem mais óbvios, uma reconstituição cuidadosa da história dos atores e instituições implicados, e de suas inter-relações, pode sempre revelar nuances, cisões, recuos e orientações imprevistas, apontando para a necessidade de tecer conexões mais matizadas entre contexto, ação e texto.

³¹ Segundo Price: “Muitos chamaram a atenção do FBI porque eram *antropólogos aplicados* – não no sentido que o termo ganhou nas últimas décadas (significando antropólogos contratados por organizações privadas e públicas para trabalhar em projetos específicos), mas aplicados no sentido de que eles usaram a perspectiva antropológica da igualdade de todos os povos, o mito da raça, e teorias de estratificação como uma base para sua atuação por justiça social” (Price, 2004, 347).

³² Poderíamos citar, entre outros exemplos conhecidos, o caso do panfleto escrito por Ruth Benedict e Gene Weltfish, como parte da contribuição delas ao esforço de guerra americano, que foi originalmente escrito para ser distribuído na *United Service Organization* e acabou não sendo bem vindo. Cópias do ensaio *The Races of Mankind* (1943) deveriam ser usadas pelas forças armadas nos cursos de orientação, porém, uma vez que seu conteúdo entrou em choque com a sensibilidade racista e o radicalismo do exército, seu uso foi proibido (Price, 2004).

³³ “Sempre foi e continua sendo um fato que os projetos de pesquisa são elaborados em contextos históricos específicos e que eles próprios contêm as marcas desses contextos” (Eriksen e Nielsen, 2007, 72).

Além disso, parece fundamental atentar para as propostas singulares que podem revelar-se tanto complementares quanto contrastantes com as tendências dominantes de um campo científico de um dado período. Este é o caso, por exemplo, da forma alternativa de ativismo antropológico defendida por Sol Tax nos primórdios da Guerra Fria (Stocking, 1999).

A proposta de uma "antropologia da ação" formulada por Sol Tax ofereceria, segundo argumenta George Stocking, um contraponto interessante uma vez que, diferentemente de outros antropólogos, ele: “não esteve envolvido com antropologia para o governo durante a Segunda Guerra ou nos vários empreendimentos governamentais relacionados à defesa ou ao desenvolvimento no pós-guerra e Guerra Fria” (Stocking, 1999, 203). Sua orientação para a ação, por sua vez, decorreu da experiência com o chamado Projeto Fox, quando ele coordenou um grupo de estudantes em trabalho de campo na reserva onde fora confinado o referido grupo. Então, confrontado com as necessidades e problemas enfrentados pelos Fox e com a disposição dos estudantes em intervir, Tax, que a princípio rejeitava o envolvimento dos antropólogos em campo em atividades que fossem além da pesquisa pura, foi levado a reavaliar seus pressupostos sobre as relações entre antropologia e ação social. Contudo, embora convencido de que a pesquisa antropológica tinha a faculdade de oferecer respostas às demandas sociais e contribuir para a resolução de problemas práticos, ele se opunha a idéia de que a disciplina deveria se especializar na oferta de conhecimento útil para facilitar os projetos de mudança concebidos por políticos, administradores e planejadores. Como esclarece Stocking, o ativismo de Tax era em nome da autodeterminação dos povos, seu compromisso era com a defesa da independência cultural e do direito dos próprios grupos escolherem livremente o que queriam ser e como viver no futuro (uma postura, aliás, que contrastava com a perspectiva evolucionista e teleológica presente nas antropologias da modernização e do desenvolvimento que só vislumbravam os caminhos da americanização e ocidentalização como opções disponíveis às novas nações).³⁴ Além disso, quando o horizonte da atuação política de Tax incluiu a

³⁴ Mas o ponto de vista de Tax não deixou de angariar críticas de seus pares, como por exemplo, de Robert Redfield. George Foster dirige a ele uma censura que parece afinada com a cautela exigida e os constrangimentos impostos em tempos de guerra fria; afirma ele: “É o cúmulo da irresponsabilidade levar os povos culturalmente famintos dos países em vias de desenvolvimento a acreditarem que têm completa liberdade de auto-determinação. Assim se despertam aspirações que de modo algum podem ser atendidas; a estabilidade política não ocorrerá em tais circunstâncias. É tarefa do cientista social – o antropólogo e seus

arena internacional, isto não implicou em uma atuação vinculada aos interesses imperialistas norte-americanos no estrangeiro; seu compromisso era com a definição do papel da antropologia em termos globais e com a responsabilidade moral da disciplina junto aos povos que estuda, especialmente tendo em vista o contexto de descolonização, mudança rápida, relações assimétricas de poder e o risco de destruição física e cultural dos povos mais frágeis (Stocking, 1999).

As pesquisas na América Latina

O Projeto Vicos de antropologia aplicada, conduzido no Peru, representou, como vimos, uma experiência pioneira de intervenção multidisciplinar em uma comunidade tendo em vista sua modernização. No entanto, ele também correspondeu a apenas mais um projeto de pesquisa etnográfica afinado com a tendência, então recém estabelecida entre os antropólogos estadunidenses, de ver a América Latina como um campo inexplorado de investigação e de tomá-la como locus de trabalho de campo intensivo. Neste sentido, outros projetos coletivos também devem ser mencionados, como o Projeto Tarasco (1940-1947), o Projeto Bahia-Columbia (1950), o Projeto Porto Rico (1948-1949) e o Projeto Harvard-Chiapas (1955-1975) – contudo, sobre estes projetos, não serão tecidos maiores comentários agora, uma vez que eles serão abordados em detalhe nos capítulos seguintes.³⁵ Aqui, convém considerá-los em conjunto como amostra de um interesse crescente em esquadrihar a região que se estabelece tanto entre acadêmicos, como entre instituições e até entre governos, e se consolida no decorrer da Guerra Fria.

Entretanto, as origens da inclusão da América Latina na agenda da pesquisa social norte-americana são anteriores à Segunda Guerra Mundial e ao aumento da importância geopolítica da região, remetendo à investigação conduzida por Robert Redfield na vila de

colegas de outros campos – tentar compreender os amplos padrões de mudança social, econômica e política e *determinar qual poderá ser o grau de latitude na escolha*. Ao ajudarmos povos a se desenvolverem, devemos tornar claro para *todos* eles as consequências de suas escolhas” (Foster, 1964, 235; grifos do autor).

³⁵ Para uma idéia de como a antropologia norte-americana das décadas posteriores à guerra passou a preconizar o engajamento em projetos de pesquisa coletivos de longa duração, no âmbito dos quais as atividades de investigação e coleta de dados estendiam-se por mais de três anos, consultar Foster et. al. (1979).

Tepoztlán, no México, entre novembro de 1926 e junho de 1927. Foi naquela pequena comunidade, formada por índios e mestiços falantes de *nahualt* e espanhol, que o então estudante da Universidade de Chicago vivenciou sua primeira experiência de trabalho de campo. Tal escolha não teria sido arbitrária uma vez que Redfield e sua esposa já haviam visitado o México, alguns anos antes de começar a investigação. No país, conheceram indigenistas famosos como Diego Rivera, e estabeleceram relações com o antropólogo mexicano Manuel Gamio. Teria sido graças à influência do trabalho de Gamio, segundo relata Stoking, que Redfield decidiu-se pela carreira de antropólogo e, posteriormente, por sugestão do mexicano, ele teria escolhido Tepoztlán para sua pesquisa de campo (Stoking, 1992 e 2004).

Com base no trabalho resultante dos oito meses de campo ininterruptos, Redfield defendeu sua tese de doutorado em Chicago, em 1928, apresentando um bom material sobre a organização social da vila, os ciclos de festas, as celebrações religiosas e as canções populares, e desenvolvendo o conceito de cultura *folk* para dar conta do modo de vida a meio caminho entre o tipo primitivo e a civilização. Mas, como assinala Stoking, a despeito de ter notado que as influências revolucionárias zapatistas ainda eram fortes em Tepoztlán e de ter testemunhado conflitos envolvendo os rebeldes, Redfield oferece uma imagem romantizada da vila mexicana, enfatizando a dimensão comunitária e integrada. De todo modo, a obra, publicada pela universidade em 1930, teve uma recepção bastante favorável; foi considerada uma inovação etnográfica ao retratar, em uma perspectiva sincrônica, os processos de mudança e desorganização social vivenciados por uma comunidade isolada e com fortes valores tradicionais, sujeita aos estímulos modernizadores da cidade; e acabou convertendo-se em um modelo para estudos futuros (Foster, 1953; Stoking, 1992 e 2004). Escrevendo em 1953, Foster comenta que:

“O uso feliz de Redfield da expressão ‘cultura folk’, primeiro para o tipo de sociedade que ele encontrou em Tepoztlán e subsequentemente como um tipo ideal em oposição à vida na cidade, atraiu a atenção de outros antropólogos que precisavam de um termo para denotar as formas de cultura que eles estavam estudando, e a expressão rapidamente pegou” (Foster, 1953, 159).

No mesmo ano em que saía a publicação de *Tepoztlán. A Mexican Village*, Redfield retornou ao México com o patrocínio da *Carnegie Institution* para conduzir um programa

de pesquisa intensiva sobre mudança social aplicando o modelo do *continuum folk-urbano*, em quatro comunidades da região maia de Yucatán.³⁶ Uma das vilas escolhidas foi Chan Kom e, segundo a revelação do próprio Redfield, dois fatores teriam determinado sua escolha: as conexões com o grupo de arqueólogos dos Estados Unidos que faziam escavações no sítio de Chichén Itzá, situado próximo àquela vila, e a presença de Alfonso Villa Rojas³⁷ – um professor de colégio que mantinha relações com os norte-americanos e logo tornou-se assistente nas investigações etnográficas (Villa Rojas, 1979). Tal colaboração estabelecida entre o então já professor Robert Redfield e aquele que se converteria em um dos grandes representantes da antropologia indigenista no México teve como um dos seus principais resultados uma obra escrita em co-autoria, *Chan Kom: a Maya Village* (1934).

Villa Rojas relembra um pouco desta sua experiência de campo entre os maias sob a orientação de Redfield em um texto em que discute seus quase cinquenta anos de pesquisa antropológica, e também de trabalho aplicado, junto àqueles grupos indígenas. Através do seu relato, podemos acompanhar como se estabeleceu a profícua relação de colaboração entre os dois pesquisadores. Referindo-se às instruções que recebia do professor norte-americano, Villa Rojas narra que:

“Como minha primeira tarefa, ele me pediu para manter um diário e preparar relatórios sobre tópicos específicos que ele escolheu. Desde então, nossa correspondência foi regular e extensiva e de grande benefício para mim, já que, em resposta aos meus relatórios, ele enviava longos comentários sobre procedimentos metodológicos. Ele sugeria que, embora meus relatórios fossem extensos, eles eram deficientes quanto a detalhes significativos.

(...)

No ano seguinte [1931], nossa colaboração tornou-se mais intensa porque Redfield pode ficar em Chan Kom aproximadamente 10 semanas, distribuídas em períodos intermitentes dentro de

³⁶ Trata-se do Projeto Meso-América através do qual a Carnegie Institutions já patrocinava investigações arqueológicas na região e passa a incluir também a pesquisa etnológica. As quatro comunidades escolhidas foram Chan Kom, Dzitas, Mérida e Tusik. Nesta última vila, Margaret Park Redfield realizou um estudo sobre mitologia e outro sobre medicina popular (Jordán, 1987-1988).

³⁷ Alfonso Villa Rojas (1906-1998) iniciou sua carreira antropológica em 1930, com estudos intensivos, sob a orientação de Redfield, em Chan Kom e Quintana Roo, em Yucatán, e em Oxchuc, em Chiapas. Desde então, dedicou-se a pesquisar os grupos indígenas maias, tornando-se profundo conhecedor das comunidades Tzeltal e Tzotzil, entre as quais trabalhou com antropologia aplicada. Entre 1955 e 1960, foi diretor do Centro Coordenador Indigenista em Ciudad de Las Casas, Chiapas.

um intervalo de tempo maior. Durante este período, eu conheci o seu modo meticuloso de registrar os dados e sua insistência sobre a estrutura lógica da organização daqueles dados” (Villa Rojas, 1979, 47)

Além dos elogios que faz às qualidades de pesquisador de Redfield ao longo do seu texto, a declaração com que Villa Rojas encerra os comentários sobre o trabalho com o norte-americano certamente é indicativa da importância que ele atribuiu a tal experiência para o desenvolvimento de sua carreira profissional. Em suas próprias palavras: “Tais foram meus primeiros contatos e impressões deste professor excepcional, o qual, por seu exemplo e sua palavra, foi capaz de despertar em mim um interesse genuíno pela pesquisa social” (Villa Rojas, 1979, 49). Em consequência das relações estabelecidas e interesses despertados, em 1933, Villa Rojas inicia seu treinamento em antropologia na Universidade de Chicago, onde Redfield já havia se consolidado como um dos principais docentes da disciplina (Villa Rojas, 1979).

De modo análogo ao suposto desbravador Redfield, outros antropólogos se arriscaram a fazer trabalho de campo ao longo do continente americano antes da evasão mais numerosa ocorrida após a Segunda Guerra, e, em boa parte dos casos, o lugar privilegiado também foi o vizinho México. Em 1935, o antropólogo George Foster realizou sua pesquisa de pós-doutorado sobre a economia nas comunidades camponesas da Serra de Popoluca, em Veracruz. Quase uma década depois, em 1944, ele retornou ao México como representante do Instituto de Antropologia Social da *Smithsonian Institution* para lecionar na Escola Nacional de Antropologia e participar dos trabalhos conduzidos em uma das regiões com maior população indígena do país como parte do Projeto Tarasco – um projeto de pesquisa aplicada proposto pelos antropólogos Ralph Beals e Daniel F. Rubín de la Borbola que envolvia instituições americanas e mexicanas.³⁸ É neste momento que Foster inicia sua relação de mais de 30 anos com a comunidade camponesa mestiça de Tzintzuntzan (antiga capital do Império Tarasco) – período durante o qual, ele revisitou a vila em intervalos espaçados de tempo. Os dados coletados nas investigações conduzidas por Foster ao longo de suas incursões praticamente anuais a Tzintizuntzan resultaram em diversas publicações sobre sociedade camponesa, mudança cultural, economia e

³⁸ O projeto é apresentado de forma mais detalhada no capítulo IV da presente tese.

etnohistória (ver, por exemplo, Foster, 1948 e 1967) e também inspiraram algumas de suas propostas mais polêmicas como o conceito de “bem limitado” (Foster, 1965).

Sol Tax é outro nome importante da antropologia norte-americana que teve uma experiência breve no México por volta da mesma época. Entre os anos de 1942 e 1944, ele foi professor do Instituto Nacional de Antropologia y História, na Cidade do México, e supervisionou estudantes em atividades etnográficas em Chiapas – uma tarefa que, como menciona Stocking, era aceita como serviço de guerra pelo escritório de convocação do exército (Stocking, 1999, 176).

Já no caso de Charles Wagley, então pós-graduando da Universidade de Columbia, não foi no México, mas, na Guatemala e depois no Brasil, que ele escolheu iniciar suas investigações acerca das populações indígenas dos trópicos.³⁹ Para o Brasil, ele veio em 1939, sob os auspícios da Fundação Rockefeller e a convite do Museu Nacional no Rio de Janeiro – instituição que, sob a direção de Heloísa Alberto Torres, estava apostando na vinda de antropólogos norte-americanos para treinar os pesquisadores brasileiros em campo e ajudar a desenvolver a pesquisa etnológica no país. Através dos esforços de sua diretora junto a Franz Boas, Ralph Linton e outros professores da Universidade de Columbia, o Museu recebeu, além de Wagley, os seguintes pesquisadores: Ruth Landes, Buell Quain, William Lipkind, James e Virgínia Watson, Yolanda e Robert Murphy (Corrêa, 2003). Por volta do mesmo período, alguns pesquisadores norte-americanos sem ligações com instituições locais também vieram desenvolver trabalho de campo no país e, atraídos principalmente pela questão racial, elegeram a Bahia como locus de suas pesquisas. Este foi o caso dos antropólogos Ruth Landes, em 1938, Melville Herskovits, em 1941, e Franklin Frazier, em 1942, e do sociólogo Donald Pierson, em 1935.⁴⁰ Herskovits, que desde 1935 mantinha uma fértil correspondência com Arthur Ramos e um grande interesse pelas pesquisas sobre o negro no Brasil, trabalhou em Salvador, Porto Alegre e Recife e, posteriormente, acabou inclusive orientando alguns de seus então colaboradores, Eduardo

³⁹ Charles Wagley and Eduardo Galvão. *The Tenetehara Indians of Brazil. A Culture in Transition*. New York: Columbia University Press, 1949.

⁴⁰ As controvérsias em torno dos estudos sobre relações raciais no país na época serão comentadas a seguir.

Octávio Costa, René Ribeiro e Ruy Coelho, nos seus respectivos estudos de pós-graduação na Universidade de Northwestern (Guimarães, 2004).⁴¹

Em uma época em que o termo americanista parecia designar quase exclusivamente os estudiosos da América Hispânica (Corrêa, 1987), a presença dos norte-americanos por aqui e o incremento de sua produção acadêmica sobre o país contribuíram, por um lado, para consolidar o Brasil como um campo privilegiado de investigação etnográfica da antropologia norte-americana e intensificar a influência desta por aqui; e, por outro lado, para acelerar os processos de institucionalização e profissionalização da antropologia nacional, uma vez que os pesquisadores estrangeiros, que, de regra, vinham respaldados por universidades e institutos norte-americanos, acabavam ensejando conexões e contatos que resultavam tanto em oportunidades de realização de estudos de pós-graduação nos EUA, para os estudantes nacionais, quanto no estabelecimento de convênios institucionais e de projetos cooperativos de pesquisa. Podemos ilustrar este ponto com alguns casos como o de Eduardo Galvão, que foi assistente de pesquisa de Wagley no Museu Nacional e, posteriormente, sob a orientação do norte-americano, realizou seu doutorado em antropologia, na Universidade de Columbia;⁴² e também, o caso do convênio estabelecido entre a *Smithsonian Institution* e a Escola de Sociologia e Política de São Paulo, em 1945, o qual possibilitou a manutenção do sociólogo Donald Pierson e a inclusão do antropólogo Kalervo Oberg como parte do corpo docente da escola.⁴³

Em resumo, os anos 30 e 40 testemunharam a incursão, por terras latino-americanas, de jovens doutores e professores dos EUA interessados em analisar em suas teses aspectos da cultura, economia e organização social das populações locais, ou ainda, dispostos a iniciar sua experiência docente em instituições situadas fora de seu país e a treinar os estudantes locais nas técnicas de pesquisa etnográfica. Esta tendência contribuiu para constituir grupos de pesquisadores estrangeiros com fortes laços com as comunidades que estudavam, assim como, com as instituições e os antropólogos “nativos”. Em alguns casos,

⁴¹ Sobre as relações estabelecidas entre Ramos e Herskovits, consultar Guimarães (2004). Neste autor, encontram-se as referências das teses defendidas pelos brasileiros na Universidade de Northwestern, foram elas: Ribeiro, René. *The AfroBrazilian Cult-Groups of Recife – a Study in Social Adjustment*, 1951; Eduardo, Octavio da Costa. *The Negro in Northern Brazil, a Study in Acculturation*, 1948; Coelho, Ruy. *The Carib of Honduras, a Study in a Acculturation*, 1955.

⁴² Eduardo Galvão foi o primeiro PhD formado sob a orientação de Charles Wagley, defendendo seu doutorado em 1952 (Corrêa e Mello, 2008).

⁴³ A história deste convênio e seus efeitos no desenvolvimento da antropologia no Brasil serão detalhados nos capítulos II e III, quando também deverão ser recuperadas as atividades de Pierson e Oberg por aqui.

escolhas profissionais foram decididas e carreiras foram impulsionadas graças ao envolvimento dos pesquisadores nacionais com o trabalho dos antropólogos estrangeiros de renome, destacando que algumas destas colaborações renderam temporadas de estudos nos EUA e publicações em co-autoria (por exemplo, Eduardo Galvão). Em outros casos, criou-se uma associação inquebrantável entre o nome do antropólogo e a área por ele estudada, seja devido à notoriedade que tais estudos monográficos alcançaram (por exemplo, Redfield e Tepoztlán e Yucatan), seja devido aos vínculos duradouros estabelecidos entre o pesquisador e tais regiões (por exemplo, George Foster, cujo trabalho de campo em Tzintzuntzan totalizou 30 meses distribuídos ao longo de 30 anos) (Foster et al., 1979). O caso de Isabel Kelly revela ainda como o reconhecimento profissional alcançado no contexto internacional, aliado à conjuntura desfavorável no país natal, podia fazer valer mais a pena apostar na construção de uma carreira no México. Assim, as experiências acumuladas e as trocas estabelecidas revelaram-se decisivas tanto para os rumos tomados pelas carreiras individuais, quanto para o desenvolvimento institucional das tradições antropológicas nacionais implicadas.

Nas décadas seguintes, cada vez mais, México, Brasil e outras nações latino-americanas e caribenhas se converteriam em regiões etnográficas privilegiadas pelos antropólogos interessados em estudar populações indígenas, comunidades *folk*, processos de mudança social, relações raciais e revoltas camponesas. Os trabalhos que então foram produzidos tiveram uma importância múltipla: alargaram o leque de agentes e fenômenos objetos de interesse etnográfico; legitimaram um novo nicho de estudos especializados, como atesta a emergência do termo *americanista*; e colocaram as tendências teóricas da antropologia norte-americana em diálogo com as tradições antropológicas nacionais de outros países do continente. Estas tradições variavam acentuadamente quanto ao grau de desenvolvimento e institucionalização, e sentiram de modo distinto a influência dos trabalhos dos PhDs norte-americanos. Também as representações e teorias sobre a nação, os grupos e as culturas locais que tais trabalhos veiculavam não deixavam de repercutir nos países, desencadeando inclusive debates entre a *intelligentsia* nacional, e, não raro, redefinindo os rumos do pensamento social. As divergências de ponto de vista emergiam tanto entre intelectuais “nativos” e estrangeiros, quanto entre autores com perspectivas antropológicas opostas, integrassem eles a mesma tradição nacional ou não.

No caso do Brasil, algumas controvérsias famosas envolveram antropólogos norte-americanos que vieram à Bahia, entre meados da década de 30 e da de 40, para estudar o tema do negro, religiões africanas e o padrão das relações raciais no Brasil. Um dos incidentes bem conhecidos foi a perseguição movida por Arthur Ramos e Melville Herskovits contra Ruth Landes. A pesquisadora norte-americana, que conduziu trabalho de campo em Salvador, entre 1938 e 1939, teve os resultados de seu estudo sobre os ritos do candomblé severamente criticados nas resenhas publicadas pelos dois professores em uma campanha de desqualificação do seu trabalho, cuja motivação transcendia os supostos problemas teórico-metodológicos, envolvendo a micro-política da academia, disputas pela interpretação autorizada dentro de um campo de estudos particular e representações de gênero (consultar Corrêa, 2003). A polêmica em torno dos estudos das relações raciais no país opôs ainda Frazier e novamente Herskovits, em um debate sobre a situação da família negra na Bahia. De fato, o primeiro pesquisador americano a “descobrir” o cenário baiano teria sido o sociólogo Donald Pierson que, seguindo a sugestão do seu orientador Robert Park da Escola de Chicago, escolheu a cidade de Salvador como sede de suas investigações (1935-1937) acerca dos padrões de contato racial estabelecidos por aqui. Foi também Pierson um dos principais responsáveis pela exportação da idéia de que a sociedade brasileira parecia isenta de tensão e preconceito de natureza racial. Seu estudo *Negroes in Brazil* (1942) contribuiu para a constituição do Brasil como um “caso singular”. Mas ainda que na época de seu lançamento as teses do livro tenham tido uma boa aceitação, anos depois, já no contexto das pesquisas do Projeto Unesco de Relações Raciais, as opiniões se dividiram e a imagem positiva do país em termos de convívio entre as raças acabou sendo desafiada, sobretudo, pelos intelectuais paulistas (Corrêa, 2003; Chor Maio, 2004).

Tais divergências ganham mais inteligibilidade quando observamos, seguindo Mariza Corrêa, que o contexto era de construção do campo de estudos das relações raciais no país. Um cenário em que já se desenhavam “dissensões teóricas, metodológicas e políticas”, exemplificadas pelas discordâncias entre baianos (herdeiros de Nina Rodrigues) e pernambucanos (liderados por Gilberto Freyre), pelas disputas em torno das interpretações dos cultos afro-brasileiros e pelos distintos posicionamentos relativamente às linhas de análise dos teóricos estrangeiros (Corrêa, 2003).

Da mesma forma que a Bahia, dentro dos estudos de raça, a vila mexicana de Tepoztlán, localizada a setenta quilômetros da Cidade do México, também ganhou notoriedade na literatura antropológica por figurar no centro de uma das mais célebres controvérsias no campo dos estudos de comunidade, e que teve como protagonistas os norte-americanos Robert Redfield e Oscar Lewis⁴⁴.

Em 1944, dezessete anos depois que Redfield havia realizado sua investigação na vila mexicana, Lewis iniciou o que ele propunha ser um “re-estudo” de Tepoztlán. O projeto de pesquisa recebeu o apoio do Instituto Nacional Indigenista do México, do Instituto Indigenista Interamericano e da Escola de Antropologia e História, que enviou quatro estudantes para colaborar na pesquisa. Além disso, através do patrocínio da Secretaria de Salubridade e do Departamento Agrário, dois órgãos do governo federal, foram enviados médicos, assistentes sociais e agrônomos para prestar serviços à comunidade. Lewis e sua equipe coletaram, entre 1944 e 1948, uma boa quantidade de dados históricos, estatísticos, econômicos e demográficos sobre a comunidade, e elegeram vinte famílias de grupos sociais e bairros diferentes como objetos de intensa investigação, inclusive aplicando aos seus membros testes de caráter psicológico. O resultado do trabalho, publicado em 1951 sob o título de *Life in a Mexican village: Tepoztlán restudied*, seguia uma orientação teórica divergente da adotada por Redfield em seu estudo clássico e contestava o retrato oferecido por ele da comunidade tepozteca como modelo de uma cultura coerente, homogênea e integrada. Em contraste, em seu re-estudo, Lewis chamou a atenção para as clivagens, enfatizando a tensão, o individualismo e as disputas que marcariam as relações inter-pessoais em Tepoztlán, além de não ter tratado a vila isoladamente, mas ter problematizado as relações econômicas e políticas mais amplas estabelecidas com sua região e com a nação mexicana (Lewis, 1963; Dahlgren Jordan, 1987; Stocking, 1992).

William Roseberry sintetiza o confronto entre os dois pontos de vistas:

⁴⁴ Oscar Lewis (1914-1970) estudou antropologia na Universidade de Columbia sob a orientação de Ruth Benedict, concluindo seu doutorado em 1940. Em 1942, ele participou sob o comando de George Murdock do Strategic Index for Latin América do Instituto de Relações Humanas. Lewis também trabalhou para a Seção de Análise de Propaganda e Organização do Departamento da Justiça e para o Departamento do Interior (Price, 2004).

“Robert Redfield viu em Tepoztlán uma expressão da sociedade folk, baseada em valores comunitários e celebrando um calendário completo de festivais dos bairros e da aldeia toda através do qual a solidariedade comunitária poderia ser expressa (1930). Oscar Lewis, por outro lado, viu uma vila atravessada por conflitos que estavam enraizadas no acesso desigual à terra, assim como em uma história marcada por profundas, e às vezes sangrentas, lutas políticas (1951) (Rosenberry, 1994, 2).

Com efeito, a própria atribuição da categoria *folk* à sociedade tepozteca foi colocada em questão por Lewis. Redfield, por sua vez, não se eximiu de rebater as críticas, o que contribuiu para alimentar a polêmica e precipitar uma série de discussões acerca do conceito de cultura *folk* (Stocking, 1992). Como resultado, os respectivos estudos dos dois autores firmaram-se como referências centrais para toda uma literatura antropológica no México que procurava abordar as pequenas comunidades privilegiando, fossem os aspectos políticos e econômicos, fosse a vida cultural, com seus festivais religiosos de bairros; mas, que de todo modo buscavam inspiração nas duas tradições contrapostas, em essência: culturalismo x materialismo (conferir: Rosenberry, 1994 e Lomnitz, 2001).

Todavia, embora encarassem a realidade do México a partir de prismas contrastantes, Robert Redfield e Oscar Lewis foram igualmente cobrados por seus posicionamentos. Como revelam dois incidentes discutidos por Cláudio Lomnitz, cada um dos antropólogos norte-americanos teve suas respectivas opiniões contestadas por entrarem em choque com as tendências da antropologia dominante mexicana. Na época, a disciplina no México se caracterizava por uma ortodoxia nacionalista com fortes ambições intervencionistas, pelo apoio deliberado ao programa governamental de desenvolvimento e pela veiculação de visões oficiais acerca da modernização indígena, e, portanto, nestas condições, não deixava de representar uma ameaça o fato de que estudiosos estrangeiros pudessem expressar perspectivas críticas e interpretações que destoassem das representações autorizadas pelos antropólogos nacionais. Neste contexto, a defesa da diversidade indígena e da cultura tradicional feita por Redfield, durante um debate no rádio, segundo relata Lomnitz, foi compreendida como uma rejeição ao moderno, e, ele foi acusado de neo-colonialista. Já o episódio envolvendo Lewis diz respeito à publicação de seus estudos sobre “antropologia da pobreza”, baseados na investigação da vida de famílias mexicanas da periferia dos centros urbanos, os quais, por denunciarem os efeitos perversos

da industrialização, motivaram críticas e ataques destemperados.⁴⁵ Em ambos os casos, sintetiza Lomnitz, as reações foram precipitadas pela ameaça de uma crítica científica externa à modernização mexicana (Lomnitz, 2001).

Com efeito, nas décadas seguintes à Segunda Guerra, a transição do tradicional para o moderno foi uma questão premente e o desafio mais importante colocado às ciências sociais das nações periféricas.⁴⁶ Mas enquanto no caso mexicano, o problema das populações indígenas esteve no centro do debate acerca “dos dilemas de um país periférico em face da modernidade” – nas palavras de Chor Maio (2004, 146); no caso brasileiro, vários foram os ângulos privilegiados para este debate: além do contato entre índios e sociedade nacional, incluem-se as relações raciais, os processos de aculturação dos imigrantes e as mudanças nas comunidades rurais.

A agenda brasileira das ciências sociais da época priorizou o tema da transição de uma sociedade de base agrária para uma de base industrial, mas a abordagem de tal problemática se fez a partir da situação de atores sociais marginalizados como negros, mulatos, imigrantes, caboclos, caipiras, índios e trabalhadores rurais e urbanos. O foco das pesquisas era dirigido ao que acontecia às camadas subalternas dentro do quadro de transformações sócio-econômicas da nação, revelando sob este prisma, os impasses da modernidade brasileira. Havia, portanto, uma intelectualidade interessada no diagnóstico das nossas desigualdades sociais, na identificação dos entraves à modernização democrática do país, e na formulação de uma teoria comprometida com o fornecimento de diretrizes para o desenvolvimento nacional e que tinha como horizonte a intervenção e a reforma. Representantes de estilos substancialmente distintos de trabalho sociológico, como, por exemplo, Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos, revelam-se, de um modo ou de outro, articulados com tal conjunto de reflexões. Efetivamente, grande parte da produção acadêmica dos anos 1950 e 1960 é atravessada por este universo de questões e preocupações, ainda que em maior ou menor grau, e com mais, ou menos, refinamento analítico (Ianni, 1989; Arruda e Garcia, 2003). Não surpreende, portanto, que estudos, como os de comunidade, tivessem sido realizados com a ambição de contribuir para a

⁴⁵ Entre as acusações estava a de que Lewis era um “espião do FBI tentando destruir as instituições mexicanas”, o que não deixava de ser irônico já que era o FBI que espionava o antropólogo (Price, 2004, 247).

⁴⁶ Como já vimos, as ciências sociais da metrópole responderam a este desafio com a formulação da sociologia do desenvolvimento e da teoria da modernização.

composição de um painel acerca da extensão da mudança social em andamento em várias localidades do país, e que projetos coletivos de pesquisa tenham sido propostos com o objetivo de oferecer subsídios para programas de modernização nas áreas de educação e saúde, como foram os casos do Projeto São Francisco, do Projeto Bahia-Columbia e do Projeto Cidades-Laboratório do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/CBPE.

Finalmente, teria sido neste cenário intelectual, que a categoria subdesenvolvimento – difundida na América Latina pela Cepal – fez sua estréia no pensamento social nacional, substituindo a noção de atraso nas interpretações sobre o Brasil (Oliveira, 2005).⁴⁷ Graças ao pioneirismo de Celso Furtado, o país passou a contar com uma perspectiva analíticaêmica sobre sua própria realidade sócio-econômica. Furtado renovou o pensamento econômico brasileiro e analisou as raízes do subdesenvolvimento a partir da abordagem estruturalista que ele e o argentino Raúl Prebisch propuseram no âmbito da Cepal. Ou seja, grande intelectual, Furtado trilhou um caminho teórico independente para pensar a inserção da economia brasileira no mundo e propor diretrizes para a superação da condição de subdesenvolvimento, dispensando modelos evolucionistas e falaciosos como o de Rostow, e receituários tão divorciados da realidade latino-americana quanto ineficazes. Neste sentido, justifica-se registrar aqui a contribuição do eminente economista como uma advertência de que, em meio à circulação das teorias e idéias geradas no Norte acerca da modernização e desenvolvimento (aspecto enfatizado ao longo do capítulo), havia uma intelligentsia radicada no Sul pensando estas categorias a partir de seus próprios termos e levando em conta as especificidades históricas de suas nações. É claro que a corrente teórica norte-americana foi realçada porque ela é que ajudou a definir as diretrizes da política de assistência técnica em operação nos períodos do pós-guerra e Guerra Fria (fato

⁴⁷ A criação da Comissão Econômica para a América Latina/CEPAL, em 1948, atendeu ao esforço dos intelectuais latino-americanos de ter seu ponto de vista sobre a situação econômica da América Latina e suas propostas de desenvolvimento para a região representados nas Nações Unidas. Raúl Prebisch, Oswaldo Sunkel, Celso Furtado, Enzo Faletto, Fernando Henrique Cardoso e outros intelectuais cepalinos chamaram a atenção para o fato de que a teoria da modernização havia suprimido o contexto de exploração capitalista e demonstraram a necessidade de analisar as economias latino-americanas como parte de um sistema econômico internacional dividido em áreas centrais e áreas periféricas. A teoria da dependência, formulada dentro da CEPAL, revelou como o desenvolvimento do Primeiro Mundo estava relacionado ao subdesenvolvimento do Terceiro Mundo através da divisão internacional do trabalho e da deterioração dos meios de troca que favoreciam os países industrializados em detrimento dos países produtores de matérias primas e produtos agrícolas, determinando o movimento de transferência de renda no sentido periferia – centro. O primeiro conjunto de propostas da CEPAL para desenvolver a América Latina recomendava a promoção da industrialização pelo Estado a partir da substituição de importações (Cardoso e Faletto, 1981; Sikkink, 1997).

coerente com o próprio itinerário da ajuda, já que se tratava da exportação dos recursos, know-how e tecnologia das superpotências para a periferia do sistema).

* * *

Dentro do quadro de estreitamento das relações entre Estados Unidos e América Latina sob o impulso da Política da Boa Vizinhança e do impacto da Segunda Guerra Mundial, será discutido no próximo capítulo o estabelecimento de programas de assistência técnica e cooperação nas áreas de saúde pública e de pesquisa social no continente. Partindo da reconstituição da história do Instituto de Assuntos Interamericanos e do Instituto de Antropologia Social da *Smithsonian Institution*, chegaremos aos acordos firmados no início dos anos 1950 e que possibilitaram a colaboração entre sanitaristas, antropólogos e administradores em prol do sucesso dos programas bilaterais de saúde e educação sanitária orientados pela lógica do desenvolvimento.

CAPÍTULO II

Assistência técnica, programas interamericanos de saúde e o papel da antropologia

Era noite no Vale Amazônico. No barracão normalmente destinado a festas e à Ramada – dança típica da região – a população de Gurupá se reúne para assistir, com grande expectativa, à exibição de filmes. Na verdade, a técnica utilizada é simples e não propriamente cinematográfica; trata-se de “slide sounds” ou “lanterna mágica”. Com o uso de um gerador e de uma vitrola, cenas são projetadas na tela de lençol improvisada na parede do barracão e as pessoas assistem à história da família do filme “Malária”, acompanhando a narração do médico que ensina como é transmitida a doença. Na mesma noite, são exibidos ainda outros quatro filmes: “Verminose”, “Maria Pernilonga”, “Protegendo nossos filhos” e “Alimentação”. Ao final, conclui-se que a sessão foi um sucesso.¹

Entre os responsáveis pela experiência de exibição de filmes educativos para comunidades amazônicas está o antropólogo Charles Wagley.²

Wagley integrava, na época, os quadros administrativos do Serviço Especial de Saúde Pública/Sesp, agência bilateral mantida pelo governo brasileiro e pelo Instituto de Assuntos Interamericanos dos Estados Unidos, e era um dos idealizadores do programa de educação sanitária daquele organismo. Durante a estadia em Gurupá, ele se empenhou na realização de inquéritos sobre os hábitos da população com respeito à saúde. Estávamos então no ano de 1945. Algum tempo depois, já no pós-guerra, Wagley retornou a Gurupá

¹ Esta descrição é baseada em relatos publicados no Boletim do Sesp : “A experiência dos ‘slide sounds’ na Amazônia”, Boletim do Sesp, no 24 e 25, 1945.

² Charles Wagley (1913-1992) veio para o Brasil em 1939, com uma bolsa da Fundação Rockefeller, através de um convênio com o Museu Nacional. Aqui, ele conduziu estudos entre os índios Tapirapé e Tenetehara, iniciou alguns estudantes do Museu nas técnicas de pesquisa antropológica e, durante a guerra, esteve vinculado ao Sesp. Além das etnografias sobre grupos indígenas, sua produção sobre o país inclui “estudos de comunidade”. Ao regressar aos Estados Unidos, tornou-se professor da Universidade de Columbia. Sobre a trajetória de Charles Wagley no Brasil e sua atuação no Sesp, consultar: Figueiredo (2004) e Rosa (1993).

para realizar um estudo etnográfico que se materializou em uma de suas principais obras *Uma comunidade amazônica* (1953).

Charles Wagley foi o primeiro antropólogo contratado pela principal agência norte-americana de cooperação e assistência técnica em saúde em operação durante e após a Segunda Guerra Mundial, o Instituto de Assuntos Interamericanos/IAIA, que era responsável pelos convênios firmados com os países do continente. Após esta primeira experiência com Wagley, realizada ainda dentro dos esforços cooperativos de guerra, o IAIA voltou a apostar na aplicação da expertise antropológica a programas internacionais de saúde pública, dentro de um novo contexto, marcado pela guerra fria, por mudanças na política externa estadunidense e pela execução das diretrizes do Ponto IV. Assim, em 1951, o Instituto de Assuntos Interamericanos e o Instituto de Antropologia Social/ISA da *Smithsonian Institution* estabelecem um acordo que marca o engajamento dos antropólogos nos programas internacionais de saúde, assim como a associação da antropologia à assistência internacional ao desenvolvimento do Terceiro Mundo.

Para esclarecer este episódio da história da antropologia, este capítulo se propõe a discutir a atuação do Instituto de Assuntos Interamericanos e dos Serviços Cooperativos de Saúde criados em vários países da América Latina; reconstruir a história do Instituto de Antropologia Social da *Smithsonian Institution*; e recuperar um pouco das trajetórias dos antropólogos do ISA e das pesquisas realizadas sob encomenda do IAIA.

A assistência técnica em saúde e o Instituto de Assuntos Interamericanos

O Instituto de Assuntos Interamericanos foi uma agência governamental norte-americana especializada em cooperação no campo da saúde pública que esteve em operação entre 1942 e o final dos anos cinquenta. Responsável pelo estabelecimento e administração de convênios com dezoito repúblicas da América Latina, teve um papel fundamental nos esforços de guerra, conquistando o apoio da região aos aliados e desenvolvendo programas de saúde e saneamento que forneceram assistência médica aos soldados norte-americanos estacionados em vários países do continente e contribuíram para garantir as condições necessárias à produção de matérias primas estratégicas voltada para o abastecimento da indústria bélica.

O IAIA foi criado como uma divisão do Escritório do Coordenador de Assuntos Interamericanos voltada para a saúde e o saneamento e funcionou assim até 1946, quando foi vinculado ao Departamento de Estado. O Escritório do Coordenador, que teve como artífice e diretor o empresário Nelson Rockefeller³, encarregou-se da política econômica e cultural dos Estados Unidos para a América Latina durante a guerra e desempenhou um papel chave na Política da Boa Vizinhança⁴ do governo Roosevelt. Além do IAIA, compunham o Escritório: a Divisão Comercial e Financeira, a Divisão de Comunicações e a Divisão de Relações Culturais – sendo as atividades de cada uma delas voltadas para a ampliação da influência norte-americana no hemisfério. Deste modo, através de uma estratégia que promovia a intensificação das interações comerciais, diplomáticas e culturais, a emergente superpotência das Américas efetivamente inflava sua presença na região.

A atuação do Escritório do Coordenador de Assuntos Interamericanos no Brasil foi investigada pelo historiador Antonio Pedro Tota (2000) que sugere que a agência funcionou como uma espécie de “fábrica de ideologias”. Segundo Tota, graças à visão empresarial do Coordenador Rockefeller, o Escritório converteu-se em um veículo do americanismo, mas não no formato tradicional do imperialismo ianque que apelava para o uso da força e de intervenções militares. O novo projeto de americanização elegeu o mercado como o melhor caminho e apostou em dispositivos como diplomacia, ajuda financeira e comércio. Mas, além do componente econômico, o fator ideológico marcou a estratégia do Escritório que investiu fortemente no uso de meios de comunicação de massa como a imprensa, a propaganda, o rádio e o cinema para veicular uma imagem positiva dos Estados Unidos e simultaneamente contra-atacar a propaganda nazista⁵.

³ O empresário Nelson Rockefeller (1908-1979) era neto do fundador da Standard Oil Company, John D. Rockefeller, e sua família possuía na época uma das maiores fortunas do mundo. Nelson foi responsável pela ampliação dos negócios da família na América Latina. Em 1933, começou sua carreira política, atuando em diversas agências do governo. Foi governador eleito do estado de Nova York e vice-presidente dos Estados Unidos.

⁴ A Política da Boa Vizinhança consistiu em uma proposta de suavização da política truculenta dos Estados Unidos em direção à América Latina pautada até então por intervenções militares, invasões e golpes. Como alternativa a este imperialismo baseado estritamente na força, o governo de F.D. Roosevelt apostou em ações diplomáticas, no poderio econômico e em relações culturais como mecanismos de construção da hegemonia norte-americana no hemisfério.

⁵ Através de transmissões diretas ou retransmissões via emissoras locais, os ouvintes brasileiros tinham acesso a programações produzidas pelos EUA, como noticiários com a cobertura da guerra e programas com músicas norte-americanas. Em parceria com o Escritório do Coordenador, a indústria hollywoodiana fez filmes ambientados em países da América Latina e encenados por artistas da região; Walt Disney produziu curtas

Enquanto o Brasil era “invadido” por documentários, filmes de Hollywood e animações de Walt Disney, a nação estadunidense era apresentada às manifestações da cultura popular brasileira: artistas como Bidu Sayão, Heitor Vila-Lobo, Ary Barroso e a “baiana” Carmen Miranda⁶ se apresentavam em turnês de shows e estrelavam filmes nos EUA. Simultaneamente, a agência comandada por Rockefeller proporcionou o intercâmbio de pesquisadores, acadêmicos e estudantes brasileiros de diversas áreas. Por aqui também circularam técnicos e especialistas norte-americanos, ligados a áreas consideradas estratégicas como geologia, agronomia e, inclusive, antropologia, que se engajavam em missões exploratórias – por exemplo, na Amazônia – em busca de informações sobre sociedades indígenas, as condições sanitárias da população, os recursos naturais. O futuro historiador Jordan Young assim como o antropólogo Charles Wagley integraram missões especiais da divisão de saúde pública do Escritório, o IAIA (Tota, 2000). Também o escritor americano John Dos Passos, que participou de uma expedição através do Brasil, visitou o escritório do Serviço Especial de Saúde Pública no Rio de Janeiro, quando Marcolino Candau era o diretor do serviço e Campbell era o chefe da missão brasileira do IAIA, e viajou com uma equipe do Sesp ao Vale do Rio Doce para conhecer as obras realizadas pelo órgão cooperativo na região. Dos Passos descreve o Sesp como “uma aliança que funcionou”.⁷

Contudo, apesar de todo o investimento durante o esforço de guerra no estreitamento de laços entre os dois vizinhos, os brasileiros não deixaram de se manter reticentes e inexistiu um consenso quanto à forma de encarar a crescente influência norte-americana. Enquanto para alguns, esta representava a promessa de progresso e

educacionais encomendados – inclusive alguns na área de saúde, como, por exemplo, sobre a importância das vacinas e sobre a transmissão da malária (Tota, 2000).

⁶ A trajetória de Camen Miranda, seu papel na divulgação da Política da Boa Vizinhança, sua conversão em símbolo da americanização e a construção de uma imagem de Brasil para exportação são questões discutidas por Ana Maria Mendonça (1999). Mariza Correa (2003) analisa como a cantora branca de origem portuguesa “corporificou” a baiana e a herança africana brasileira, representou “a ambigüidade de um país que se queria branco e era visto como negro” e expôs as relações entre raça e gênero em nossa sociedade.

⁷ Dos Passos reproduz em seu livro algumas das falas dos médicos envolvidos com o serviço, oferecendo um testemunho das impressões que os brasileiros tinham do trabalho desenvolvido pelo órgão. O Dr. Penido, por exemplo, explica que o Sesp está construindo “ilhas de saúde pública” nos lugares onde atua e que em alguns pontos do país eles têm de começar do zero, construindo latrinas e depois, fornecendo água tratada. Há também referência às reclamações dos brasileiros de que os norte-americanos perderam o interesse pelo Brasil com o fim da segunda guerra e, face à alegação do escritor de que o país não quer o capital americano e deseja desenvolver sua própria indústria de petróleo e ferro, um dos participantes da discussão retruca: “Nós não queremos o imperialismo, mas nós queremos o interesse e a ajuda americanos... e dólares. Nós gostaríamos de mais ajuda para a saúde pública” (Dos Passos, 1974 [1963]).

modernização, para outros implicava perda de identidade e desnacionalização. Vários artistas e intelectuais criticaram a adoção do modelo norte-americano e, nas décadas de 30 e 40, a americanização era tema de canções da música popular brasileira, com sambas que defendiam a nossa cultura e satirizavam a americanização como saída para o nosso suposto atraso (Tota, 2000).

O estudo de Tota é interessante porque além de recuperar a história da atuação do Escritório do Coordenador no Brasil, aborda o projeto imperialista mais propriamente na chave da cultura do que da economia política. Ao interpretar as relações culturais engendradas entre Brasil e Estados Unidos através da mediação do Escritório, o autor não se apóia nos conceitos de dominação e imitação, preferindo falar em “escolha”, “recriação” e “produção de novas manifestações culturais”. Mesmo quando recorre à idéia de resistência cultural, seu uso é cuidadoso como denota o trecho a seguir:

“Num filme de propaganda da marinha americana, de 1942, chamado *Sing with the stars*, Carmem Miranda interpretou uma canção dos soldados americanos. (...) E, mesmo em inglês, a canção se transforma, na voz e na interpretação de Carmen, em irreverência pura, em uma certa resistência à americanização. Mesmo a emblemática americanização de Carmen se fazia de forma antropofágica” (Tota, 2000, 192).

Com o fim da guerra, em 1946, o Escritório do Coordenador é extinto, mas sua divisão de saúde pública, o Instituto de Assuntos Interamericanos, é mantida e converte-se na principal agência de ajuda externa em operação nos anos cinquenta e a única responsável pelos convênios bilaterais estabelecidos através do continente americano. E, embora o instituto tivesse sido criado para atender às necessidades imediatas colocadas pelo conflito bélico, com o fim deste, os imperativos militares e a ênfase na defesa do hemisfério cedem lugar cada vez mais aos interesses econômicos dentro do órgão.

Os programas cooperativos de saúde e saneamento haviam sido estabelecidos como parte dos acordos firmados entre os governos dos Estados Unidos e de dezoito países latino-americanos durante a terceira reunião dos Ministros de Assuntos Exteriores das Repúblicas Americanas realizada no Rio de Janeiro, em 1942. Conhecidos como os “Acordos de Washington”, tais acordos visavam atender às necessidades imediatas colocadas pela guerra, o que da parte dos Estados Unidos significava conquistar o apoio

dos países da América Latina aos aliados, conter a influência crescente da Alemanha nazista no hemisfério e garantir o abastecimento de sua indústria bélica com matérias primas estratégicas das reservas da região.⁸ Assim, a provisão de saúde e assistência médica estava integrada aos esforços de guerra e defesa do hemisfério, sendo os serviços organizados em torno das regiões produtoras de matérias primas estratégicas e de áreas onde haviam sido instaladas bases militares norte-americanas. Além disso, uma vez que fora articulado no âmbito de uma aliança de guerra, o IAIA apresentava uma evidente inspiração militar. O modelo militar de medicina era influente dentro da organização e seus postos de liderança eram ocupados por representantes, geralmente médicos, do alto escalão das forças armadas.

Mas, a despeito da centralidade dos imperativos militares e dos interesses geopolíticos, os convênios firmados também eram justificados com base em razões de natureza econômica. A principal alegação era que os programas do Instituto poderiam beneficiar os empresários norte-americanos na medida em que contribuíam para garantir a segurança de seus investimentos através do hemisfério e acenavam para a possibilidade de um aumento dos lucros após a guerra. Neste sentido, não era absolutamente fortuito o fato de que os comitês do IAIA em cada país fossem constituídos por representantes das grandes corporações norte-americanas que atuavam na América Latina como a United Fruit, Standard Oil e General Electric. Com efeito, Rockefeller e os políticos e congressistas defensores dos acordos de cooperação argumentavam que através da atuação do Instituto o comércio interamericano seria incrementado, criando demanda por produtos norte-americanos como equipamento hospitalar, produtos farmacêuticos, suplemento médico, e outros. Ou seja, havia ainda a expectativa de crescimento da participação norte-americana no mercado de serviços e equipamentos médicos (Morgan, 1993).⁹

Reconhecia-se ainda que o prejuízo decorrente das doenças tropicais endêmicas e dos casos de morte, invalidez e deficiência provocado por elas poderia ser evitado e, assim, campanhas preventivas de saúde, medidas sanitárias e o fornecimento de serviços médicos

⁸ Vale lembrar que depois do ataque japonês a Pearl Harbor, foi interrompido o acesso às reservas de recursos naturais estratégicos na Ásia.

⁹ Morgan menciona que o IAIA foi acusado por uma associação de médicos de Nova York de se aliar aos interesses comerciais das indústrias farmacêuticas e de suprimentos cirúrgicos e de subordinar o propósito de melhorar a saúde de populações pobres ao objetivo bem menos nobre de maximizar os lucros de certos grupos (Morgan, 1993).

eram consideradas atividades importantes tanto para os esforços de guerra quanto para a economia e o incremento do comércio no continente. Como observou o presidente de uma das subdivisões do Instituto de Assuntos Interamericanos: "(...) os esclarecidos delegados das 21 repúblicas americanas no Rio concordaram que o desenvolvimento econômico e a defesa em tempo de guerra devem ser amparados pela boa saúde e o saneamento" (Gotaas, 1946, 904).

A perspectiva de que a cooperação em saúde deveria se concatenar com metas econômicas e de desenvolvimento mais amplas e duradouras era particularmente forte entre os países latino-americanos. Em contraste com a ênfase dos Estados Unidos na defesa do hemisfério, do ponto de vista daqueles países, o objetivo eminente era atrair a ajuda do "irmão rico do norte" e canalizá-la para projetos nacionais de industrialização. Isso ocorreu, por exemplo, no caso do Estado brasileiro que negociou com os EUA a adequação do programa da borracha assim como o de saneamento da Amazônia a uma política de estímulo ao progresso da região (Campos, 2006).

Contudo, cabe ressaltar que, se a questão do desenvolvimento já se insinuava dentro da pauta da reunião de 1942, foi somente no pós-guerra que esta questão capitaneou fortemente a atenção dos governos latino-americanos, ao mesmo tempo em que ganhava relevo na arena internacional.

Com a nova configuração do espaço geopolítico desenhada pela Guerra Fria e a disputa por mercados e áreas de influência travada entre Estados Unidos e Rússia, a relevância política e econômica do Terceiro Mundo foi renovada e mesmo inflada. Este cenário tornou ainda mais evidente o que já havia ficado patente durante a segunda guerra mundial: os Estados Unidos eram profundamente dependentes das matérias primas das regiões subdesenvolvidas. Destas áreas, eram importados quase todo o manganês, a borracha natural, o estanho, a bauxita entre outros materiais utilizados pela indústria do país. Além disso, o comércio com tais áreas respondia por quase a metade das exportações do país. Em resumo, a estabilidade política e econômica das nações subdesenvolvidas era flagrantemente vital para o crescimento da economia norte-americana, situação que, em face da ameaça comunista, motivou os Estados Unidos a investir em políticas de cooperação e assistência ao desenvolvimento como dispositivos para expandir os mercados e fortalecer o capitalismo mundialmente (Rockefeller, 1951).

É esta conjuntura que possibilita ao IAIA e aos contratos bilaterais por ele firmados sobreviver ao desfecho da guerra e ao fim do próprio Escritório do Coordenador de Assuntos Interamericanos. Se antes a cooperação interamericana era mobilizada no combate ao nazismo agora se trata da defesa contra o comunismo. Chamando a atenção para esta estratégia, Marcos Cueto observa que: “(...) los líderes sanitarios norteamericanos buscaran conjugar una propuesta de cooperación en salud internacional con modelos que buscaban el ‘desarrollo’ y la modernización capitalista de los países atrasados o descolonizados como una alternativa al socialismo, que era preconizado por la Unión Soviética” (Cueto, 2006, 15).

Dentro deste novo contexto, a ênfase na promoção do desenvolvimento ajusta-se convenientemente às expectativas dos Estados latino-americanos de angariar ajuda externa para patrocinar seu desenvolvimento econômico nacional. Assim, a continuidade dos programas financiados e assessorados pelo IAIA atende também aos interesses dos governos conveniados.

De fato, considerando a história do Instituto de Assuntos Interamericanos, não se deve subestimar o peso dos interesses econômicos e das motivações políticas na definição das ações em saúde. De todo modo, não podemos desconsiderar que os programas implantados se pautaram pelo compromisso de construir uma infra-estrutura sanitária, fornecer serviços médico-sanitários básicos, combater doenças infecciosas e melhorar as condições de saúde de regiões que, no geral, apresentavam profunda carência de políticas sociais.

Depois de firmados os acordos que definiam os programas de cooperação em saúde, a execução destes era assumida tanto pelo IAIA, através do chefe da missão no país atendido, quanto pelo governo conveniado, geralmente através de representantes do Ministério da Saúde. Ambas as partes arcavam com os custos - em razões previamente negociadas, ficando a cargo dos Estados Unidos o fornecimento de assistência técnica. A implementação dos programas se efetivava então através da criação de uma organização que era conhecida na maior parte dos países como Servicio Cooperativo Interamericano de Salud Pública (SCISP) e possuía o caráter de agência internacional. Em alguns casos, o SCISP dava continuidade às atividades previamente iniciadas pelos departamentos de saúde nacionais, enquanto em outros, ele foi responsável pela introdução de novas políticas de

saúde (Dunham, 1944; History of the Office of the Coordinator of Inter-American Affairs, 1947).

Os principais campos de atuação dos SCISP eram: assistência médico-terapêutica, engenharia sanitária e educação sanitária. Dentre suas realizações, destacam-se a construção e manutenção de hospitais, dispensários e centros de saúde; fornecimento de equipamentos como raio-x; campanhas de vacinação contra doenças endêmicas; investigações de campo e laboratoriais visando o controle destas doenças; estabelecimento de uma infra-estrutura sanitária através da construção de latrinas e de sistemas de abastecimento de água, entre outras medidas; treinamento de profissionais de saúde e educação sanitária para o público leigo. Os Serviços Cooperativos também apoiavam atividades de ensino e pesquisa, sendo responsáveis pela organização de Escolas de Enfermagem e de Centros Bacteriológicos, além do fornecimento de bolsas de estudo para profissionais latino-americanos realizarem cursos de aperfeiçoamento nos EUA (Dunham, 1944; History of the Office of the Coordinator of Inter-American Affairs, 1947).

Dentre as políticas de saúde mantidas pelo IAIA, o controle da malária mereceu maior ênfase segundo declaração do presidente do instituto, General Dunham. Na batalha contra a doença – reconhecida como um verdadeiro flagelo cujos custos sociais e econômicos eram enormes – os programas dos SCISP incluíam: inquéritos entomológicos, trabalhos de engenharia sanitária, fornecimento de assistência médica, distribuição de milhões de comprimidos de atebrina, uso de inseticidas de longa duração como o DDT (pela primeira vez no continente americano), além de atividades de pesquisa laboratorial.¹⁰

Nos anos cinquenta, novos elementos como a emergência do paradigma do desenvolvimento, o contexto de “otimismo sanitário” e o impulso à cooperação técnica compuseram um cenário internacional dentro do qual o papel estratégico do Instituto de Assuntos Interamericanos foi renovado. Dito de outro modo, com a associação entre saúde e desenvolvimento, os programas sanitários bilaterais patrocinados pelo IAIA na América Latina foram investidos de novos significados e convertidos em experiência modelo para o Ponto IV – a política de assistência ao desenvolvimento do Terceiro Mundo lançada pelos Estados Unidos como parte de sua ofensiva anticomunista durante a Guerra Fria. Certamente, tal configuração internacional criou condições favoráveis à preservação dos

¹⁰ Boletim do SESP, No.18, 1945.

Serviços Cooperativos criados em vários países, porém a continuidade destes dependeu também das respostas que tais agências lograram dar às exigências impostas pelos contextos e governos nacionais.

A importância estratégica e o sucesso da política do IAIA não deixaram de ser exaltados pelos norte-americanos. No relatório “Parceiros no Progresso”, de 1951, Nelson Rockefeller reconhece que as atividades sanitárias do IAIA correspondem a uma experiência muito bem sucedida de assistência técnica e aponta como a principal vantagem dos Serviços Cooperativos mantidos pelo instituto o fato de eles operarem dentro da estrutura do governo local, sendo que os funcionários e o financiamento eram divididos entre os dois governos. Em 1953, o antropólogo Charles Wagley também afirma que “O Sesp e outros programas, mantidos pelo Instituto de Assuntos Interamericanos do Departamento de Estado dos Estados Unidos, são hoje considerados, em toda a América Latina, modelos de execução do programa do Ponto IV” (Wagley, 1977 [1953], 71).

O Sesp, Serviço Especial de Saúde Pública, correspondia ao “braço” do IAIA no Brasil e manteve-se em funcionamento de 1942 a 1960, quando então, a parceria expirou e ele foi transformado na Fundação Serviço Especial de Saúde Pública. A política sanitária introduzida pelo Sesp abrangia programas de saneamento ambiental, controle de doenças endêmicas como a malária, assistência médica e educação sanitária. A princípio, os serviços eram dirigidos aos soldados das bases americanas instaladas no Nordeste e aos trabalhadores envolvidos com atividades econômicas voltadas para a guerra nos seringais da Amazônia e nas minas e ferrovias do Vale do Rio Doce. Progressivamente, o leque de pessoas atendidas pelo Sesp nas capitais, pequenas localidades e cidades ribeirinhas foi sendo expandido. Assim, embora a criação do Sesp tivesse sido uma resposta aos problemas imediatos colocados pela segunda guerra, devendo a agência, presumivelmente, ter uma existência temporária, como demonstra André Luiz Vieira de Campos (2006), autor de um dos poucos estudos existentes sobre o Sesp, ela acomodou-se tão bem às mudanças na conjuntura internacional e atendeu tão satisfatoriamente às necessidades domésticas em diferentes momentos que logrou continuar em operação por muito mais tempo do que o inicialmente previsto, ampliando seus objetivos e o escopo de sua ação.

Na obra em que reconstitui a história da instituição, Campos discute sua atuação no âmbito da saúde tanto em relação às expectativas internacionais quanto às diretrizes

nacionais. Filiando-se a uma linha de pesquisa que reconhece nas instituições internacionais arenas de poder cujos enunciados não se impõem simplesmente aos países onde atuam, deixando espaço para processos de disputa, conflito, negociação e acomodação, o autor ressalta que a existência no Brasil de um Estado, cuja autoridade vinha sendo fortalecida, aliada à presença de uma tradição sanitária nacional e de uma experiência administrativa local na área de saúde foram determinantes para a orientação das ações do Sesp. Deste modo, o autor adverte que, na avaliação do papel desempenhado pelo Sesp, deve-se considerar, não somente às condições externas que dizem respeito aos interesses do governo norte-americano, aos esforços de guerra e à assistência internacional para o desenvolvimento, mas também, é imprescindível atentar para o cenário interno marcado pelo projeto de construção nacional (*nation buiding*), pela política de fortalecimento da autoridade estatal e de promoção do desenvolvimento econômico durante a Era Vargas. Neste sentido, para Campos:

“A capacidade do Sesp de se sobrepujar à validade temporária de seu contexto de origem deve ser compreendida não exclusivamente a partir da análise da conjuntura internacional. No Brasil, o Sesp desenvolveu uma estratégia para sua sobrevivência, diversificação e expansão. Um movimento fundamental nesta estratégia foi a reorientação da agência para o objetivo de montar e promover uma administração sanitária integrada e moderna, em que se destacavam: a qualificação de pessoal, a educação sanitária, a construção e alargamento de uma rede horizontal e integrada de saúde pelos departamentos de saúde estaduais. Além disso, a continuidade do Sesp significou, para a agência, incorporar-se aos planos regionais de desenvolvimento do Estado brasileiro, implementados, principalmente, em regiões mais carentes do país, especialmente o Nordeste e a Amazônia, na década de 1950. Ao prover de infra-estrutura sanitária básica aquelas regiões, o Sesp prosseguia sendo um instrumento de expansão da autoridade pública no país” (Campos, 2006, 274-275).

Ou seja, segundo o autor, o fato do Sesp ser uma agência bilateral não o preveniu de entrar em sintonia com a agenda de saúde forjada pelo governo brasileiro. O organismo deu continuidade ao processo de interiorização dos serviços de saúde no país. Longe de ser um mero instrumento do imperialismo ianque no Brasil – embora muitas acusações neste sentido tivessem sido feitas na época– o Sesp valeu-se sim da influência norte-americana

para articular um modelo de administração sanitária e saúde pública que certamente não se manteve imune a críticas, mas, com efeito, tornou-se uma referência para o país. Deste modo, o estudo de Campos evidencia como a interação entre variáveis externas e fatores locais explica tanto o estabelecimento do Sesp e sua sobrevivência por quase duas décadas, quanto o seu perfil e a natureza de suas políticas de saúde.

O Instituto de Antropologia Social da *Smithsonian Institution* e a “Política da Boa Vizinhança”

O Instituto de Antropologia Social (ISA) foi estabelecido em 1943 como uma unidade autônoma do Departamento de Etnologia Americana da *Smithsonian Institution*. O Instituto era financiado pelo Comitê de Cooperação Cultural e Científica, organizado pelo Departamento de Estado, e integrava os esforços do Governo Roosevelt para estreitar as relações culturais com a América Latina através da Política da Boa Vizinhança.

O plano de criação de uma instituição para cooperação interamericana na área de ensino e pesquisa em antropologia foi elaborado por Julian Steward¹¹, o qual já vinha desenvolvendo na *Smithsonian Institution* um empreendimento de caráter eminentemente cooperativo, dirigindo o projeto de publicação do *Handbook of the Indians of South America* com a participação de autores de outros países do continente. A *Smithsonian Institution*, por sua vez, mantinha uma tradição de colaboração profissional com organizações científicas através do continente americano, tendo enviado vários de seus membros para a condução de trabalho de campo e explorações botânicas, zoológicas e arqueológicas no México e Américas Central e do Sul.

Ao propor o projeto do ISA ao Departamento de Estado, Steward teria tido como inspiração a experiência do sociólogo norte-americano Donald Pierson que, desde 1940,

¹¹ Julian Steward (1902-1972) era formado em biologia e completou seus estudos de pós-graduação em antropologia na Universidade da Califórnia, Berkeley, onde foi influenciado pelos trabalhos de Alfreed Kroeber e Robert Lowie. Entre as principais contribuições de Steward, destacam-se a abordagem da ecologia cultural, a proposta de uma teoria geral da mudança cultural e a edição dos volumes do *Handbook of American Indians*. Em 1935, ele se vinculou ao Escritório de Etnologia Americana da *Smithsonian Institution*, lá permanecendo por 11 anos, até assumir o cargo de professor na Universidade de Columbia. Nesta universidade coordenou o Projeto de Pesquisa em Porto Rico que resultou em um conjunto de importantes e inovadoras pesquisas conduzidas por futuros expoentes da disciplina como Eric Wolf, Sidney Mintz e Marvin Harris. Após seis anos em Columbia, Steward a trocou pela Universidade de Illinois onde permaneceu até sua aposentadoria e voltou seu interesse para pesquisas sobre a modernização das sociedades tradicionais (Harris, 1981).

estava vinculado à Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo como professor e pesquisador¹². Em uma carta dirigida a Pierson, Steward faz referência a este fato:

“Como eu provavelmente lhe disse anteriormente, a idéia do Instituto de Antropologia Social foi inspirada nos seus maravilhosos resultados em São Paulo. Quando eu propus fazer algo do mesmo tipo em outros países, a idéia pareceu ter amplo apelo e obtido considerável apoio em Washington. Eu não posso pensar em ninguém melhor para conduzir o trabalho no Brasil do que você, já que, se eu compreendi os objetivos e atividades corretamente, você tem feito precisamente o que nós gostaríamos de fazer.”¹³

O Instituto de Antropologia Social foi concebido com os seguintes propósitos: expandir as conexões culturais e acadêmicas com as outras nações americanas; promover intercâmbios com instituições latino-americanas de ensino e pesquisa em antropologia; treinar cientistas sociais do continente nos modernos métodos de investigação e análise em ciências sociais; coletar informações e dados sociológicos sobre a população latino-americana, em especial sobre grupos indígenas, mestiços e comunidades rurais; e finalmente publicar os volumes do *Handbook of South American Indians*. É interessante notar que os memorandos e relatórios do Instituto ressaltam que os programas em operação não têm impacto econômico ou político direto e nem influem na economia dos países conveniados.¹⁴

¹² Pierson e sua esposa Helen se estabeleceram no Brasil em 1939, após ele ter concluído seu doutorado na Universidade de Chicago, com a tese “Negros no Brasil”. Na Escola de Livre de Sociologia e Política, além de ministrar diversos cursos e treinar estudantes nas técnicas de pesquisa em ciências sociais, ele foi o principal organizador do Departamento de Sociologia e Antropologia. A partir de 1942, devido aos problemas financeiros enfrentados pela Escola Livre de Sociologia e Política, Pierson enviou uma proposta ao Escritório do Coordenador de Assuntos Interamericanos solicitando o financiamento de suas atividades de ensino e pesquisa no Brasil e, como resultado, passou a ter seu salário pago pelo Departamento de Estado, ou seja, seu trabalho correspondia a uma forma de cooperação científica. Sobre a experiência de Pierson no Brasil consultar Mariza Corrêa (1987).

¹³ Steward to Pierson, February 9, 1945. Records of Institute of Social Anthropology Smithsonian Institution 1942-1952, National Anthropological Archives/NAA, Series 4 Correspondence, Pierson, Donald Correspondence 1946-47, Box 10.

¹⁴ A política do ISA é assim definida por Steward: “(...) a proposta é estabelecer Institutos de Antropologia Social cooperativos em alguns daqueles países. Eles trabalhariam sob a direção da Smithsonian Institution que, não estando conectada a programas de ação e bem-estar e sendo dedicada a ciência pura preferencialmente do que a ciência aplicada, está em uma posição única para assumir esta função. Embora este programa seja puramente científico fornecerá uma boa base para os programas de ação e bem-estar” (Steward, 2-19-43)” Em: “Anthropology and the Point IV Program”, Records of Institute of Social Anthropology Smithsonian Institution 1942-1952, NAA, Series 1 Annual Reports and Administrative Records 1942-1952, Point IV 1949-52, Box 1.

Enquanto esteve em atividade, o instituto estabeleceu acordos para o desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa com a Escola Livre de Sociologia e Política, no Brasil; com a *Escuela Nacional de Antropología of the Instituto Nacional de Antropología e Historia*, no México; e com a *Universidad del Cauca* e, também o *Instituto Etnológico*, na Colômbia. Através da cooperação com o Peru, o ISA contribuiu para criar uma nova instituição educacional naquele país, o *Instituto de Estudios Etnológicos*. Em cada país, o ISA era representado por um ou dois pesquisadores – entre antropólogos, geógrafos e lingüistas – que dividiam seu tempo entre as atividades de docência e o trabalho de campo. Estiveram vinculados ao ISA, entre outros nomes, os de Ralph Beals, Allan Holmberg, Isabel Kelly, John Gillin, Donald Pierson, Kalervo Oberg, John H. Rowe. Ozzie Simmons e Charles Erasmus.

Do ponto de vista das instituições latino-americanas, os convênios também prometiam ser vantajosos uma vez que elas passariam a ter entre seus quadros de professores, profissionais da prestigiosa *Smithsonian Institution*, sem arcar com os encargos salariais destes, e também a contar com recursos adicionais para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e compra de livros, por exemplo. Em contrapartida, as instituições locais se comprometiam a fornecer instalações adequadas para as aulas e salas para os professores. Em certos casos, o impacto dos convênios estabelecidos provavelmente foi maior devido ao fato de que, alguns países, ao longo das décadas de trinta e quarenta, vivenciavam um processo de institucionalização das ciências sociais.

No Brasil, o acordo foi estabelecido somente em 1945 com a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), após terem fracassado as negociações iniciais de Julian Steward com a diretora do Museu Nacional, Heloísa Alberto Torres, para o estabelecimento do convênio com o Museu Nacional¹⁵. A ELSP havia sido criada em 1933 por iniciativa da elite paulista, estabelecendo-se “como um centro de estudos voltado para a compreensão científica da realidade brasileira e que visava formar quadros técnicos qualificados em

¹⁵ Seguindo a recomendação de Charles Wagley, Steward escreve a então diretora do Museu Nacional, Heloisa A. Torres propondo o estabelecimento de um convênio entre o ISA e aquela instituição, contudo Torres rejeita a proposta. Sobre este episódio consultar: Steward to Heloisa Alberto Torres September 10, 1942, Wagley to Steward October 5, 1942 e Torres to Steward April 19, 1944, Records of Institute of Social Anthropology Smithsonian Institution 1942-1952, NAA, Series 5 Areal Subject File, Brazil General, 1942 – 1951, Box 12.

Sobre o papel que o Museu Nacional desempenhou no desenvolvimento do campo da antropologia no período consultar Corrêa (2003).

ciências sociais para atuarem nas nascentes instituições públicas de planejamento econômico e desenvolvimento social” (Simões, 2001, 14). Tendo em vista tais objetivos, a ELSP procedeu à contratação de professores estrangeiros, dando preferência aos norte-americanos por se aproximarem mais da tradição de pesquisa social em áreas urbanas com metodologias inovadoras que a Escola esperava incentivar por aqui. Depois de firmado o convênio com o ISA, Donald Pierson que, como vimos, já era professor da ELSP, e o antropólogo Kalervo Oberg tornaram-se os representantes do Instituto no país.

O fato do ISA constituir parte de um programa estatal de cooperação científica tinha algumas implicações: os acordos eram estabelecidos entre as nações através de suas respectivas embaixadas, os funcionários do ISA atuando no exterior portavam o estatuto de “representantes do governo dos EUA” (Foster, 2000) e tinham seu trabalho sujeito à avaliação por parte de “inspetores” responsáveis pelas atividades culturais financiadas pelo governo na América Latina.¹⁶ Além disso, os diretores do instituto se viam forçados a lidar com as mudanças de prioridades da política externa americana, tendo de enfrentar reduções progressivas no orçamento devido à competição por recursos do Departamento de Estado. Compreensivelmente, a condição dependente e instável do ISA nunca foi apreciada por seus integrantes que tentaram fazer do instituto um órgão não-político e permanente da *Smithsonian Institution*¹⁷. Mas, visto que tais esforços malograram, os cientistas sociais do ISA continuaram obrigados a convencer o pessoal do governo de que as operações do instituto tinham relevância do ponto de vista político. Ao lidar com a burocracia de Washington, eles se preocupavam em justificar suas atividades particularmente àqueles que – nas palavras de Donald Pierson – “não estão, de modo algum, interessados na

¹⁶ A carta de Donald Pierson para Julian Steward de 20 de Maio de 1946 relata que: “Você se interessará em saber que dois ‘inspetores’ das atividades culturais do governo dos EUA na América Latina visitaram São Paulo e que eles gastaram aproximadamente uma hora e meia na Escola Livre, tempo em que eles conheceram o diretor Berlinck, Dr. Oberg, meus primeiros estudantes e atuais colegas Mário Wagner e Octávio Eduardo e alguns dos mais promissores estudantes com quem Oberg e eu estamos particularmente trabalhando, incluindo Fernando Altenfelder Silva, Florestan Fernandes, Carlos Borges Teixeira, Juarez Lopes, Mauricio Segal e Alceu Araujo. Um daqueles ‘inspetores’ revelou-se nosso amigo Dr. Zwemer, o outro, Mr. Brossard da Comissão de Tarifas dos Estados Unidos. Eles ficaram, eu acredito, bem favoravelmente impressionados com o nosso trabalho aqui”. Pierson to Steward on May, 1946. Records of Institute of Social Anthropology Smithsonian Institution 1942-1952, NAA, Series 4 Correspondence, Pierson, Donald Correspondence 1946-47, Box 10.

¹⁷ A *Smithsonian Institution* foi fundada em 1846, em Washington, pelo congresso norte-americano com os recursos deixados pelo milionário inglês James Smithson para que os Estados Unidos criassem uma organização para a difusão do conhecimento. A instituição, assim, não constitui uma agência governamental *per se* e dispõe de autoridade administrativa independente.

organização de instituições na América Latina, mas que podem ter algum interesse em projetos de pesquisa, especialmente naqueles que supostamente podem contribuir para as necessidades básicas dos EUA”.¹⁸

Ou seja, o papel na promoção das relações culturais entre nações vizinhas, embora pudesse justificar a manutenção das operações do ISA segundo uma política genuinamente comprometida com a expansão da cooperação interamericana e com o desenvolvimento cultural e científico local, na prática, não representava uma justificativa suficiente face à pressão de interesses econômicos e de uma política de construção de hegemonia mais agressiva. Atentos a esta situação, alguns antropólogos ao relatar suas atividades ao diretor do ISA – considerando que estas seriam posteriormente reportadas ao Departamento de Estado – acentuavam sua suposta contribuição para a ampliação da influência dos EUA nos campos da cultura, ciência e educação nos países em que atuavam. A leitura dos relatórios e memorandos do ISA, assim como da correspondência trocada entre antropólogos e diretores do instituto, revelou um constante esforço para demonstrar o valor prático da antropologia. Argumentava-se, então, que o conhecimento antropológico de povos, grupos sociais e culturas específicas podia ser aplicado ao planejamento e à execução de ações políticas tendo em vista a resolução dos problemas atuais enfrentados pelas sociedades modernas. São oferecidos exemplos e ilustrações de como os estudos etnográficos, na medida em que possibilitam o entendimento da dinâmica da sociedade onde se pretende intervir, vinham se revelando úteis para a condução de programas de colonização, de realocação de povos, de reforma na dieta alimentar e de políticas educacionais e de saúde, tendo em vista o aumento da eficácia de tais intervenções e a minimização do impacto que a introdução de reformas costuma desencadear na organização social e modo de vida dos grupos atingidos.¹⁹

A tentativa dos integrantes do ISA de legitimar seu trabalho junto ao governo, não evitou, contudo, o corte de verbas para o ano de 1948 – episódio que agravou a situação financeira do instituto e determinou a redução de seu quadro de pesquisadores. George

¹⁸ Pierson to George Foster, September 21, 1948. Records of Institute of Social Anthropology Smithsonian Institution 1942-1952, NAA, Series 4 Correspondence, Pierson, Donald Correspondence 1948-49, Box 10.

¹⁹ Sobre isto, consultar, entre outros documentos: “Supplementary Memorandum. Some Practical Values of Anthropology”, Records of Institute of Social Anthropology Smithsonian Institution 1942-1952, NAA, Series 1 Annual Reports and Administrative Records 1942-1952, Organizational Records, Annual Reports 1942-1952, Box 1.

Foster, que havia assumido a direção do ISA em 1946, substituindo Julian Steward, menciona que a escassez de recursos passou a comprometer as atividades do instituto. A partir de então, cresceu a incerteza quanto ao futuro do ISA (Riess, 2000).

Neste contexto, Donald Pierson propõe a realização de pesquisas em regiões do Brasil supostamente estratégicas segundo os interesses dos EUA no país.²⁰ Segundo ele, o ISA teria mais chance de sobreviver, se a burocracia de Washington responsável pelos programas cooperativos fosse convencida de que o ISA poderia se tornar uma instituição especializada na coleta de dados básicos sobre nações estrangeiras e suas culturas, informações sobre problemas práticos atuais como, por exemplo, mudança cultural, re-colonização, a capacidade produtiva e o potencial consumidor dos camponeses. Ele sugere que se o instituto fosse atrelado a algum programa permanente em áreas como agricultura, saúde ou saneamento, isto poderia garantir sua sobrevivência.²¹

Cabe aqui abrir parênteses para lembrar que, com o fim da guerra, o Departamento de Estado passou a rever os programas de ajuda externa lançados dentro dos esforços de guerra e que a existência dentro do governo de defensores dos programas cooperativos de longa duração não impediu que projetos encolhessem e iniciativas fossem abandonadas. Em 1946, por exemplo, o Escritório do Coordenador de Assuntos Interamericanos acabou extinto e foi necessário um processo de negociação para garantir a sobrevivência do IAIA (Campos, 2006). Não podemos deixar de levar em conta que entre 1945 e 1949, a Europa usufruía de centralidade na política externa norte-americana e que um montante formidável de dólares foi investido na reconstrução do velho continente através do Plano Marshall. Neste contexto, a política da Boa Vizinhança perdeu força e a América Latina só voltaria a receber uma considerável atenção com o Programa do Ponto IV.

Em 1949, com o lançamento do Ponto IV, foi estabelecida uma nova agenda para os programas de cooperação internacional, o Comitê Interdepartamental de Cooperação Científica e Cultural acabou dissolvido e isto deixou a posição do ISA dentro do

²⁰ Pierson revela que está considerando a possibilidade de realização de *surveys* e estudos na região do Vale do São Francisco, onde o governo federal planeja desenvolver o potencial da região para a produção de energia elétrica, ou no Vale do Rio Doce, onde grandes empreendimentos econômicos no campo da exploração de minérios, os quais contam com o apoio dos Estados Unidos, estão provocando grandes mudanças sociais que precisariam ser investigadas. Em: Pierson to Foster on September 21, 1948, Records of Institute of Social Anthropology Smithsonian Institution 1942-1952, NAA, Series 4, Correspondence, Pierson, Donald Correspondence 1948-49, Box 10.

²¹ Pierson to Foster on October 06, 1948, Records of Institute of Social Anthropology Smithsonian Institution 1942-1952, NAA, Series 4, Correspondence, Pierson, Donald Correspondence 1948-49, Box 10.

Departamento de Estado ainda mais precária. Tornou-se cada vez mais difícil manter projetos de ensino e pesquisa básica em um contexto em que a assistência externa passou a estar focada no desenvolvimento. Consequentemente, as atividades do ISA foram submetidas a uma reorientação: elas deveriam se aproximar do modelo das ciências sociais aplicadas.

O diretor interino do ISA durante o ano de 1949, Gordon R. Willey²², elaborou dois memorandos “Antropologia e o Programa do Ponto IV” e “Integração do Instituto de Antropologia Social com as Metas Antropológicas do Programa do Ponto IV”, nos quais discute como a abordagem antropológica pode oferecer uma contribuição em potencial para o desenvolvimento dos programas de ajuda econômica patrocinados pelo Ponto IV. Os relatórios abordam o impacto social e cultural dos programas de desenvolvimento, a pertinência da antropologia, a diferença entre antropologia básica e aplicada, o papel do ISA para o avanço da pesquisa básica e a integração da antropologia ao Ponto IV. Willey defende que:

“O antropólogo é treinado em um ponto de vista trans-cultural ou de comparação entre culturas. O relativismo cultural é a base desta metodologia. Por causa de sua perspectiva científica a antropologia e os antropólogos podem fazer uma contribuição construtiva, prática e definitiva nas situações envolvendo o contato de culturas que são estrangeiras uma da outra. Isto é diretamente pertinente para os programas do Ponto IV e os efeitos traumáticos que eles terão entre os povos tecnologicamente subdesenvolvidos e culturalmente distintos do mundo. A antropologia não oferece uma panacéia nem uma chave singular que abrirá todas as portas. Ela deve operar em equipe com economistas, agrônomos, educadores e outros profissionais. Sua perspectiva totalmente cultural e *cross-cultural*, no entanto, é indispensável”.²³

No tocante ao ISA, o autor ressalta o papel do instituto no fortalecimento das instituições educacionais locais e na formação de estudantes e pesquisadores, indicando que seria recomendável que este mantivesse suas operações regulares de ensino e pesquisa

²² Gordon R. Willey (1913-2002) foi um dos pioneiros da arqueologia norte-americana. Ele estudou na Universidade do Arizona e na Universidade de Columbia. Em 1943, foi incorporado aos quadros do Departamento de Etnologia Americana onde permaneceu até 1950, quando se tornou professor de arqueologia no Departamento de Antropologia e no Peabody Museu da Universidade de Harvard.

²³ “Anthropology and the Point IV Program”, Records of Institute of Social Anthropology Smithsonian Institution 1942-1952, NAA, Series 1 Annual Reports and Administrative Records 1942-1952, Point IV 1949-52, Box 1.

básica nos países conveniados e que colaborasse com o Ponto IV quando solicitado. Nos relatórios também é desaconselhada a fusão do ISA ao Ponto IV. Há ainda a sugestão de que o departamento responsável pela nova política de ajuda externa contrate seu próprio quadro de antropólogos para fazer pesquisa aplicada e prestar consultoria.

Com efeito, a equipe do Instituto de Antropologia Social não manifestou muito entusiasmo em se submeter à agenda do Ponto IV. Os antropólogos gostariam de manter seu estilo de trabalho mais focado na docência e na pesquisa básica e pareciam apreensivos quanto à proposta de mudança que não deixava de representar uma ameaça à sua autonomia na escolha dos temas de investigação e que os tornaria mais comprometidos com o atendimento das demandas colocadas pelo governo.²⁴ Em que pese tais reservas, face à falta de bons prognósticos quanto ao futuro do ISA e à precariedade da posição deste na política do Departamento de Estado, a vinculação do instituto ao programa do Ponto IV não foi descartada enquanto possibilidade de obtenção de fundos para manter as operações da entidade.

Pelo contrário... No relatório de atividades do instituto do período de julho a dezembro de 1949, somos informados que:

“A reorientação do trabalho de campo em direção a programas de ‘ação’, como mencionado no relatório prévio tem prosseguido devagar, mas progressos têm sido feitos. Àquela tem sido conduzida à luz dos planos de desenvolvimento econômico do Ponto IV em uma tentativa de demonstrar a flexibilidade e eficiência das instalações de campo do Instituto de Antropologia Social para trabalhos antropológicos deste tipo. Problemas nutricionais e agrícolas estão sendo

²⁴ Em uma carta para Isabel Kelly, provavelmente de George Foster, encontramos a seguinte revelação: “Minha suposição é que qualquer arranjo com o Ponto IV será pessoalmente menos atraente para você do que o sistema que nós temos trabalhado no passado. Será mais complicado, mais incômodo e envolve contato com mais Americanos. Se parecer tão desagradável ao ponto de você ter sérias dúvidas quanto ao seu interesse em continuar, é melhor me falar agora. Estou colocando a mesma explicação para os outros. Seria muito melhor terminar tudo do modo mais elegante que nós pudermos, do que começar um novo tipo de projeto com sérias reservas. Eu pessoalmente preferiria acabar tudo. Eu não disse isso a ninguém mais e nem poderia. Estou cansado do meu trabalho, não tenho conseguido a experiência de campo ou o tempo para escrever que gostaria, sinto-me sobrecarregado com tantas inacreditáveis pequenas irritações dentro e fora da Instituição”. To Isabel Kelly on August 06, 1951, Records of Institute of Social Anthropology Smithsonian Institution 1942-1952, NAA, Series 4 Correspondence, Kelly, Isabel (08/1951-1953), Box 8.

considerados no México, e naquele mesmo país o meio ambiente natural e os problemas sociológicos em torno das moradias tropicais têm sido analisados em um relatório preliminar”.²⁵

Em setembro de 1950, George Foster volta à direção do ISA e apresenta aos representantes do Departamento de Estado e do Instituto de Assuntos Interamericanos uma proposta para que os antropólogos do ISA atuando no Brasil, México, Colômbia e Peru realizem estudos etnográficos sobre os programas cooperativos de saúde patrocinados pelos Estados Unidos nestes países.²⁶ As negociações avançam em Washington. Os pesquisadores procedem à avaliação dos Serviços Cooperativos de Saúde Pública e o relatório é oferecido para a apreciação dos dirigentes do IAIA. A correspondência trocada entre a equipe do ISA no período indica o quanto a situação do instituto dependia do apoio dos burocratas interessados na assistência antropológica. Neste sentido, Foster explica a Simmons que:

“Hyde²⁷ é um homem chave em nosso projeto já que o IAIA é a unidade do Ponto IV mais bem sucedida e que reconhecidamente tem feito um trabalho melhor do que qualquer outra agência deste tipo. Portanto, se eles estiverem convencidos a nos comprar – como eles parecem estar – sua recomendação como parte do programa do Ponto IV será extremamente útil”.²⁸

Negociações também foram conduzidas entre os antropólogos em campo e os diretores do IAIA nos países conveniados, sendo que em alguns casos, como no do Peru, elas não avançaram muito, e já em outros, como no caso do Brasil, teriam sido bem sucedidas. Aconteceram várias reuniões entre Kalervo Oberg e o Chefe da Missão Técnica

²⁵ Report of Program Activities Institute of Social Anthropology, July 1 to December 31, 1949, SCC D-5/38, January 5, 1950, Records of Institute of Social Anthropology Smithsonian Institution 1942-1952, NAA, Series 1 Annual Reports and Administrative Records 1942-1952, Box 1.

²⁶ Em carta, Foster relata a Simmons “Minha sugestão para uma análise dos diversos programas de ação nos países em que nós trabalhamos está sendo considerado pelo Departamento de Estado, mas não se chegou a nenhuma decisão. Eu reformulei minha sugestão para lidar somente com projetos de saúde e saneamento, já que eles são os únicos que ocorrem essencialmente de forma similar nos quatro países, lidam diretamente com grande número de populações rurais e incidem sobre um aspecto da cultura que tem recebido mais atenção dos antropólogos do que muitos outros”. In: Foster to Simmons on November 28, 1950, Records of Institute of Social Anthropology Smithsonian Institution 1942-1952, NAA, Series 4, Correspondence, Simmons, Ozzie 1949-50, Box 10.

²⁷ Henry van Zile Hyde era o diretor da Divisão de Saúde e Saneamento do IAIA.

²⁸ Foster to Simmons on August 6, 1951, Records of Institute of Social Anthropology Smithsonian Institution 1942-1952, NAA, Series 4 Correspondence, Simmons, Ozzie 1951-1961, Box 11.

do IAIA no Brasil, Eugene Campbell. Este afirma em carta que os estudos conduzidos pelo antropólogo sobre os serviços do Sesp oferecidos nas cidades de Colatina, no Vale do Rio Doce, e Cametá, na região amazônica, ajudarão a aperfeiçoar os programas em andamento e que a parceria entre o ISA, o IAIA e o Ponto IV para a condução de investigações antropológicas parece promissora. Seguindo a sugestão do Dr Campbell, Oberg submeteu um projeto de avaliação do programa implantado em Chonin de Cima, Minas Gerais, que também foi aceito.²⁹ As ciências sociais encontraram tanto respaldo dentro do Sesp que, posteriormente, em 1953, seria criada uma Seção de Pesquisa Social como parte do seu Programa de Educação Sanitária.³⁰

Nesse ínterim, contudo, o Departamento de Estado decidiu retirar definitivamente o apoio ao ISA no final de 1951.³¹ As operações do Instituto foram mantidas até setembro de 1952 sob os auspícios do IAIA que também encomendou mais *surveys* sobre seus programas de saúde. Após aquela data, Isabel Kelly, Ozzie Simmons, Kalervo Oberg e

²⁹ “Dr. Oberg’s report on our health services in Colatina and Cametá has aroused a great deal of interest here in Sesp and we wish to take this opportunity to thank you and the Smithsonian Institution for making this service available. In addition to the advantages which will undoubtedly accrue to the developing Point 4 program from the whole social-anthropological project, we feel that Dr. Oberg’s study will make it possible for us here in Brazil to do a better job in our future work. In fact, we are so much interested that we wish to request Dr. Oberg’s services in an area where we are developing a cooperative and coordinated program between agriculture, education, health and transportation. The enclosed project agreement will give you a resume of the approach being used”. Campbell to Pierson on May 21, 1951 attached to Pierson to Foster on May 26, 1951, Records of Institute of Social Anthropology Smithsonian Institution 1942-1952, NAA, Series 4 Correspondence, Pierson, Donald Correspondence 1950-8/1951, Box 10.

“Proposed Participation of the ISA in the Chonin Project” attached to Pierson to Foster on May 26, 1951, Records of Institute of Social Anthropology Smithsonian Institution 1942-1952, NAA, Series 4 Correspondence, Pierson, Donald Correspondence 1950-8/1951, Box 10.

³⁰ O sociólogo José Arthur Rios tornou-se o diretor da Seção de Pesquisa Social do Sesp. O trabalho desta entidade deverá ser objeto de investigação no próximo capítulo, quando será analisada a história da associação da antropologia brasileira à agenda da saúde.

³¹ Podemos aventar se o contexto do macartismo não teria contribuído para a tomada desta decisão. Apesar das correspondências e documentos analisados não indicarem nada de mais concreto neste sentido – exceto por informar que, desde 1950, as contratações de novos cientistas sociais pelo ISA estavam sujeitas à aprovação dos nomes pelo FBI – é pertinente lembrar que de um modo geral a comunidade científica e os antropólogos passaram a ser vistos com suspeita. Em 1951, George Foster escrevia: “As coisas têm mudado muito por aqui. Eu mesmo me imagino sendo incluído na lista qualquer manhã. Não apenas eu estive na China, como sou um antropólogo também. Homem perigoso, obviamente”. Foster to Kelly on August 16, 1951. Kelly, Isabel (08/1951-1953), Box 8, Series 4, Correspondence, Records of Institute of Social Anthropology Smithsonian Institution 1942-1952. NAA.

Neste sentido, o livro de David H. Price (2004) é a principal referência a respeito dos efeitos da campanha macartista sobre o campo da antropologia, como a criação de uma atmosfera de medo, suspeita e delação, dentro da qual a preocupação de Foster torna-se bastante compreensível.

Charles Erasmus foram incorporados ao quadro de funcionários do IAIA, assinalando o fim do ISA.³²

Os antropólogos do IAIA, sua atuação e sua produção em saúde

Como vimos, o primeiro antropólogo contratado pelo Instituto de Assuntos Inter-Americanos foi Charles Wagley ainda durante a guerra. Após participar da missão técnica do instituto no Brasil, ele foi integrado aos quadros do Sesp onde assumiu as funções de diretor do Programa de Migração, Assistente do Superintendente e diretor da Divisão de Educação Sanitária.

No IAIA, Wagley assumiu funções técnicas, participou efetivamente do processo de tomada de decisões e tornou-se um dos responsáveis pelas políticas implementadas. Ele também produziu *surveys* e participou de viagens a campo para realizar investigações breves. Porém, em contraste com o que ocorreu com os antropólogos da *Smithsonian* incorporados ao IAIA, a atuação de Wagley no IAIA não é lembrada como um exemplo da contribuição da antropologia para o campo da cooperação técnica ou para os programas inter-culturais de saúde e talvez para isso tenha contribuído o fato de Wagley não ter produzido nenhum estudo propriamente etnográfico sob encomenda da agência norte-americana.³³ Além disso, ele não elegeu os serviços sanitários do Sesp como objeto de pesquisa e nem desenvolveu trabalhos no campo da antropologia aplicada à saúde pública. Assim, em que pese o fato de em todos os casos a contratação pelo IAIA ter sido motivada pela ligação dos antropólogos com a América Latina, por suas pesquisas e conhecimento sobre os países da região, notadamente, a expertise antropológica parece ter tido um peso

³² Donald Pierson se recusou a integrar o IAIA e permaneceu como professor da Escola de Sociologia e Política. Ele estava envolvido com o projeto de pesquisa na região do São Francisco para o qual contava com recursos do governo brasileiro através da Comissão do Vale do São Francisco. Em 1952, ele regressaria aos EUA devido a problemas de saúde (Corrêa, 1987). Foster assumiu o posto de professor na Universidade de Berkeley.

³³ Charles Wagley conheceu a pequena cidade de Gurupá – que em *Uma comunidade amazônica* recebeu o nome fictício de Itá – em 1942, durante uma missão exploratória para o Sesp. Em 1945, ele regressou à Gurupá por conta do programa de educação sanitária do Sesp, acompanhado pelo sanitarista Eduardo Catete Pinheiro e pelo romancista Dalcídio Jurandir, este responsável pelos textos educativos do serviço de saúde, ex-morador de Gurupá e quem apresentou Wagley a um círculo de habitantes da cidade. Contudo, o estudo de comunidade que o antropólogo realizou sobre Gurupá não foi encomendado pelo Sesp, mas pela Organização Cultural, Científica e Educacional das Nações Unidas/Unesco e integrou um ciclo de pesquisas promovido pelo Projeto do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA) (Figueiredo, 2004; Maio e Sá, 2000).

menor na orientação das demandas feitas pela agência norte-americana no caso de Wagley. Contudo, cabe assinalar o papel que ele desempenhou como diretor da Divisão de Educação Sanitária do Sesp e indicar que, certamente, sua contribuição nesta área foi um fator significativo para a criação da Seção de Pesquisa Social dentro daquela divisão, alguns anos depois.

Os antropólogos vinculados ao ISA, por outro lado, foram reconhecidamente pioneiros no tocante à aplicação da antropologia ao campo da saúde pública (Sepúlveda, 1966). Como veremos a seguir, muitos deles, ao longo da carreira, permaneceram interessados em temas ligados à saúde, à mudança cultural e/ou ao desenvolvimento e alguns continuaram a desenvolver estudos sobre programas de assistência técnica, inclusive enquanto consultores de outras organizações bilaterais e multilaterais. Sendo assim, propomos recuperar um pouco das trajetórias e da produção de George Foster, Isabel Kelly, Charles Erasmus, Kalervo Oberg e Ozzie Simons, na convicção de que possam contribuir para o conhecimento da história da antropologia no pós-guerra.

Começemos pela pesquisa que Kelly, Erasmus, Oberg e Simmons realizaram sob encomenda do Instituto de Assuntos Interamericanos e que foi sumarizada por Foster no relatório “Uma análise antropológica trans-cultural de um programa de ajuda técnica”. O relatório contempla dados compilados através de levantamentos (surveys), entrevistas e observação participante sobre a recepção por parte da população local de alguns dos centros de saúde do IAIA em operação no Brasil, Peru, México e Colômbia. O seguinte quadro identificado pelos autores é comum aos quatro países: o predomínio de crenças e práticas médicas populares explica a baixa adesão aos serviços de saúde oferecidos; ou seja, a medicina oficial é frequentemente a última opção, só sendo procurada após se esgotarem as outras duas alternativas de tratamento, aquele realizado em âmbito doméstico e o curandeiro. Notadamente ainda, as pessoas procedem a uma espécie de diferenciação entre certas doenças (no geral de causas mágicas) que só o curandeiro pode tratar e outras passíveis de tratamento pelo médico. Este estado de coisas levanta a questão de como seria possível persuadir as pessoas a aderir aos recursos médicos modernos (Foster, 1951).

A perspectiva majoritária entre os autores do relatório é a de que uma mudança na atitude da equipe médica face às concepções dos seus pacientes poderia ajudar neste sentido. Os antropólogos consideram que se médicos e enfermeiros se mostrassem mais

receptivos a estas concepções, procurassem conhecê-las e não as criticassem de imediato, poderiam conquistar maior simpatia e confiança por parte de seus pacientes. Neste sentido, a abordagem antropológica se mostraria fundamental por decifrar a cultura local, tornando comportamentos inteligíveis e traduzindo para uma audiência acostumada à razão científica, sistemas médico-terapêuticos marcadamente integrados à dimensão mágico-religiosa das sociedades onde operam. Ainda mais, a sugestão é que as idéias nativas com relação à saúde e à doença sejam usadas a favor da introdução da medicina científica, considerando que “um número de pontos específicos das crenças populares podem servir como ponto de partida para a explicação das práticas sanitárias e médicas modernas nos termos de idéias populares” (Foster, 1951, 82)³⁴.

Os pesquisadores do ISA apontam ainda que a política do centro de saúde e a expectativa da população com relação a ele nem sempre coincidem. Enquanto o foco deste tipo de instituição é a medicina preventiva, sendo oferecidos somente serviços curativos básicos de rotina, a maior parte de sua clientela somente recorre aos centros quando está doente. Dada tal situação, constatou-se que no Brasil e na Colômbia, os centros atendem a todos os doentes que buscam ajuda, incluindo, portanto, também a clínica médica dentre os serviços oferecidos, enquanto na Cidade do México e em Lima, a aceitação dos pacientes é restringida aos casos que se encaixam nos procedimentos padrão de atendimento. Os pesquisadores tendem a recomendar uma maior flexibilização das operações dos centros de saúde a fim de não incitar ainda mais o afastamento da população. Não obstante tal postura, para eles o problema se deve menos a uma inadequação de tal modelo de atenção à saúde às condições locais³⁵, do que a certa incapacidade da população em compreender a proposta

³⁴ É relatado o caso interessantíssimo de um médico da missão em Bogotá que, tendo observado a eficácia de uma erva localmente usada para tratar a diarreia, passou a recomendá-la algumas vezes juntamente com seus próprios fármacos, atitude que teria impressionado bastante favoravelmente a população (Foster, 1951, 81). Certamente, este não foi um caso isolado. Marcos Cueto relata que no Peru dos anos 30, em um “ambiente cultural marcado pelo indigenismo”, o médico Manuel Nunez Buitrón conseguiu conquistar a adesão da comunidade indígena da região andina de Puno às campanhas de educação sanitária e de vacinação contra a varíola através de uma abordagem dos problemas de saúde locais e de um programa de ação que se baseava, não na exclusão, mas, ao contrário, na valorização e integração das tradições indígenas (Cueto, 2004). Tal fato sugere que, em situações inter-culturais, o “saber local” poderia estar sendo incorporado às práticas médicas oficiais no cotidiano, antes de toda a discussão feita pela antropologia e de sua repercussão no campo da saúde. Além disso, podemos perceber como os antropólogos, na época, já estavam atentos à possibilidade de articulação entre saberes locais e conhecimento científico, às formas de hibridismo e ao uso estratégico de diferentes terapias.

³⁵ É preciso notar que no modelo norte-americano de saúde pública era colocada ênfase na medicina preventiva. Na tentativa de transplantação de tal modelo para a América Latina, o IAIA se depara com um

preventiva aliada a uma atitude resignada e acomodada, supostamente característica dos povos latino-americanos. Assim, o relatório apresenta uma representação negativa destes povos, sustentando afirmações de teor etnocêntrico como: “O forte sentimento de fatalidade que acompanha a vida na América Latina está também refletido nos conceitos de doença. (...) Realmente, há considerável letargia na América Latina e não se busca ajuda médica até que o paciente esteja realmente doente” (Foster, 1951, 67-68).

A despeito da tendência geral do relatório de colocar ênfase nas crenças populares (*folk beliefs*) enquanto o fator impeditivo do pleno sucesso das atividades dos centros de saúde, existem indícios de que ao menos um dos pesquisadores estava atento a existência de outras variáveis que influenciavam a performance dos serviços cooperativos. Em sua correspondência, Oberg observa que seriam “de grande importância também os aspectos institucionais da sociedade e cultura brasileiras”, relatando que dois médicos haviam lhe dito que se o Sesp deixasse de contar com o pessoal e a influência dos EUA, os brasileiros poderiam lidar com isto técnica e financeiramente, mas os recursos poderiam ser desviados por políticos e pouco seria deixado para a manutenção de equipamentos e serviços. Considerando esta situação, Oberg conclui: “Eu percebi que os engenheiros e médicos estão preocupados com aqueles problemas mais amplos que ocorrem nas instituições brasileiras, enquanto as enfermeiras que trabalham próximas aos pobres e analfabetos ressaltam o problema das crenças populares”³⁶. No entanto, esta visão mais nuançada não se encontra contemplada no relatório, o qual se caracteriza por uma plena identificação com a perspectiva das enfermeiras.

cenário adverso. Os centros de saúde são estabelecidos em áreas rurais, ribeirinhas e afastadas dos centros urbanos, onde a presença do Estado é esporádica. Portanto, a população, em sua maioria muito pobre, não conta com serviços sanitários básicos e a assistência médica oficial é precária ou inexistente. Neste contexto, as demandas e necessidades locais forçam um ajustamento dos modelos importados. Sobre como se deu esta reorientação das diretrizes iniciais no caso do Brasil, o relatório final do Sesp é elucidativo: “A linha ortodoxa da medicina puramente preventiva foi abandonada devido à carência de serviços médicos. Em extensas regiões do país, o médico do Sesp é o único profissional da localidade, e, às vezes, do município. Por isso, a rede de ambulatórios e hospitais do Sesp tem se voltado intensamente para a medicina curativa. Situando seus serviços na sede dos municípios, a melhoria dos padrões sanitários tem se irradiado daí para a zona rural, numa técnica de influência que acompanha os rumos do próprio processo de urbanização” (Relatório Final do Sesp 1942-1960 de autoria do superintendente Henrique Maia Penido ao representante da USOM no Brasil, p. 9, Fundação Serviço de Saúde Pública, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, BR. FIOCRUZ-COC/FSESP/A/00/OP/00/127).

³⁶ Oberg to Pierson on March 31, 1951 attached to Pierson to Foster on April 7, 1951, Records of Institute of Social Anthropology Smithsonian Institution 1942-1952, NAA, Series 4 Correspondence, Pierson, Donald Correspondence 1950-8/1951, Box 10.

Em resumo, o cenário que os antropólogos visualizam então é de competição entre dois sistemas de atenção à saúde e, neste embate entre medicina popular e medicina científica, eles, embora nutrissem um interesse intelectual pela primeira, atuam em favor da segunda. Tal posição parece bastante compreensível quando se leva em conta que, de um lado a confiança nos métodos da saúde pública e da medicina científica estava no auge no período, configurando o que se convencionou chamar de “otimismo sanitário”³⁷; de outro, que as ciências sociais nos Estados Unidos, como vimos no capítulo precedente, estavam sob a égide do paradigma desenvolvimentista e das teorias da modernização que preconizavam que a tecnologia transformaria até as sociedades mais “atrasadas”, que o futuro destas era a modernidade e que a mudança cultural era inevitável. Ou seja, havia um contexto favorável à perspectiva adotada pelos antropólogos do ISA de que a cultura tradicional/popular representava uma espécie de empecilho ao avanço da racionalidade técnico-científica e de que era viável apostar na sua superação. Ademais, os antropólogos estavam envolvidos em projetos cooperativos – de natureza científica no caso do ISA e de assistência técnica em saúde no do IAIA – em um período em que a ajuda externa era orientada pelo compromisso de “transferência de tecnologia” e de “disseminação da ciência do centro para a periferia” (Maio e Sá, 2000), situação que possivelmente contribuiu para que eles apoiassem a idéia de desenvolver instituições e competência técnica locais a partir de modelos importados das nações desenvolvidas.³⁸

Entretanto, um dos problemas fundamentais com a interpretação proposta pelos estudos antropológicos do período aqui em foco é discutido por Dominique Buchillet ao

³⁷ Nas décadas de quarenta e cinquenta, a manipulação de novas e potentes drogas como a penicilina e os antibióticos, a descoberta de vacinas mais eficazes, a ampliação de campanhas de vacinação em massa e o uso do DDT para eliminação de insetos vetores de doenças, enfim, um conjunto de avanços no campo da medicina levou as pessoas a apostarem que era possível para a ciência vencer a guerra contra as doenças infecciosas que vitimavam grandes contingentes populacionais e representavam um grande obstáculo ao progresso das nações (Cueto, 2007; Hochman, 2009).

³⁸ Usamos aqui a dicotomia centro/periferia – categorias, sem dúvida, problemáticas – porque corresponde a uma terminologia operante na época e que registra bem a forma como o espaço geopolítico era então dividido. É preciso pontuar ainda que historiadores do campo da cooperação internacional costumam caracterizar o período em tela como marcado pela lógica da “assistência técnica” que orientava ações de transferência de ciência e tecnologia, estabelecia uma situação de interação entre partes em condições de desigualdade e reproduzia relações de dependência. Em contrapartida, a noção de “cooperação técnica” estaria associada a uma negociação entre parceiros iguais e teria se imposto em tempos mais recentes. Embora a identificação de dois momentos distintos impere, muitos especialistas usam indistintamente as duas designações – assistência técnica e cooperação internacional – ao tratar de cada período, como fazemos aqui (Pires-Alves e Paiva, 2006).

examinar, em um texto recente, como a literatura antropológica tem abordado as formas de relacionamento entre os sistemas de saúde tradicionais e o biomédico. A autora avalia que:

“Estas várias explicações das formas de sub-utilização dos recursos médicos ocidentais observadas em numerosas sociedades – atribuídas ao papel inibidor das crenças locais ou às modalidades práticas das infra-estruturas médico-sanitárias e à administração dos cuidados de saúde – recobrem geralmente, um pressuposto etnocêntrico implícito, ou seja, que a superioridade técnica (material) da medicina ocidental é de tal modo evidente que esta última deveria ser aceita sem reserva ou hesitação, pelos pacientes daquelas sociedades e isso, inclusive, em prejuízo de suas próprias técnicas de diagnóstico e cura. De fato, essas diferentes explicações e suas implicações ideológicas e práticas me parecem pecar pelo seu desconhecimento de um certo número de mecanismos de diagnóstico e de tratamento postos em prática nas sociedades tradicionais: em primeiro lugar, o da importância do auto-diagnóstico na conduta terapêutica de um indivíduo; em segundo lugar, o da dimensão processual da doença e de seus diferentes níveis de causalidade. Os autores reduzem geralmente ao mínimo a importância do autodiagnóstico (ou do diagnóstico familiar) como etapa inicial da conduta terapêutica nestas sociedades” (Buchillet, 1991, 33).

Além do estudo coletivo mencionado acima, os antropólogos do Instituto de Antropologia Social que atuaram no IAIA mantiveram, de forma mais ou menos acentuada, um trabalho relacionado com pesquisa aplicada ao campo da saúde.

George Foster (1913-2006) foi indiscutivelmente o antropólogo que conquistou maior notoriedade dentre aqueles que trabalharam no ISA com antropologia aplicada à saúde. Sua produção é também a mais extensa e certamente a mais influente. Como Julian Steward, ele foi aluno de Alfred Kroeber e Robert Lowie na Universidade de Berkeley, formando-se dentro da tradição histórica da antropologia norte-americana que priorizava “a etnografia meticulosa e a reconstituição histórica” (Hammel and Nader, 1979).

As primeiras experiências de campo de Foster foram na Califórnia e em Veracruz, no México. Desde cedo, ele demonstrou interesse em investigar as influências espanhola e ibérica sobre as culturas latino-americanas e em etnohistória. Em 1944, ele iniciou suas pesquisas em Tzintzuntzan, para onde retornou periodicamente ao longo de 35 anos em busca de dados. Com base nesta extensa experiência de pesquisa com os grupos camponeses de Tzintzuntzan, a qual permitiu um acúmulo notável de observações e

registros, Foster produziu uma influente literatura sobre mudança cultural e trabalho de campo de longa duração. Ele também escreveu sobre sociedades camponesas e produziu um artigo clássico sobre cultura “folk”. Além da inclinação para a história, a antropologia econômica e os estudos de mudança cultural, Foster se revelou interessado na aplicação da disciplina aos campos do desenvolvimento econômico e da medicina (Hammel and Nader, 1979).

Depois de sua associação com o Instituto de Antropologia Social da *Smithsonian Institution*, Foster tornou-se defensor da aplicação do conhecimento antropológico ao campo da assistência técnica internacional, passando a discutir o assunto em diversos escritos, como no livro manual *Traditional Cultures and the Impact of Technological Change* (1962). A questão da contribuição da antropologia para os programas interculturais de saúde pública também foi abordada por ele em diversos artigos – em muitos dos quais é destacado o pioneirismo dos trabalhos da equipe do ISA no campo da antropologia médica (na época chamada de antropologia aplicada à medicina).

Foster lecionou por um breve período na Escola Nacional de Antropologia e História, no México e durante 26 anos na Universidade de Berkeley, onde permaneceu como professor emérito até seu falecimento. Além de ocupar destacadas posições acadêmicas como presidente da Associação Americana de Antropologia e membro da Academia Nacional de Ciências, Foster assumiu também a função de consultor para organizações do governo estadunidense, como a extinta Administração Cooperativa Internacional e a USAID, e também para organismos internacionais, como a Organização Mundial de Saúde (Foster, 1982). Em 1998 e 1999, durante uma entrevista, ao fazer um balanço do desenvolvimento de suas idéias ao longo de seu trabalho com antropologia aplicada e antropologia médica, o autor comenta que:

“Eu comecei acreditando que era desejável mudar o comportamento dos povos e levá-los a aceitar a medicina ocidental contemporânea, e pouco a pouco, eu me dei conta que era responsável pela decisão do que outras pessoas deveriam fazer, e elas tinham idéias do que elas deveriam fazer por si mesmas. Então, não, eu não estava fazendo a mesma coisa, minhas idéias avançavam enquanto eu seguia. Inicialmente, eu não estava muito interessado nos trabalhos da burocracia. Aquilo foi algo que aconteceu progressivamente quando eu percebi que tinha uma maravilhosa

oportunidade para – que eu estava participando em uma série de burocracias, tanto que eu pude compara-las e identificar os fatores comuns”.

Mais a frente ele conclui:

“Eu diria que a área em que eu mudei mais foi na saúde internacional. Eu comecei com a hipótese de que a medicina ocidental e a oferta de técnicas da medicina ocidental beneficiariam qualquer um. Eu penso que a maioria de nós naquele tempo sentia deste modo. Nós viemos a acreditar que isto não era mais verdadeiro, que havia mais relatividade envolvida, que existem razões pelas quais as pessoas praticam certas formas e talvez suas formas sejam melhores. Eu penso que o crescimento das formas médicas alternativas neste país é bastante fenomenal” (Riess, 2000).

Com formação na área de economia, Kalervo Oberg (1901-1973) iniciou seus estudos em antropologia na Universidade de Chicago, onde escreveu sua tese de doutorado sob a orientação de A. R. Radcliffe Brown, em 1933. A influência da antropologia britânica se perpetuou ainda durante seu pós-doutorado, concluído na London School of Economics com uma pesquisa sobre o sistema político e social dos Banyankole, de Uganda. De volta aos Estados Unidos, Oberg assumiu funções em serviços do governo, no Departamento de Agricultura, no IAIA e na Divisão de Alimentos da Administração Econômica Externa (Foster e McComb, 1974). Convidado por Steward para integrar o ISA, Oberg tornou-se representante do instituto no Brasil, onde, de 1946 a 1952, permaneceu comprometido com atividades de docência, na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, e de pesquisa, entre grupos indígenas no estado do Mato Grosso (Foster e McComb, 1974). No período, ele publicou duas obras que se tornaram referência no campo da etnologia no país: *Os Terena e os Kadiwéu do Mato Grosso do Sul* (1949) e *Tribos Indígenas do Nordeste do Mato Grosso* (1953) (Melatti, 1983).³⁹ Ele também foi um dos professores que ministrou disciplinas no Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural/CAAC, organizado por Darcy Ribeiro no Museu do Índio entre os anos de 1955 e 1956.

Quando o ISA chegou ao fim, Oberg tornou-se consultor do Sesp e sob o patrocínio deste órgão, produziu um estudo sobre a comunidade de Chonin de Cima. Foi neste período que Oberg expôs em uma palestra informal em um clube no Rio de Janeiro sua concepção

³⁹ Com efeito, Oberg é conhecido entre nós por sua produção etnológica. Seu trabalho em saúde é praticamente ignorado.

de “choque cultural” que se converteu em um de seus escritos mais famosos, sendo reproduzido e distribuído pelas embaixadas e missões técnicas americanas. Em 1955, com a criação da Divisão de Desenvolvimento de Comunidade da Administração Internacional de Cooperação, ele se juntou a esta agência e, ao longo da década de 50, permaneceu ainda envolvido com programas cooperativos de saúde, educação e reforma agrária, no Brasil e em outros países (Foster e McComb, 1974).

No artigo intitulado “Um projeto de melhoramento da comunidade no Brasil” (1955), Oberg e o sociólogo brasileiro José Arthur Rios discutem as razões que levaram ao término prematuro do programa conduzido pelo Sesp no distrito de Chonin de Cima, no Vale do Rio Doce. Oberg e seus estudantes realizaram um estudo sobre as condições sociais e culturais da cidade, devendo as informações coletadas serem usadas para o planejamento e organização do programa, o qual teve início em 1951 e congregava as áreas de saúde, agricultura e educação. Os eventos que culminaram no fim do programa do Sesp, após dois anos de funcionamento, são analisados pelos autores que apontam a falta de atenção quanto à situação política local como o principal ingrediente gerador dos problemas enfrentados na execução do projeto. A forma como a estrutura administrativa foi organizada, com a formação de um conselho comunitário composto por líderes locais, teria favorecido a reprodução, dentro do programa, das disputas pelo poder vigentes na sociedade mais ampla, levando a tensões crescentes envolvendo os representantes políticos locais e o coordenador geral dos serviços (Oberg e Rios, 1955).

Isabel Kelly (1906-1982) concluiu seu doutorado em filosofia pela Universidade da Califórnia, Berkeley, em 1932 e, a partir daí, passou a se dedicar à antropologia e à arqueologia. Realizou diversas escavações em diferentes sítios arqueológicos do México e deixou uma relevante produção neste campo. Entre 1946 e 1952, integrou os quadros do ISA, representando o instituto junto à Escola Nacional de Antropologia e História, no México. Com o fim do ISA, Kelly tornou-se assessora do IAIA naquele país. Sob encomenda deste organismo, ela realizou investigações antropológicas cujo propósito era fornecer subsídios para o planejamento, implantação ou aprimoramento de programas de saúde e saneamento. Em 1953 e 1954, Kelly apresentou dois relatórios com base em uma pesquisa conduzida em Laguna, região norte do México, na qual buscou levantar informações sobre as condições de vida da população local tendo em vista dois projetos do

Ministério da Saúde Pública e Bem-estar a serem implantados na área em questão, um projeto de habitação e um de melhoria da dieta alimentar. Respondendo à solicitação da *Dirección de Estudios Experimentales da Secretaría de Salubridad e Asistencia*⁴⁰ do México, Kelly e o antropólogo Héctor Garcia Manzanedo, membro da referida agência, avaliaram o projeto da campanha de erradicação da malária no país e propuseram algumas sugestões para o aperfeiçoamento deste.

Kelly, Manzanedo e a esposa dele, Catalina Garcia, também conduziram um estudo etnográfico patrocinado pela *Dirección de Estudios Experimentales da Secretaría de Salubridad e Asistencia* do México em colaboração com a Divisão de Saúde, Bem-estar e Habitação do Instituto de Assuntos Interamericanos, tendo em vista a elaboração de um programa de combate aos problemas de saúde da zona de Los Tuxtlas, Veracruz. A investigação contou ainda com o auxílio de duas alunas da antropóloga norte-americana da *Escuela Nacional de Antropología e Historia* (Kelly, Manzanedo e Garcia, 1956).

No artigo “O treinamento de parteiras no México, desde o ponto de vista antropológico” (1955), produzido para a Organização Mundial de Saúde, Isabel Kelly chama a atenção para a necessidade da realização de estudos sobre os costumes e concepções locais a respeito da gravidez e do parto, assim como de investigações sobre o papel social das parteiras nas comunidades indígenas e mestiças, antes da introdução de programas de treinamento em obstetrícia para parteiras.

O sociólogo Ozzie Simmons estudou em Harvard, onde foi aluno de Talcott Parsons. Em 1949, ele passou a integrar à equipe do ISA, desenvolvendo atividades de ensino e de pesquisa sobre cultura mestiça no Peru. Sob encomenda do IAIA, Simmons conduziu *surveys* sobre a atuação do *Servicio Cooperativo Interamericano de Salud Pública* em Rimac e Chimbote, no Peru. Também preparou para o Instituto “Um estudo sobre os aspectos das atividades de unidades sanitárias de Valparaiso e Temuco, no Chile”⁴¹. A Partir de 1954, ele se vinculou à Escola de Saúde Pública da Universidade de Harvard, onde se tornou coordenador do Projeto de Saúde da Comunidade que contava com o apoio do Instituto Nacional de Saúde Mental.

⁴⁰ A história desta agência e da atuação dos antropólogos dentro dela será abordada no quarto capítulo que terá como tema a antropologia médica no México.

⁴¹ Folder Health Surveys in Peru, Ozzie Gordon Simmons Papers, NAA, Research Materials and Notes by Subject, Application for Grant, Photographs, Box 9, e Chilean Material, Ozzie Gordon Simmons Papers, NAA, Box 10.

O antropólogo Charles J. Erasmus passou a integrar a equipe do ISA somente em 1950, tornando-se representante do instituto na Colômbia. Lá conduziu um estudo sobre o *Servicio Cooperativo Interamericano de Salud Publica* patrocinado pelo IAIA. Também para o IAIA, ele pesquisou os programas cooperativos de saúde em operação no Equador, Chile e Haiti. Ao longo da carreira, ele se tornou, segundo sua própria avaliação, um antropólogo com ampla experiência na observação de programas de ajuda técnica na América Latina (Erasmus, 1961). Revelou-se também alguém bastante confiante quanto ao potencial das ações norte-americanas nesta área. Em *Man takes control*, por exemplo, ele comenta que:

“Os Estados Unidos estão fazendo algo totalmente novo na história humana ao ajudar os povos em uma escala mundial e eu estou interessado no significado do fenômeno para uma teoria geral do desenvolvimento cultural. Implícita nos programas internacionais de ajuda está a hipótese de que o homem pode cognitivamente dirigir mudanças no comportamento cultural. Esta hipótese coloca questões sobre a natureza da causalidade cultural, sugerindo que o homem é um agente cognitivo causal da cultura” (Erasmus, 1961, 9).

* * *

O pioneirismo do trabalho dos antropólogos norte-americanos no campo da cooperação internacional em saúde se deveu menos à convicção quanto aos méritos da antropologia aplicada e mais a uma conjuntura que condicionava a oferta de recursos para pesquisa à demonstração de sua utilidade prática segundo os imperativos do desenvolvimento. Uma leitura atenta da correspondência dos membros do ISA revelou que o crescente interesse em antropologia aplicada estava intimamente relacionado à dependência do Instituto quanto aos fundos fornecidos pela nova política federal. Em outros termos, ao demonstrar que tanto os dados coletados pelos antropólogos quanto as atividades deles na América Latina eram úteis ao planejamento e execução de programas de ação do governo na região, o ISA se tornaria elegível para receber recursos federais que eram essenciais à sua sobrevivência. Na realidade, os cientistas sociais da *Smithsonian Institution* estavam preocupados, em primeiro lugar, com a continuidade das operações originais do Instituto, tais como ensino e pesquisa básica e, somente secundariamente,

interessados em pesquisa aplicada. Esta atitude de reserva por parte deles contraria a imagem frequentemente difundida do antropólogo como sempre predisposto a colaborar com autoridades governamentais, coloniais e imperiais.

É fato que desde sua criação, dada sua acentuada vulnerabilidade com relação às diretrizes políticas e econômicas do Departamento de Estado, o ISA não pôde assegurar aos seus membros a condição de autonomia que idealmente a realização do trabalho científico exigiria⁴² e, deste modo, os cientistas sociais acabavam obrigados a defender, junto a burocratas, a suposta contribuição estratégica de suas atividades para a política cultural dos EUA com relação à América Latina. Todavia, isso não significou uma ingerência externa direta na definição da agenda de pesquisa do instituto, ao menos não até a dissolução do Comitê Interdepartamental de Cooperação Científica e Cultural, ao qual o ISA estava atrelado, e a imposição do programa do Ponto IV. A partir de então, as pressões aumentam, e poderíamos dizer que, no novo contexto, os integrantes do ISA, para continuarem contando com fundos de pesquisa, vêm-se impelidos a prescindir do controle ainda que precário que exerciam sobre a influência insidiosa das necessidades da política em seu trabalho para então vincular definitivamente a investigação sociológica à promessa de benefícios práticos para os programas interamericanos de desenvolvimento.

Configura-se assim uma situação de tensão com a ampliação de uma autoridade externa sobre a esfera de decisão da “comunidade científica”; a mudança institucional que se insinua, apresenta-se, em termos mertonianos, como um cerceamento da autonomia dos cientistas, ou seja, uma ameaça a um dos principais valores do complexo de regras e sentimentos que conforma a ética da ciência moderna. Segundo a avaliação de Robert Merton:

“Um sentimento que o cientista assimila desde o próprio começo da sua preparação relaciona-se com a pureza da ciência. A ciência não deve resignar-se a ser a criada da teologia, da economia ou do Estado. A função deste sentimento é provavelmente de manter a autonomia da ciência, pois, se se adotam critérios tão extracientíficos do valor da ciência, como a presumível

⁴² A autonomização do campo científico não impede totalmente que este sofra a interferência de forças e constrangimentos exteriores provenientes de outras esferas da vida social como o Estado e o mercado, entre outras. Não nos esqueçamos da eventual dependência que as instituições científicas têm de fundos de financiamento públicos ou privados e de políticas de incentivo à ciência, por exemplo. É certo, contudo, como afirma Renato Ortiz que “a autonomia do pensamento pressupõe a autonomia das instituições que lhe dão suporte” (Ortiz, 2004, 17).

consonância com doutrinas religiosas, ou a utilidade econômica, ou a afiliação política, a ciência torna-se aceitável somente na medida em que satisfaz a esses critérios. Em outras palavras, ao ser eliminado o sentimento da ciência pura, a ciência fica submetida ao controle direto de outras organizações institucionais e o seu lugar na sociedade torna-se cada vez mais incerto” (Merton, 1970, 643).

A pressão para que os estudos sociológicos se orientem pela lógica do Estado para servir ao regime do desenvolvimento acaba por tensionar as normas do “*ethos científico*”, sugerindo que pesam sobre a produção do conhecimento critérios outros, de natureza utilitária e política, e confirmando que há sim ciência para além da pesquisa pura. De toda forma, a resistência inicial à conversão do ISA em um instituto de pesquisa aplicada a serviço dos programas do Ponto IV só vem atestar a fidelidade dos seus membros àquele “complexo de tom emocional de regras prescrições, costumes crenças, valores e pressupostos que obrigam moralmente os cientistas”, na definição de Merton. O que não é nada surpreendente, haja vista que os pesquisadores do ISA haviam saído de reconhecidos departamentos universitários como o de Berkeley, Chicago e Harvard, onde, ainda no período considerado, os estudantes recebiam uma formação em ciências sociais tradicionalmente orientada para a pesquisa básica, como já foi apontado anteriormente. Consequentemente, o distanciamento cada vez mais acentuado dos parâmetros de uma ciência pura não se deu sem reservas no caso do trabalho dos antropólogos em questão.

Em resumo, se as ciências sociais dentro do ISA nunca foram agraciadas com um grau desejável de autonomia segundo os critérios mertonianos, por exemplo, isso não significou uma falta de estima por parte de seus praticantes quanto às regras do método científico, o que implica dizer que é de fato com a possibilidade de incorporação do ISA pelo IAIA que se desenha um prospecto de mudança radical das regras do jogo: a ameaça da “completa” sujeição do cientista a uma ordem técnico-política.

Dito de outro modo, a dedicação às atividades de docência e investigação dentro de um instituto de pesquisa cujo compromisso é a promoção da cooperação científica interamericana, por mais que esta pudesse ser manipulada por instâncias políticas superiores em favor de um imperialismo cultural, definitivamente não é algo equivalente a tornar-se parte de um organismo cujo perfil político-burocrático definiria de antemão o objeto e a direção da pesquisa científica, tendo em vista propósitos utilitários e podendo

ainda exigir do cientista a dedicação a tarefas eminentemente técnicas em detrimento de atividades propriamente científicas. Tal distinção de nenhuma forma escapava aos integrantes do ISA como fica perceptível na exposição de Foster:

“O maior problema será evitar ser incorporado como parte integral do IAIA e assim perder gradualmente nossa identidade como cientistas em favor da de técnicos sociais. Eu espero que nós os tenhamos convencido de que eles deveriam nos apoiar em uma base contratual pelos últimos seis meses do ano, sem significativa mudança em nosso plano de operações. (...) Eu estou fazendo o meu melhor para nos manter como uma unidade científica distinta cujos membros são nomeados para tarefas específicas pelo IAIA com o propósito de preparar relatórios e fazer recomendações, mas mantendo uma liberdade suficiente que deixe algum tempo para o ensino e a preparação de relatórios científicos para publicação”.⁴³

Ao falar em preservar a “identidade de cientista” e a liberdade para lecionar e publicar seus estudos, Foster não está expressando outra preocupação senão com o usufruto de um grau de autonomia com relação às demandas da política, da burocracia e do Estado que permita a continuidade de uma pesquisa científica minimamente independente e passível de aprovação pelos seus pares, daí a importância da publicação.

De todo modo, devemos notar que os antropólogos da *Smithsonian Institution* não tardaram a identificar no movimento de demanda por conhecimento útil uma oportunidade para demonstrar o valor prático do saber antropológico e para expandir o campo de sua disciplina. Eles souberam capitalizar o momento propício para financiamentos na área de cooperação, assistência técnica e desenvolvimento, articulando um papel para a antropologia em programas deste tipo. Considerando que o objetivo geral dos programas era transformar e modernizar sociedades supostamente atrasadas, eles enfatizaram como o conhecimento profundo dos povos e seus sistemas culturais poderia fornecer subsídios para intervenções mais eficazes. Além disso, a abordagem etnográfica poderia ser usada na avaliação dos programas, auxiliando a identificação de problemas e apontando soluções. Por outro lado, os estudos por eles realizados não somente alimentaram os relatórios dirigidos a gestores, planejadores e executores de políticas cooperativas de saúde como

⁴³ Foster to Oberg November 23, 1951, Records of Institute of Social Anthropology Smithsonian Institution 1942-1952, NAA, Series 4, Correspondence, Oberg, Kalervo Correspondance 1950-1953, Box 9.

também foram apresentados à comunidade acadêmica por meio de sua publicação em revistas científicas da área.

Notadamente, os antropólogos do ISA, em maior ou menor grau, encamparam o projeto de demonstrar a aplicabilidade do saber antropológico às políticas estatais, empenhando-se em divulgar seus estudos para uma audiência diretamente envolvida com o campo da saúde pública, através da publicação de artigos no *Boletim da Oficina Sanitária Pan-americana*, nos *Public Health Reports*, no *Boletim do Sesp*, na *Actualidades Médico-sanitarias* e na *Dirección de Educación Sanitaria y Social*, por exemplo. Diversas versões resumidas do relatório “Uma análise antropológica trans-cultural de um programa de ajuda técnica” foram publicadas em diferentes revistas da área médica nos Estados Unidos e México. O editorial de George Foster no *Boletim da Opas*, intitulado “Papel de la Antropologia em los Programas de Salud Publica” é ilustrativo neste sentido porque, após introduzir o leitor ao conceito antropológico de cultura e à noção de diferença cultural, argumenta que o domínio das questões técnicas não garante o êxito dos programas interculturais de saúde uma vez que estão implicados fatores humanos cujo peso é decisivo. Defendendo que os programas sejam especialmente formulados para os grupos a que se destinam, o que exige, portanto, o conhecimento das necessidades, hábitos e crenças das populações alvo, Foster constrói um lugar para a antropologia no campo das políticas internacionais de saúde pública (Foster, 1952).

Por outro lado, do ponto de vista das agências de saúde, a utilização da abordagem antropológica correspondia a uma espécie de experimento. Na mesma época que o IAIA investia no convênio com o ISA, também a Fundação Rockefeller contratava os serviços do antropólogo Edward Wellin para conduzir investigações de campo sobre os problemas de saúde e os serviços médicos prestados à população da região de Ica, no Peru, e o comentário de um alto funcionário daquela Fundação sobre tal iniciativa parece sintetizar bem a expectativa que, ao menos no círculo de técnicos e burocratas, mantinha-se a respeito do uso da antropologia: “Nós consideramos este arranjo como um experimento para determinar que contribuição os antropólogos podem oferecer para solucionar alguns dos problemas da educação em saúde em uma comunidade atrasada”⁴⁴.

⁴⁴ Hugh H. Smith to Willey on Abril 25, 1950, Records of Institute of Social Anthropology Smithsonian Institution 1942-1952, NAA , Series 5, Areal Subject File, Peru General 1946-1951, BOX 13.

Em resumo, no pós-guerra, antropólogos da *Smithsonian Institution* foram incorporados aos programas bilaterais de saúde pública ligados à política de desenvolvimento proposta pelo Ponto IV para a América Latina. Tratava-se então de um período de expansão da cooperação internacional organizada em torno do regime de desenvolvimento e tal episódio assinalou a vinculação da antropologia a uma agenda política que associava intervenções na saúde a medidas desenvolvimentistas.⁴⁵ Havia um amplo reconhecimento da necessidade da adoção de estratégias para a superação da doença, da pobreza e do subdesenvolvimento; as divergências ocorriam quando eram consideradas as relações causais entre a melhoria das condições sanitárias e os avanços econômicos, assim como no tocante à definição das políticas públicas. O interesse por estudos antropológicos sobre os sistemas terapêuticos locais relacionava-se ao projeto de transformação e modernização das “culturas indígenas” e “tradicionais”, o qual era encarado como pré-requisito para a eficácia dos programas de controle das doenças infecciosas e de expansão dos serviços biomédicos. Ou seja, as práticas médicas “leigas” ou “populares” eram encaradas como nocivas e acusadas de contribuir para agravar o quadro de saúde das populações indígenas, camponesas e pobres e expô-las ainda mais à doença.⁴⁶ Neste contexto, esclarecem Herrera e Lobo-Guerrero:

“O papel do antropólogo em um projeto multidisciplinar de saúde se volta assim para o diagnóstico destes elementos prejudiciais da cultura dentro da estrutura e da dinâmica da comunidade e para ajudar o médico a entender as diferenças culturais e servir à comunidade com uma atitude respeitosa em direção a elas” (Herrera e Lobo-Guerrero, 1988, 28).

⁴⁵ Sobre tal agenda Packard comenta que: "Erradicar doenças, como uma prescrição para mudança social e econômica refletia e era parte desta fé crescente na habilidade da ciência e tecnologia ocidentais para transformar os países subdesenvolvidos. Esta fé era parte do que tem sido chamado 'a cultura do desenvolvimento'. A atitude de 'saber como e mostrar como' que emergiu da guerra foi incorporada no Programa do Ponto IV do Presidente Truman e nos programas subsequentes de assistência técnica dos Estados Unidos" (Packard, 1997, 100-101).

⁴⁶ Corroborar para tal perspectiva a constatação de que onde a medicina tradicional é mais amplamente praticada ocorrem altas taxas de morbidade. No entanto, é preciso reconhecer que são vários os fatores que incidem na determinação da enfermidade e nem as deficiências da medicina tradicional, nem a ausência de serviços médicos oficiais podem ser identificadas como causas exclusivas da alta morbidade que afeta tais populações, sendo imprescindível reconhecer que a estrutura sócio-econômica está na base da condição de marginalidade vivenciada por estas populações e dos graves problemas de saúde por elas enfrentados (Herrera e Lobo-Guerrero, 1988).

Contudo, muitos estudos antropológicos super-dimensionaram a função e o alcance que a atenção biomédica e a educação sanitária poderiam ter nas sociedades tradicionais, subestimando algumas características centrais do modo como, nestas sociedades, lida-se com o universo da saúde, da enfermidade e da cura, como por exemplo, a importância do auto-diagnóstico (ou diagnóstico familiar) da doença, a preferência pela adoção dos primeiros cuidados terapêuticos ainda no ambiente doméstico e o fato de que os níveis de causalidade atribuídos às doenças remetem a diferentes explicações de natureza moral, mágica e religiosa (Buchillet, 1991).

Já foi apontado (Langdon, 2004; Queiroz e Canesqui, 1986) que neste período de formação do campo da antropologia médica aplicada, os papéis assumidos pelo antropólogo na cooperação técnica internacional eram preferivelmente o de mediador entre a equipe de saúde e a comunidade alvo dos programas, e o de tradutor de diferentes sistemas culturais. A função do antropólogo era então primordialmente subalterna, atuando ele em prol da introdução da biomedicina ocidental e do sucesso dos programas de saúde implementados. Enquanto especialista em “culturas tradicionais”, “povos atrasados” e “mudança cultural”, o antropólogo tinha um lugar garantido no mundo da planificação e do desenvolvimento, colaborando com o projeto de modernização do Terceiro Mundo, dentro do qual era parte fundamental a catequização biomédica. A antropologia da época não questionava as “reivindicações da medicina ocidental sobre o monopólio da verdade médica” (Marglin, 1990, 18).⁴⁷

Consideradas em conjunto, os estudos desta equipe de antropólogos foram importantes não somente pelo esforço de difusão do conhecimento antropológico entre burocratas e arquitetos do desenvolvimento e equipes de saúde, mas, sobretudo, pela

⁴⁷ Portanto, neste período inaugural em que os antropólogos começaram a se engajar a uma agenda internacional de saúde e desenvolvimento, a atuação deles era orientada pelo paradigma da modernização, o qual preconizava a substituição dos conhecimentos médicos tradicionais pela ciência ocidental (ver Marglin and Marglin, 1990). Mais recentemente, novas abordagens dentro da antropologia da saúde ou médica, no entanto, têm submetido o modelo biomédico a um escrutínio analítico, questionando os princípios cartesianos sobre os quais ele se erige, como o de objetividade e universalidade. Também vêm sendo denunciados os efeitos nocivos da medicina ocidental como as doenças causadas pelo próprio tratamento médico (iatrogênese), a dependência gerada pelos medicamentos e a despersonalização do paciente, ou seja, “a redução do indivíduo a um conjunto de diagnósticos laboratoriais” (Marglin, 1990). O movimento de relativização do conhecimento biomédico contribuiu sobremaneira para o reconhecimento dos sistemas médicos não-ocidentais. Dentro do campo da saúde internacional, a nova tendência foi encarnada na retórica de valorização do pluralismo médico e na política de complementaridade entre os saberes médico-terapêuticos – o que abriu espaço para intervenções antropológicas.

demonstração de que as concepções e práticas com respeito à saúde mantidas pelos grupos sociais – fossem eles camponeses, indígenas ou mestiços – longe de serem irracionais, tinham sua lógica, faziam sentido para os agentes e integravam sistemas culturais complexos. Apesar disso, os autores das pesquisas compartilhavam a premissa dominante entre os teóricos do desenvolvimento de que a cultura “tradicional” constituía um empecilho ao processo de modernização e desenvolvimento do Terceiro Mundo. Prevalecia a idéia de que os valores e costumes tradicionais eram responsáveis pelo baixo nível de saúde da população nos países subdesenvolvidos, sendo que a solução vislumbrada para este quadro negativo era a mudança de hábitos e crenças, uma verdadeira transformação cultural através da educação sanitária e da adesão à biomedicina (Queiroz e Canesqui, 1986).

Para Ugalde (1985), por exemplo, a promessa da antropologia médica aplicada do período era uma espécie de engenharia social, a manipulação das culturas para facilitar a introdução da medicina ocidental. Com efeito, frequentemente, o procedimento era identificar as crenças e práticas locais consideradas nocivas, que impediam a aceitação do sistema biomédico e que, portanto deveriam ser combatidas através de campanhas educativas, por exemplo. Os traços culturais que supostamente não eram incompatíveis com as concepções e métodos modernos de terapia e cura poderiam ser preservados. Ao antropólogo era atribuído o poder de avaliar os vários repertórios culturais e discernir entre seus aspectos negativos e positivos a partir de um parâmetro particular: o paradigma científico ocidental. Segundo Foster:

“Enquanto antropólogos, nossa tarefa fundamental de pesquisa era aprender tudo sobre as práticas e crenças em saúde daqueles povos que poderia capacitar os profissionais de saúde a convencê-los da superioridade da medicina moderna sobre suas terapias tradicionais. Nosso objetivo prático era aprofundar a comunicação intercultural efetiva, a qual, nós assumíamos, levaria a crenças e comportamentos de saúde cientificamente aceitáveis” (Foster, 1982, 189).

De todo modo, as iniciativas pioneiras de colaboração dos antropólogos com os programas inter-culturais de saúde, lançadas pelo ISA e o IAIA, foram acompanhadas e sucedidas por outras que se disseminaram na América Latina e Caribe, no mesmo período. Esse movimento pode ser acompanhado pelas publicações de antropólogos em coletâneas

(Paul, 1955) e revistas (*América Indígena*, *Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana*, *Cuadernos Médico-Sociales*, *Human Organization*),⁴⁸ nas quais são discutidos os esforços de introdução da medicina científica e de extensão da infra-estrutura sanitária e de cuidados preventivos em comunidades rurais do continente, e também são relatadas as contribuições dos autores em atividades desta natureza. Mais ou menos uma década depois já é possível encontrar *reviews* destes trabalhos com o mapeamento de uma rede de especialistas envolvidos na aplicação das ciências sociais ao campo da saúde pública, entre os quais, excluindo os nomes dos ex-integrantes do Instituto de Assuntos Interamericanos, poderíamos citar: Benjamin Paul, Edward Wellin, Gonzalo Aguirre Beltrán, Orlando Sepúlveda, Richard Adams.⁴⁹ As revisões de Arthur Rubel e Sepúlveda, por exemplo, ambas publicadas em 1966, avaliam tanto a produção sócio-antropológica focada na intervenção, quanto os estudos etnográficos sobre sistemas tradicionais de cura, concepções indígenas de saúde e doença, medicina de *folk*, práticas alimentares, alcoolismo. Além da discussão da produção norte-americana e da mexicana – reconhecidamente mais desenvolvidas, nos registros de Rubel e Sepúlveda assim como na bibliografia catalogada por Badgley e Schulte (1966) – que reúne a literatura das chamadas “ciências da conduta”,⁵⁰ sobre saúde, enfermidade e medicina na América Latina – são citados, por exemplo, autores do Chile (Orlando Sepúlveda), da Colômbia (Virginia Gutiérrez de Pineda, Gerardo e Alicia Reichel-Dolmatoff), da Venezuela (Arnaldo Gabaldón) e os brasileiros Luiz Fernando Raposo Fontenelle e José Arthur Rios.⁵¹

⁴⁸ Só para citar alguns exemplos: ADDAMS, Richard N. La Antropología Aplicada en los Programas de Salud Pública de la América Latina. *Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana*. 33, 1952, 198-305; GRANT, Martha. Influencia de las Costumbres y Creencias Populares en los Servicios de un Centro de Salud, *Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana*, 33, 1952, 283-297; SEPULVEDA, Orlando. Proyectos de Investigación en el Área de Salud Pública, *Cuadernos Médico-Sociales*, 1, Octubre de 1959, 9-23.

⁴⁹ Benjamin Paul foi professor do Departamento de Antropologia da Universidade de Stanford, EUA; Edward Wellin prestou assessoria aos programas sanitários da Fundação Rockefeller no Peru e depois se tornou professor associado do Departamento de Sociologia da Universidade do Estado New Brunswick, EUA; Gonzalo Aguirre Beltrán atuou no Instituto Nacional Indigenista do México e no Instituto Indigenista Interamericano. Orlando Sepúlveda foi professor do Instituto de Sociologia da Universidade do Chile; Richard Addams atuou nos programas do *Instituto de Nutrición de Centroamérica y Panamá* (INCAP).

⁵⁰ As ciências da conduta abarcavam a antropologia social, a sociologia e a psicologia social.

⁵¹ É interessante assinalar que também é feita menção ao sociólogo brasileiro Alberto Guerreiro Ramos que, embora não possa ser situado no “campo” dos estudos das ciências sociais e saúde, contribuiu com o trabalho *Sociología de la Mortalidad Infantil*. Ciudad de México: Univerisad Nacional, 1955.

CAPÍTULO III

A antropologia e a agenda da saúde pública no Brasil (1942-1960)

“Uma das tendências marcantes do nosso tempo é o esforço para utilizar a contribuição dos cientistas sociais no aprimoramento dos serviços de administração pública. Um número cada vez maior de economistas, sociólogos, psicólogos sociais e antropólogos vem sendo chamado a participar, ao lado de políticos e administradores, na procura de soluções para problemas sociais”.

Darcy Ribeiro, 1951.

As atividades desenvolvidas pelos cientistas sociais da *Smithsonian Institution* no Brasil se inscrevem no contexto de institucionalização das ciências sociais no país. Donald Pierson e Kalervo Oberg atuaram em uma das instituições de ensino pioneiras neste campo, a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), fundada em 1933, integrando uma das missões científicas estrangeiras que marcaram presença por aqui entre os anos 30 e 60 e cujo papel nos processos de formação e desenvolvimento das atividades de docência e pesquisa nas universidades foi discutido alhures por outros autores (Corrêa, 1987; Massi, 1989).

A atuação de Pierson na ELSP se destaca devido à extensão do seu comprometimento com esta instituição – foram 16 anos dedicados à docência e à pesquisa, tendo ele sido o fundador do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-graduação da Escola. Com sua chegada em 1939, a ELSP adota uma orientação mais acadêmica e, como salienta Fernando Limongi: “A preocupação em formar elites técnicas cede lugar à insistência em treinar e formar sociólogos profissionais. A necessidade e essencialidade da pesquisa empírica é mantida. O intervencionismo e a aplicação postergados” (Limongi, 1989, 223).

Certamente, o plano de formar funcionários técnicos para a carreira administrativa que esteve nas origens da ELSP é profundamente alterado pela presença do sociólogo

norte-americano, contudo tal reorientação não significa que a Escola tenha excluído a possibilidade de realização de pesquisa sociológica/antropológica aplicada, tendo como referência o Estado,¹ haja visto o desenvolvimento, sob o comando do próprio Pierson, do Projeto do São Francisco que contou com o patrocínio de uma agência federal – a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) – e acenou com a promessa de produção de conhecimento útil do ponto de vista do planejamento político. Viabilizado pelos esforços pessoais de Pierson e pelo convênio estabelecido entre a ELSP, o Instituto de Antropologia Social da *Smithsonian Institution* e a CVSF, o projeto do São Francisco comportava um sentido prático; ele se harmonizava com a necessidade do governo de colher dados e conhecer melhor a população da região onde planejava iniciar um amplo programa de desenvolvimento regional que incluía projetos hidrelétricos, de irrigação e exploração econômica, além da execução de programas sociais e da expansão de serviços públicos.² Tendo em vista a (suposta) finalidade última dos estudos de fornecer informações para orientar as intervenções do Estado brasileiro, este solicitou aos pesquisadores uma atenção maior aos aspectos médico-sanitários e educacionais das comunidades estudadas.

Se o problema sanitário e a questão da saúde aparecem como tangenciais no projeto de pesquisa dirigido por Pierson, eles se tornam centrais para o outro professor norte-americano que esteve vinculado à ELSP, Kalervo Oberg. Como vimos no capítulo anterior, é Oberg que, como representante do ISA, assume a tarefa de avaliar os serviços de saúde mantidos pelo IAIA no Brasil e posteriormente, na posição de especialista contratado por este instituto, conduz estudos no âmbito da Seção de Pesquisa Social do Sesp – estudos estes em que o setor saúde é abordado do ponto de vista antropológico e a medicina é

¹ Este teria sido inclusive um diferencial da instituição como sugere Passador: “Portanto, podemos aventar a hipótese de que desenvolveram-se dois projetos antropológicos distintos em São Paulo, capitaneados pela ELSP e pela FFCL/USP, correlatos aos seus projetos institucionais – o primeiro, mais voltado para a aplicação prática, o segundo, mais acadêmico e tradicional – sendo representados, respectivamente, pelas figuras de Baldus e Schaden (que substituiu Willems na década de 40) (Passador, 2002, 93).

² A Comissão do Vale do São Francisco foi criada pelo governo Dutra, em 1948, e dotada com 1% do orçamento da União para investir na transformação e desenvolvimento do Vale, tornando-se encarregada da execução do Plano de Valorização Econômica da região. “O Plano apresentou uma ampla abrangência que incluía várias atividades econômicas e sociais na região do Vale, como a regulação do curso de seus rios, melhor distribuição de água, utilização do potencial hidrelétrico, fomento à indústria, agricultura e irrigação. Prevvia também que a comunidade fosse atendida com serviços de saúde, educação, saneamento básico e até colonização em algumas áreas do Vale. Essa etapa, iniciada em 1948, alcançou apenas parte dos seus objetivos, sem contar que o nível de inserção da população foi insatisfatório, ou seja, ela teve pouco alcance em relação à comunidade no que diz respeito aos serviços médicos, educação e saneamento básico; também não foi possível realizar a elevação da renda familiar na região. Por conta dos investimentos, elevou-se a renda per capita, mas a mesma manteve-se concentrada” (Camelo Filho, 2005, 51).

investigada como uma prática social. As tarefas assumidas por Oberg no Brasil se aproximam muito daquelas às quais costumava se dedicar o então chamado “antropólogo de governo” – uma carreira até certo ponto comum nos Estados Unidos do pós-guerra, mas inexistente por aqui.

Este capítulo busca avaliar as contribuições de Pierson e Oberg para o desenvolvimento do campo das ciências sociais no Brasil a partir de um crivo particular que situa a produção deles no contexto de emergência de uma demanda por investigações sócio-antropológicas para uso de políticas públicas, sobretudo no que concerne às intervenções em saúde articuladas à lógica do desenvolvimento. Considerando ainda tal demanda e seguindo a pista lançada por Darcy Ribeiro de que os anos cinquenta foram marcados pela arregimentação de antropólogos para auxiliar o Estado no enfrentamento de problemas sociais (ver epígrafe), pretendo ainda mapear a inserção destes profissionais nas duas agências que se utilizaram da expertise antropológica, o Sesp e o Serviço de Proteção aos Índios, sempre investigando o possível entrosamento da disciplina com os problemas da saúde pública no país.³

O projeto do São Francisco

Em 1950, ao responder ao professor Jaime Duarte sobre a utilidade da pesquisa sociológica para o planejamento social – questão que fora abordada por este em uma carta anterior, Donald Pierson adverte:

“Não quero dizer, é claro, que o sociólogo-pesquisador não possa ser útil na questão de planejamento, capaz, como é, de fornecer dados sobre a base ecológica, a sociedade e a cultura das populações com que tem que lidar o ‘social planner’, e, mesmo, oferecendo, às vezes, úteis sugestões. Mas, assumindo o pesquisador o papel do ‘social planner’, muda-se seu ponto de vista de

³ O entrosamento entre ciências sociais e saúde naquele momento estava sendo articulado, como sintetiza Ana Maria Canesqui, através de “um conjunto de estudos empíricos, envolvendo a comunidade e, no seu âmbito, os hábitos alimentares, os tabus e as crenças relativas ao parto e à medicina popular, eram descritos pelos antropólogos associados ou não mais diretamente às instituições sanitárias. Além disso, os estudos descritivos, exemplificados pelos clássicos inquéritos alimentares, já subsidiavam as políticas governamentais, além de integrarem-se ao rol das pesquisas, envolvendo a intervenção sanitária, da mesma forma como eram realizados estudos folclóricos interessados na catalogação e no registro das práticas de cura” (Canesqui, 1995, 20).

uma maneira tal que não mais pode ele ter aquela objetividade e independência indispensáveis para a pesquisa realista e frutífera”.⁴

Com esta colocação, Pierson esclarece quais contribuições podem advir da colaboração estabelecida entre sociólogos e técnicos, enfatizando, contudo, que tal relação deve estar assentada sobre uma diferenciação clara de atribuições a fim de garantir que efetivamente a pesquisa sociológica se realize como uma atividade que visa à descrição/análise objetiva dos fatos sociais. Em outros termos, considerando as atividades do pesquisador, ele não vê problemas na produção de conhecimento voltado para a intervenção, nem na assessoria feita a políticos ou planejadores, desde que o cientista social não substitua as funções de conhecer objetivamente a realidade social e oferecer subsídios para orientar o planejamento político por uma atuação eminentemente técnica ou política. A preocupação de Pierson em definir qual deve ser o papel do pesquisador, e certamente em garantir sua autonomia científica, parece bem compreensível já que o trecho acima é parte da correspondência trocada com Jaime Duarte – então técnico em educação da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) – a respeito do financiamento pela citada Comissão de pesquisas no Vale.⁵ Assim, depois de explicar os objetivos do estudo, Pierson conclui sinalizando que “a equipe de pesquisadores sob minha direção, sempre que possível, tudo fará para atender aos pedidos da Comissão Nacional do Vale do São Francisco no que diz respeito a orientação sobre planejamento”. Todavia, não deixa de insistir: “O nosso principal interesse, tomo a liberdade de frisar novamente, é o de estudar a vida social das populações do Vale do Rio São Francisco”.⁶

Num primeiro momento, são efetuados levantamentos (*surveys*) ao longo dos municípios do vale para a coleta de dados e de informações que pudessem orientar a escolha das localidades onde seriam conduzidas pesquisas mais intensivas e prolongadas.⁷ Tendo em vista a recepção favorável a estes levantamentos iniciais, Pierson consulta Duarte

⁴ Pierson para Duarte, 13 de abril de 1950. Pasta 63, Fundo Donald Pierson, Arquivo Edgar Leuenroth, Unicamp, Campinas.

⁵ As negociações com a CVSF teriam sido iniciadas depois que Anísio Teixeira – então secretário estadual da Secretaria de Educação e Saúde do Estado da Bahia, cargo que ocupou de 1947 a 1951 – tomando conhecimento dos planos de Pierson de conduzir pesquisas no Vale do São Francisco, consultou Jaime Duarte acerca da possibilidade da Comissão patrocinar o trabalho dos pesquisadores (Pierson, 1972; Pierson, 1987).

⁶ Pierson para Duarte, 13 de abril de 1950. Pasta 63, Fundo Donald Pierson, AEL.

⁷ Da viagem de levantamento que durou 2 meses, participaram além de Pierson, Octavio da Costa Eduardo e Levy Cruz.

sobre a possibilidade da Comissão do Vale do São Francisco estar interessada na ampliação das pesquisas na região. Ele apresenta então um projeto para a realização de pesquisas comparativas de algumas comunidades do vale. Os esforços e a mobilização do sociólogo para a obtenção dos recursos necessários para o empreendimento que tem em mente são bem sucedidos e ele consegue o apoio de que necessita para seu projeto tanto dentro da CVSF quanto por parte de alguns personagens da política nacional.⁸

Todavia, cabe abrir parênteses aqui a fim de mencionar que antes de obter êxito, Pierson teve malograda sua tentativa de contar com o patrocínio da Secretaria de Educação e Saúde do Estado da Bahia através do seu responsável, Anísio Teixeira,⁹ para suas pesquisas. A correspondência trocada entre eles revela que Pierson foi colocado a par dos planos do educador baiano de promover a realização de estudos de comunidade no estado da Bahia ainda em 1948; que, apesar de estar ocupado durante aquele ano, o sociólogo teria demonstrado interesse em participar e que foi aconselhado a esperar informações acerca do andamento dos planos, já que, para início destes, havia a necessidade de aprovação de verbas.¹⁰ Contudo, cerca de um ano depois, em resposta a uma carta dirigida a Anísio Teixeira onde solicita notícias sobre o desenvolvimento dos planos de pesquisa e sobre a possibilidade de neles colaborar, uma vez que já se encontrava disponível, Pierson é comunicado que Charles Wagley fora encarregado da direção dos estudos e que estes deveriam começar em meados de 1950.¹¹ Em sua carta, Teixeira é lacônico ao explicar o ocorrido, e sinaliza o desinteresse em apoiar mais outro projeto:

⁸ Nos agradecimentos àqueles que apoiaram o projeto, Pierson menciona o Senador Aloísio de Carvalho Filho e o então Ministro da Agricultura João Cleofas.

⁹ Anísio Spinola Teixeira (1900-1971) era formado em Direito, em meados dos anos 1920 assumiu a inspetoria geral de ensino da Bahia e, depois da experiência de um ano estudando nos Estados Unidos, integrou durante igual período o conselho de educação da UNESCO. De volta ao Brasil, assumiu diversos cargos importantes, foi secretário da educação da Bahia durante o governo de Octavio Mangabeira, secretário-geral da Capes, diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e reitor da Universidade de Brasília. Na Bahia, através do apoio ao Projeto Bahia-Columbia, ele promoveu pela primeira vez o “recrutamento de cientistas sociais para o levantamento sistemático de questões que pretendia atacar em termos políticos e administrativos no campo educacional” (Correa, 1988a, 14) – iniciativa esta que seria estendida ao âmbito nacional através do Centro Brasileiro e dos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais.

¹⁰ A sra Gizella Valadares havia conversado com Pierson em São Paulo e ao regressar a Bahia escreve a ele: “Dr. Anísio está muito interessado em ter você diretamente nos estudos de comunidade no Estado da Bahia. No entanto, nenhum passo foi dado porque nada definido pode ser feito até a verba ser aprovada. Uma vez que isso ocorra, eu acredito que o próprio Anísio entrará em contato com você”. Carta de Gizella Valadares para Donald Pierson, 08 de setembro de 1948, Fundo Donald Pierson, AEL.

¹¹ Trata-se do Projeto Bahia-Columbia que, além de Wagley contou com o médico e antropólogo baiano Thales de Azevedo e os estudantes da Universidade de Columbia Benjamin Zimmerman, Marvin Harris e Harry Hutchinson.

“Confesso que, de princípio, pensei em confiar ao eminente amigo a direção desses surveys e, neste sentido, procurou-a a snra. Valladares a quem encarregara de lhe comunicar os nossos projetos.

Nessa ocasião, não lhe foi possível examinar a possibilidade de se encarregar dos mesmos. Agora, tudo que poderíamos estudar seria um novo projeto independente do prof. Wagley, mas confesso ver pouca possibilidade de financiar um novo empreendimento.”¹²

Pierson responde lamentando o que ele chama de ‘mal-entendido’, informa que espera dar continuidade ao seu próprio projeto de *surveys* no Vale do São Francisco e pede a aprovação (“*blessing*” é o termo exato usado) de Anísio para incluir a porção do Vale que fica no estado da Bahia dentro da área a ser abrangida pela investigação.¹³

Em todo caso, como vimos, a busca de Pierson por patrocínio para seu projeto é coroada de êxito e, como era seu propósito, ele acaba conseguindo levar seus alunos da Escola Livre de Sociologia e Política para conduzir estudos de comunidade ao longo do Vale.

Nesse sentido, cabe notar que ao justificar o programa de pesquisas no Vale do São Francisco, Pierson costumava explicar que se tratava da terceira etapa de suas atividades na ELSP tendo em vista o treinamento de jovens estudantes nas técnicas de pesquisa de campo e formação de sociólogos profissionais (Pierson, 1972 e 1987). Contudo, parece que havia também outros fatores envolvidos nesta iniciativa. A correspondência trocada no ano de 1948 entre Pierson e o diretor do Instituto de Antropologia Social da *Smithsonian Institution* revela que o sociólogo norte-americano estava cogitando a realização de *surveys* e pesquisas no Vale do São Francisco tendo em vista a importância da região para o governo brasileiro, o qual planejava aproveitar o potencial do rio para a produção de energia elétrica e para irrigação. Também em uma das cartas, Pierson esclarece que sugeriu o estudo de regiões supostamente estratégicas segundo os interesses dos Estados Unidos no

¹² Carta de Anísio Teixeira para Donald Pierson, 23 de novembro de 1949, Fundo Donald Pierson, AEL.

¹³ “De acordo com o que Dr. Wagley me informou quando eu estava em Nova York, não se pretendia incluir o vale no seu projeto. Espero iniciar o ‘survey’ junto com assistentes de pesquisa meus, logo que as condições climatológicas estejam propícias, talvez no mês de abril vindouro. Pretendo executar esses planos, é claro, se tal empreendimento tiver o ‘blessing’ do meu ilustre amigo e dos outros com que colabora em Salvador”. Carta de Donald Pierson para Anísio Teixeira, 5 de fevereiro de 1950. Fundo Donald Pierson, AEL.

Brasil¹⁴ com a intenção de apelar para aqueles em Washington “que não estão interessados em ajudar a desenvolver o pessoal local e as instituições na América Latina e que julgam que tal desenvolvimento ‘cabe ao país em questão’, mas que provavelmente estariam interessados em uma pesquisa planejada, de longo alcance e intimamente ligada aos interesses dos Estados Unidos”.¹⁵

Como vimos no capítulo anterior, a situação do ISA enquanto um programa de cooperação cultural dentro do Departamento de Estado exigia de seus membros esforços no sentido de convencer a burocracia de Washington da utilidade das atividades dos antropólogos nos países latino-americanos para, deste modo, assegurar a continuidade das operações do instituto. Podemos encarar como parte destes esforços tanto a escolha do Vale do São Francisco como locus da pesquisa de campo quanto o empenho em obter recursos de uma agência federal para o projeto. Deste modo, não surpreende que, ao receber a confirmação de que a Comissão do Vale do São Francisco assumiria as despesas de campo dos estudantes e assistentes de pesquisa, Pierson não tenha hesitado em rapidamente relatar sua conquista, indicando que tal apoio por parte do Estado brasileiro deveria ser capitalizado em favor da continuidade do ISA. No final de junho de 1951, Pierson escreve a Foster:

“Considerando especialmente a substancial redução nos gastos federais este ano sob a nova administração Vargas, o tamanho desta oferta indica bem claramente a significativa quantidade de interesse que agora tem emergido entre o pessoal desta agência federal pelo tipo de estudo que nós estamos equipados para conduzir. Mais que isso, é a primeira vez que uma agência federal no Brasil se convenceu do valor da pesquisa antropológica. Eu estou me apressando em relatar este desenvolvimento na expectativa de que lhe seja útil quando você colocar o caso do ISA para o Departamento de Estado”.¹⁶

¹⁴ De fato, Pierson estava considerando a possibilidade de realização de pesquisas no Vale do São Francisco ou no Vale do Rio Doce. Este último foi cogitado – como ele próprio explica – por se tratar de uma área que passava por um rápido processo de mudança social e econômica decorrente da instalação da usina mineradora de Volta Redonda e porque na região eram desenvolvidos programas em colaboração com o governo norte-americano. Ver: Pierson to Foster, September 21, 1948, Records of Institute of Social Anthropology Smithsonian Institution 1942-1952, NAA, Series 4, Correspondence Pierson, Donald (1948-1949), Box 10.

¹⁵ Pierson to Foster, October 16, 1948, Records of Institute of Social Anthropology Smithsonian Institution 1942-1952, NAA, Series 4, Correspondence, Pierson, Donald (1948-1949), Box 10.

¹⁶ Pierson to Foster, June 30, 1951, Records of Institute of Social Anthropology Smithsonian Institution 1942-1952, NAA, Series 4, Correspondence, Pierson, Donald (1950/8-1951), Box 10.

A par disso, Foster solicita então que Pierson transmita informações sobre os planos do governo brasileiro no Vale do São Francisco e remeta uma declaração da agência brasileira que apóia o projeto de pesquisa atestando a contribuição deste para a transformação do Vale. Atendendo a tal solicitação, Pierson pede a Duarte que compareça à embaixada dos EUA no Brasil e exponha ao Conselheiro para Assuntos Externos: “a) o valor do nosso projeto, e da minha atuação no mesmo, para o Governo Brasileiro; b) os planos da CVSF quanto ao desenvolvimento econômico do Vale; e c) a relação do nosso projeto com o programa de Saúde Pública que o Institute of Inter-American Affairs tem atualmente no Brasil, em colaboração com o Governo Brasileiro”.¹⁷

Esta menção feita por Pierson é a única evidência que encontramos a respeito de uma efetiva vinculação entre o projeto do São Francisco e o programa cooperativo de saúde pública desenvolvido no Brasil. Considerando as circunstâncias em que tal menção foi feita – ou seja, a necessidade de provar a relevância do projeto para a política do Ponto IV – pode-se colocar entre parênteses o alcance de tal imbricamento, mesmo porque, embora as pesquisas do projeto façam referência às atividades dos centros de saúde mantidos pelo Serviço Especial de Saúde Pública (Sesp) em alguns municípios do Vale, o programa bilateral em operação não foi objeto de nenhum estudo específico. De todo modo, merece destaque o fato de que em 1950, a CVSF e o Sesp estabeleceram um acordo pelo qual o Sesp ficou encarregado de executar um programa de saúde e saneamento ao longo do Vale, nos estados de Minas Gerais, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Bahia. O serviço assumiu a administração dos hospitais construídos com os recursos provenientes daquela Comissão, passou a reformar e colocar em funcionamento os centros de saúde da região, desenvolveu inclusive programas de treinamento de pessoal e educação sanitária (Brito Bastos, 1996).

Ademais, como já indicamos, a saúde não era uma dimensão ausente do leque de interesses da CVSF no que concernia ao projeto do São Francisco uma vez que, como é assinalado em diferentes registros, esta agência federal solicitou que nas pesquisas

¹⁷ Na mesma carta, Pierson justifica para Duarte seu pedido: “Estou lhe pedindo este grande favor, devido à demora de um ano em principiar o nosso projeto a qual já pôs em perigo a minha continuação no Brasil. No dia 31 de dezembro deste ano, o Institute of Social Anthropology vai passar de repartição do Governo dos Estados Unidos, como foi até agora, para o Ponto IV. Se não puder ser enquadrado o nosso projeto dentro dos propósitos do Ponto IV, ficarei sem o apoio financeiro pessoal que me permita levar avante este projeto em que tenho, junto com o amigo, tanto interesse”. Pierson para Duarte, 16 de novembro de 1951. Pasta 63, Fundo Donal Pierson, AEL.

realizadas fosse conferida prioridade aos “processos educacionais e à medicina popular” (Pierson, 1972, 5).

Consequentemente, o livro sumário das pesquisas escrito por Pierson, *O Homem no Vale do São Francisco* (1972), apresenta em seu segundo tomo, uma seção quase inteiramente dedicada em seus diversos capítulos à descrição da dieta, dos hábitos de higiene, das condições sanitárias, das doenças predominantes e das formas de tratamento adotadas pelas comunidades ao longo do Vale.¹⁸ São apresentadas informações acerca dos alimentos mais consumidos, da maneira de prepará-los, da composição das refeições e das proibições alimentares vigentes. Os cuidados com o corpo e os hábitos de higiene da população também são objeto de interesse. Através dos dados oferecidos no livro, podemos ter uma idéia do quadro sanitário da região, marcado então pela falta de saneamento básico; ou seja, a quase totalidade das localidades, em especial a zona rural, carecia de sistema de esgotos, coleta de lixo, fornecimento de água potável e construção de mais fossas. Quanto ao cenário epidemiológico da área, é observada a alta incidência de doenças infecto-contagiosas, sendo as principais: malária, verminoses, doenças venéreas, bócio e tifoide. Também é constatada a ocorrência de leishmaniose, doença de Chagas, tracoma e esquistossomose. Entre as crianças, o problema mais freqüente é a diarreia. Considerando os casos de doenças tratadas em dois postos de saúde – um no Médio e o outro no Baixo São Francisco, a gripe aparece como a doença mais comum.

No que tange aos serviços oficiais disponíveis, o quadro de escassez de postos de saúde – muitos dos quais haviam sido instalados bem recentemente ou durante a pesquisa – é completado pelo baixíssimo número de médicos por número de habitantes (1 médico para aproximadamente cada 7 mil pessoas). De positivo, o autor destaca as ações do Serviço Nacional de Malária no controle desta doença no Vale, no tratamento dos doentes e combate aos focos do mosquito transmissor.¹⁹ Os benefícios trazidos pelo Serviço eram inclusive largamente reconhecidos pela população ribeirinha. Também são destacadas a

¹⁸ Pierson também publicou sobre o assunto o texto: “Sickness and its Cure in a Brazilian Rural Community”, Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas, São Paulo, 1955.

¹⁹ Em vários Estados do Nordeste, a malária era endêmica ou incidia em surtos periódicos. Com a criação em 1941 do Serviço Nacional de Malária pelo governo federal, as ações profiláticas e de combate aos focos do mosquito transmissor na região e em todo o país se intensificaram. Em 1956, o Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu) integrou os serviços nacionais voltados para doenças específicas.

infra-estrutura e as equipes de saúde montadas pelos postos de saúde mantidos pelo Sesp em algumas cidades do Vale do São Francisco.

Pierson discute a progressiva adoção dos recursos biomédicos, identificando uma situação de transição no Vale em que coexistem o sistema médico tradicional e o moderno. Ele verifica o declínio contínuo do número de curandeiros e o “aumento do cepticismo em sua eficácia à medida que concepções comuns à prática médica se tornam mais disseminadas” (258). Discerne, entretanto, um fator que também contribuiria para tal declínio: o aumento da repressão policial que, em alguns lugares, condenava os curandeiros a exercer a profissão clandestinamente.

No geral, segundo o autor, predominaria ainda “uma atitude desfavorável em relação aos médicos” que poderia ser explicada em parte pela própria “falta de uma tradição de médicos na cultura local” e também pela reação de intolerância manifesta por estes face às crenças e práticas populares. A despeito disso, os médicos ao lado de enfermeiros, farmacêuticos, dentistas e parteiras treinadas seriam os grandes responsáveis pela difusão das idéias e práticas modernas e urbanas com respeito à doença e à terapia cuja tendência seria a de sobreporem-se à cultura médica popular.

Finalmente, Pierson nota uma substituição dos remédios caseiros pelos medicamentos modernos. “Em diversos casos” afirma ele “usam-se essas drogas como se fossem objetos mágicos, tais como o alecrim, o chifre ou a cruz, tradicionalmente empregados no passado. Nesses casos, as concepções não variam de maneira essencial daquelas que prevaleceram durante longo tempo” (267). Denuncia também o uso indiscriminado da penicilina em algumas localidades, comentando que além das pessoas que recorrem a ela para curar qualquer problema de saúde, conseguindo comprá-la sem receita de médico ou farmacêutico, em alguns postos, era prescrita sua aplicação para o tratamento das enfermidades mais banais.

Enfim, a despeito da riqueza de informações trazidas pelas pesquisas do projeto do São Francisco, fica difícil dimensionar a suposta influência que este pode ter exercido no planejamento dos programas da Comissão do Vale do São Francisco considerando, sobretudo, a conclusão tardia do projeto por conta de uma conjunção de fatores, entre os quais, a demora para liberação de recursos para as pesquisas, atrasos na entrega dos relatórios pelos pesquisadores e também a grave doença que acometeu Donald Pierson,

condenando-o a interrupções sucessivas de suas atividades. Assim, transcorreu um intervalo de 20 anos entre o início do projeto e a publicação do livro de Pierson com o sumário das pesquisas, em 1972.

* * *

Através da comparação das localidades cujo isolamento espacial garantia a reprodução dos costumes fixados pela tradição com aquelas onde o contato com o mundo exterior já se tornara intenso ao ponto de transformar os costumes, os estudos de comunidade do Projeto do São Francisco buscavam oferecer um quadro da extensão da mudança social que estava em andamento no Vale (Pierson, 1972). Segundo Pierson: “Para que se obtivesse conhecimento mais preciso em relação: 1) ao papel do isolamento na vida local e, 2) à extensão e ao caráter da mudança social que se estava introduzindo no Vale, decidiu-se procurar e pôr em contraste duas localidades diferentes em cada uma das cinco áreas escolhidas: uma localidade onde o costume e o hábito definidos pela tradição fossem ainda relativamente fixos e, portanto, refletissem ainda bem claramente pelo menos os principais aspectos da vida coletiva há muito característica da área em questão; e uma segunda localidade na mesma área geral que se tivesse posto mais em contato com o mundo exterior, de modo que mudanças tanto ecológicas como sociais estivessem ao menos começando a aparecer” (Pierson, 1972, 6).

Decerto nestes estudos, não foi privilegiada uma abordagem analítica dos fenômenos da continuidade e da mudança social, predominando o enfoque descritivo; contudo, acredito que também podemos situá-los como parte do conjunto de trabalhos que reivindica um papel para as ciências sociais nas políticas de mudança dirigida. Ou melhor, enquanto intelectuais como Florestan Fernandes e Emílio Willems se posicionavam contrariamente ao diletantismo nos estudos sociológicos e argumentavam que o cientista social, no contexto de uma civilização em mudança, deveria assumir o compromisso de discutir os entraves à mudança social e de oferecer subsídios para controlar e orientar o processo de transição para a sociedade moderna (Lima, 1999), o programa coletivo de pesquisa arquitetado por Pierson ofereceu um exemplo “na prática” das possibilidades de

envolvimento das ciências sociais nos projetos políticos de transformação social e desenvolvimento, no contexto dos anos 50.

Alguns dos principais pesquisadores do projeto do São Francisco como Fernando Altenfelder Silva, Levy Cruz, Alfonso Trujillo Ferrari e Alceu Maynard Araújo produziram monografias individuais.²⁰ Das publicações resultantes do referido projeto, o livro de Araújo²¹, *Medicina Rústica* (1961),²² nos interessa particularmente, tendo em vista o tema ao qual se dedica, a saber, os sistemas de terapia e cura relativos ao meio rural. A atribuição do termo “rústico” para qualificar estas formas de lidar com os processos de saúde e doença foi escolhido, segundo o autor, por se tratarem de práticas resultantes da mistura ou “aculturação” de repertórios médicos de portugueses, africanos e ameríndios.²³ O termo rústico remete ainda ao conceito de “cultura rústica” que se aplica a um modo de vida em que predominam atividades de pesca, pastoreio e agricultura; a economia é pouco monetarizada; a divisão social do trabalho ainda não é claramente capitalista; o sincretismo religioso e o chamado catolicismo de folk são fatores marcantes e o processo de secularização ainda é incipiente.²⁴ Sobre a abordagem adotada pelo autor, Canesqui e Queiroz comentam que:

“De um modo geral, a maioria dos autores ‘folcloristas’, quando apresentam uma preocupação teórica ou uma elaboração mais complexa do tema, como ocorre, por exemplo, com Cabral (1958) e Araújo (1959), considera a ‘medicina popular’ como um conjunto de crenças e

²⁰ Araújo, Alceu Maynard. *Populações ribeirinhas do Baixo São Francisco*. Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 1961. Cruz, Levy. *Rio Rico e os Gerais: Estudo de dois grupos humanos no Platô Ocidental do Vale do São Francisco*. Silva, Fernando Altenfelder. *Xique-Xique e Marrecas: Duas comunidades do Médio São Francisco*. Comissão do Vale do São Francisco, Departamento de Imprensa Nacional. Trujillo Ferrari, Alfonso. *Potengi: Encruzilhada no vale do São Francisco*. São Paulo, 1960.

²¹ Maynard Araújo (1913-1974) estudou na ELSP onde foi assistente dos professores Emílio Willens e Donald Pierson. Doutor em Antropologia Social, tornou-se especialista em folclore. Em 1964, foi eleito para a Academia Paulista de Letras.

²² O livro foi publicado como parte da Coleção Brasileira editada pela Companhia Editora Nacional. Sobre a importância desta coleção enquanto um projeto editorial comprometido com a difusão de “novos retratos do Brasil” e que teve impacto na moldagem de um campo intelectual nos anos 30 e 40 no país, pode ser consultado o artigo de Heloísa Pontes (1989).

²³ O autor observa que “O pajé ameríndio, o feiticeiro negro, o bruxo europeu certamente tiveram suas técnicas de lidar com o sobrenatural, num dado momento em contato. Após tais relações, a interpenetração de técnicas, hoje seria difícil distinguir qual é puramente indígena, negra ou branca. Restam de concreto para nossas análises o curandeiro, o raizeiro, o curador-de-cobras, a benzinheira que poderão dar algo que nos indique, em parte, a origem étnica de sua técnica empregada” (Araújo, 1979, 44).

²⁴ A referência é o trabalho de Emílio Willems. (WILLEMS. *Cunha. Tradição e transição em uma cultura rural do Brasil*. São Paulo: Secretaria da agricultura, 1947).

práticas ‘rústicas’ e ‘imitativas’, resultado da difusão de medicinas eruditas passadas e das diferentes etnias que compuseram a população brasileira” (Queiroz e Canesqui, 1986a, 141).

A obra em tela é baseada nos dados colhidos no baixo São Francisco, no município alagoano de Piaçabuçu entre os meses de julho a dezembro de 1952 e durante o mês de julho de 1953 e versa sobre o que o autor define como “terapêutica folclórica”, uma medicina cuja característica marcante é seu caráter mágico-religioso. De fato, Araújo se apresenta como um “estudioso afeito a temas folclóricos” que pesquisou as práticas da medicina popular em seu contexto cultural, atentando para sua função social e que, portanto, espera, com seu estudo, oferecer uma contribuição tanto para a antropologia social quanto para a ciência médica. Mais que isso, o autor aposta que a interlocução entre saberes médicos e antropológicos pode favorecer a compreensão das práticas do paciente, o conhecimento das necessidades das populações desassistidas e a orientação social da medicina. Em suas palavras:

“Maior amplitude terá [a influência da medicina] quando, de mãos dadas, medicina e antropologia cultural enveredarem positivamente na senda da prevenção e terapia visando o homem no desempenho de seu papel na sociedade, integrado, livre das moléstias que o atacam não só como indivíduo, mas a própria civilização. Nascerá desta aproximação o que Medrano chama de ‘medicina social ou compreensiva’ (13).

O trabalho comporta ainda a pretensão de contribuir para planos futuros de intervenção na região, como o autor deixa entrever ao comentar que sua monografia “procura ser um auxílio na compreensão da comunidade e suas reações ao problema médico ou ao programa de saúde que venha um dia a ser executado nesses ínvios sertões do Brasil” (12). Com efeito, considerando as referências feitas à produção norte-americana no campo da antropologia aplicada à medicina, nota-se que Araújo encontrava-se familiarizado com os estudos pioneiros realizados no exterior.²⁵ Na apresentação do livro, somos informados ainda que ele havia ministrado aulas sobre “Antropologia Social e Medicina” no curso de extensão universitária da Cadeira de Medicina Legal nos anos de

²⁵ O autor cita o comentário escrito por William Candill em *Anthropology Today: an encyclopedic inventory* (1953) a respeito das pesquisas conduzidas pela equipe da Smithsonian Institution na América Latina e também o livro *Health, Culture and Community* organizado pelo antropólogo Benjamin Paul (1955).

1957 e 1958, além de ter sido diretor da Seção de Medicina Folclórica da Sociedade Paulista de História da Medicina.

No geral, o livro se volta para o inventário do conjunto de técnicas, fórmulas e práticas adotadas pela comunidade em questão e classificadas pelo autor de acordo com sua natureza em religiosa, mágica ou empírica. É apresentada então uma pormenorizada descrição de benzeduras, simpatias, farmacopéia, preparos, rituais, rezas, mezinhas, chazinhos, dietas e resguardos que são largamente empregados pela população local para enfrentar e prevenir a doença e restabelecer a saúde. Também são identificadas as causas arroladas para explicar os fenômenos patológicos, as quais, em grande medida, são remetidas ao sobrenatural.

Do mesmo modo que Pierson, Araújo nota a grande incidência de doenças infecciosas e parasitárias, típicas da condição de subdesenvolvimento, na região – uma situação que ele atribui ao “descuido, a falta de higiene, o desconhecimento de normas”, questões estreitamente vinculadas à pobreza, falta de educação e de assistência especializada, constatando que se trata tanto de um problema médico-sanitário quanto social. Neste sentido, ao discutir como o misticismo, as crendices e a ignorância levam as pessoas a buscarem tanto nas promessas, penitências e romarias quanto nos santos, milagreiros, curandeiros e beatos a cura para suas mazelas, o autor assinala que “O remédio para estes males sociais são dois: alfabetização, educação e não polícia, espancamento como sói acontecer” (85).

A despeito do prestígio que os especialistas da medicina rústica ostentam junto a sua clientela e do fato de que no âmbito do itinerário terapêutico percorrido por um paciente, médicos e farmacêuticos frequentemente são os últimos a serem consultados, Araújo observa que desde a instalação do posto de saúde do Sesp, um número crescente de pessoas vem recorrendo a este recurso. O ponto chave é que a assistência médica oferecida no posto é gratuita, enquanto anteriormente era necessário pagar pela consulta ou viajar até outro município para se ter acesso a um hospital. Ainda que persista o problema da aquisição dos medicamentos – cujo custo elevado, não raro impede o doente de prosseguir no tratamento – para Araújo a tendência de socialização da medicina e a disseminação dos Postos de Saúde do Sesp na região do São Francisco podem conduzir a uma mudança na situação social e sanitária observada, no sentido de ampliar a adesão à medicina científica.

“Provavelmente, em regiões como esta só a medicina socializada é que poderá penetrar até as camadas inferiores, ensinando, educando e assistindo. Esta conclusão provém da leitura das fichas que fizemos nos primeiros três meses de funcionamento do Posto Médico do SESP em Piaçabuçu, onde a procura da assistência médica gratuita foi grande, com tendência a aumentar” (166).

É pensando nas contribuições para este processo de mudança social em curso e para a execução de uma agenda de reformas sociais que o autor conclui seu livro advertindo o governo da “necessidade de uma colaboração mais íntima entre antropólogos sociais e médicos” (214).

Um pouco de contexto

Para compreender melhor a atenção capitaneada pelo Vale do São Francisco no âmbito do planejamento econômico nacional, da esfera de interesses internacionais e até do programa de investigação sociológica, e também para melhor circunscrever a atuação do Sesp e da Seção de Pesquisa Social por ele criada – tópicos que serão discutidos a seguir, vale a pena fazer um interregno para passar rapidamente em revista o período que nos interessa particularmente aqui e que abrange desde os anos do Estado Novo até o golpe militar de 1964. Alguns eventos merecem ser recuperados, dada sua relevância na composição da moldura necessária para contextualizar os acontecimentos, as obras e os agentes integrantes da história que aqui pretendemos reconstituir.

Em 1945, o Estado Novo chega ao fim e deixa um importante legado, do qual se sobressaem: a regulação das relações entre capital e trabalho; o fortalecimento do Estado; reformas administrativas que fazem avançar a racionalidade burocrática; uma bem sucedida política de substituição de importações e um aumento na produção nacional de bens manufaturados. Também se destacam a Expedição Roncador-Xingu e a Fundação Brasil Central como epítomes da estratégica de ocupação da fronteira agrícola do Centro-Oeste e, de forma mais abrangente, da política varguista de colonização e exploração econômica do interior do país (Silva, Cachapuz e Lamarão, s.d.; Paiva, 2003).

Já dentro do contexto de representação democrática, o Governo Dutra e o Segundo Governo Vargas prosseguem patrocinando a construção de infra-estrutura em áreas estratégicas como energia e transportes, no âmbito de uma política de incentivo ao crescimento industrial. Durante as duas administrações, foi dada continuidade à política de expansão do poder público pelo território nacional alinhada a um planejamento de desenvolvimento para o *hinterland* brasileiro. São produtos desta estratégia, por exemplo, os Planos de Valorização Econômica do Vale do Rio Doce e da Amazônia.

Embora por esta época, o desenvolvimento – entendido enquanto crescimento econômico – já fosse uma idéia que começasse a nortear programas de ação governamental e circulasse nos pronunciamentos presidenciais, a abordagem desenvolvimentista só chegaria ao auge no Governo Kubitschek (1956-1960) com o Plano de Metas, quando se estabeleceu uma aliança entre o Estado, a empresa privada nacional e o capital estrangeiro para a promoção do crescimento industrial (Fausto, 1995) e quando a noção de desenvolvimento associada à promessa de um futuro próspero para o país conquistou o imaginário social. Em oposição à velha oligarquia agrária, a burocracia estatal e outros setores nacionalistas se aliaram à nova burguesia industrial a fim de promover o desenvolvimento e apostaram na intervenção do governo na economia como instrumento de fomento à industrialização. Intelectuais, como, por exemplo, o grupo reunido no ISEB, criado em 1955, também se mobilizaram para refletir e propor diretrizes acerca do caminho político e econômico que o Brasil deveria trilhar para se modernizar e desenvolver. É interessante atentar que, segundo a observação de Sonia Fleury Teixeira, a ideologia do desenvolvimento neste período acaba por diluir a questão social na questão econômica. Assim, acusa a autora, a administração de Juscelino Kubitschek volta-se para o aumento da riqueza sob a alegação de que com isso o país conseguiria superar o atraso e eliminar a miséria, embora o resultado alcançado tenha sido tão somente a concentração de renda, enquanto o enfrentamento dos problemas sociais era postergado (Teixeira, 1988).

Além das transformações no plano político e econômico, a sociedade dos anos 40-50 experimenta mudanças decisivas com a aceleração dos processos de urbanização e industrialização, a emergência de uma cultura de massas e o impacto da influência norte-americana. Na época, o país chegou a uma população de um pouco mais de 50 milhões de habitantes e viveu um intenso fluxo migratório do campo para a cidade. Na década de 50,

seria finalizada a transição de uma economia de base essencialmente agrícola para uma economia de base agro-industrial, contudo o contingente populacional urbano só superaria o rural na metade da década seguinte (Fausto, 1995; Earp e Korns, s.d.).

No que tange à saúde pública, as transformações do período não foram menos significativas, mas para mapear a evolução nesta área, vale a pena retroceder um pouco até a Era Vargas (1930-1945) e lembrar de alguns marcos. Em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública/MESP, cuja direção, quatro anos depois, é assumida por Gustavo Capanema que inicia uma ampla transformação do ministério (a partir de 1937, apenas MES), promovendo o fortalecimento do aparato estatal em saúde segundo um “modelo verticalizado, centralizado e setorializado” (Lima, Fonseca e Hochman, 2005). Com o estabelecimento do Departamento Nacional de Saúde/DNS sob a direção do médico sanitarista João de Barros Barreto avança a política de profilaxia rural. É preciso sanear os sertões, estender os serviços médico-sanitários ao interior do país, combater as endemias rurais²⁶ e ampliar a presença do poder público nas regiões mais remotas²⁷. Seguindo a orientação centralizadora na política nacional de saúde, ao longo da década de 40, são organizados serviços nacionais voltados para doenças específicas como o Serviço Nacional de Febre Amarela, o Serviço Nacional de Malária e o Serviço Nacional da Lepra, entre outros, cujas diretrizes obedecem ao enfoque das campanhas verticalizadas. Estabelece-se um modelo marcado pela cisão entre assistência médica de caráter previdenciário, sob o encargo do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio/MTIC e assegurada aos trabalhadores formais dos centros urbanos, e saúde pública, sob responsabilidade do MESP e dirigida às populações rurais. A dualidade se expressava não somente na demarcação do campo de atuação de cada órgão, mas no reconhecimento de direitos sociais e na definição de políticas públicas de saúde. Como observam Lima, Fonseca e Hochman:

“De um lado, estabeleceu-se o arcabouço jurídico e material da assistência médica individual previdenciária, desenvolvida no MTIC, que com o passar dos anos se tornaria uma das

²⁶ As principais endemias rurais eram: malária, ancilostomíase, doença de Chagas, leishmaniose, tracoma, lepra, peste, febre amarela, bócio, esquistossomose e boubala.

²⁷ Como lembra Hochman: “A saúde pública brasileira esteve preocupada, desde a década de 1910, em combater as chamadas endemias rurais, particularmente a malária e a ancilostomíase, na perspectiva de redenção e incorporação das populações doentes do interior do país por meio de ações do Estado nacional” (Hochman, 2007, 379).

principais referências para a prestação de serviços públicos de saúde. Era destinada aos inseridos no mercado formal de trabalho amparada por princípios corporativos que definiam aqueles reconhecidos como cidadãos, caracterizando o que foi definido por Wanderley Guilherme dos Santos como ‘cidadania regulada’ (Santos, 1988). Do outro lado, no Mesp, atrelada à educação, ficou a saúde pública. Ou melhor, tudo o que dissesse respeito à saúde da população e que não se encontrava na área de abrangência da medicina previdenciária. Ao Mesp cabia a prestação de serviços para aqueles identificados como pré-cidadãos: os pobres, os desempregados, os que exerciam atividades informais, ou seja, todos aqueles que não se encontravam habilitados a usufruir os serviços oferecidos pelas caixas e pelos institutos previdenciários” (Lima, Fonseca e Hochman, 2005, 41-42).

Tal é a configuração do sistema de proteção social de saúde quando tem início o período de redemocratização pós-Estado Novo. Então, a tendência à burocratização das ações na área se aprofunda, acentua-se a conformação das prioridades da política sanitária às necessidades dos projetos econômicos e finalmente, sob o paradigma do desenvolvimento, novas conotações são atribuídas à saúde.

No governo Dutra (1946-1951), a principal novidade é a incorporação da saúde pública ao planejamento governamental através do Plano Salte. Apesar do fracasso do plano, a iniciativa representou o atrelamento formal do setor da saúde aos critérios de produção, a um programa de industrialização (Pena, 1977). Durante o segundo Governo Vargas (1951-1954), a saúde ganha um ministério independente da pasta da educação, mas com uma parcela inferior do orçamento (1/3 do Imposto sobre Educação e Saúde). É mantida a estrutura do antigo DNS, com a ampliação do leque de enfermidades endêmicas contempladas pela política sanitária campanhista em vigência (Braga e Paula, 1981).

Em 1956, já durante o Governo de Juscelino Kubitschek, seu Ministro da Saúde, o malariologista Mário Pinotti, cria o Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu), que absorve então os serviços nacionais voltados para as endemias rurais e converte-se na principal estrutura da pública saúde do governo (Hochman, 2009). Portanto, no período, continua sendo priorizado o modelo centralizador e vertical de combate às doenças endêmicas com a interiorização dos serviços médico-sanitários, com campanhas de vacinação e obras de saneamento; ações que promovem a expansão da presença do poder

público nas regiões mais remotas do país e que interagem com o projeto de modernização e industrialização adotado para a nação.

As diretrizes gerais da política nacional de saúde pública mantida em todo o período considerado, segundo argumenta André Campos, teriam sido observadas inclusive pelo Serviço Especial de Saúde Pública, cujo controle, apesar da decisiva influência norteamericana, foi sendo apropriado pelos sanitaristas e burocratas brasileiros²⁸, e cujas operações, voltadas para o saneamento básico e para ações preventivas, desde logo associadas à medicina curativa, entraram cada vez mais em sintonia com a agenda sanitária nacional, como sinaliza a integração do serviço aos programas de valorização econômica e desenvolvimento regional do governo federal. Assim, a despeito da posição singular do Sesp que, como agência bilateral, submetia-se formalmente ao Ministério da Saúde, mas usufruía de grande independência orçamentária e de autonomia face às outras estruturas do ministério entre as quais o Departamento Nacional de Saúde, Campos demonstra que os programas de saneamento e construção de redes de unidades de saúde executados pelo referido órgão em regiões estrategicamente importantes como, por exemplo, o Vale do Rio Doce – onde o governo brasileiro havia criado a Companhia Siderúrgica Vale do Rio Doce e assumiu a reconstrução da estrada de ferro Vitória-Minas – acabavam se coadunando com os planos governamentais de explorar e desenvolver tais regiões. Do mesmo modo, a partir dos acordos estabelecidos com a Comissão do Vale do São Francisco, em 1950, e com a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, em 1953, o Sesp acentuou sua contribuição aos projetos do executivo de aproveitar o potencial econômico das regiões Nordeste e Amazônica e levar o progresso a estas através de realizações imprescindíveis como obras de engenharia sanitária, organização de redes de centros de saúde, oferta de assistência médica, treinamento profissional e programas de educação sanitária. Em outros termos, o Sesp foi responsável pela montagem de uma infra-estrutura de serviços e pela provisão de atenção básica para as pequenas localidades das áreas mais subdesenvolvidas do país, representou o Estado junto às populações pobres e desassistidas do interior e elevou ao primeiro plano o trabalho local e cotidiano de saúde pública pautado

²⁸ Sobre este processo de “nacionalização do Sesp”, Ernani Braga que foi superintendente do órgão comenta que “E chegou o momento em que não houve alternativa senão entregar a administração do Sesp a brasileiros. Houve, então, uma grande mudança. Marcolino Candau assumiu, junto com Sérvulo Lima, no Rio de Janeiro; Paulo Antunes, de São Paulo, foi para a Amazônia; e eu, que estava no Pará, fui convidado a ir para a região do Vale do Rio Doce. E então aí começou a fase nacionalizante do Sesp” (Braga, 2004, 135).

no princípio de que a doença era um dos grandes entraves ao crescimento econômico (Campos, 2006). É exatamente este perfil do serviço que se revela no depoimento do sanitarista Aldo Villas Boas, ex-diretor da Divisão de Saúde da Comunidade do Sesp, a respeito das atividades executadas pelos ‘sespianos’; diz ele:

“(...) nós não fomos feitos pra trabalhar nas capitais, nós fomos feitos pra trabalhar no interior e nas áreas de valorização econômica e desenvolvimento de colonização e assim por diante. Áreas de interesse governamental, áreas de interesse para se levar a uma população, aquilo que ela não tinha de jeito nenhum. Então era aí, onde a Fundação trabalhava (Aldo Villas Boas, 1995, fita 3. Grifo do autor).

*Então, não é uma cidade grande, mas são várias cidades médias, pequenas, que você vai fazer tudo. Vai botar água, vai fazer melhorias sanitárias, vai ver como é que vai controlar o destino dos dejetos da melhor maneira, entendeu? Vai fazer assistência médico-sanitária, **toda aquela** assistência médico-sanitária que você pode fazer. Então, o que é aquilo? É uma área de valorização econômica, que o país **precisa** que tenha alguma coisa ali dentro. Então, quantas nós fizemos, quantas? Você vê aí. Veja os vales. Vale do Amazonas, vale do Jaguaribe, vale do Parnaíba, vale do Rio Doce. **Todos** os vales onde havia um interesse especial, agrícola ou mineral ou o que fosse, estava o SESP com a estrutura de saúde. Dentro do mesmo princípio, da sua doutrina, da sua filosofia de trabalho. Quer dizer, **ajudar o progresso do Brasil**. Proteger o homem que faz o progresso do Brasil. O homem doente não põe ninguém pra frente. Não há desenvolvimento com homem doente. Só há desenvolvimento com homem sadio. Então, tá lá a Fundação SESP. Não gostavam e por isso as críticas eram muito grandes (Aldo Villas Boas, 1995, fita 8 Grifo do autor)” (Fonseca, 2000, 405-406).*

De fato, como menciona o sanitarista, o Sesp foi alvo de críticas e motivo de controvérsias. Afora o seu estatuto especial dentro da máquina pública que lhe garantia grande independência orçamentária e administrativa, e o fato de possuir um quadro de funcionários altamente qualificado e uma estrutura de custo elevado, conforme aponta o trecho reproduzido acima, a corrente de pensamento dominante no serviço, segundo a qual a saúde correspondia a um pré-requisito do desenvolvimento, suscitava considerável oposição.

No que tange às abordagens das relações entre saúde e desenvolvimento, o Sesp associou-se claramente à teoria do “círculo vicioso da doença e pobreza” que afirmava que

o predomínio da doença estava na raiz da disseminação da pobreza em uma sociedade. Em outros termos, a doença ao levar à indisposição para o trabalho condena uma população a uma condição economicamente desfavorável; do mesmo modo, a pobreza ao privar os indivíduos de infra-estrutura sanitária e da instrução necessária para a adoção de hábitos saudáveis predisporia a população à doença. Como resultado, o desenvolvimento de uma sociedade dependeria da capacidade do Estado de investir no setor da saúde, combatendo a doença e promovendo a construção de um avançado sistema médico-sanitário. Dito de outro modo:

“Na década de 1950 e no início da de 1960, ações e campanhas de combate às endemias rurais mobilizaram recursos humanos e financeiros e estiveram associadas aos projetos e às ideologias de desenvolvimento. Recuperação da força de trabalho no campo, modernização rural, ocupação territorial e incorporação de espaços saneados à lógica da produção capitalista corresponderam à associação entre saúde e desenvolvimento, a primeira ajudando a promover o segundo. Em outras palavras prevalecia o que os antropólogos norte-americanos Randall Packard e Peter Brown denominam de abordagem restrita da relação saúde e desenvolvimento (Packard e Brown, 1997)” (Lima, Fonseca e Hochman, 2005, 54).

No Brasil, tal abordagem foi duramente criticada pelo sanitarismo desenvolvimentista²⁹, corrente que invertia a equação dos sespianos e propugnava que somente mudanças profundas na estrutura sócio-econômica de um país poderiam libertá-lo do estado de subdesenvolvimento e, como consequência, criar as condições necessárias para que sua população possa alcançar padrões de vida e níveis de saúde elevados e sustentados ao longo do tempo (Kertész, 2005). Do ponto de vista do pensamento sanitarista desenvolvimentista, as medidas de assistência médico-sanitária deveriam atender as necessidades da população, mas observar o nível econômico do país. De base nacionalista e antagônica tanto ao modelo campanhista quanto ao sespiano, esta corrente ganhou proeminência no início dos anos sessenta, propondo diretrizes para uma política nacional de saúde (Teixeira, 1988).

Apesar das diferenças de ponto de vista, nos dois casos, tratava-se de refletir sobre as interfaces entre saúde e desenvolvimento nacional. Poderíamos ainda conjecturar que o

²⁹ Esta corrente da saúde pública brasileira será abordada mais a frente.

projeto de modernização arquitetado para o país durante os anos em tela também passava pela modernização da saúde pública, ou seja, exigia o planejamento e a racionalização das políticas de saúde. De todo modo, as controvérsias não conseguem nublar o fato de que, em várias vertentes, a atuação do Sesp foi precursora. A seguir, veremos como o Serviço inovou ao articular ciências sociais e educação em saúde.

As ciências sociais dentro do Serviço Especial de Saúde Pública

O Serviço Especial de Saúde Pública/Sesp foi pioneiro na utilização de estudos antropológicos para o aprimoramento de programas de saúde pública no Brasil. Ainda na fase inicial do serviço, em 1942, sob encomenda do Instituto de Assuntos Interamericanos/IAIA, o antropólogo Charles Wagley procedeu à realização de alguns *surveys* nas regiões Nordeste e Norte, centrados no problema da seca e na migração de trabalhadores nordestinos para o Vale Amazônico. A finalidade dos levantamentos era oferecer subsídios para a organização de um Programa de Migração como parte do Programa da Amazônia que estava sendo implantado pelo Sesp³⁰.

Em um de seus relatórios, Wagley retrata a situação da população atingida pela seca nos estados do Ceará e Paraíba, os efeitos sociais devastadores do fenômeno e o problema da fome disseminada que levava o sertanejo a retirar, migrar de sua terra. Segundo ele, muitos sertanejos estariam dispostos a emigrar para a Amazônia dada a condição de escassez em que vivem e a possibilidade de ganhar melhores salários nos seringais, apesar de não se mostrarem muito bem informados a respeito da existência de uma ajuda oficial para esta emigração.³¹ Contudo, por parte das autoridades e dos comerciantes locais há

³⁰ O Programa de Migração do Sesp foi desenvolvido pelos governos brasileiro e norte-americano juntamente com a Rubber Development Corporation para fornecer assistência médica aos migrantes nordestinos recrutados e transportados pelo governo para trabalhar nos seringais amazônicos (Campos, 2006).

³¹ Embora identifique uma situação favorável à emigração, Wagley contraria as previsões mais otimistas da Rubber Company quanto ao volume de migrantes: “Most refugees with whom we talked did not know of the possibility of subsidized emigration and many said if such was possible that they were anxious to go. I feel certain, that if ‘recruiting stations’ are established in the interior according to the plan now underway and if it be let known that medical attention, free passage, and good wages are available in Para, that there will be 30,000, perhaps more, able emigrants for Amazonas within the next twelve months. Since families are notably large in Ceara, this means that only 8 to 10,000 male workers will go, at best. This estimate of 30,000 is just about the number which the present transportation facilities can take care of. This number differs radically from the 100,000 or 150, 000 expected at one time during this next year or so by Rubber Reserve Company”. Charles Wagley to Bernard Krug, Ceará Drought Situation, November 18, 1942, p. 1-5, attachment n 10 to

oposição ao incentivo governamental à evasão de trabalhadores por conta do temor de que isso leve a uma situação de escassez de mão-de-obra e também dada a convicção de que seria melhor se o governo investisse mais na assistência aos refugiados da seca. A despeito desta tendência contrária, Wagley sugere a construção de estações para selecionar e recepcionar os possíveis emigrantes, concluindo que mais necessário do que medidas emergenciais seria um plano de migração e colonização. Além de oferecer uma avaliação da assistência oferecida pelos órgãos oficiais aos trabalhadores nordestinos que migravam, geralmente com suas famílias, para a Amazônia, os relatórios revelam que apenas uma ínfima parcela dos migrantes que chegavam a Belém e Manaus se dirigia aos seringais (a maioria buscava ocupação na agricultura familiar), apontando a necessidade de mudança na política de recrutamento de mão de obra para os seringais já que o objetivo era aumentar a produção de borracha para a indústria bélica. Entretanto, Wagley também assinala que, devido à dependência demonstrada pelo estado do Pará com relação aos produtos alimentícios importados de outros estados e ao risco da população vivenciar uma situação de escassez de alimentos, não deixava de ser salutar a iniciativa dos migrantes de se dedicarem à produção agrícola local.³² De fato, ele identifica um sério problema de abastecimento de alimentos que pode afetar o programa da borracha:

“Sem um adequado suprimento de comida, será impossível conduzir um grande programa de produção de borracha e em face do perigo de uma real carência de alimentos, nós não podemos dar qualquer segurança ao grande número de imigrantes do Nordeste do Brasil que está sendo transportado para o Vale Amazônico no esforço de aumentar a coleta de borracha”.³³

Com base nas conversas com prefeitos e autoridades locais e em suas próprias observações, o autor recomenda a adoção de medidas como: o incentivo à colonização da terra, inclusive com a doação de terras em um sistema de cooperativa para evitar que os

Report of the Field Party, Brasil, November 4, 1942, National Archives and Records Administration/NARA, Maryland College Park, MD, RG 229, Department of Basic Economy, Health and Sanitation Division, Monthly Progress Reports of Field Parties (E-143), Brazil, Box 1599.

³² Charles Wagley to Kenneth Waddell, Labor Immigration from Northeastern Brasil, September 1, 1942, p. 1-3, NARA, RG 229, Department of Basic Economy, Health and Sanitation Division, Monthly Progress Reports of Field Parties (E-143), Brazil, Box 1599.

³³ Charles Wagley to Kenneth Waddell, Food Problem and Settlement of Northeastern Immigrants, p. 1, NARA, RG 229, Department of Basic Economy, Health and Sanitation Division, Monthly Progress Reports of Field Parties (E-143), Brazil, Box 1599.

migrantes caíssem na rede de endividamento mantida por comerciantes e grandes proprietários locais, e o assentamento dos trabalhadores onde eles pudessem simultaneamente coletar a borracha e manter uma plantação para sua subsistência.³⁴

Após breves períodos como diretor do Programa de Migração e como Assistente do Superintendente do Sesp, Wagley passa a orientar a formulação e implementação dos programas de educação sanitária na Amazônia. Em 1943, havia sido criada a Divisão de Educação Sanitária que até o ano seguinte ficou sob o comando de Marcolino Candau³⁵, quando então ele assumiu os cargos de Assistente do Superintendente do Sesp e de diretor da Divisão Médico-Sanitária, sendo substituído por Charles Wagley na direção da Divisão de Educação Sanitária. Segundo Brito Bastos (1996), durante sua gestão o antropólogo do IAIA “imprimiu à atividade uma feição nova, adequada às reais necessidades do meio rural e às condições de vida do homem do interior” (Brito Bastos, 1996, 332). Wagley foi um dos responsáveis pela experiência dos “slide sounds” ou “lanterna mágica sonorizada” – dispositivo de projeção que foi usado para levar informações sobre saúde e higiene às pequenas comunidades amazônicas. Discutindo as vantagens da utilização deste material com propósitos educativos, Wagley observa que “Com a produção local, pudemos fazer programas imediatamente adaptáveis a problemas locais, usando costumes, maneiras de falar e cenas locais” (Boletim do SESP No. 25, 1945, 7).

O Boletim do SESP de agosto de 1945 publicou parte de uma palestra proferida por Wagley sobre educação sanitária em que ele defende que o processo de educar o povo não deve se restringir à divulgação dos conhecimentos científicos, mas deve visar à mudança de costumes e hábitos tradicionais com respeito à saúde. Ele propõe também o treinamento de parteiras e “curiosas” em técnicas médicas simples e seu aproveitamento como intermediárias entre a população e os postos de saúde, com o intuito de incentivar as

³⁴ “It is my opinion that 1) the immigrants should be settled upon the land by giving him land; 2) that he should be kept free of falling into debt to local merchants and to large landowners by a system of controlled cooperatives, that 3) whenever possible the immigrant should be settled where may simultaneously collect rubber and plant his own subsistence, and that 4) such cooperatives must be financed and controlled by some independent agency. The cost, while variable from place to place, would not be radically higher or lower than that estimated for Breves”. Charles Wagley to Kenneth Waddell, Food Problem and Settlement of Northeastern Immigrants, p.6, NARA, RG 229, Department of Basic Economy, Health and Sanitation Division, Monthly Progress Reports of Field Parties (E-143), Brazil, Box 1599.

³⁵ Formado em medicina, Candau fez curso de aperfeiçoamento na Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade Johns Hopkins e exerceu o cargo de superintendente do Sesp. Entre 1953 e 1973 foi diretor da Organização Mundial de Saúde.

mulheres a fazer o acompanhamento pré-natal. Finalmente, o antropólogo chama a atenção para a importância de os programas de educação sanitária contarem com a participação da comunidade e não simplesmente serem impostos ela.³⁶

Cabe aqui notar que as idéias defendidas por Wagley estavam em consonância com a tendência dominante no seu país natal de difundir a educação em saúde como uma especialidade importante da saúde pública. Nos Estados Unidos, a preocupação com o combate à “ignorância” e com a divulgação de informações sobre métodos de higiene e cuidados com a saúde, como nos esclarece George Rosen, já estava presente nos programas de saúde materna e infantil desde fins do século XIX e, ao longo do século XX, as atividades educativas foram ampliando sua participação nas ações em saúde comunitária. Nos anos quarenta, a educação em saúde já era reconhecida como uma parte fundamental de qualquer política de promoção da saúde e prevenção à doença³⁷. Nas campanhas educativas, recursos como o rádio e a televisão eram cada vez mais utilizados. Parece significativo também o fato de Rosen identificar, no período em tela, uma tendência à aproximação entre o campo da educação sanitária e o das ciências sociais (Rosen, 1994).

No Brasil, as iniciativas pioneiras no campo da educação em saúde têm como um dos seus artífices o médico sanitarista Geraldo Horácio de Paula Souza (1889-1951). Como diretor do Instituto de Higiene da Faculdade de Medicina de São Paulo³⁸ e também responsável pela Direção Geral do Serviço de Saúde Pública do Estado, ele comandou a reforma que imprimiu uma nova orientação à política de saúde, elegeu o Centro de Saúde como a unidade encarregada pelas ações sanitárias locais e empenhou-se para que dentro

³⁶ Efetivamente, o Sesp, cujos esforços estiveram voltados à adequação das técnicas sanitárias avançadas ao nível sócio-cultural local, acabou optando pela política de atrair as parteiras para cursos e palestras ministrados por enfermeiras ou visitadoras sanitárias a fim de instruí-las a respeito das técnicas modernas de trabalho de parto e de cuidados com a parturiente e com o recém-nascido. O objetivo maior, contudo, era converter a parteira em uma auxiliar do parto normal, restringir o seu papel e convencê-la de que em caso de qualquer complicação, deveria recorrer ao médico – de fato, o único profissional realmente habilitado para executar tal tarefa. Mas, a pesquisa de um antropólogo do Sesp, que será discutida a seguir, revelou que nem sempre esta iniciativa foi bem sucedida, detectando uma baixa assiduidade aos cursos e uma considerável rejeição por parte das parteiras ao adestramento médico (Fontenelle, 1959).

³⁷ Isto ao ponto de Rosen afirmar que “A educação em saúde é hoje uma das mais importantes expressões da moderna ação em saúde comunitária. E seu valor aumentará quando se souber mais sobre a natureza humana e sua capacidade de mudar. Parece que o finado C.-E.A. Winslow atingiu o cerne da questão quando afirmou ser a educação em saúde, para nós, o que a teoria microbiana da doença foi para os sanitaristas de quarenta anos atrás” (Rosen, 1994, 292).

³⁸ O Instituto de Higiene da Faculdade de Medicina de São Paulo havia sido criado em 1918 pelo Governo do Estado com a colaboração da Fundação Rockefeller e fora responsável pela introdução do modelo higienista-educacional norte-americano no país. Em 1931, sofreu um processo de reorganização e passou a ser chamado de Escola de Higiene e Saúde Pública (Castro-Santos e Faria, 2003; Candeias, 1988)

destas ações fosse priorizada a instrução da população nos preceitos da higiene, através da introdução de um novo auxiliar no sistema de saúde de São Paulo, o educador sanitário.³⁹ Com a reforma do Código Sanitário em 1925, foi organizada a Inspetoria de Educação Sanitária e Centros de Saúde e também foi criado o curso de Educação Sanitária no Instituto de Higiene da Faculdade de Medicina de São Paulo, dirigido a professoras diplomadas.⁴⁰ Tendo realizado seu doutoramento na Escola de Saúde Pública da Universidade John Hopkins, Paula Souza certamente foi influenciado pela abordagem norte-americana centrada na educação sanitária na escola, e pela proeminência que o trabalho das visitadoras sanitárias alcançara naquele país, mas ele teve de se adaptar as condições que, naquele momento, São Paulo lhe oferecia⁴¹ e apostou na formação de normalistas como educadoras sanitárias para disseminar as modernas regras de higiene tanto no exercício do magistério nas escolas paulistas quanto dentro dos Centros de Saúde (Candeias, 1988; Rocha, 2003).

“A educação sanitária tem, então, duas frentes de penetração nesse período:

1ª) No interior da saúde pública, através dos centros de saúde e das Campanhas Sanitárias.

2ª) No interior do ensino – através do ensino de saúde, ministrado por educadoras sanitárias, formadas desde 1925 pelo então Instituto de Higiene. Essas educadoras sanitárias são ainda responsáveis pela educação nos centros de saúde e nas campanhas Sanitárias e Dispensários” (Melo, 1987, 34).⁴²

³⁹ A incorporação de métodos pedagógicos e o investimento na formação de um novo profissional de saúde pública foram essenciais para que a “polícia sanitária” deixasse de ser o expediente privilegiado no tratamento dirigido à população no âmbito das políticas de saúde em São Paulo.

⁴⁰ “Como consta no artigo da Lei 2121, o curso, de nível médio, dirigia-se a professoras primárias, regentes de classes. O objetivo expresso era ministrar conhecimentos teóricos e práticos de higiene para que estes professores os introduzissem, posteriormente, nos recém-criados Centros de Saúde e em escolas públicas, a partir de uma proposta eminentemente profilática” (Candeias, 1988, 351).

⁴¹ Entre estas condições, destacam-se a inexistência de enfermeiras treinadas para se dedicar às tarefas de educação na rede de serviços do Estado, e também a experiência acumulada pelo Instituto de Higiene no campo pedagógico (Candeias, 1988; Rocha, 2003).

⁴² No artigo em que oferece uma periodização preliminar da história da educação sanitária no Brasil, Joaquim Alberto Cardoso de Melo sugere que, após sua emergência nos anos 1920, esta área não avançou muito na década seguinte. Ele comenta que não encontrou, entre 1930 e 1937, nenhuma publicação sobre educação sanitária e informa que “Em 1931, Vargas, através de um decreto, extinguiu os centros de saúde. Para Mascarenhas (1973), reinstala a polícia sanitária. A partir de 1942, e principalmente após a II Guerra Mundial, a educação sanitária ressurgiu, através de inúmeros trabalhos publicados, com um novo discurso. Nesse período, e início dos anos 50, vários intelectuais vão se especializar em educação sanitária nos Estados Unidos. Na segunda metade dos anos 50 são introduzidas novas idéias – desenvolvendo a organização comunitária, participação, integração dos setores ‘atrasados’ no desenvolvimento nacional” (Melo, 1987, 29).

Com o Sesp, sobretudo a partir de 1944, são ampliados os espaços e abordagens do campo da educação em saúde, mas este órgão também procurou envolver as escolas primárias em seu programa de saúde comunitária. A escola foi utilizada como um dos espaços privilegiados para retirar a educação sanitária do ambiente limitado dos serviços de saúde, expandindo sua oferta para um maior contingente da população. Para ser bem sucedido em sua estratégia de apostar na instituição escolar como meio irradiador de noções de higiene e prevenção em saúde entre as famílias e a comunidade mais ampla através dos alunos, o Sesp passou a investir no treinamento das professoras primárias. Palestras e cursos eram promovidos tendo em vista a preparação das professoras para a nova tarefa educativa na área da saúde. A Divisão de Educação Sanitária do Sesp também integrou a escola em sua política de saúde comunitária através da criação dos Clubes de Saúde, uma iniciativa do sanitarista Edward Catete Pinheiro lançada em 1943 dentro do Programa da Amazônia e depois expandida para outros programas. Em tal forma de agremiação, os estudantes, contando com a orientação de visitadoras e guardas sanitários, além de receber instruções sobre higiene e saúde, participavam de atividades recreativas e de tarefas como a criação de hortas caseiras, a organização de bibliotecas comunitárias, entre outras (Brito Bastos, 1996).

Em 1946, quando Wagley regressou aos Estados Unidos para assumir a função de docente na Universidade de Columbia, o Boletim do Sesp registrou a homenagem prestada a ele por seus companheiros do Sesp, Sérvulo Lima, Orlando José da Silva e Marcolino Candau, e apresentou uma síntese bastante positiva da atuação do “jovem sociólogo norte-americano” no serviço:

“Dirigindo a Divisão de Educação Sanitária realizou uma obra digna de aplausos e que já tem merecido elogiosas referências de autoridades nacionais e estrangeiras. Levou os meios mais modernos de educação sanitária aos rincões mais afastados do vale amazônico e atraiu para o SESP a confiança e a simpatia da gente simples de nosso ‘hinterland’. Fez mesmo trabalho de pioneiro neste sentido, realizando tanto no cinema como no rádio trabalhos inteiramente inéditos no Brasil” (Boletim do Sesp, no 34, maio de 1946, 8).

No início dos anos cinquenta, o Sesp voltou a apostar nos métodos da antropologia com o propósito de avaliar e aperfeiçoar os serviços de saúde implementados. Através do

convênio entre o IAIA e o Instituto de Antropologia Social/ISA da *Smithsonian Institution*, mencionado no capítulo anterior, o professor Kalervo Oberg conduziu em 1951 uma breve investigação acerca dos centros de saúde implantados nas cidades de Colatina e de Cametá. Ao relatar a George Foster suas impressões sobre o pessoal envolvido no programa cooperativo de saúde, Oberg comenta que os norte-americanos lhe pareceram atentos aos problemas de natureza cultural envolvidos nos programas sanitários em operação e interessados no desenvolvimento de estudos que pudessem aprofundar este tópico.⁴³ Ele também faz a seguinte observação:

“Os homens trabalhando no campo prático da mudança cultural tem de lidar com o fato de que a cultura é um sistema funcional de partes interdependente. Em outras palavras, a posição teórica básica mantida pelos antropólogos sociais com os quais aqueles homens práticos têm encontrado, mas que eles não compreendem completamente. Se isto puder ser entendido, a antropologia social pode reivindicar haver se tornado um instrumento para fazer política social, um instrumento de engenharia social”.⁴⁴

Neste sentido, o interesse demonstrado pelo Chefe da Missão Técnica do IAIA no Brasil, Dr. Eugene Campbell⁴⁵, e seu apoio à experiência de aplicar a abordagem sócio-antropológica aos problemas de saúde da comunidade foram fatores decisivos para a continuidade da assistência prestada pelo ISA ao Sesp e para a efetiva incorporação da antropologia entre as modalidades de pesquisa contempladas pelo serviço. Campbell apreciou o relatório de Oberg sobre os serviços do Sesp em Colatina e Cametá e solicitou ao seu autor a realização de um estudo sobre o Projeto Chonin que estava ainda em sua fase inicial.⁴⁶

⁴³ “The Americans here appear to be quite aware of the cultural problems involved and would like to see that angle developed and explained to them. It appears to me that with a little shove from the Washington end, this type of work could be extended to cover most of the U.S. programs down here”. Oberg to Foster on April 25, 1951, Records of Institute of Social Anthropology Smithsonian Institution 1942-1952, NAA, Series 4 Correspondence, Oberg, Kalervo Correspondence 1950-1953, Box 9.

⁴⁴ Oberg to Foster on April 25, 1951, Records of Institute of Social Anthropology Smithsonian Institution 1942-1952, NAA, Series 4 Correspondence, Oberg, Kalervo Correspondence 1950-1953, Box 9.

⁴⁵ Formado pela Universidade Johns Hopkins, o médico Eugene Campbell desempenhou a função de Chefe da Missão Técnica do IAIA no Brasil de 1945 a 1955, quando assumiu o cargo de Assistente do Diretor da Divisão de Saúde da Administração de Operações Estrangeiras dos Estados Unidos.

⁴⁶ Campbell to Pierson on May 21, 1951 attached to Pierson to Foster on May 26, 1951, Records of Institute of Social Anthropology Smithsonian Institution 1942-1952, NAA, Series 4 Correspondence, Pierson, Donald Correspondence 1950-8/1951, Box 10.

Chonin era um distrito do município de Governador Valadares que no início da década de 50 possuía uma população de cerca de 5.000 habitantes, dos quais, por volta de 85% viviam na zona rural. O distrito não contava então com nenhuma rede de abastecimento de água, sistema de esgoto ou fornecimento de energia elétrica; havia uma pequena escola municipal e duas farmácias, mas nenhum serviço médico. Em 1951, Chonin foi escolhido para a organização de um Núcleo Experimental de Cooperação Rural em torno do qual se mobilizariam recursos e serviços visando à melhoria da vida da comunidade. O projeto previa a ação conjunta de agências federais, estaduais e locais e a participação da própria comunidade – formalizada através de um conselho – e tinha como objetivo demonstrar “a importância de uma abordagem coordenada e cooperativa em campos como a agricultura, educação, saúde e transporte”.⁴⁷ O estímulo ao envolvimento da comunidade na resolução de seus problemas e na conquista do seu próprio bem-estar, assim como a tentativa de articular a saúde a outras dimensões da vida social orientaram a iniciativa.

Ao justificar a participação do ISA no Projeto Chonin, Oberg lembra que tal projeto iria operar no âmbito do Programa do Rio Doce e ressalta a relevância estratégica deste programa do ponto de vista dos interesses econômicos e geopolíticos norte-americanos. Ele esclarece que os EUA estavam investindo capital e recursos humanos no Vale do Rio Doce a fim de desenvolver as condições educacionais, econômicas e sanitárias que ajudariam a garantir o suprimento da mão de obra necessária à exploração dos minérios estratégicos amplamente disponíveis naquela região. Deste modo, segundo ele:

“Este tipo de cooperação entre o ISA e as outras agências americanas ativamente engajadas na elevação dos níveis da educação, economia e saúde de uma população em uma área fornecedora de matéria-prima estratégica de importância vital para o esforço militar dos Estados Unidos parecem se ajustar bem dentro dos propósitos discutidos pelo ISA no último ano, quando a participação do ISA no Ponto-4 esteve sob consideração. Nesta situação, o pessoal do ISA procederia à pesquisa básica e indicaria como os resultados desta pesquisa poderiam ser aplicados a

⁴⁷ Project Description RD-GVA-4^a Community Center Project at Chonin de Cima, Núcleo Experimental de Cooperação Rural, February 24, 1951, Fundo FSESP, COC, FIOCRUZ, BR. FIOCRUZ-COC/FSESP/AMS/00/OF/TMP/AM/18.

certos problemas com os quais se confrontam os especialistas envolvidos com a implementação de um programa de ação.”⁴⁸

O Projeto Chonin correspondeu à primeira experiência de “organização de comunidade” promovida pelo Sesp e contou com o acompanhamento de Oberg, do estudante da Escola de Sociologia e Política Alfonso Trujillo Ferrari e do sociólogo do Sesp José Arthur Rios.⁴⁹ Em 1955, Oberg e Rios publicaram os resultados de sua avaliação do programa no livro organizado por Benjamin Paul – o qual se tornou uma espécie de manual de antropologia médica aplicada. No artigo, os autores chamam a atenção para o modo como a configuração política, o conflito de interesses e a disputa por poder que marcavam a comunidade afetaram e comprometeram o andamento do programa. Parece que a interpretação oferecida pelos pesquisadores para o fracasso do Projeto Chonin – cujo encerramento se deu antecipadamente em dezembro de 1952 – acabou incorporada pelo pessoal do Sesp uma vez que o diretor Nilo Chaves de Brito Bastos (1996), na obra onde descreve a evolução histórica do serviço com base nos documentos oficiais do mesmo, recorre às razões apresentadas por Oberg e Rios em seu estudo para explicar o desfecho mal sucedido do projeto. Bastos conclui que:

“Da avaliação ficou porém claramente reconhecido que na organização do projeto não fora dada a devida importância à organização social da comunidade e suas relações com ele. A complicada máquina administrativa que pretendeu integrar e coordenar o Projeto, através de três comissões, desde a capital federal até o nível local, principalmente o Conselho de Comunidade apolítico, chocou-se com os valores, personalidades e a estrutura tradicional da comunidade. ‘As comunidades rurais brasileiras, de um modo geral, estão organizadas em linhas paternalistas, autoritárias e sua liderança está investida nas mãos de chefes políticos’. (...) Surgiram então divergências acentuadas e freqüentes opiniões contrárias no Conselho [de Comunidade], principalmente por dissensões políticas e deste com o Coordenador que não teve condições de

⁴⁸ Proposed Participation of the ISA in the Chonin Project attached to Pierson to Foster on May 26, 1951, Records of Institute of Social Anthropology Smithsonian Institution 1942-1952, NAA, Series 4, Correspondence, Pierson, Donald Correspondence 1950-8/1951, Box 10.

⁴⁹ José Arthur Rios foi convidado a integrar o Sesp em 1953. Formado em Direito e com mestrado em sociologia, Rios já havia participado da Campanha Nacional de Educação Rural. Sobre sua trajetória, conferir entrevista realizada com ele como parte do projeto de pesquisa *Sob a Signo do Desenvolvimento: ciências sociais, educação sanitária e alimentação (1945-196)* em andamento na Casa de Oswaldo Cruz, FIOCRUZ.

mostrar e defender a natureza apolítica e puramente educacional da organização” (Brito Bastos, 1996, 338).

É interessante notar que a investigação antropológica, ao expor o conflito de interesses, de algum modo acaba por apontar para a natureza falaciosa da proposta de organização de comunidade, considerando que esta pressupõe uma comunidade integrada e homogênea, suprime as divisões sociais e busca promover a despolitização dos problemas sociais; todavia tal feito não implica um questionamento por parte dos pesquisadores do próprio modelo de desenvolvimento de comunidade aplicado pelo Sesp.

Um ano após o final do projeto, Oberg foi enviado novamente a Chonin para verificar se os programas que haviam sido executados ao longo de dois anos teriam surtido um efeito mais duradouro sobre a comunidade e ele pôde constatar que algumas das novas práticas com respeito à saúde e à higiene, então introduzidas pelo Sesp, foram efetivamente assimiladas pela população⁴⁹. Oberg permaneceu envolvido com as atividades do IAIA no Brasil até ser incorporado aos quadros da United States Operations Missions/USOM no final da década de 50.

Neste ínterim, com a expansão das ações em educação promovidas pelo Sesp, foi também ampliado o espaço dedicado às ciências sociais dentro do serviço. Em outras palavras, a instituição das ciências sociais dentro do Sesp esteve estreitamente associada ao desenvolvimento da política de educação sanitária deste órgão; vejamos de que forma isto se deu.

Criada, como já vimos, em 1943, com o propósito de “organizar e supervisionar as atividades educativas dos programas de saúde” (Brito Bastos, 1996, 332) do Sesp, a Divisão de Educação Sanitária se incumbia de variadas funções, dentre as quais destacaria: a seleção dentre o pessoal do Sesp de candidatos para receber treinamento especializado em saúde pública em instituições de ensino do Brasil e dos Estados Unidos, inclusive com a oferta de bolsas de estudos; a preparação de material educacional para ser usado pelo Sesp e por outras organizações de saúde brasileiras; o planejamento e execução de atividades de

⁴⁹ Segundo Oberg: “As pessoas continuavam a usar os novos medicamentos para o tratamento da malária, disenteria, e outras doenças comuns. O programa de educação em saúde havia afetado os hábitos de diversas formas. Algumas pessoas continuavam a ferver e filtrar a água para beber. Pequenas prateleiras com escovas de dente eram um utensílio comum em inúmeras casas. O programa de privadas em particular tinha sido adotado”. No Relatório Final do Sesp 1942-1960 de autoria do superintendente Henrique Maia Penido ao representante da USOM no Brasil, BR. FIOCRUZ-COC/FSESP/A/00/OP/00/127.

educação sanitária nas diversas regiões em que o serviço bilateral atuava. Embora, certamente, as sementes do que viriam a se concretizar como as diretrizes do Sesp para a educação em saúde já tivessem sido lançadas nos primeiros anos de operação da Divisão de Educação Sanitária, esta passou por transformações, admitindo o alargamento do leque de tarefas contempladas em seus programas. Assim, se, de início, a propaganda sanitária tinha centralidade na política adotada pela Divisão como se nota através da ênfase dada à preparação de material informativo impresso (cartazes e folhetos), à produção áudio-visual e exibição de filmes; com o tempo, as atividades privilegiadas passaram a remeter à educação em sua dimensão comunitária, com ações mais diretas como a realização de palestras dirigidas a grupos específicos formados por mães, gestantes e parteiras leigas; a oferta de cursos de higiene e de profilaxia dirigidos a professoras primárias rurais e o uso da escola como espaço de difusão de noções de higiene através da organização dos Clubes de Saúde; e os projetos de organização de comunidade. Tanto dentro quanto fora do espaço das unidades sanitárias do Sesp, médicos, enfermeiras e visitadoras sanitárias assumiam a função de agentes educadores para o público geral. Aqui, merece destaque a atuação das visitadoras sanitárias, assim como dos guardas e auxiliares de saneamento, que através das visitas domiciliares inspecionavam a adequada utilização das instalações sanitárias, verificavam o cumprimento das normas de higiene e abordavam junto às famílias questões relativas à saúde.⁵⁰

Notadamente, esteve presente também a preocupação com a formação de pessoal especializado em educação em saúde consubstanciada na iniciativa desenvolvida pelo Sesp, em 1953 e 1954, que preparou auxiliares de educação sanitária para atuar nas equipes de trabalho do Serviço em nível regional e local.⁵¹ Reflete a força da nova tendência da agência de investir no treinamento e formação dos seus próprios quadros a conversão da Divisão de Educação Sanitária em Divisão de Educação e Treinamento a partir de 1953. A coordenação e supervisão das atividades educativas desenvolvidas pelos órgãos de campo foram então assumidas pela Seção de Educação Sanitária instituída no âmbito da Divisão de Organização Sanitária (Brito Bastos, 1996).

⁵⁰ Estes profissionais “eram arregimentados entre os moradores, a partir de um conjunto de pré-requisitos que envolviam desde escolaridade até atributos de personalidade e hábitos de higiene” (Teixeira, 2008, 967). Para uma discussão da formação e atuação destes auxiliares de saúde, consultar Teixeira, 2008.

⁵¹ Relatório Final do Sesp 1942-1960 de autoria do superintendente Henrique Maia Penido ao representante da USOM no Brasil, BR. FIOCRUZ-COC/FSESP/A/00/OP/00/127.

A maior ênfase na formação de pessoal auxiliar para atuar no campo da educação sanitária coincidiu com a fase de consolidação e expansão dos programas do Sesp, quando a agência passou a estabelecer convênios com os estados e municípios e também com agências federais de fomento ao desenvolvimento regional como a Comissão do Vale do São Francisco e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Como resultado destes acordos, o Sesp converteu-se em uma agência presente em todas as regiões do país. Ocorreu então uma reorientação das atividades do Serviço no sentido de modernização da administração sanitária nacional e ele passou a investir em obras de engenharia sanitária, intensificou os programas de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, além de dar continuidade à implantação de uma rede permanente de unidades de saúde através do Brasil. Aliadas a estas mudanças, Seções de Educação Sanitária de âmbito regional foram organizadas. Como observa Joaquim Alberto Cardoso de Melo, neste momento: “A educação sanitária acompanha os programas de saúde que vão se interiorizando, acompanhando o processo de modernização com a educação rural” (Melo, 1987, 37).

Foi neste contexto que, progressivamente, explica Brito Bastos, cresceu dentro do Sesp o reconhecimento de que o mero trabalho de propaganda sanitária e divulgação de informações sobre higiene e saúde através de cartazes, folhetos e filmes não seria suficiente para uma mudança substancial da mentalidade e do comportamento das populações rurais. Para o Sesp, desta mudança de hábitos dependia o sucesso de sua política sanitária uma vez que a corrente dominante dentro dele supunha que a “ignorância” e as “crendices populares” disseminadas entre os iletrados e pobres representavam um grande obstáculo no combate às endemias e outras doenças que assolavam o país. Partindo desta perspectiva, o Sesp passou a considerar inadiável o investimento em um amplo processo educativo que abarcasse além de ações indiretas, como a propaganda sanitária, ações diretas que envolvessem a comunidade. Assim: “Era preciso incorporar aos trabalhos de saúde pública, as técnicas educacionais, bem como o acervo das ciências sociais, as técnicas de educação de adultos. Era preciso mobilizar as forças locais, criando uma consciência sanitária” (Brito Bastos, 1996, 340).

Em 1953, a Divisão de Educação Sanitária e Treinamento estabeleceu uma Seção de Pesquisa Social – mais tarde desmembrada e submetida diretamente à Superintendência do

Sesp – que passou a contar com José Arthur Rios, Luiz Fernando Raposo Fontenele e Carlos Alberto Medina e que tinha como objetivos:

“a) desenvolver *surveys* sociológicos e econômicos de acordo com os planos do Superintendente ou as necessidades dos Programas; b) ajudar nas atividades de treinamento em todas as Divisões e cooperar na organização de cursos, palestras, mesas redondas, discussões, seminários, reuniões, análises de testes vocacionais, etc.; c) iniciar e desenvolver pesquisas sobre aspectos humanos dos problemas de saúde que podem contribuir para o aperfeiçoamento das ações em saúde”.⁵²

Assim, o investimento em estudos sócio-antropológicos passa a integrar o projeto do Sesp para a educação em saúde e acaba se conciliando com ele. As ações dos ‘sespianos’ neste campo eram orientadas pela hipótese de um “círculo vicioso da doença e da pobreza” e, tendo em vista o rompimento de tal círculo, foi priorizado o trabalho em áreas mais pobres e carentes, geralmente da zona rural, adotando-se como estratégia o combate à enfermidade, às precárias condições sanitárias que a tornam possível e à ignorância que predispõe as populações a adoecer.⁵³ Dentro desta perspectiva, a educação é encarada como um instrumento privilegiado para atacar os maus hábitos, a falta de higiene, as práticas terapêuticas não reconhecidas pelo saber biomédico e outros traços da conduta “típica” das populações rurais e com baixa instrução, os quais supostamente contribuiriam para fazer grassar a doença entre elas. Neste quadro, a antropologia entrava como uma aliada ao eleger como pauta o desvendamento da medicina popular e da lógica das concepções locais com respeito à saúde e doença.

Finalmente, ao aderir à abordagem do círculo vicioso, o Sesp aposta em intervenções em saúde e em educação sanitária para transformar o cenário de atraso e subdesenvolvimento das regiões onde atua. O próprio Boletim do Sesp ofereceu sua

⁵² Project Description no SU-RJA-39 Title Section of Social Research, p.1, BR. FIOCRUZ-COC/FSESP/A/00/OF/00/110.

⁵³ Sobre este tópico, dois eminentes sespianos assim se expressam: “A ignorância e o analfabetismo, as doenças e a miséria impedem ou entorpecem o progresso humano. As enfermidades endêmicas, sobretudo nas zonas tropicais, podem minar a vitalidade de todo o povo e priva-lo do espírito de iniciativa e de energia para produzir alimentos. Deste modo, pela má alimentação, a doença leva à miséria e a miséria à ignorância, a qual, por sua vez, é um dos fatores que contribuem para perpetuar as enfermidades. Deparamo-nos, assim, ante um círculo vicioso, cujo ponto mais fraco, o mais fácil de romper, é frequentemente o que se refere à enfermidade” (Brito Bastos e Silva, 1953 apud Fonseca, 1989, 52).

contribuição ao debate em torno do binômio saúde/desenvolvimento ao reproduzir artigos assinados por C. E. A. Winslow e por Gunnar Myrdal. Ambos defendem que a saúde pode ser comprada, que o custo da prevenção é inferior ao da doença e que destinar recursos para a saúde é um investimento. Os autores também cobram das nações ricas mais ajuda financeira e assistência técnica para os países subdesenvolvidos conseguirem enfrentar seus problemas sociais e sanitários; contudo, enquanto Myrdal faz a ressalva de que o padrão de vida nestes países não se elevará se “além das reformas sanitárias, não se tomarem medidas enérgicas que venham a aumentar a produtividade trabalhista” (Myrdal, 1952, 3), Winslow ressalta que: “Em muitos casos, o controle das doenças evitáveis é a primeira providência tomada para romper a cadeia da doença e da pobreza que prende os habitantes das regiões subdesenvolvidas à miséria e ao sofrimento” (Winslow, 1952, 1).

O Boletim do Sesp era um veículo bastante usado também para a divulgação dos estudos, palestras e cursos realizados pela equipe de pesquisa social do serviço. Os cientistas sociais do Sesp costumavam publicar artigos no boletim, nos quais, frequentemente discutiam os métodos das ciências sociais e a contribuição que estas podiam oferecer aos programas de saúde pública e, sobretudo, de educação sanitária. Havia uma preocupação em explicar aos responsáveis por tais programas que a pouca adesão e mesmo a resistência expressas pelas comunidades rurais face às intervenções médico-sanitárias não eram fenômenos excepcionais, mas, ao contrário, constituíam a reação mais esperada, tendo em vista que os programas traziam informações e práticas, não raro, completamente alheias ao modo de vida destas comunidades. O problema estaria justamente em desconsiderar o contexto social e as diferenças culturais e supor que, em todos os casos, a população se mostraria receptiva às inovações introduzidas (como o uso de latrinas, por exemplo) e pronta a abandonar seus antigos hábitos (como recorrer ao curandeiro local, por exemplo) para abraçar as novas práticas de higiene e de cuidado médico difundidas pelas campanhas sanitárias e recomendadas nas unidades de saúde. Neste sentido, o sociólogo José Arthur Rios adverte que:

“Esse lastro cultural, portanto, que todo homem carrega, maior no adulto, menor na criança, é um dado importante para o educador sanitário. (...) Não se trata de transmitir novas práticas a um paciente entusiasticamente receptivo, ou, pelo menos, passivamente predisposto, mas de vencer resistências culturais, remover práticas já radicadas na estrutura dos hábitos, cristalizadas em

atitudes. Não se trata de escrever novas palavras num livro em branco, mas de raspar caracteres já gravados pelo penetrante estilete da tradição cultural” (Rios, 1953, 2).

Sustentando que a influência da cultura e da tradição não pode ser subestimada, o mesmo autor apresenta relatos, com base em observações feitas em campo, de como a distância cultural e a falta de comunicação entre as equipes de saúde e os pacientes geram equívocos e situações que comprometem os resultados positivos que se ambiciona alcançar com os programas implementados:

“Há uma porção de exemplos que retratam esse equívoco fundamental. É o caso do médico que, a uma jovem mãe, recomendou alimentar a criança de três em três horas, esquecido de que a noção de tempo da assistida era muito diferente da sua. É o caso muito freqüente do paciente que responde pela afirmativa a todas as perguntas do médico, vai dizendo ‘sim sinhô’ a tudo, não porque realmente concorde, mas porque vê no clínico um ‘superior’, um ‘chefe’, um ‘patrão’ e essa é a maneira mais prática, fácil e imediata que encontra de contemporizar com esse mundo, para ele misterioso, da ciência, da medicina, do remédio que o médico representa” (Rios, 1953c, 2).

Em linhas gerais, parece que se trata do confronto entre duas visões de mundo distintas: em uma impera a ignorância, a superstição, a religião e a crença no sobrenatural e, na outra prevalece a racionalidade científica. Para a equipe do Sesp, o desafio era combater este universo de crenças e práticas médico-terapêuticas populares e promover a adesão das pessoas aos métodos das ciências médicas.

Subseqüente à demonstração de que o conhecimento da organização social e da cultura pode ser decisivo para o aumento da eficácia de uma política de saúde pública na medida em que esta depende de um processo de mudança cultural, verifica-se que estes artigos se dedicam a elucidar qual é a contribuição das ciências sociais. A bem assentada tradição de interpretar o repertório cultural da clientela leiga para a equipe de administradores, sanitaristas, médicos e educadores sanitários não deixa de figurar entre as primeiras tarefas atribuídas ao cientista social. À ela somam-se outras, como as listadas a seguir por Rios:

“(...) (1) Fazer o levantamento prévio da comunidade para facilitar o planejamento do trabalho sanitário; (2) Determinar os grupos e descobrir os líderes da comunidade que vão servir como marcos de referência e vanguarda na ação do sanitarista; (3) Alertar a autoridade sanitária para os pontos frágeis do trabalho, para os focos de conflito e desajustamento; (4) Finalmente, manter o administrador informado sobre as técnicas de trabalho de grupo e sobre os resultados positivos e negativos de sua ação na comunidade” (Rios, 1953c, 3).

As atividades prescritas no trecho acima se encontram diretamente relacionadas ao trabalho de educação sanitária desenvolvido pelo Sesp já que tal trabalho tinha como eixos principais a atuação junto à comunidade, o estímulo à cooperação dos grupos e a busca pelo apoio dos líderes locais. Deste modo, seria nas brechas deste trabalho que o cientista social encontraria um lugar para atuar, introduzindo técnicas para trabalhar com a coletividade e auxiliando na tarefa de vencer as resistências locais, conquistar a confiança das pessoas e convencê-las a se envolver ativamente com os programas sanitários. A equipe liderada por Rios colaborava nos cursos de treinamento para educadores sociais, na criação de Clubes de Saúde, na organização da comunidade em torno de projetos educacionais e de instalação de serviços sanitários. As propostas de Arthur Rios para o trabalho em educação comunitária e as experiências desenvolvidas sob sua supervisão dentro do Sesp foram por ele publicadas no livro *A Educação dos Grupos*, em 1957.

Joaquim Alberto Cardoso de Melo sintetiza a contribuição do Sesp para a área ao observar que com o trabalho da instituição:

“Uma nova frente é aberta para a educação sanitária (...). Inovações metodológicas e novas técnicas são introduzidas – a educação de grupos, recursos áudios-visuais, o desenvolvimento e organização de comunidades (D.O.C.). A participação dos indivíduos na formação de grupos é altamente estimulada. Um dos primeiros teóricos do D.O.C. no Brasil se especializou nos Estados Unidos em educação sanitária e era funcionário do Sesp – José Arthur Rios. O Serviço Social se soma à educação e à saúde, enquanto prática de intervenção social tendo uma grande relevância no período” (Melo, 1987, 36).

Em um artigo em que analisa as diretrizes do Sesp para a educação em saúde, Cristina M. O. Fonseca demonstra que o modelo sespiano de política sanitária se pautou pela rejeição aos mecanismos autoritários e coercitivos; pela aposta nos métodos

educacionais; pela priorização das áreas rurais; pela eleição da família e da comunidade e não do indivíduo como os alvos privilegiados do trabalho de educação sanitária e pelo incentivo à participação direta da população nos programas das unidades de saúde. A autora chama a atenção para a paridade entre alguns destes métodos adotados pelo Sesp e a proposta do desenvolvimento de comunidade, e observa que tal conexão acabou reforçada pelos trabalhos de José Arthur Rios. O sociólogo teria contribuído para a difusão da abordagem do desenvolvimento de comunidade no país e para a condução de experiências orientadas por esta abordagem no âmbito das atividades do Sesp (Fonseca, 1989).

O movimento de desenvolvimento de comunidade era patrocinado pela Organização das Nações Unidas/ONU com o intuito de fomentar a participação de membros da comunidade nos programas de desenvolvimento ao nível local. De acordo com a própria ONU, o termo:

“(...) é usado internacionalmente para conotar os processos pelos quais os esforços das próprias pessoas se unem àqueles das autoridades governamentais para melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, para integrar aquelas comunidades à vida da nação e para capacitá-las a contribuir integralmente para o progresso nacional.

Este complexo de processos é então composto por dois elementos essenciais: a participação das próprias populações nos esforços para elevar seu nível de vida com tanta confiança quanto possível na iniciativa; e a provisão de serviços técnicos e outros, de forma a encorajar a iniciativa, a ajuda mútua e a auto-ajuda e fazê-las mais efetivas” (United Nations, 1960, 1).

Como indica o trecho acima, a idéia era estimular a participação ativa da comunidade, mas sob normas, ou seja, sob os auspícios e a tutela de autoridades estatais e com a assistência de agências especializadas. Não se tratava de propiciar o engajamento político ou atender às reivindicações populares; formas de participação não sancionadas como protestos e greves estavam peremptoriamente excluídos da agenda do desenvolvimento de comunidade. Com efeito, o objetivo era canalizar e direcionar as aspirações e os esforços populares para projetos arquitetados por governos e também por agências internacionais e sobre os quais somente estas instâncias de poder exerciam o controle. Efetivamente, tratava-se de uma estratégia bastante conveniente em tempos de Guerra Fria uma vez que as autoridades ofereciam uma resposta aos problemas sociais das

comunidades pobres e rurais e, ao mesmo tempo, ao promover o envolvimento ativo destas nos programas de desenvolvimento (local, rural, etc.), atraíam a atenção das classes populares para seus projetos, tornando-as possivelmente menos vulneráveis à propaganda comunista. (Propaganda esta que incitava formas de mobilização social que, bem ao contrário do movimento de desenvolvimento de comunidade, representavam uma clara ameaça ao *status quo*. Não era gratuito, portanto, o enfoque dos programas comunitários sobre as populações camponesas) (Ammann, 1980; Morgan, 1993).

Além de esvaziar o sentido político da participação, a estratégia de desenvolvimento de comunidade difundia a crença de que a comunidade integrada e organizada seria capaz de resolver seus próprios problemas, ocultando o fato de que frequentemente a solução destes dependia de decisões políticas tomadas fora do nível local e que não raro exigia transformações sociais e econômicas. Estas críticas também podem ser dirigidas ao trabalho do Sesp em educação comunitária. Neste sentido, Fonseca, ao avaliar os méritos e os pontos fracos do modelo seguido pelo Serviço, conclui que:

“(..) a concepção de saúde e doença implícita na proposta ‘sespiana’ apontava, por um lado, para as interferências das condições sociais sobre a propagação de doenças, quando enfatizava a necessidade de trabalhar com o que denominavam ‘atividades sanitárias básicas’. Por outro lado, ao reforçar a participação comunitária e a educação como meio para solucionar tais problemas, associava saúde à aprendizagem, à vontade individual, como se os indivíduos fossem doentes por desconhecerem certos mecanismos e técnicas de higiene que estariam na origem das doenças mais comuns. O fenômeno saúde e doença continuou a ser visto como uma questão de fórum pessoal, no máximo restrito a uma ‘comunidade’. O enfoque sobre a situação sócio-econômica que extrapola o âmbito da ‘comunidade’, mas interfere diretamente sobre as condições de saúde, evidentemente não encontrou espaço nesse esquema explicativo” (Fonseca, 1989, 58).

Se, foi definitivamente no âmbito da educação sanitária que os cientistas sociais lograram articular um papel para si dentro das políticas do Sesp, promovendo a associação da sua disciplina ao campo da saúde pública no Brasil, o exercício de atividades mais práticas e voltadas para a intervenção não esgotou as atribuições deles no serviço. Levantamentos sócio-culturais, pesquisa etnográfica acerca da medicina popular e análise

dos programas sanitários do Sesp também integraram o leque de atividades empreendidas por eles.

Além dos estudos produzidos por Oberg, já mencionados, Luiz Fernando Raposo Fontenelle⁵⁴, que integrou os quadros da Sessão de Pesquisa Social, publicou a monografia *Aimorés. Análise antropológica de um programa de saúde*, em 1959. A pesquisa foi realizada entre os anos de 1955 e 1956 e, segundo seu autor, tinha como foco o “emprego da Medicina Popular por parte da população, as concepções locais de Saúde e Doença e uma investigação das condições e natureza das relações entre a Unidade Sanitária local do Serviço Especial de Saúde Pública (Sesp) e a população” (Fontenelle, 1959, 7).

As atividades do Sesp no município mineiro de Aimorés integravam o Programa do Vale do Rio Doce que havia sido criado para promover o aumento da produção de minerais na região. Em uma primeira etapa do Programa, foram priorizados o saneamento dos acampamentos ao longo da ferrovia Vitória-Minas e o atendimento médico aos trabalhadores, com destaque para as medidas de controle da malária; na segunda etapa, foi desenvolvido um programa de saúde pública que abarcou a construção e o funcionamento de sistemas de águas e esgotos, unidades sanitárias e hospitais nas cidades de Aimorés, Colatina e Governador Valadares.

A obra começa com uma breve descrição dos aspectos históricos e geográficos de Aimorés, das principais atividades desenvolvidas no âmbito da agricultura, comércio e pecuária, e da composição social do município. Este se apresenta dividido em três segmentos: uma classe dominante constituída por fazendeiros, grandes proprietários, ricos comerciantes e funcionários públicos; as chamadas “classes pobres” que congregam os trabalhadores braçais, biscateiros e desempregados e uma reduzida classe média composta

⁵⁴ Agradeço às professoras Maria Auxiliadora Lemenhe e Nísia Trindade Lima por terem me enviado informações biográficas de Raposo Fontenelle. Fontenelle (1929-2008) graduou-se no Curso de História e Geografia da UFRJ, e ainda no Rio, transitou por instituições como o Museu Nacional, o Sesp e o Serviço Social Rural, sendo que a partir da década de sessenta passou a se dedicar à carreira acadêmica. Nos primeiros anos da década de 1950 integrou o grupo de pesquisa que, sob orientação do antropólogo americano Carl Withers, realizou um estudo de comunidade do Arraial do Cabo, Rio de Janeiro. Em 1955 ingressou no Sesp e, em 1957, com uma bolsa de estudos concedida pelo IAIA e pela Capes, ele acompanhou os cursos de Sociologia, Antropologia e Educação Sanitária da Universidade da Califórnia, Berkeley, (Corrêa e Mello, 2008). Em 1965, assumiu a direção do Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Ceará e com exceção de alguns afastamentos e da dedicação a outras funções temporárias, permaneceu como professor desta Universidade até sua aposentadoria em 1991. Para mais informações sobre Fontenelle, consultar a entrevista feita com ele no âmbito do projeto de pesquisa **Sob o signo do desenvolvimento: ciências sociais, educação sanitária e alimentação (1945-1964)** em andamento na Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ.

de pequenos comerciantes, trabalhadores especializados e do incipiente operariado. O autor investiga as marcas de distinção destas classes no tocante à conceitualização das doenças, às preferências médicas, aos hábitos de higiene e aos cuidados como o corpo e a saúde. Ele observa que entre as camadas economicamente superiores, de nível educacional mais elevado, que têm acesso aos meios de comunicação, como rádio, imprensa e cinema e que circulam por localidades maiores e até grandes centros, já é marcante a influência do modo de vida urbano e a adesão aos métodos e etiologia próprios da medicina científica. Embora as gerações mais velhas destas classes abastadas ainda sigam algumas práticas da “medicina popular” como a ingestão de chás, sua ocorrência se dá agora de forma bem limitada e frequentemente aliada aos fármacos. Já os jovens cada vez mais desconhecem o emprego destes recursos terapêuticos domésticos. Um fator que contribui para esta mudança é o fato destes jovens saírem do município para estudar em cidades maiores, tomando contato com modelos de comportamento “modernos” e regressando com novos hábitos.

Por outro lado, entre as camadas sociais inferiores impera a “medicina popular”. No ambiente doméstico ainda se reproduziria o antigo sistema de crenças e procedimentos terapêuticos transmitido há gerações, típico das zonas rurais e dos chamados sertões e marcado por traços sobrenaturais e naturais. Neste sistema médico se misturam elementos mágico-religiosos provenientes do catolicismo popular e dos rituais afro-brasileiros, assim como um componente empírico, fitoterápico, de herança ameríndia. Fontenelle se detém então nos aspectos principais dos saberes médicos tradicionais discutindo as etiologias populares das doenças; os tabus alimentares; o conhecimento das ervas e preparos; a farmacopéia popular; o papel dos especialistas tradicionais de cura; as diferenças entre os ofícios de benzedeiro e de curandeiro. Apesar de caracterizar as classes populares como mais refratárias à mudança, o autor reconhece que estas também estão sujeitas a novas influências e observa que desde a difusão na comunidade da doutrina espírita, o modo de conceber e tratar a doença tem sofrido transformações. Os “espíritos” surgem como uma das causas atribuídas às enfermidades e a dimensão simbólica da cura ganha precedência sobre a dimensão empírica na atuação dos curandeiros, os quais passam a tratar dos doentes nas “sessões” dos “centros” guiados pelo “espírito do caboclo”.

Constatando que quem recorre à unidade sanitária do Sesp⁵⁵ é a população pobre de Aimorés – já que “os ricos” podem pagar a consulta com o médico particular – o autor investiga a percepção que aquele extrato social mantém dos serviços prestados e constata que no geral prevalece uma avaliação desfavorável dos métodos acionados pelas equipes de saúde nos postos. Entre as atitudes observadas encontram-se: o estranhamento das pessoas face a uma ordem médica que se pauta pelo tratamento impessoal; a rejeição ao internamento em hospitais; a desconfiança quanto à eficácia de comprimidos, pílulas e vacinas; o desconforto e mesmo a resistência em seguir a dieta médica quando esta se choca com os tabus alimentares; a preferência pelo parto em casa, onde a parturiente é assistida pela parteira ou curiosa com quem mantém relações de proximidade e onde recebe os cuidados de familiares; a condenação da rotina hospitalar visto que esta não se compatibiliza com as regras ditadas pela tradição como, por exemplo, os resguardos recomendados às parturientes.

O estudo de Fontenelle também inclui críticas pontuais às operações da unidade do Sesp em Aimorés claramente dirigidas ao aprimoramento dos serviços prestados ao município. Neste sentido, são discutidas as falhas detectadas, por exemplo, no trabalho das visitadoras sanitárias, na política de distribuição de remédios, no tipo de atendimento prestado no centro de saúde, nos cursos para parteiras ministrados pelo Sesp, entre outros problemas que poderiam comprometer a eficácia da atenção prestada à população.

Nas conclusões do livro, Fontenelle, coerentemente com o que observou ao longo da investigação acerca do atavismo entre posição social e sistema de representações e práticas com respeito à saúde, reconhece que somente mudanças estruturais levariam Aimorés a superar a condição de atraso e pobreza vivida por amplos setores da população, propiciando a identificação destes com uma mentalidade moderna e urbana e consequentemente favorecendo a adesão à medicina científica. Mas, ainda assim, ele pondera que, enquanto tal transformação não se concretiza, em um contexto de competição entre saberes médicos contrastantes, a educação sanitária constitui um instrumento imprescindível para substituir

⁵⁵ “Para o atendimento da população, a unidade contava – ao tempo da pesquisa – com uma equipe de três médicos, uma enfermeira, um auxiliar de educação sanitária, um grupo de visitadoras sanitárias, atendentes, auxiliares de saneamento chamados localmente de guardas sanitários, um laboratorista e seu auxiliar, além do pessoal encarregado dos serviços administrativos e da conservação do prédio. A unidade, ademais, possui um arquivo em que se procura registrar, na medida do possível, o histórico dos doentes que procuram o serviço” (Fontenelle, 1959, 75-76).

comportamentos médicos inapropriados do ponto de vista da racionalidade científica, o que indica que a “medicina popular” continua a ser encarada como um subproduto da falta de instrução. Fontenelle afirma que:

“Nas condições atuais, a solução destes problemas abrangeria um longo programa de reabilitação econômica e social da população pobre de Aimorés. O desenvolvimento desta região, planejado, equilibrado – um alargamento do mercado de trabalho, maiores oportunidades para ascender socialmente – são as vias naturais para a transformação do comportamento sanitário desta população. Ao lado deste programa, no entanto, é possível a execução de uma ação educativa paralela e intensiva, fundamentada no conhecimento da estrutura social, da mitologia, do conjunto de crenças por onde o morador ‘pobre’ orienta o seu comportamento. O estudo de Aimorés revela, assim, um campo vastíssimo para a atuação do educador sanitário. A importância desta atuação, entre nós, avulta dia a dia, à proporção que os estudos sociológicos e antropológicos revelam o abismo existente entre a mentalidade rural e a mentalidade urbana. Enquanto as populações do campo permanecerem no atual estágio tecnológico, presas a um conjunto mitológico de símbolos inteiramente divorciado do contexto urbano, ligadas a formas sociais em que predomina o contato pessoal, a amizade, a proteção, será o educador sanitário o elo de ligação entre a Medicina Científica e a Medicina Popular. Sobre ele recairá a tarefa importantíssima de observar, interpretar e modificar os hábitos sanitários das populações rurais” (Fontenelle, 1959, 102).

Ou seja, desta perspectiva, o processo de substituição do mundo rural pela sociedade urbano-industrial seria acompanhado pela superação das crenças e tradições que acompanhavam àquela organização social; no novo contexto em que prevalece a mentalidade moderna e a tecnologia, a medicina popular se revelaria disfuncional e estaria inevitavelmente condenada a desaparecer. Como explicam Queiroz e Canesqui: “Este pressuposto encontra seu paradigma na clássica dicotomia ‘folk-urbano’ de Redfield (1941) em que o encontro de duas sociedades ou dois mundos (no caso o mundo rural e o mundo urbano) é percebido como se houvesse um processo natural de absorção do mais fraco pelo mais forte” (Queiroz e Canesqui, 1986, 142-143).

Tomados em conjunto, as monografias de Araújo e Fontenelle oferecem um retrato da riqueza de representações e práticas médicas cultivadas pelas populações rurais brasileiras e avançam ao revelar que as noções e estratégias acionadas por doentes e agentes leigos de cura para proteger a saúde e combater a enfermidade compunham um sistema

cultural integrado e significativo. De fato, os dois autores declinam da abordagem da “medicina rústica” ou “medicina popular” enquanto mera “superstição” ou “exotismo” e esforçam-se para demonstrar que se tratava de “um sistema coerente de técnicas de cura, compacto, elaborado com lógica” (Fontenelle, 1959, 78). Neste sentido, eles também convergem ao cobrar dos médicos uma atitude mais compreensiva e receptiva em relação às idéias expressas por seus pacientes para não aumentar o distanciamento já existente entre eles.

Finalmente, tais estudos representam um registro histórico e etnográfico do movimento de descrédito contra os saberes tradicionais (note-se que este processo nunca chegou a implicar no seu total abandono), de perda de legitimidade dos agentes leigos de cura e de construção de hegemonia da medicina científica. Eles também testemunham o momento em que a ingerência do Estado avança sobre espaços e populações desamparadas dos sertões, ampliando a oferta de atenção médica oficial, regulamentando práticas terapêuticas, movendo campanhas de descrédito contra curandeiros e “curiosas”, priorizando os métodos educativos em detrimento dos coercitivos nas ações que visavam à substituição dos ritos mágicos, da farmacopéia popular e dos cuidados com o corpo por novos hábitos de higiene e tratamento cientificamente respaldados. Estas ações se desenrolam no bojo das transformações estruturais vividas pelo país como a urbanização e a migração campo-cidade e conduzem ao processo de desorganização da cultura médica tradicional visto que esta dependia muito, como ressalta Paula Monteiro, da “rede de relações sociais que permitia, no meio rural, a conservação e a transmissão de saberes relativos ao reconhecimento das doenças e ao repertório de remédios” (Monteiro, 1985, 43).⁵⁶ Assim, em um contexto de transformação rápida e de supremacia de uma ordem urbana, industrial e tecnológica sobre um mundo rural, agrícola e místico-religioso, a medicina, através de descobertas científicas e novas técnicas eficientes tanto no combate às antigas doenças infecciosas que assolavam os sertões, quanto no controle dos novos males que grassam nas cidades, acaba por se impor como o saber mais eficaz para responder ao

⁵⁶ A autora explica que “A desestruturação das relações locais provocadas pelos movimentos migratórios cada vez mais amplos, as novas condições de vida da cidade, a própria transformação do repertório tradicional das doenças com o aparecimento de males até então desconhecidos e resistentes, como veremos adiante, aos remédios da medicina rústica, e a grande expansão da Medicina universitária, inclusive no meio rural, são fatores que atuaram no processo de desarticulação do sistema de conhecimento do curandeiro” (Monteiro, 1985, 46).

quadro nosológico que emerge com a inauguração da moderna realidade brasileira dos anos 50.⁵⁷ Obviamente, apesar de tais mudanças, o que se observou a longo prazo foi a persistência e capacidade de transformação dos saberes e práticas de cura populares dentro dos novos contextos socioeconômicos, assim como a tendência dos grupos sociais de recorrerem a diferentes estratégias terapêuticas para obter o alívio de suas mazelas (Queiroz e Canesqui, 1986a)

Sobre a Seção de Pesquisa Social do Sesp ainda cabe dizer que, para o ano de 1957, estavam previstos estudos sobre medicina popular em comunidades rurais e uma pesquisa sobre os estereótipos e atitudes de pacientes, cujos resultados deveriam ser utilizados na preparação de material educacional para a Campanha contra a Tuberculose, planejada pela Divisão de Orientação Técnica.⁵⁸ Não sabemos se, ou até que ponto, tais planos se concretizaram uma vez que em 1958, o Projeto SU-RJA-39 foi encerrado e, com ele, extinta a Seção de Pesquisa Social. Seus funcionários foram então transferidos para a Seção de Educação Sanitária da Divisão de Orientação Técnica.⁵⁹

A despeito da breve existência de tal Seção, parece precipitado concluir que não foi dado o devido valor ao trabalho realizado pelos cientistas sociais. O editorial intitulado “O Sesp e as Ciências Sociais” do Boletim do Sesp de fevereiro de 1954 informa: “Ao que sabemos, o Sesp é o primeiro serviço de saúde pública no mundo a empregar esses cientistas sociais, como membros efetivos, no trabalho de planejamento e avaliação dos serviços de saúde. As contribuições deles já se têm feito sentir e com o tempo se tornarão mais e mais importantes”. Embora tal afirmação ignore o fato de que experiências similares à brasileira, com a aplicação das ciências sociais a programas sanitários, estivessem sendo conduzidas em países como Colômbia, México, Chile e Peru, ela é indicativa do reconhecimento que o Sesp tinha do seu pioneirismo nesta área. Também os cientistas sociais, de sua parte, pareciam ciosos do campo de atuação profissional aberto pelo Sesp. Neste sentido, é ilustrativo o elogio que Fontenelle faz no prefácio de seu livro à iniciativa do Serviço de enviar “um antropólogo social a uma área-problema com o propósito de

⁵⁷ Quadro em que a prevalência de doenças de massa, parasitárias e endêmicas típicas da condição de atraso, subdesenvolvimento e pobreza vem acompanhada das doenças ocupacionais e degenerativas associadas ao mundo urbano-industrial.

⁵⁸ Amendment no I, Project no SU-RJA-39 Title Section of Social Research, p.3, BR. FIOCRUZ-COC/FSESP/A/00/OF/00/110.

⁵⁹ Termination Statement, and Final Summary of Project no SU-RJA-39 Title Section of Social Research – Rio de Janeiro, p.10, BR. FIOCRUZ-COC/FSESP/A/00/OF/00/110.

analisar fatores culturais que dificultavam o desenvolvimento de um programa de saúde, a coragem de estudar, investigar e divulgar a própria experiência e os próprios erros já constituem um exemplo soberbo do seu pioneirismo e da seriedade de seu trabalho” (Fontenelle, 1959, 9).

De todo modo, o sucesso da experiência das ciências sociais no Sesp não pode ser mensurado tendo como parâmetro o período em que a Seção de Pesquisa Social esteve em atividade, mesmo porque essa experiência antecedeu a organização da Seção e sobreviveu ao desfecho desta. O ponto principal é que tal experiência foi responsável por instituir uma concepção social de saúde dentro do Sesp. Um legado que os sespianos passaram adiante como atesta o discurso pronunciado pelo ex-superintendente do Serviço, Ernani Braga, ao assumir a chefia do Departamento Nacional de Saúde – resumido pelo Boletim do Sesp de março de 1954 nos seguintes termos: “(...) a moderna saúde pública não é mais uma simples parte da medicina, constituindo-se na verdade num vasto domínio das ciências sociais e administrativas, sendo a medicina apenas um desses elementos essenciais”.⁶⁰

Críticas ao modelo ‘sespiano’

A despeito da preeminência alcançada pelo Sesp no campo da saúde pública no país e da influência notável que seu modelo de política sanitária exerceu sobre os Departamentos Estaduais de Saúde e o Ministério da Saúde, não é possível perder de vista o fato de que nunca houve consenso em torno das diretrizes adotadas pelos ‘sespianos’ e que a própria existência de uma instituição nos moldes do Sesp em um contexto como o brasileiro era questionada por diversos segmentos do campo médico-sanitário e também do campo político.

Desde sua concepção, o Sesp foi objeto de contestação. Em um primeiro momento, a maioria dos ataques desferidos contra ele estava circunscrita a argumentos anti-americanistas, anti-imperialistas e nacionalistas e dizia respeito sobretudo ao que o acordo cooperativo interamericano supostamente representava do ponto de vista político, como o

⁶⁰ Antes desta frase, é reproduzido ainda o seguinte trecho do discurso de Ernani Braga: “dos estreitos limites de seus primórdios a saúde pública, já agora perfeitamente entrosada com a sociologia, passou a constituir a **medicina social** de nossos dias e a preocupar-se não só com o estudo das influências das condições sociais sobre a saúde física e mental, mas também com os métodos tanto de preservá-la quanto de restaurá-la” (Boletim do Sesp, no 3, março de 1954, 1, grifos do original).

alinhamento com a América, a ameaça de americanização do país e uma chancela oficial para a ingerência dos Estados Unidos nos assuntos internos. Um dos principais pontos geradores de controvérsia era o fato da criação do Sesp ter sido motivada por interesses externos para atender às demandas da indústria bélica dos Estados Unidos e aos problemas de saúde de suas tropas militares estabelecidas no Nordeste. Alegava-se então que do ponto de vista nacional, o Sesp não tinha razão de ser, não tinha correlação com a política sanitária do governo e não atendia às necessidades reais da população.⁶¹ Neste sentido, o organismo também era acusado de estar a serviço da política imperialista norte-americana (Campos, 2006; Silva e Morell, 2005).

A significativa oposição ao Sesp relacionava-se também às prerrogativas que o diferenciavam dos outros organismos de caráter federal, como o seu estatuto especial enquanto agência bilateral, a acentuada autonomia financeira e administrativa que ostentava junto ao Ministério de Educação e Saúde, a remuneração superior dos seus funcionários comparativamente aos outros funcionários da administração pública, o alto custo de sua estrutura.

Um outro conjunto de críticas ao Sesp, embora não se incompatibilizasse com aquelas mencionadas acima, referia-se mais propriamente à agenda de saúde pública instituída pela instituição. Essencialmente, tal agenda era considerada falha porque, baseada na hipótese de que o que funcionava para as nações desenvolvidas funcionaria para nós, apostava que através da implementação de um sofisticado e dispendioso sistema de saúde, do aumento do número de médicos, enfermeiras e hospitais e da importação da mais avançada tecnologia médica moderna, seriam solucionados os problemas de saúde de um país subdesenvolvido como o Brasil.

Aglutinando tais críticas, o “sanitarismo desenvolvimentista” constituiu a principal corrente de oposição ao Sesp, propôs uma nova perspectiva acerca das relações entre saúde e desenvolvimento e ganhou destaque em meados dos anos 50, no contexto de forte industrialização do país sob o governo de Juscelino Kubitschek, quando a economia era orientada pelo nacional-desenvolvimentismo. Entre os representantes de renome do

⁶¹ O estudo de Campos demonstra como esta linha de argumento não se sustenta uma vez que as ações do Sesp não fugiam à agenda de saúde do Estado Novo e integravam-se “ao projeto varguista de expansão da autoridade central sobre o território brasileiro” (Campos, 2006, 14). O autor também discute vários exemplos de como as diretrizes externas impostas pelo IAIA tiveram de se adaptar às exigências e especificidades da realidade local, como no caso do programa de enfermagem.

sanitarismo desenvolvimentista figuravam Samuel Pessoa e Josué de Castro, mas o grande expoente desta corrente era o médico sanitarista Mario Magalhães da Silveira⁶² que também foi o mais combativo oponente à abordagem dos problemas de saúde preconizada pelo Sesp. Para ele, nada era mais falacioso do que a tese encampada por aquela instituição de que intervenções médicas modernas e arrojadas medidas sanitárias romperiam com o círculo vicioso da doença e da pobreza e assim conduziriam ao desenvolvimento econômico. Ao contrário, o médico alagoano postulava que a erradicação da pobreza e a melhoria das condições de saúde da população dependiam do desenvolvimento, este associado a uma distribuição igualitária da renda. Como relata o sociólogo Francisco de Oliveira, Mário da Silveira ensinava os seus alunos que “a saúde é um problema determinado, em primeira instância, pelas condições materiais de vida, e, portanto, extremamente ligado ao sistema socioeconômico” (Silva e Morell, 2005, 18). Neste sentido, o professor alertava que a melhoria da situação sanitária de uma população não determina à melhoria do seu estado de saúde uma vez que, efetivamente, este depende da elevação da situação social das pessoas.⁶³ Teixeira comenta a perspectiva doutrinária do pensamento sanitarista desenvolvimentista:

“Sob os aspecto econômico, a nova corrente postulava que, tal qual um edifício cujas fundações devem ser construídas primeiro, a saúde pública é uma questão de superestrutura, ou seja, deve corresponder à estrutura econômica nacional; somente a industrialização, a urbanização e o avanço tecnológico poderão produzir riqueza suficiente para se ter um excedente e poder destinar parte dele à aquisição do bem-estar geral e, por conseguinte, da saúde, entendida como alimentação, vestuário, habitação, instrução, trabalho em condições dignas e regime sadio, bem como saneamento, que demanda investimentos diretos, de tal monta, que um país pobre não pode arcar” (Teixeira, 1988, 16).

⁶² Mário Magalhães da Silveira (1905-1986) se formou na Faculdade de Medicina da Bahia e ainda nos anos 20, tornou-se funcionário do Ministério da Educação e Saúde Pública. Atou no Serviço Nacional de Tuberculose e na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste/Sudene, quando esta estava sob a direção de Celso Furtado. Em 1962, foi escolhido presidente da Sociedade Brasileira de Higiene. Foi professor da Escola Nacional de Saúde Pública e fundador da cadeira “Fundamentos Socioeconômicos da Saúde” (Silva e Morell, 2005; Teixeira, 1988).

⁶³ Afirma Silveira: “Se se faz uma campanha e se elimina o *Aedes aegypti*, melhora-se o estado sanitário, mas a saúde das pessoas continua a mesma, porque elas continuam sem ter o que comer, dormindo mal etc. Então, não é a mesma coisa” (Silveira, 2005, 89).

Avesso à interferência de organizações internacionais na confecção de planos nacionais porque estas induziriam os governos a desperdiçar os já escassos recursos da área social com grandes esquemas inadequados, Mario Magalhães da Silveira considerava que o Sesp seguia existindo, desde 1942, como “uma organização caríssima e tipicamente americana, praticamente sem nenhum benefício para o Brasil” (Silveira, 2005, 87). Sua perspectiva era a de que um programa médico-sanitário concebido para funcionar em um país desenvolvido, cuja base econômica é industrial, que conta com tecnologia avançada e elevado padrão de vida, ao ser transplantado para uma nação subdesenvolvida, não tem chance de lograr sucesso já que não se ajusta às possibilidades econômicas e à realidade social daquela.

No artigo “Programação em Saúde” publicado em 1961 na revista *Desenvolvimento & Conjuntura*, da qual foi editor, Silveira analisa os dados do Sesp – como coeficientes de mortalidade geral, mortalidade infantil e óbitos de causas mal-definidas e desconhecidas nas áreas trabalhadas pela agência – a fim de verificar a eficácia dos serviços médico-sanitários prestados. Sua avaliação é que se trata de um programa mal planejado, de reduzido impacto e que efetivamente não beneficia como deveria as populações atendidas (Silveira, 2005).

No tocante ao modelo distrital de administração sanitária seguido pelo Sesp, para seus críticos, tratava-se de mera importação acrítica de diretrizes estrangeiras as quais não encontravam ressonância na política do Departamento Nacional de Saúde do primeiro Governo Vargas. Contudo, como argumenta Campos, o DNS também não deixava de orientar sua política pela pauta sanitária definida internacionalmente, e seria impossível desconsiderar que o Brasil já possuía uma tradição de troca de idéias e experiências com outros países e agências internacionais atestada pelos acordos de colaboração firmados entre governos para o combate de doenças, pelos programas de cooperação técnica estabelecidos e pela especialização feita por médicos brasileiros na Escola de Higiene e Saúde Pública Johns Hopkins. Ademais, alega este autor que a estratégia de organização de uma rede horizontal e permanente de unidades sanitárias colocada em prática pelo Sesp não era efetivamente uma completa novidade uma vez que a reforma sanitária de 1934-1937 do ministro Gustavo Capanema, embora se fundamentasse na estrutura centralizada e vertical

dos Serviços Nacionais, já admitia elementos de descentralização através dos centros de saúde do DNS estabelecidos nas capitais e grandes cidades brasileiras (Campos, 2006).⁶⁴

É interessante ainda notar que Gilberto Hochman, no prefácio ao livro de Campos (2006), faz a ressalva de que, ao menos em um ponto, a orientação do sanitarismo desenvolvimentista efetivamente não colidia com a abordagem a qual se dedicava a atacar. Segundo ele: “De modo surpreendente, e mesmo com críticas, a perspectiva mais descentralizada do Sesp tinha afinidades com o sanitarismo progressista que criticava tanto o modelo extremamente centralizado criado no Estado Novo como a prevalecente visão segundo a qual as intervenções sanitárias eram pré-requisitos para o desenvolvimento econômico” (Campos, 2006, 12).

Em resumo, em contraposição à perspectiva de que o Sesp não representou muito mais do que um desperdício de dinheiro e talento, a conclusão do estudo de Campos é que o Sesp foi fundamental na institucionalização das políticas de saúde pública no Brasil.

Embora tenha atuado por quatro anos no Sesp, a educadora em saúde Hortência de Hollanda oferece outro exemplo de dissidência com relação ao modelo ‘sespiano’. Formada em Nutrição, ela se especializou em Saúde Pública e Educação em Saúde; em 1952, fez seu mestrado nesta área na Universidade da Califórnia, Berkeley, e atuou na Divisão de Educação Sanitária do Sesp, no Departamento Nacional de Endemias Rurais/DNERU e na Divisão Nacional de Educação Sanitária do Ministério da Saúde, além de ter sido consultora da Organização Mundial de Saúde. Foram cinco décadas de dedicação ao campo da educação em saúde e seu depoimento é ilustrativo tanto porque aponta para a insatisfação existente com relação às práticas do Sesp em matéria de educação sanitária quanto porque revela o esforço dos profissionais da saúde pública em buscar abordagens alternativas (Schall, 1999). Na entrevista concedida à Schall, Hollanda relata:

⁶⁴ Assim: “Ambos os modelos, portanto – o vertical e o horizontal permanente – (...) contribuem para a institucionalização da saúde pública e a expansão da autoridade do Estado no Brasil. Ambos são instrumentos utilizados para chegar à população, integrando-a ao poder público por meio de ações sanitárias de rotina, e foram ferramentas de expansão do poder público no Brasil. A mistura heterodoxa de modelos é, inclusive, mais um indício que temos para confirmar a experiência de transação entre as tradições americanas e brasileiras no campo da saúde pública, pelo que o trabalho do Sesp não significou, simplesmente, a importação de um modelo de administração sanitária” (Campos, 2006, 259).

“Eu nunca fui, assim, daquelas de pensar que as pessoas podem mudar seu comportamento, só porque alguém disse ou informou alguma coisa. Eu achava tudo isso, assim, absolutamente sem sentido, não tinha nada com a realidade. Então, aí, eu fui fazendo a minha educação sanitária. Alguns me diziam: *“Isso aí não é educação sanitária”*. Mas as pessoas que eram mais abertas na saúde pública ficavam encantadas com a minha abordagem de educação sanitária e buscavam esta integração em seus programas” (Schall, 1999, 153).

Ao deixar o Sesp em 1955, Hollanda passou a coordenar os programas de educação em saúde das campanhas de controle das endemias infecto-parasitárias do DNERU, onde trabalhava com equipes interdisciplinares formadas por epidemiologistas, psicólogos, educadores, cientistas sociais e médicos e onde propôs uma nova estratégia de educação em saúde centrada na relação entre saúde e ambiente – iniciativa que, segundo Schall, “abriu espaço para a participação da comunidade, num enfoque ambientalista e integrador, avançado e pioneiro em seu tempo, e, até hoje, por poucos alcançado” (Schall, 1999, 149).

A experiência dos antropólogos dentro do Serviço de Proteção aos Índios

Segundo a versão histórica oficial, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores/SPILT foi concebido em 1910 como uma resposta à contenda instaurada em torno do problema indígena entre aqueles que propugnavam como sua solução a catequese dos índios e aqueles que defendiam o seu extermínio (Ribeiro, 1986). Efetivamente, a organização do SPI atendeu à demanda por um aparelho estatal responsável pela política dirigida aos índios, tendo à frente o marechal Cândido Rondon e outros militares incumbidos da tarefa de estender o controle sobre o território brasileiro e as populações nele distribuídas (Souza Lima, 1995).⁶⁵

Durante toda sua existência, argumenta Souza Lima, o Serviço de Proteção aos Índios teria envidado esforços no intuito de instrumentalizar os grupos indígenas para o trabalho agrícola, ainda que em alguns momentos, tenha variado a ênfase dada a tal orientação. As atividades do órgão no exercício do poder tutelar incluíam, num primeiro momento, as estratégias de pacificação e atração e, num segundo momento, a tarefa de

⁶⁵ Para uma história aprofundada da política indigenista no país e do SPI conferir as perspectivas contrastantes de Ribeiro (1986) e Souza Lima (1995 e 2002).

civilização propriamente dita dos índios, com a fixação dos indígenas nos Postos, o ensino de técnicas agrícolas e de pecuária, a educação escolar, o treinamento para o trabalho e o comércio e finalmente a regularização das terras, com a possibilidade de estabelecimento de reservas indígenas. A ação do aparelho se dava através das seguintes divisões: inspetorias, postos indígenas, povoações indígenas, centros agrícolas e as vigilâncias (Souza Lima, 1995).

Ao discutir a história do SPI, Darcy Ribeiro enfatiza que o órgão emergiu da idéia, defendida por militares positivistas, de que o Estado assumisse a assistência protetora ao índio. Segundo ele: “O que se impunha era, pois, uma obra de proteção aos índios, de ação puramente social, destinada a ampará-los em suas necessidades, defendê-los do extermínio e resguardá-los contra a opressão” (Ribeiro, 1996, 155). O exemplo vinha do trabalho desenvolvido por Rondon que, no processo de expansão das linhas telegráficas para o oeste do país, contatou as tribos indígenas de uma maneira pacífica, estabelecendo uma relação de respeito com elas. As diretrizes positivistas destes militares seriam avançadas para a época porque apostavam no potencial das populações indígenas para a evolução e a civilização e reconheciam a necessidade de garantir sua sobrevivência e auxiliá-las no processo de assimilação à sociedade nacional (Ribeiro, 1996).

Contudo, se nos primeiros anos de sua existência, o SPI teve garantidas as condições para atuar com vigor, destacando sua equipe de oficiais motivados, intelectuais e professores, durante as três décadas seguintes, o órgão sofreu com a falta de verbas e de pessoal qualificado. Nos anos 1940, o quadro de funcionários do serviço é reorganizado e renovado, dando impulso à instalação de postos indígenas e às atividades de pacificação. Também é criado o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (Ribeiro, 1996; Souza Lima, 1995 e 2002).⁶⁶

Em 1942, o SPI estabeleceu uma Seção de Estudos com o propósito de promover o estudo e a documentação dos costumes dos grupos indígenas. Suas primeiras atividades ficaram circunscritas às expedições chefiadas por indigenistas com o objetivo de obter o

⁶⁶ Sobre a nova orientação, Souza Lima comenta que, durante o Estado Novo: “No âmbito da racionalização burocrática imposta pelo regime e associada a uma vontade de tecnocratização da ação governamental, impunha-se ao SPI a busca de um novo referencial, de caráter científico reconhecido, juntamente com a formação de novos funcionários e a revisão das práticas desenvolvidas sob a atuação daqueles diretamente ligados a Rondon, que consideravam o positivismo ortodoxo como uma orientação científica em si” (Souza Lima, 2002, 169).

registro cinematográfico e documental de sociedades indígenas. Seria somente a partir de 1944, sob a direção de Herbert Serpa, que a Seção de Estudos/SE ganharia uma nova orientação, deixando de se restringir a uma equipe de registro fotocinematográfico para contemplar a pesquisa de cunho científico através da contratação do lingüista Max Boudin e do etnólogo Darcy Ribeiro⁶⁷, em 1947.

Desde sua criação, era a primeira vez que o SPI adotava uma política de incorporação de especialistas do campo da etnologia ao seu quadro de funcionários.⁶⁸ Ainda que concretizasse um projeto de “administração secularizada, laica e estatal da questão indígena” (Passador, 2002), não foi de imediato que a agência acolheu os métodos da ciência antropológica da época. Isto apesar de expoentes da disciplina como Herbert Baldus defenderem que o trabalho etnológico constituía um instrumento imprescindível para amenizar os efeitos do contato e garantir a segurança e continuidade das populações indígenas, assumindo que o etnólogo tinha um papel dentro da política indigenista que não poderia ser desempenhado por funcionários administrativos ou missionários, a quem faltaria o conhecimento especializado.⁶⁹ Segundo relata Passador, Baldus propugnava o uso da etnologia na gestão da questão indígena e, ao ocupar a cadeira de Etnologia Brasileira na Escola Livre de Sociologia e Política, acaba por fundar nesta instituição “as bases de seu projeto indigenista, que iria caracterizar sua atuação e produção nas décadas seguintes, constituindo-se em uma faceta fundamental de sua identidade e autoridade no campo antropológico no país. Introduzia, portanto, na formação dos antropólogos que passaram pela ELSP, um viés político que marcou a produção e a atuação de vários de seus alunos, tornando-se uma característica importante do próprio campo etnológico brasileiro”⁷⁰ (Passador, 2002, 94).

⁶⁷ Sobre a trajetória de Darcy Ribeiro consultar a tese de Mattos (2007).

⁶⁸ Cabe a ressalva de que Curt Nimuendaju trabalhou no SPI, participando de ações de atração e pacificação de grupos indígenas e da fixação dos Guaraní em reservas (Melatti, 1983, 10). Roquette-Pinto também acompanhou algumas expedições de Rondon. Contudo, o “sertanista” era a figura institucional que prevalecia dentro do órgão indigenista (ver Casas Mendoza, 2005).

⁶⁹ Em sua aula inaugural na ELSP, Baldus chega a afirmar que: “O etnólogo assume um papel da mais alta responsabilidade, dependendo dele – e unicamente dele – a sorte de povos inteiros” (Baldus apud Passador, 2002, 92).

⁷⁰ Segundo o retrato deste campo nos anos 1930 e 1940, esboçado por Passador e Darcy Ribeiro, haveria uma espécie de clivagem, manifesta pelos projetos acadêmicos contrastantes da ELSP e da FFCL/USP (ver nota 1 neste capítulo), entre investigadores que se orientavam para a ação indigenista, buscando soluções práticas para os problemas sociais, e aqueles que praticavam, nas palavras de Ribeiro “uma disciplina de museu, inteiramente alienada da realidade humana dos materiais com que lidava” (Ribeiro, 1996, 161).

Neste sentido, não parece ter sido fortuita a contratação justamente do ex-aluno de Baldus, o jovem Darcy Ribeiro, para a equipe da recém-criada Seção de Estudos. Ainda assim, quando relata em sua autobiografia o episódio de sua admissão no SPI, Ribeiro faz referência ao fato de ter tido de enunciar sua “profissão de fé baldusiana da antropologia interessada nos índios como pessoas, solidária” para ser contratado por Rondon e ainda, segundo a narrativa, no cargo de naturalista já que “Não havia outra categoria no serviço público para quem fosse estudar índios no mato” (Ribeiro, 1998, 49 apud Casas Mendoza, 2005, 155). De todo modo, tais eventos são indicativos de que, ao menos até os anos quarenta, ainda não era amplamente atribuído um valor prático à antropologia, cujos representantes nem sequer eram reconhecidos enquanto categoria profissional pela administração pública. Como esclarece Casas Mendoza:

“O reconhecimento dos antropólogos pelas instituições e pela sociedade passou pelo processo tardio de fundação das universidades no Brasil, e, também, pelos espaços em que foram vistos os antropólogos (nacionais e estrangeiros), quer dizer, formando parte dos quadros de museus e universidades. Mas, a experiência dos antropólogos dentro das agências do Estado era nova e sujeita à total experimentação” (Casas Mendoza, 2005, 155).

Tal experiência, do ponto de vista de pelo menos um dos principais atores nela envolvidos, o próprio Darcy Ribeiro, parecia representar uma oportunidade tanto de aproximar os antropólogos dos problemas sociais concretos, quanto de defender a utilidade do conhecimento antropológico para o seu enfrentamento. Neste sentido, ao relatar as pesquisas etnológicas que vinha desenvolvendo no âmbito da Seção de Estudos acerca de um grupo indígena recém pacificado pelo SPI, que apenas começava a sofrer as consequências da interação com a sociedade nacional, e dos remanescentes de outros dois grupos após um intenso processo de aculturação, Ribeiro argumenta que:

“Estes estudos têm uma importância inestimável para o S. P. I. porque só através de uma compreensão científica do processo de aculturação de nossos índios e de um exame rigoroso dos métodos que temos utilizado para assisti-los, é que se pode esperar soluções mais satisfatórias para nosso problema indígena” (Ribeiro, 1951, 369).

Ou seja, tratava-se de demonstrar a contribuição da antropologia para o aperfeiçoamento da política tutelar.

Na gestão civil de José Maria da Gama Malcher (1950-1954), busca-se superar antigas práticas protecionistas de matriz rondoniana e imprimir uma orientação científica moderna às atividades do SPI. Ribeiro assume então a direção da Seção de Estudos, onde são admitidos também Roberto Cardoso de Oliveira e Mário Ferreira Simões. Eduardo Galvão é integrado à Seção de Orientação e Assistência/ SOA.⁷¹ Com a presença dos antropólogos, “As idéias de preservação e aculturação paulatina dos povos indígenas, alicerçadas sobre certos aspectos da antropologia culturalista da época” (Souza Lima, 1995, 296) passam a influenciar os métodos do SPI. Mas, segundo Ribeiro, se “A experiência revelou-se altamente fecunda e permitiu ao SPI alcançar outra fase alta de sua história. Lamentavelmente entraria logo em novo colapso, quando a política partidária começa a interferir em seus destinos” (Ribeiro, 1986, 168).

Entre as iniciativas desenvolvidas então sob a égide da Seção de Estudos, destacam-se o Museu do Índio, inaugurado oficialmente em abril de 1953, e o Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural/CAAC, oferecido nos anos de 1955 e 1956 com a colaboração da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação. O CAAC tinha por objetivo:

“formar pessoal especializado para os quadros técnicos de instituições como o Serviço de Proteção aos Índios que movido por esse interesse patrocinou a iniciativa; o Instituto de Imigração e Colonização, cuja Seção de Estudos, recém-criada, carece do mesmo tipo de especialistas; a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia que, com seu vastíssimo programa de pesquisa e de assistência não pode prescindir da colaboração de cientistas sociais; e ainda para servir ao Serviço Especial de Saúde Pública, às diversas Campanhas de Educação, ao Centro de Pesquisas Educacionais e a Institutos Científicos como o Museu Nacional, o Museu

⁷¹ Darcy Ribeiro havia se diplomado pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Eduardo Galvão acabara de concluir seu doutorado na Universidade de Columbia e Roberto Cardoso de Oliveira era recém formado pela Universidade de São Paulo. Os três foram fundadores de uma corrente de estudos sobre contato interétnico e teriam desenvolvido “uma etnografia diretamente comprometida com os conflitos internos da nação, tratando-os na escala das ‘frentes de expansão’ do capitalismo” (Almeida, 2002, 73).

Goeldi e tantos outros, todos interessados em criar ou ampliar seus quadros de pesquisadores sociais”.⁷²

Ao longo dos anos em que integrou o SPI, Darcy Ribeiro colocou em primeiro plano a questão da sobrevivência dos índios, fornecendo em seus relatórios um quadro das condições de vida e dos problemas enfrentados pelos grupos pesquisados, apresentando índices de natalidade, fecundidade e mortalidade e discutindo os efeitos devastadores das epidemias tanto com respeito à sua alta letalidade entre as populações indígenas, quanto no que se refere ao funcionamento da vida social. Em suas análises, o antropólogo se valia dos dados e observações presentes nos inquéritos e relatórios dos médicos e sanitaristas do SPI. Ribeiro denunciou as graves conseqüências para os índios do convívio com a sociedade nacional, quando são incorporados ao seu “circuito de contágio”, sendo atingidos por moléstias que antes desconheciam e passando a sofrer de deficiências nutricionais causadas pela precarização de seus hábitos alimentares tradicionais. Além das denúncias, Ribeiro fazia reivindicações:

“Não é somente a terra e garantias legais à sua condição de índio que o SPI deve assegurar à população indígena. Cumpre defendê-la das doenças transmitidas pelos brancos, cuja alta letalidade em populações virgens de contágio ameaça levá-las à extinção; organizar sua economia de modo a permitir-lhe ao menos o provimento da própria subsistência; e, finalmente, assisti-las no processo de aculturação, para evitar mudanças violentas que poderiam traumatizar a vida tribal, pela impossibilidade de exercer os padrões tradicionais, quando novas motivações ainda não se desenvolveram para substituí-los” (Ribeiro, 1996, 230).

No texto “Atividades Científicas da Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios”, publicado na revista da Escola de Sociologia e Política de São Paulo em 1951, Ribeiro resume os trabalhos até então realizados pela referida divisão do SPI e oferece um relato das pesquisas conduzidas por ele dentro deste órgão. O autor se detém no programa de estudos etnológicos dos anos 1949/1950 que contava com uma equipe constituída por ele, pelo linguista Boudin e pelo cinematografista Foerthman e cujo lócus de pesquisa era o

⁷² Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural, Fundo Roberto Cardoso de Oliveira, AEL, Pasta 245, p. 1.

Vale do Gurupi onde então vivia a tribo dos Urubus (Kaapor) – um grupo pacificado em 1928 pelo SPI – e os poucos remanescentes de outros quatro grupos indígenas: os Tembé, os Timbira e os Guajá.

Um ponto marcante do texto é o relato da epidemia de sarampo que então assolava as aldeias Urubús e cujos efeitos terríveis foram testemunhados pela equipe de pesquisa que, partindo do Posto Indígena, percorreu as aldeias abandonadas e as matas onde os índios tentavam inutilmente escapar do vírus mortífero e tentou amenizar o sofrimento dos enfermos e convalescentes com os poucos recursos farmacêuticos de emergência de que dispunha. De fato, a condição de desamparo dos índios era completa, já que não contavam com nenhuma assistência por parte do Estado. Neste sentido, Ribeiro esclarece que:

“Quando comunicamos à Diretoria do S.P.I. o que se passava nas aldeias, sabíamos de antemão que pouco se poderia fazer para socorrê-las. A grande distância que nos separava dos centros civilizados mais próximos de onde podiam partir os recursos para assisti-las e, ainda, a dispersão dos índios numa enorme área, medindo 60 a 100 quilômetros entre uma aldeia e outra, tornavam quase impossível organizar uma assistência capaz de deter a epidemia que se alastrava rapidamente” (Ribeiro, 1951, 374).

Situação diversa foi vivenciada pelo antropólogo em 1954, durante a primeira epidemia de sarampo enfrentada pelos índios do Xingu. Na ocasião, o transporte de avião dos índios enfermos pelo SPI para receberem tratamento médico no Posto Indígena foi possível dada a existência de pistas de pouso. O socorro rápido diminuiu consideravelmente os efeitos devastadores do surto e o índice de mortalidade da doença entre os grupos assistidos foi acentuadamente inferior ao das aldeias aonde a assistência não chegou. Notavelmente, Ribeiro informa que segundo os médicos, a despeito do uso dos recursos médicos modernos, o fator determinante “para a recuperação dos enfermos foi o fornecimento de alimentação regular, o que faltou aos grupos não assistidos” (Ribeiro, 1996, 313). Isto porque enquanto padeciam com os sintomas mórbidos, os índios ficavam incapacitados para as tarefas de onde tiram sua subsistência e assim, a fraqueza e a fome os tornavam mais vulneráveis aos efeitos do sarampo.

Já em outro relatório para a Seção de Estudos, Ribeiro focaliza a atuação do SPI junto aos Caiuá e Kadiuéu e não deixa de se deter na questão médico-sanitária,

reivindicando o fornecimento de assistência regular para atender aos graves problemas de saúde encontrados entre aqueles grupos indígenas. O antropólogo se baseia em suas próprias observações em campo e no relatório do Dr. Ernani Martins do Instituto Oswaldo Cruz para afirmar que “o estado sanitário dos índios é o mais deplorável”.⁷³ Também Roberto Cardoso de Oliveira se vale dos subsídios trazidos pelo relatório do médico do SPI, João Leão da Mota, para compor um retrato das condições de vida nas aldeias Terêna e observa que a incidência de doenças endêmicas entre os índios não parecia maior do que entre as populações rurais de neo-brasileiros.⁷⁴

No final dos anos 1950 então, em meio às denúncias de corrupção dentro do SPI e disputas políticas pelo comando da instituição, os antropólogos vão se retirando da Seção de Estudos, o que implica no abandono das atividades de pesquisa etnológica e no retorno ao modelo das expedições fotográfica e cinematográfica por esta divisão. Os últimos anos do SPI, com exceção da gestão de Noel Nutels (1963-1964)⁷⁵, foram marcados pela administração de militares, pela corrupção e pela colaboração com a exploração e o extermínio dos índios. Em 1967, o órgão é extinto e é criada a Fundação Nacional do Índio/FUNAI.

Quanto à saúde indígena, o estabelecimento do SPI não representou um grande avanço na assistência médica oficial dirigida aos povos indígenas no país uma vez que os serviços de saúde oferecidos pela agência estatal estavam longe de ser organizados ou permanentes. De fato, as intervenções eram bastante irregulares, tornando-se mais efetivas quando, por exemplo, eclodiam epidemias ou no caso de campanhas de vacinação (Ribeiro, 1951; Langdon, 2000).

Segundo Souza Lima, no contexto das mudanças implementadas no SPI durante os anos quarenta, houve uma tentativa de ampliação do “espectro de *assistência*, com a montagem de um *serviço de saúde* integrando as tarefas regulares do aparelho, de acordo com demandas apontadas já no relatório de Vicente de P. T. F. Vasconcelos em 1930, quando da passagem ao MA” (Souza Lima, 1995, 291, grifos no original). O autor não

⁷³ “Notas críticas sobre a atuação do serviço de proteção junto aos índios do sul de Mato Grosso”, filme 381, fotogramas 453 a 460, Museu do Índio (FUNAI), Fundo SPI.

⁷⁴ “Relatório apresentado pelo Sr. Roberto Cardoso de Oliveira quando de sua viagem às aldeias dos índios Terena em 1955”, Filme 379, Fotogramas 00001014 a 00001046, Museu do Índio (FUNAI), Fundo SPI.

⁷⁵ O médico Noel Nutels foi convidado para dirigir o SPI por Darcy Ribeiro quando este era Chefe da Casa Civil do Governo João Goulart.

fornece mais informações acerca de tal iniciativa, mas o documento “Plano do Serviço Médico do SPI para 1947” de autoria do chefe da Seção de Estudos, Herbert Serpa, informa que inexistiu um serviço médico organizado dentro do SPI até 1947, que para aquele ano havia o planejamento de instalar tal aparelho e que, para este fim, médicos sanitaristas ainda deveriam realizar levantamentos e estudos. Preliminarmente, o documento antecipava a necessidade de expansão do quadro de médicos que deveriam ser distribuídos nos cargos de médico chefe geral e médicos chefes regionais. Também seria necessária a ampliação do corpo técnico auxiliar composto por enfermeiras/os, a construção de Unidades Sanitárias e a aquisição de aparelhos clínicos.⁷⁶ Outros registros mencionam convênios firmados com diversas agências como a Divisão de Organização Sanitária do Ministério da Saúde, o Sesp, o Serviço Nacional de Tuberculose, o Departamento Nacional de Endemias Rurais e o Instituto Manguinhos visando prover atenção à saúde dos grupos tutelados.⁷⁷

A organização do Serviço Médico no âmbito da Seção de Orientação e Assistência significou que os Postos Indígenas passaram a contar com pequenas farmácias e às vezes com a assistência de uma enfermeira. Durante as visitas ocasionais de médicos às aldeias eram realizadas inspeções sanitárias, exames clínicos e laboratoriais, imunizações, atendimento médico, distribuição de remédios e levantamentos epidemiológicos e nosológicos. As expedições científicas incluíam, em alguns casos, médicos, os quais se dedicavam tanto à elaboração de inquéritos sobre o estado sanitário dos grupos indígenas, quanto à provisão de atendimento médico nas imediações dos Postos Indígenas. Os relatórios destes profissionais constituíam uma fonte de informação sobre as condições de saúde e a situação alimentar nas aldeias e também continham recomendações para a melhoria da assistência prestada, entre as quais a reivindicação sempre renovada de regularidade nos serviços oferecidos. Os programas de vacinação, por exemplo, continuavam a ser organizados praticamente só em decorrência dos alertas dos Postos Indígenas sobre o risco iminente de alguma epidemia, como pode ser verificado no

⁷⁶ “Plano do Serviço Médico para 1947”, Filme 1A, fotogramas 4207 a 4224, Museu do Índio (FUNAI), Fundo SPI.

⁷⁷ Ver entre outros documentos: “Relatório da Seção de Orientação e Assistência, correspondente ao ano de 1954”, Filme, 334, fotograma 838 a 840. e “Planejamento para execução do convênio realizado entre o Departamento Nacional de Endemias Rurais e o Serviço de Proteção aos Índios para prestação de assistência médico-sanitária”, 1957, Filme 381, fotogramas 468 a 474, Museu do Índio (FUNAI), Fundo SPI.

Relatório do médico do SPI João Leão da Motta sobre a viagem ao Araguaia realizada em 1955.⁷⁸

Motta relata que em resposta ao aviso de que os civilizados de São José dos Bandeirantes, na região do Araguaia, estavam enfrentando uma epidemia de varíola, foi organizado um programa de vacinação antivariólica para evitar a possível propagação da doença na tribo Karajá. O médico observou a necessidade de imunizar também as comunidades ribeirinhas próximas à aldeia, apesar do custo elevado dos deslocamentos até estas áreas e das “reduzidas disponibilidades financeiras do SPI”, advertindo neste sentido que: “Seria justo pois que se aproveitasse a oportunidade a fim de proceder a outras vacinações que seriam de obrigação de organismos estatais específicos e que se prontificassem a nos dar ajuda no mínimo fornecendo as vacinas”.⁷⁹ Ou seja, o relatório denuncia um quadro de omissão do Estado também com relação à saúde das populações não indígenas. De todo modo, o programa de trabalho no Araguaia acabou contando com o apoio da Divisão de Organização Sanitária, do Ministério da Saúde, dada a coincidência de, na ocasião, tal organismo estar conduzindo uma investigação epidemiológica na região.

Além de expor a gravidade da situação vivida pelos índios da região visitada,⁸⁰ o relatório faz críticas ao trabalho de alguns Postos Indígenas e também apresenta sugestões para melhorar tanto o serviço médico-sanitário quanto a administração do SPI na área em questão, entre as quais a proposta de implantação de uma rede de assistência fixa nos atuais Postos Indígenas e de uma assistência móvel através de uma ambulância instalada em um casco de embarcação para percorrer o rio levando atendimento médico.

Durante aproximadamente três meses, a equipe liderada por Motta percorreu diversas localidades e procedeu à vacinação anti-variólica de forma compulsória e à

⁷⁸ *Relatório do médico João Leão da Motta sobre a viagem ao Araguaia, 1956*, Museu do Índio (FUNAI), Fundo SPI, Filme 380, fot. 163 –190. O documento contém um registro fotográfico da expedição e algumas imagens estão reproduzidas no final desta tese.

⁷⁹ Relatório do médico do SPI João Leão da Motta sobre a viagem ao Araguaia, 1956, Fundo SPI, Filme 380, Fotograma 165.

⁸⁰ Afirma o referido relatório: “A população das tribos ribeirinhas do Araguaia está reduzida a menos de mil habitantes para as tribos Karajá, parte de Javaé e Tapirapé. Essa população em passado não muito remoto era avaliada em muitas dezenas de milhares. Por fatores diversos vem diminuindo progressivamente e continua a diminuir. Assistência médica somente por si não evitará que essa diminuição cesse totalmente. Outros fatores, entre eles a posse da terra terão que ser mobilizadas para assegurar maior sobrevivência. No entanto a assistência médico-social correta será fator muito ponderável para que sejam preservados por muito tempo e em condições satisfatórias essas vidas que representam um patrimônio inestimável para toda a humanidade”. (Filme 380, Fotograma 180).

vacinação anti-tífica para aqueles que a desejaram. Segundo o médico: “A população, quer índia, quer de neo-brasileiros teve plena receptividade pela vacinação”.⁸¹ Ele relata, por exemplo, que o programa foi interrompido para assistir as tribos atendidas pelo Posto Indígena Capitão Vasconcelos que haviam sido atingidas por uma epidemia de coqueluche. Informa que por solicitação dos índios Kuikuro organizaram uma expedição a esta tribo para prestar-lhes assistência e comenta que “Tal solicitação chegava a ser comovedora pois que tribo em etapa primária de aculturação reconhecia e solicitava os benefícios do tratamento médico organizado sobrepondo mesmo o valor desse tratamento aos méritos das suas práticas de pagelações”.⁸² Como este episódio sugere, os índios ocasionalmente podiam reconhecer que, no caso das ameaçadoras doenças trazidas pelo contato, seus métodos tradicionais de tratamento se mostravam ineficazes, o que os levava a recorrer às técnicas médicas dos brancos. Contudo, seria equivocado supor que quando os recursos da medicina científica se tornavam disponíveis, eles simplesmente deixavam de consultar os pajés, abandonando seus ritos mágico-terapêuticos. Ao contrário disso, como argumenta Oliveira com base nos relatos contidos nos Boletins e Relatórios dos Postos do SPI, parece que os índios não se submetiam tão prontamente à medicalização e à catequização higiênica a que estavam sujeitos, recusando-se frequentemente a tomar os remédios e a seguir as dietas alimentares recomendadas. Neste sentido, segundo a pesquisadora, a realidade dos Postos do SPI também acabava favorecendo a continuidade das práticas indígenas de cura, uma vez que os serviços médicos oferecidos eram irregulares e precários. Todavia, inevitavelmente, entre os índios que se fixavam nos Postos, crescia a dependência com relação aos medicamentos, vacinas e demais tecnologias da biomedicina, sem que ocorresse, em contrapartida, o aprimoramento da política oficial de saneamento e atenção à saúde (Oliveira, 2008).

Efetivamente, a primeira iniciativa bem sucedida de organização de um serviço regular de assistência à saúde indígena não se deu dentro do SPI, mas foi obra dos esforços

⁸¹ Relatório do médico do SPI João Leão da Motta sobre a viagem ao Araguaia, Fundo SPI, Filme 380,1956, Fotograma 169.

⁸² Relatório do médico do SPI João Leão da Motta sobre a viagem ao Araguaia, Fundo SPI, Filme 380,1956, fotograma 172.

do médico e indigenista Noel Nutels⁸³ e de profissionais a ele ligados. Costa (1987) relata que, ao participar como sanitarista da Expedição Roncador-Xingu integrada à Fundação Brasil Central⁸⁴, Nutels se dedicou à profilaxia da malária, entrou em contato com os problemas sanitários enfrentados pelos índios e passou a atuar em defesa da prevenção de doenças infecciosas que ameaçavam as áreas indígenas.⁸⁵ Posteriormente, atuando dentro do Serviço Nacional de Tuberculose/SNT, o médico propôs a implantação de unidades volantes para atender os problemas de saúde enfrentados pelas populações indígenas, conseguiu a adesão de outros profissionais da área médica que reunidos em uma equipe realizaram um trabalho voluntário de vacinação e cadastramento torácico em aldeias da região do Araguaia e alto Xingu, utilizando-se do transporte aéreo da FAB. Tais atividades foram ampliadas para atender a outros problemas de saúde além da tuberculose e acabaram institucionalizadas, em 1956, através da criação do Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas/SUSA pelo Governo Kubitschek.

“O SUSA foi criado com o objetivo de prestar serviços aos índios e às populações de difícil acesso. Foi ligado administrativamente ao SNT, apesar de não restringir suas ações ao controle da tuberculose. Contou também com o apoio da FAB até 1964, que criou o Correio Aéreo Sanitário, ligado ao Correio Aéreo Nacional, transportando material e equipes de saúde” (Costa, 1987, 393).

O SUSA contava com uma equipe própria de médicos, vacinadores, dentistas e operadores de Raio X e atuava no campo da clínica médica, educação sanitária, imunização, epidemiologia e odontologia. Em 1965, foi estabelecido um convênio com o SPI e em 1968 o Serviço foi incorporado ao Ministério da Saúde enquanto Unidade de Atendimento Especial sendo desativado nos anos 80 (Costa, 1987).

⁸³ Noel Nutels (1913-1973), judeu russo que emigrou para o Brasil ainda criança com a família, formou-se em medicina na Faculdade do Recife e passou a se dedicar à carreira de sanitarista. Especialista em fisiologia, tornou-se célebre por sua politização e por suas ações em defesa da saúde indígena (Paz, 1994).

⁸⁴ A Expedição Roncador-Xingu foi organizada em 1943, tinha o objetivo de desbravar o oeste brasileiro e contou com a liderança dos irmãos Cláudio, Leonardo e Orlando Villas Bôas. Ela acabou sendo incorporada pela Fundação Brasil Central (1943-1967) que era responsável pelo projeto de colonização da região (Paz, 1994).

⁸⁵ Através de um Departamento Médico-Sanitário, a Fundação Brasil Central realizava um trabalho assistencial e profilático nas bases já estabelecidas e nas áreas de desbravamento, onde só era possível às equipes chegar através de transporte aéreo. O trabalho incluía levantamentos das condições sanitárias, combates às endemias, exames médicos para diagnóstico de doenças como a tuberculose e atendimento clínico (Paz, 1994).

Além do SUSA, também merece destaque a assistência médico-preventiva prestada desde 1965 pela Escola Paulista de Medicina aos grupos indígenas do Parque Nacional do Xingu (Baruzzi e Iunes, 1978).

A substituição do SPI pela FUNAI em 1967 não trouxe muito alívio para os índios no tocante à atenção à saúde. Em meio à falta de verbas, a má administração e a corrupção, a precariedade da assistência médica prestada foi um legado do qual a nova agência não logrou se livrar. Com efeito, nas décadas de 60 e 70, a situação sanitária nas aldeias indígenas só piorou em consequência da política de desenvolvimento econômico praticada pelos governos militares que, patrocinando a expansão acelerada do capital na Amazônia⁸⁶, autorizava ações arbitrárias contra os índios – que não raro contavam com a própria anuência da FUNAI – como a invasão e usurpação de suas terras, levando mais fome, doença e violência a estas populações. Os índios eram então encarados como um entrave ao progresso e ao desenvolvimento do país e tal ideologia justificava operações com consequências nefastas para este segmento populacional já historicamente tão desfavorecido pela política oficial. Na época, a construção das Rodovias Transamazônica e Perimetral Norte, os grandes empreendimentos agropecuários, o avanço do garimpo e a exploração madeireira em áreas indígenas causaram a rápida deterioração dos meios de vida nas aldeias, disseminaram epidemias e elevaram a mortalidade em níveis alarmantes para alguns grupos (Davis, 1978; Ramos, 1984 e 1993; Maybury-Lewis, 1984; Buchillet, 2002).

Projetos, estudos e intervenção

Ao longo das décadas de 40 e 50, acompanhando as transformações que ocorriam no campo intelectual brasileiro, com a formação e consolidação do sistema científico-universitário e com a forma institucionalizada que as práticas de ensino e pesquisa em ciências sociais adquiriam, algumas tendências até então dominantes no nosso pensamento social, como o ensaísmo e a predileção por grandes construções explicativas, passaram a dividir espaço com o interesse pela pesquisa empírica pormenorizada, com a adoção de

⁸⁶ No regime militar, a principal fronteira de expansão da sociedade nacional passou do Centro-Oeste para a Amazônia.

métodos científicos de análise, com a preocupação em conhecer o particular e desvendar a realidade do país em suas minúcias. Fato decisivo neste processo de reorientação das ciências sociais a partir de sua instalação na academia teria sido a presença dos professores estrangeiros com formação em antropologia dentro das recém criadas universidades paulistas (Vianna, 2004).⁸⁷

Em um texto que constitui um dos mais importantes registros do estado de arte da pesquisa etnológica da época, Florestan Fernandes identifica uma tendência à investigação que tem como base a pesquisa de campo e, como objetivo, a reconstrução da realidade empírica em um esforço de elaboração interpretativa desta. A predileção por tal tipo de explanação, classificada pelo autor como descritiva, no estado da etnologia brasileira naquele momento encontraria, segundo ele, fundamento nas próprias circunstâncias peculiares do país. Nas palavras de Florestan:

“Há certa urgência em intensificar os trabalhos desse gênero, porque se sabe que as oportunidades perdidas no presente são irremediáveis. A transformação do cenário é rápida, e muitas situações terão que ser descritas agora, ou nunca o serão, o mesmo se podendo dizer sobre a análise dos problemas que elas colocam à investigação etnológica. Tais razões valem tanto para os estudos sobre as culturas indígenas, quanto para os que focalizam as sobrevivências africanas, as culturas camponesas, as relações raciais, os efeitos da industrialização e da urbanização, etc. Isso faz com que se processe, doutro lado, uma seleção quase espontânea dos focos centrais de interesse teórico, expondo os problemas da mudança cultural no primeiro plano das preocupações dominantes nos círculos etnológicos” (Fernandes, 1958, 38).⁸⁸

De todo modo, a despeito de alguns trabalhos, nos quais a reconstrução empírica da realidade se converteu no objetivo final da investigação, no geral, a reorientação do estilo

⁸⁷ Cabe advertir que a institucionalização como um marco na divisão dos estilos de pesquisa social foi enfatizada por Florestan Fernandes que supervalorizando as diferenças e desconsiderando as continuidades nos trabalhos no campo das ciências sociais adotou a estratégia de distanciar sua geração das gerações anteriores à 1930 na tradição do pensamento social nacional.

⁸⁸ Assim, Fernandes acrescenta que “As principais unidades de investigação, nos estudos de mudança cultural, têm sido selecionadas nas culturas indígenas, nas culturas camponesas e nas culturas transplantadas pelos imigrantes. Embora prevaleça a tendência a dar maior relevo à descrição de mecanismos e de processos aculturativos, os problemas específicos de cada uma dessas unidades de investigação conduziram, naturalmente, à análise de outros aspectos da dinâmica cultural e, mesmo, de mecanismos e processos que operam na esfera da personalidade, da organização social e de sistemas regionais da acomodação inter-étnica” (Fernandes, 1958, 39).

de trabalho intelectual e dos métodos no campo das ciências sociais não significou que estas tenham se desvencilhado de suas ambições teóricas, de seu interesse pelos macro-processos sociais ou da busca por generalizações; o que passou a existir foi uma maior valorização da cientificidade, da análise aplicada aos detalhes e problemas relevantes da realidade nacional e ancorada em dados empíricos (Corrêa, 1987; Pontes, 1989; Arruda e Garcia, 2003). Assim, segundo Mariza Corrêa, este foi um momento em que:

“(...) menos do que contestar aquelas grandes sínteses, parece que se tratava de colocá-las entre parênteses enquanto se verificava, no campo, a ‘realidade brasileira’. Esta ênfase na pesquisa empírica ocorreu mais cedo em algumas áreas da Antropologia do que em outras – na etnologia e nos estudos de relações raciais antes do que nos estudos da chamada sociedade nacional – mas foi, em todos os casos, estimulada tanto por um interesse vindo do exterior quanto por uma ânsia de autoconhecimento razoavelmente bem estabelecida como tradição entre a intelectualidade brasileira” (Corrêa, 1987, 21-22).

Alguns dos pontos salientados por Corrêa se aplicam aos estudos de comunidade e aos projetos de pesquisa no âmbito dos quais muitos daqueles estudos foram realizados.⁸⁹ Uma das marcas dos estudos de comunidade foi a ênfase na investigação empírica mencionada pela autora, tendo eles representado uma adaptação do método etnográfico à abordagem das sociedades complexas e assim favorecido um modo de se fazer pesquisa em ciências sociais em que antropologia e sociologia eram concebidas muito próximas (Consorte, 1999; Cavalcanti, 1999).⁹⁰ A observação de que o movimento de esquadriñar importantes aspectos da realidade nacional – que teve nos estudos de comunidade uma de suas expressões – foi estimulado por um interesse por conhecimento advindo não só da

⁸⁹ Trata-se de um modelo de investigação em grande parte desenvolvido por pesquisadores norte-americanos e que foi amplamente adotado por sociólogos, antropólogos e etnólogos estrangeiros e brasileiros para produzir estudos de caso sobre a realidade das comunidades rurais e urbanas do país. Como comenta Ianni, a multiplicação dos estudos de comunidade na época foi em grande medida um efeito da influência dos trabalhos conduzidos aqui por professores e pesquisadores norte-americanos, mas também, por tratar-se de um recurso de pesquisa sistemática, com uso de técnicas rigorosas de observação e de procedimentos qualitativos, pareceu “mais científico” às nossas recém-criadas instituições de ensino superior em ciências sociais e recebeu grande aceitação, em contraste com os ensaios histórico-sociais que eram rejeitados dentro do novo sistema universitário. O autor também oferece uma crítica a tais estudos, para tal consultar Ianni, 1989.

⁹⁰ Os estudos de comunidade foram muito criticados por autores como Guerreiro Ramos, Octávio Ianni, entre outros, mas embora posteriormente condenados ao esquecimento, sua importância no momento de profissionalização das ciências sociais no país nos parece incontestável.

nossa intelectualidade, como do exterior, faz referência aos projetos de pesquisa que contaram com o patrocínio, por exemplo, do Departamento de Estado norte-americano através do Ponto IV no caso do projeto do São Francisco, e da Unesco no caso do projeto Unesco de Relações Raciais e dos Centros de Pesquisas Educacionais do INEP.⁹¹ Cabe destacar ainda o apoio dado a alguns destes projetos por agências do governo, de âmbito federal ou estadual. Em que pesem as motivações e os objetivos particulares sustentados por estes vários atores, nacionais e estrangeiros, um denominador comum era a aposta no conhecimento sistemático da realidade sócio-cultural brasileira em mudança e no desvendamento das tensões entre tradição e modernidade, a partir de diferentes ângulos, como o das relações raciais, das populações indígenas, dos desequilíbrios regionais, da incorporação dos imigrantes, da transformação do mundo rural, do impacto do processo de industrialização, entre outros.

Em suma, importa reter que no período em tela constituiu-se uma agenda de pesquisa em ciências sociais que privilegiava: o retrato dos contrastes do país; o diagnóstico do nosso atraso; os processos de aculturação e mudança sócio-cultural; os empecilhos e resistências à modernização; a transição do mundo rural para o urbano; a construção de uma nação moderna; o processo de industrialização e as mudanças no nosso perfil econômico, social e racial; a superação do subdesenvolvimento.⁹² A discussão desses temas ganhou abrigo institucional especial com a criação de centros e institutos de pesquisa como o Instituto Brasileiro de Estudo Sociais e Políticos/IBESP (1952) que se converte posteriormente no Instituto Superior de Estudos Brasileiros/ISEB (1954), o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/CBPE (1955), o Centro Latino Americano de Pesquisa em Ciências Sociais/CLAPCS (1957) e o Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do Trabalho/CESIT (1962) ligado à USP; alguns dos quais contaram com o fomento de agências nacionais e internacionais (a Unesco e a Confederação Nacional das Indústrias do Governo do Estado de São Paulo, por exemplo) (Arruda e Garcia, 2003; Ianni, 1989; Oliveira, 2005).

Considerando a produção das ciências sociais no pós-guerra, Marcos Chor Maio, por exemplo, chama a atenção para o otimismo no “combate às desigualdades sociais”, o

⁹¹ O papel da UNESCO enquanto agência de fomento a projetos e instituições científicas no país no pós-guerra foi avaliado em diferentes situações por Maio (2000 e 2004).

⁹² Para uma listagem bastante completa das obras produzidas com este perfil, consultar Ianni, 1989.

qual teria se expressado na “reflexão sobre determinados temas, tais como: o desenvolvimento econômico, a modernização, a mobilidade social, a participação política e a democracia” (Maio, 2004, 143). Seguindo nesta mesma direção, Lúcia Lippi Oliveira, por outro lado, ressalta que existia uma preocupação particular também com os obstáculos à reforma; segundo ela: “Para além das formulações cepalinas e de sua presença em diferentes domínios do saber, a produção dos anos 1950 pode ser lida como produzindo diferentes diagnósticos do atraso, ou, como passou a se chamar, resistências à mudança, eixo da maioria dos trabalhos sociológicos do período” (Oliveira, 2001, 153).

Já no campo específico dos trabalhos etnológicos, Mauro W. B. de Almeida, ressalta a emergência de “uma antropologia original ancorada na etnografia militante sobre os povos indígenas representada por Eduardo Galvão, Darcy Ribeiro, e pelo próprio Roberto Cardoso de Oliveira”. Defende o autor ainda que “esse antropólogos indigenistas criaram à sua maneira uma etnografia diretamente comprometida com os conflitos internos da nação, tratando-os na escala das ‘frentes de expansão’ do capitalismo” (Almeida, 2004, 73). Esta experiência de militância teria fincado raízes na nossa antropologia, forjando, segundo Almeida, uma tradição viva até hoje. Contudo, em meados dos anos 1950 com a saída de Darcy Ribeiro do SPI – o que precipitou o afastamento dos outros antropólogos também – esta tendência arrefeceu dentro daquele órgão, marcando a inflexão nos rumos da política indígena oficial. A saída de Ribeiro foi determinada por seu engajamento no campo da educação e indica tanto a reorientação do foco de sua atuação política quanto o crescimento do interesse por aquela área entre os cientistas sociais graças à influência da figura exponencial de Anísio Teixeira à frente do INEP.

Assim, com efeito, no que concerne a esta linha de pesquisa em ciências sociais que se voltou para a solução dos problemas da nação tendo como horizonte a intervenção na realidade, que admitia uma conotação prática e que, em alguns casos, esteve articulada ao planejamento racional, a área das políticas de educação recebeu uma atenção significativa. Capitaneada pelo projeto de reforma da educação brasileira, idealizado pelo professor Anísio Teixeira, parcela representativa de cientistas sociais vinculou-se ao Centro Brasileiro e aos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais. Portanto, é emblemática deste proeminente interesse pela questão educacional a militância de Darcy Ribeiro neste campo, a qual teve como grandes momentos a criação da Universidade de Brasília (1961) e

a gestão do antropólogo como Ministro da Educação e Cultura durante o Governo João Goulart (Mattos, 2007).⁹³

O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/CBPE e os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais/CRPE foram criados, em 1955, como parte do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/INEP, graças à iniciativa do diretor do instituto, Anísio Teixeira, que contou com a assessoria da UNESCO. O INEP funcionava desde 1938 com a finalidade de promover investigações científicas nas áreas de pedagogia e psicologia que pudessem ser úteis do ponto de vista das políticas públicas de educação. Com o estabelecimento dos Centros, àqueles campos de investigação então previstos foram acrescentadas as ciências sociais. O objetivo era aplicar a análise sociológica à compreensão das “relações existentes entre educação escolarizada e as mudanças sociais, políticas e econômicas que estavam ocorrendo, em diferentes ritmos, nas diversas regiões do país naquela época” (Santos, 2006, 2). Estiveram vinculados aos Centros alguns dos representantes mais eminentes do campo das ciências sociais no país, como Darcy Ribeiro, Luiz Pereira, João Roberto Moreira, Florestan Fernandes, Oracy Nogueira, Luiz de Aguiar Costa Pinto, Luiz de Castro Faria, Josildeth Consorte, Juarez Brandão Lopes, Levy Cruz, Carlo Castaldi, Aparecida Joly Gouveia, Gilberto Freyre e Fernando de Azevedo. Otto Klineberg, Charles Wagley e Bertram Hutchinson, enviados pela UNESCO, participaram do processo de organização dos Centros e também colaboraram com as pesquisas (Corrêa, 1988a; Santos, 2006).

Além do Centro Brasileiro sediado no Rio de Janeiro, foram instaladas unidades regionais em São Paulo, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre, que estiveram em funcionamento entre meados de 1950 e de 1970 e que deram andamento a diversos projetos de pesquisa. Segundo Márcia Ferreira dos Santos, existiram fundamentalmente dois tipos de projetos desenvolvidos pelo CBPE e pelos CRPE, um centrado na avaliação do sistema de ensino e do funcionamento interno da instituição escolar e o outro focado nas interações entre ensino escolar e meio social. As ciências sociais estavam mais presentes dentro dos programas que seguiram esta segunda pauta de investigação; estes deram ênfase

⁹³ Parece-me sintomático que a rede tão extensa de cientistas sociais reunidos nos anos cinquenta em torno da reforma da educação brasileira não tenha tido um paralelo no campo da saúde. Também não se destacou neste campo um personagem similar a Darcy Ribeiro, o qual, situado na antropologia, teve uma história de militância na política educacional.

às mudanças sociais e se dividiram em dois eixos temáticos. O primeiro eixo contemplava a inserção da escola na estrutura social local, abordava as relações entre a educação formal e as transformações em curso nas pequenas comunidades tradicionais do interior do país e privilegiava o método de estudos de comunidade. Estão incluídos nesta linha os trabalhos desenvolvidos no âmbito do “Programa de Pesquisas em Cidades-Laboratório” dirigido por Darcy Ribeiro. No segundo eixo temático, a prioridade era conferida à realidade escolar e aos problemas educacionais dentro dos grandes centros urbanos que atravessavam um acelerado processo de industrialização e urbanização. Pertencem a este eixo os projetos de pesquisa que, realizados no âmbito de programas como “Urbanização e Industrialização do Brasil”, procuravam esclarecer tanto o papel da educação escolarizada como fator de desenvolvimento da nação quanto a necessidade de adaptação do sistema de ensino às exigências da moderna sociedade urbano-industrial em constituição.⁹⁴ Tais programas incluíam também estudos em que, por exemplo, mal se advinha a temática educacional nas análises sociológicas de questões relativas a trabalho, mobilidade social e classe – as quais ganhavam relevo no contexto de transição para a sociedade industrial, como atesta o trabalho “Trabalho feminino no Brasil” de Luiz Pereira, 1956 (para uma listagem completa dos trabalhos, ver Santos, 2006).

Quanto à área da saúde, sua presença era menos acentuada, mas se impôs, sobretudo, nos casos em que os trabalhos de cunho sociológico/antropológico estavam vinculados ao planejamento, execução e/ou avaliação de programas de saúde pública, como tentamos mostrar neste capítulo. Na definição deste estado de coisas, vale enfatizar o peso do momento político marcado, no contexto mundial pela atuação das agências de cooperação internacional e pela ingerência de programas de desenvolvimento como o Ponto IV e a Aliança para o Progresso, e no cenário interno pelo processo de redemocratização no pós-Estado Novo e pelo nacional-desenvolvimentismo. Dito de outro modo, é preciso discutir o papel do programa de pesquisas antropológicas conduzido pelo Sesp e da

⁹⁴ Sobre o debate então instaurado acerca do papel da educação, Luiz Werneck Vianna observa que “A luta contra o subdesenvolvimento e o atraso dependeria menos de uma modernização econômica induzida pelo Estado do que de uma reforma da sociedade promovida por um sistema educacional democrático: ‘seria simplista afirmar’, vai sustentar F. Fernandes, ‘que os sistemas educacionais de sociedades subdesenvolvidas sejam fatalmente subdesenvolvidos’ (Fernandes, 1966, p.42). O círculo vicioso do subdesenvolvimento pode e deve ser quebrado por meio de uma reforma educacional, que seja ‘útil à preparação do homem para uma sociedade na qual o trabalho é valorizado socialmente e todos possam participar responsabilmente do funcionamento das instituições políticas democráticas’ (idem, p.41)” (Vianna, 2004, 211-212). O livro mencionado de F. Fernandes é *Educação e Sociedade no Brasil* (1966).

abordagem da questão médico-sanitária dentro do projeto do São Francisco, à luz dos projetos de desenvolvimento e integração nacional do período, os quais, dentro do espírito de racionalização burocrática dominante, contemplaram a ampliação da presença do Estado no *hinterland* brasileiro, o saneamento dos sertões, o combate às endemias rurais, a interiorização dos serviços sanitários e a organização de serviços de saúde em áreas onde eram conduzidos grandes empreendimentos econômicos como, por exemplo, os mineradores e hidrelétricos (Lima, Fonseca e Hochman, 2005). Tais ações integravam a política governamental de planejamento regional, uma experiência que “tinha como objetivo desenvolver as regiões mais subdesenvolvidas do país, integrando-as à economia nacional” sendo que “As regiões-alvos destes planos foram, principalmente, o Nordeste, a Amazônia e o vale do São Francisco.” (Campos, 2006, 211). A saúde e a educação eram encaradas como áreas estratégicas do ponto de vista das ações governamentais já que correspondiam a pontos nevrálgicos do processo de superação do atraso sócio-econômico vivido pela sociedade brasileira.⁹⁵

Tratava-se de um cenário favorável à mobilização das ciências sociais e estas não se furtaram a desempenhar um papel nas intervenções em curso. A proposta era oferecer embasamento científico para as políticas sociais. A contribuição se deu também através dos estudos de comunidade. E, a despeito do fato das pesquisas conduzidas pelos Centros de Pesquisa do INEP terem sido reconhecidas como pioneiras no campo da sociologia da educação, enquanto os estudos realizados no âmbito do Sesp permaneceram experiências isoladas, não tendo inaugurado um campo de pesquisa antropológica aplicada à questão médico-sanitária, considera-se válido recuperar o conjunto dessas iniciativas. Isso porque elas nos revelam tanto a respeito dos lugares em que a pesquisa social era praticada e das instâncias que a patrocinavam, quanto sobre a popularidade alcançada pelo método de estudos de comunidade – ao qual se recorria quando era necessária uma abordagem sócio-antropológica da chamada “sociedade nacional”, mas no que ela tinha de não-moderno e de mais atrasado (um eco do “mundo primitivo”).

Saúde e educação se mesclaram na justificativa prática dada aos estudos de comunidade realizados no âmbito tanto do Projeto do São Francisco quanto do Projeto

⁹⁵ Neste sentido, nada teria sido mais oportuno do que os investimentos do Sesp em programas de educação sanitária.

Bahia-Colúmbia.⁹⁶ Tais empreendimentos tinham como finalidade oferecer um suporte objetivo para o planejamento de programas de educação e saúde pública nas áreas rurais do Nordeste brasileiro e por isso contaram com o apoio de instâncias governamentais. Aos dois casos se aplicam as seguintes características que Wagley, Thales de Azevedo e Luiz A. Costa Pinto assinalaram ao comentar o Projeto Bahia-Colúmbia: tratava-se da “combinação de esforços de cientistas sociais brasileiros e norte-americanos”⁹⁷ e da cooperação de administradores e pesquisadores “para dirigir a pesquisa no sentido da solução dos problemas sociais” (Wagley, Azevedo e Pinto, 1950, 7). Os dois programas de pesquisa compartilharam ainda o propósito de esclarecer a dinâmica da mudança social, procurando identificar as tendências progressistas nas localidades estudadas, e, tendo em vista tais preocupações, recorreram à mesma estratégia de proceder à divisão das áreas investigadas em sub-regiões, conforme suas características ecológicas, culturais e sócio-econômicas, e de contrastar dentro de cada região duas comunidades de tendências opostas, uma mais “tradicional” e outra mais “próspera” (Wagley, Azevedo e Pinto, 1950; Pierson, 1972).⁹⁸

Inegavelmente, havia uma ambição maior por parte dos estudos de comunidade (Lima, 1999), considerando que a preocupação com o esquadramento sociológico de micro-localidades em regiões subdesenvolvidas e com a cartografia da mudança sócio-

⁹⁶ Em 1950, ao lançar o Projeto Bahia-Columbia, seus coordenadores Charles Wagley, Luiz Aguiar Costa Pinto e Thales de Azevedo esclareceram os objetivos dos estudos nos seguintes termos: “(...) este programa de pesquisa destina-se primariamente a adquirir um conhecimento da sociedade e da cultura dos habitantes da região rural da Bahia e uma compreensão da dinâmica de mudanças de cultura que agora se verificam e que se podem esperar nesta ampla área do Brasil. Temos a esperança de que uma análise objetiva da vida social e da dinâmica da mudança cultural permitirá aos administradores estaduais organizar planos mais eficientes para atender às necessidades educacionais e sanitárias da grande população rural” (Wagley, Azevedo e Costa Pinto, 1950, 9).

⁹⁷ Com uma diferença importante: Pierson preferiu levar seus estudantes brasileiros da Escola Livre de Sociologia e Política para o campo, enquanto Wagley trouxe seus alunos de doutorado de Colúmbia, Benjamin Zimmerman, Marvin Harris e Harry Hutchinson.

⁹⁸ Neste sentido, é ilustrativa a listagem de transformações fornecida pelos pesquisadores do Projeto Bahia-Columbia para justificar a escolha do Estado da Bahia como campo de pesquisa: “Mais de 50% da população do Estado era de analfabetos em 1940 e mais de 70% vivia em regiões rurais. O interior do Estado não tinha facilidades de transportes. A maior parte da área era relativamente isolada da capital e de outros centros brasileiros. Ultimamente, entretanto, verificam-se modificações com crescente rapidez. Construíram-se estradas de rodagem através do Estado e o caminhão tornou-se um importante instrumento de mudança social na região. Nos últimos poucos anos, mais de trezentas escolas rurais foram construídas e postas em funcionamento. Postos de Higiene foram estabelecidos em numerosas pequenas comunidades. Estes e outros fatores, tais como o rádio, o avião e o cinema, têm contribuído para a mudança cultural nessa área. A Cachoeira de Paulo Afonso, no baixo Rio S. Francisco, está sendo captada e planeja-se a eletrificação de muitas cidades. Nossas recentes investigações no interior do Estado da Bahia mostram que as sociedades rurais de **folk** dessa área estão experimentando mudanças esporádicas porém rápidas e profundas, as quais, por certo, são mais aparentes em algumas zonas do que noutras” (Wagley, Azevedo e Costa Pinto, 1950, 10).

cultural estava em consonância tanto com a agenda nacional de expansão do aparato estatal pelo interior através de campanhas de saneamento, alfabetização e de modernização do mundo rural, quanto com uma agenda internacional de investimento em programas de saúde tendo em vista a promoção do desenvolvimento.

Tais agendas remeteriam também, por sua vez, às exigências da ordem do capital e do trabalho e esse é o aspecto privilegiado por Octávio Ianni (1989) ao rever a associação entre os estudos de comunidade e as políticas educacionais e intervenções médico-sanitárias conduzidas na época. Para o sociólogo, o que estava em jogo era a constituição de uma população física e moralmente apta para o trabalho, ou seja, assegurar que a moderna sociedade urbano-industrial que estava sendo gestada, segundo os termos do capitalismo desenvolvimentista, poderia contar com brasileiros saudáveis, alfabetizados, disciplinados e dispostos a contribuir para a riqueza da nação. Afirma Ianni que:

“Um dos mais fortes impulsos para o desenvolvimento de estudos de comunidade no Brasil tem sido exatamente a intenção de oferecer aos administradores elementos seguros para os programas de educação, saúde pública etc. Não se trata apenas de conhecer a realidade, mas sim agir sobre ela, ao menos nos setores que afetam diretamente as possibilidades de sobrevivência física das populações e o seu ajustamento produtivo às condições econômico-sociais e culturais emergentes” (Ianni, 1989, 64).

Embora não seja possível discordar do autor, desconfio que esta perspectiva contemple apenas uma dimensão, não oferecendo uma explicação completamente justa para a associação entre estudos de comunidade e políticas públicas articulada na época. Certamente, não se tratava apenas de atender à lógica da produção e racionalização do trabalho e reduzir a contribuição desta modalidade de investigação etnográfica a esse ponto é desconsiderar as expectativas em jogo dentro do campo das ciências sociais, na metade do século passado. Da parte dos pesquisadores envolvidos nestes projetos de estudos coletivos, o propósito de produzir um conhecimento para a ação também estava pautado em um ideário reformista e no otimismo quanto às potencialidades da mudança social. Não deixava de fazer parte de seu horizonte a superação dos contrastes regionais, do dualismo entre atraso e modernidade e, inclusive, das desigualdades sócio-econômicas que marcavam a sociedade nacional. Esta interpretação encontra subsídios, por exemplo, na análise feita por

Nísia Trindade Lima dos argumentos defendidos pelos sociólogos Emílio Williams e Florestan Fernandes em alguns dos seus trabalhos. Williams, que era professor da Escola Livre de Sociologia e Política e da USP, em suas pesquisas sobre cultura rústica, populações sertanejas e aculturação de imigrantes, teria assumido uma posição pioneira de “defesa do sentido político dos estudos de comunidades rurais” (Lima, 1999); expressando certo otimismo sociológico, ele propugnava a participação da disciplina nos programas de mudança cultural e intervenção nas “culturas sertanejas”. Nas palavras da autora:

“Da leitura dos livros de Willems sobressaem, de forma muito nítida, a natureza e o compromisso político das ciências sociais praticadas – inclusive, ou mesmo principalmente – nos estudos de comunidade. Uma das pesquisas mais conhecidas do autor, dedicada ao processo de mudança sociocultural em Cunha, cidade do interior de São Paulo, detém-se igualmente nas resistências à mudança, nas tensões entre tradição e transição à vida moderna, com ênfase nos processos de desorganização, individuação e secularização (Willems, 1961, p.15). (...) Não tinha razão, portanto, Guerreiro Ramos, que via os estudos de comunidade como diletantes, exercícios de técnicas de campo e orientados por questiúnculas (Guerreiro Ramos, 1995). Na verdade, a ambição era bem maior: tratava-se de uma sociologia e de uma antropologia que aspiravam constituir-se em bases de pedagogia de transformação do caboclo, do imigrante ‘acaboclado’ e de outros atores sociais, de ruptura com o multissecular processo de transmissão cultural” (Lima, 1999, 177).⁹⁹

O mergulho da autora nos textos de Willems desvela dimensões subestimadas dos estudos de comunidade, como, por exemplo, o compromisso com a mudança social e o interesse por programas de intervenção nas áreas pesquisadas, e, assim, contribui para resgatá-los das acusações de diletantismo, possibilitando que o escopo daquelas investigações seja mais bem aquilatado. Além de ressaltar o pioneirismo das preocupações de Willems acerca do processo de transformação cultural, Lima recupera trabalhos de Florestan Fernandes que seguem no mesmo sentido, que expõem reflexões do autor sobre os entraves à modernização, sobre a necessidade de intervenção na realidade social para mudá-la e sobre o papel ativo do sociólogo no planejamento dos programas de ação. (Aqui, abro parênteses para lembrar que o professor Florestan foi responsável por introduzir na

⁹⁹ As obras citadas no trecho são: Willems, Emílio. *Uma vila brasileira. Tradição e Transição*. São Paulo: Editora Difel, 1961; Guerreiro Ramos, Alberto. *Introdução crítica à sociologia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP o Curso de Sociologia Aplicada, em 1956; que ele aderiu ao projeto de Anísio Teixeira de reforma da educação brasileira, participando do Centro Regional de Pesquisa Educacional de São Paulo, e ainda organizou o Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do Trabalho/CESIT, cujos projetos focalizaram “a industrialização, a indústria, os empresários e os operários” (Arruda, 2003).

Finalmente, ao demonstrar como para os expoentes da escola paulista de sociologia não era somente possível, mas em certas circunstâncias, imperativo conciliar os campos da ciência e da política, Lima se aproxima de análises como a de Luiz Werneck Vianna, que identifica um viés político na produção sociológica radicada em São Paulo. Segundo Werneck Vianna, embora seja fato que a sociologia paulista tenha se organizado em uma comunidade científica inspirada no modelo mertoniano e ciosa de sua autonomia, e que ela ofereça um contraponto ao padrão de trabalho sociológico desenvolvido, no contexto carioca, pelos intelectuais engajados do ISEB, também seria necessário reconhecer que cientistas sociais paulistas não abdicaram da vocação de sua disciplina de intervir na vida pública, produzindo um conhecimento voltado para subsidiar a reforma social.

“Como observa Luiz Werneck Vianna (1994), tanto na obra de Guerreiro Ramos como na de Florestan Fernandes, percebe-se a intenção de atuar como *intelligentsia*, no sentido manheimiano. Ambas as sociologias voltavam-se para o projeto de mudança social dirigida e de superar as resistências à mudança ou ao desenvolvimento e à industrialização, se quisermos ser mais fiéis à perspectiva de Guerreiro Ramos. Ambas as sociologias parecem voltadas ao esforço que Florestan Fernandes atribuíra a Emílio Willems: promover maior ‘uniformidade sociocultural na sociedade brasileira como um todo’” (Lima, 1999, 205).¹⁰⁰

Tal revisão do leque de preocupações e intenções a orientar as ciências sociais de São Paulo contribui, certamente, para nuançar a imagem da Usp enquanto instituição absolutamente refratária às demandas de uma agenda política e infensa à produção de conhecimento útil do ponto de vista da intervenção social. Mas, por outro lado, vale

¹⁰⁰ Por outro lado, entre as diferenças nas sociologias de matriz isebiana e uspiana, uma crucial discutida por Werneck Vianna é que, enquanto paulistas (radicados em um departamento acadêmico) identificavam a sociedade civil como o campo privilegiado de onde partiria o impulso para a reforma social, cariocas (falando desde uma instituição parauniversitária) elegeram o Estado como o agente por excelência da modernização e assumiram para si a função de ideólogos da política nacional-desenvolvimentista do governo.

lembrar que a Usp não respondia sozinha pela formação dos sociólogos paulistas e que o perfil da outra instituição de ensino superior da época responsável por essa formação, a Escola Livre de Sociologia e Política, não correspondia ao modelo focado na docência e no trabalho teórico- acadêmico que foi tão cultivado pela comunidade científica uspiana.¹⁰⁰

A ELSP, desde seu manifesto de fundação, assumiu o projeto de formar profissionais para atuar na “direção da vida social” do país, de constituir verdadeiras elites intelectuais.¹⁰¹ Tratava-se de fornecer quadros competentes para a administração pública (não especificamente professores), mas também de forjar conhecimento científico sobre a realidade nacional capaz de orientar a ação política. Já com Donald Pierson no comando do projeto institucional e pedagógico da Escola, o foco desta passou a ser a pesquisa empírica e a formação de sociólogos profissionalizados. As diretrizes de trabalho teórico-metodológico implementadas por Pierson, aliás, não fugiam daquelas típicas da Escola de Chicago e favoreciam o treinamento dos estudantes nas técnicas sistemáticas de investigação de campo, a atenção aos problemas de caráter micro-sociológico e, como consequência, a predileção pelos estudos de comunidade, de início, circunscritos às localidades do Estado de São Paulo. Todavia, todo o investimento de Pierson no desenvolvimento da vocação acadêmica da ELSP não significou a supressão integral dos laços com a política, como bem sugere a arqueologia feita aqui do projeto do São Francisco.

De qualquer modo, independentemente das inflexões no projeto original da ELSP, parece que sua visão pragmática acerca da função social do saber não deixou de reverberar na comunidade científica da Escola a julgar pelo estilo de atuação seguido por alguns de seus professores e alunos. Bastaria lembrar que o professor Herbert Baldus era um grande

¹⁰⁰ Havia também um fluxo entre as duas instituições e ex-alunos da Usp como Gioconda Mussolini e o próprio Florestan fizeram seus estudos de pós-graduação na ELSP.

¹⁰¹ No “Manifesto de Fundação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo”, de 27 de abril de 1933, lê-se “Falta em nosso aparelhamento de estudos superiores, além de organizações universitárias sólidas, um certo centro de cultura político-social apto a inspirar interesse pelo bem coletivo, a estabelecer a ligação do homem com o meio, a incentivar pesquisas sobre as condições de existência e os problemas vitais de nossas populações, a formar personalidades capazes de colaborar eficaz e conscientemente na direção da vida social. A fundação da ESCOLA LIVRE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO vem preencher essa lacuna evidente. Já aproveitando elementos de valor de nossas classes cultas, já contratando professores de renome fora do país, já promovendo conferências públicas, avulsas e periódicas, e intercâmbio com instituições estrangeiras análogas, já adotando para os cursos uma orientação eminentemente científica, à altura das exigências do meio social contemporâneo - a ESCOLA oferecerá aos estudiosos um campo de cultura e de preparo indispensável para eficiente atuação na vida social”. Texto disponibilizado em: <http://www.fespsp.org.br/01-ManifestoFELSPSP.pdf>

defensor do envolvimento da etnologia com a ação indigenista e que seu aluno Darcy Ribeiro converteu-se no modelo de intelectual engajado. Ribeiro atuou no SPI, comprometeu-se com causas sociais, primeiro a defesa dos povos indígenas e depois a reforma educacional, e ainda, por fim, enveredou para a carreira política. Com experiência prévia de atuação no aparelho estatal dos EUA, o antropólogo Kalervo Oberg é o exemplo do professor que não restringiu seu raio de ação aos compromissos de ensino e pesquisa da Escola, mas colocou sua expertise a serviço de programas sociais do governo e ainda levou seus alunos da ELSP para participarem do empreendimento de pesquisa aplicada encomendada pelo Sesp.

Em resumo, resgatando a produção de sociólogos e antropólogos (como os hoje depreciados estudos de comunidade), mas também acompanhando estes atores em ação – em campos como o da cooperação científica e do desenvolvimento – e em negociação com especialistas de outros ramos como política externa, administração pública, saúde e educação, este capítulo buscou avaliar diferentes experiências em que as ciências sociais brasileira manifestaram uma inclinação aplicada, aproveitaram a interlocução com as políticas do governo e articularam espaços de intervenção na esfera pública e em agências administrativas. Em não raros casos, as pautas de pesquisa estiveram em sintonia com uma agenda de modernização e reforma social. Não foram tão poucos os cientistas sociais que aliaram ciência e atividade prática, inclusive política, e alguns intentaram atuar enquanto *intelligentsia*. Ainda assim, quando contrastadas com outras tradições nacionais do continente, as iniciativas das ciências sociais brasileira podem se afigurar tímidas – como ficará mais claro no capítulo seguinte em que se arrisca uma breve incursão pela história da antropologia aplicada no México.

CAPÍTULO IV

A assistência técnica em saúde e a antropologia aplicada no México

“É axiomático que a antropologia em seu verdadeiro, amplo conceito, deve ser o conhecimento básico para o desempenho do bom governo, já que por meio dela se conhece a população que é a matéria prima com que se governa e para quem se governa. Por meio da antropologia se caracterizam a natureza abstrata e física dos homens e dos povos e se reduzem os meios apropriados para facilitar-lhes um desenvolvimento evolutivo normal”.

Manuel Gamio 1993 [1916]

Cláudio Lomnitz, em um artigo em que percorre importantes momentos da história da antropologia mexicana e discute como esta, sendo marcada por duas tendências fundamentais: um alto grau de incorporação ao Estado e o isolamento da academia, acabou se desenvolvendo como uma “antropologia nacional”, ou seja, como uma tradição antropológica devotada aos estudos de sua própria nação, assinala que:

“O México desenvolveu uma das mais antigas, bem-sucedidas e internacionalmente influentes antropologias nacionais. A infra-estrutura institucional da antropologia mexicana é uma das maiores do mundo e sua centralidade política dentro do país tem sido marcante. Isto está ligado tanto ao papel crucial que o patrimônio arqueológico do México desempenhou no nacionalismo mexicano quanto ao papel proeminente da antropologia na conformação do desenvolvimento nacional” (Lomnitz, 2001, 230).

Considerando tais prerrogativas da disciplina naquele país e o fato de que ao lado da tradição brasileira, a antropologia mexicana é uma das mais importantes do continente, apostamos no rendimento analítico que uma abordagem comparativa das duas tradições nacionais oferece, tendo em vista, sobretudo, os contrastes e os pontos coincidentes das

trajetórias históricas de cada uma delas que particularmente interessam ao presente estudo e dizem respeito aos efeitos da influência norte-americana, aos desdobramentos do convênio com a *Smithsonian Institution*, à associação da antropologia ao campo da saúde interamericana, à relevância do aparato estatal enquanto espaço de rotinização do trabalho antropológico e a legitimação da antropologia médica como uma sub-disciplina reconhecida no país.

Notas sobre o desenvolvimento da antropologia no México

Quando o Instituto de Antropologia Social da *Smithsonian Institution* celebrou o convênio com a Escola Nacional de Antropologia e História em 1943, o México já possuía uma tradição de cooperação com os Estados Unidos no campo dos estudos antropológicos. Com a própria Escola, por exemplo, já cooperava a Fundação Rockefeller, fornecendo recursos para o envio de um professor norte-americano ao México a cada ano.¹ Ademais, a influência do país vizinho nos rumos da antropologia social mexicana operava desde os primórdios do desenvolvimento desta, uma vez que é apontado como um dos seus marcos institucionais de origem a fundação da Escola Internacional de Arqueologia e Etnologia Americanas, por Franz Boas, em 1911.² O outro evento crucial associado à organização da disciplina no México é a criação, em 1917, do Departamento de Antropologia no âmbito da Secretaria de Agricultura e Fomento do governo, justamente em decorrência dos esforços de um ex-aluno de Boas e doutor pela Universidade de Columbia, o mexicano Manuel Gamio³ (Comas, 1993; Olivé Negrette, 2000).

¹ Por exemplo, Sol Tax entre 1942 e 1944 (Stocking, 1999).

² Refiro-me aqui ao período de institucionalização do campo da antropologia social no país e não, como relata Mercadet a uma tradição mais antiga de investigações científicas de caráter antropológico que se radica no século XIX, tem como aporte o Museu Nacional e em que era forte a influência da etnologia francesa. Prevalciam então os estudos marcadamente históricos, voltados para as civilizações pré-Colombianas, para a reconstituição do seu passado grandioso (Artis Mercadet) e para a construção de esquemas evolucionistas de hierarquia racial, no caso, por exemplo, da geração de antropólogos do *porfiriato* (Lomnitz, 2001).

³ Gamio acompanhou os cursos de arqueologia, etnologia e antropologia que eram ministrados no Museu Nacional, tornando-se professor auxiliar desta instituição. Graças a uma bolsa, estudou de 1909 a 1911 na Universidade de Columbia em Nova York, onde foi aluno de Franz Boas e obteve seu grau de mestre em artes. Posteriormente, concluiu seu doutorado em filosofia. Em 1916, no Congresso Científico Pan-americano, Gamio apresentou a proposta de criação de Departamentos de Antropologia nos países do continente, a qual foi aprovada. De volta ao México, passou a envidar esforços para que o governo seguisse tal resolução (Comas, 1993).

De fato, Gamio é em geral lembrado como o fundador da antropologia social mexicana⁴ e, indiscutivelmente considerado um dos artífices do indigenismo – abordagem que preconiza como solução para o problema indígena a integração do índio à sociedade nacional. Ao propor uma teoria e uma prática indigenistas, o antropólogo também se impõe como um dos pioneiros na articulação de um papel para a antropologia no movimento nacionalista inaugurado pela Revolução Mexicana (1910-1920), que contou com a participação de intelectuais e artistas (Lomnitz, 2001; Gonzalez, 2004).⁵ O projeto deste novo nacionalismo previa a construção de um México mestiço e ele passava, por um lado, pela valorização das culturas pré-hispânicas e do passado indígena enquanto parte da história da nação e, por outro, pela incorporação das populações indígenas à civilização. Os governos revolucionários procuraram atacar nestas duas frentes tanto garantindo o estudo, a reconstrução e a proteção do patrimônio arqueológico do país, quanto assumindo o indigenismo como pauta de sua política oficial (Bonfill Batalla, 2006). Enquanto no primeiro caso, o trabalho dos arqueólogos passou a estar em evidência, no segundo, a atuação dos antropólogos ganhou prestígio já que eles se arrogaram o papel de liderança na condução da política indigenista.

Na direção do Departamento de Antropologia, Gamio lançou as bases do que viria a se firmar como uma das principais características da tradição antropológica nacional, o seu perfil aplicado, ou seja, um conhecimento orientado para a construção da nação e a intervenção nas populações indígenas. A primeira iniciativa neste sentido foi o programa coletivo de investigação coordenado por ele em Teotihuacan (1917-1920), que combinando diferentes abordagens disciplinares (geografia, história, lingüística), buscou tanto revelar a grandeza do passado e a riqueza cultural da população do Vale, quanto retratar sua realidade atual. Os trabalhos, que incluíram pesquisa etnográfica e escavações arqueológicas, comportavam ainda um sentido aplicado. A expectativa era que através da

⁴ Olivé Negrette explica que a influência da antropologia norte-americana estaria nas bases doutrinárias da antropologia social de Gamio uma vez que “a tese de Boas sobre a capacidade igual de todas as raças fundamenta o postulado básico de Gamio de que a problemática da população aborígine se explica por razões de ordem cultural e não de tipo biológico. Assim também, o enfoque integral e profundo, característico de Gamio tem um suposto básico sustentado por Boas: a unidade da ciência antropológica. Os diferentes ramos da dita ciência concorrem para formar o conhecimento cabal do homem e mediante a integração em um todo dos estudos biológicos, arqueológicos, lingüísticos, etnográficos, históricos e sociológicos poderá chegar-se a uma apreciação exata da humanidade e de suas relações com o ambiente físico” (Olivé Negrette, 200, 121).

⁵ Entre os mais importantes estavam: Andrés Molina Enríquez e os muralistas Diego Rivera, Alfaro Siqueiros e José Clemente Orozco.

apresentação de um quadro abrangente e profundo da dinâmica social da comunidade, atentando particularmente para seus problemas econômicos, de educação e saúde, pudessem ser orientadas intervenções nestas áreas visando o desenvolvimento da região em tela (Olivé Negrette; 2000; Gonzalez, 2004). Em 1922, o estudo foi publicado por Gamio sob o título de *La población del valle de Teotihuacan*. Segundo o comentário de Aguirre Beltran:

“A investigação-ação que conduziu em Teotihuacan foi o primeiro intento realizado no México de um estudo integral que levou em conta linhas de enfoque de índole diversa e utilizou profissionais de distintas disciplinas sociais para obter um quadro acabado da realidade. A publicação do estudo em 1922 foi um marco não só para a antropologia mexicana se não também para a universal, por ser ademais pioneira na orientação aplicada” (Aguirre Beltran apud Comas, 1993, XXIV).

Em consequência dos acontecimentos políticos do país, a Dirección de Antropología foi extinta em 1925. Gamio foi então nomeado subsecretario de Educação Pública, mas não permaneceu muito tempo na função. Em 1942, assumiu a direção do recém-criado Instituto Indigenista Interamericano com sede no México, posição esta que ocupou até sua morte em 1960 (Comas, 1993).

Ao lado de Manuel Gamio, Moisés Sáenz e Alfonso Caso também foram figuras exponenciais não somente no processo de institucionalização da antropologia mexicana, mas na adoção do indigenismo como corrente fundamental do pensamento antropológico e na ascensão da antropologia indigenista como a pedra angular da ação política revolucionária no país. Nos anos 20, quando o intelectual José Vasconcelos era secretário de Educação Pública, Alfonso Caso se engajou na campanha educativa pelo ensino do castelhano à população indígena. Moisés Sáenz, que estava entre os mais pujantes defensores do uso da antropologia pela administração pública como instrumento para a resolução de problemas sociais, propôs nesta época a “mexicanização do índio” através de um amplo programa de educação (Artis Mercadet, s.d./; Barros, 2004). A perspectiva ideológica dominante então preconizava que o atraso vivenciado pelos setores rurais e indígenas do país somente poderia ser superado com a incorporação destes segmentos à modernidade, e para tal, apostava-se na educação rural como via para a homogeneização

cultural. Embora o sistema de escolas rurais tenha obtido algum sucesso entre os camponeses não-índios, não surtia o efeito desejado quando se tratava de populações com uma heterogeneidade lingüística e cultural mais marcada, como as indígenas. Como conseqüência do insucesso deste projeto de incorporação das sociedades indígenas centrado na escola rural e cuja proposta se restringia a promover a unificação lingüística, deu-se uma reorientação no campo indigenista em direção a uma política mais ampla de combate ao isolamento vivido pelas comunidades indígenas e a favor de sua integração à vida social e econômica da nação. Tal política, que também vislumbrava a diluição das diferenças culturais através de programas de mudança social dirigida, admitia, contudo, a necessidade de considerar estas diferenças na formulação e execução dos programas (Casas Mendoza, 2005). Finalmente, em 1935, com o estabelecimento do Departamento Autônomo de Assuntos Indígenas pelo presidente Lázaro Cárdenas e as iniciativas de aplicação da antropologia aos programas de educação com o auxílio da recém criada Secretaria de Educação Pública, a corrente indigenista partidária do projeto integracionista acabou sendo beneficiada.⁶

Com efeito, foi durante o governo de Cárdenas (1934-1940) que o campo da antropologia recebeu um grande impulso, com a criação de uma estrutura institucional de ensino superior e com o incentivo a sua aplicação às políticas públicas, especialmente na área de educação. Assim, em 1938, o Instituto Politécnico Nacional passou a oferecer um curso de antropologia e em 1939, foi criado o Instituto Nacional de Antropologia e Historia e a Escola Nacional de Antropologia.

O Instituto Nacional de Antropologia e Historia/INAH tinha como atribuições a pesquisa científica antropológica e a investigação e proteção do patrimônio cultural da nação. Assim, entre suas atividades primordiais estavam: a condução de estudos nos campos da etnologia, antropologia física e lingüística; a exploração das zonas arqueológicas; e a conservação, restauração e vigilância dos monumentos arqueológicos e históricos. Cabe assinalar que, segundo Olivé Negrette, a preocupação por parte do governo em estabelecer uma estrutura científica e administrativa nacional capaz de assegurar o estudo e a defesa do patrimônio cultural mexicano também representava o esforço de

⁶ Segundo Casas Mendoza, Lázaro Cárdenas revigorou o nacionalismo mexicano e foi o “nacionalismo cardenista que ofereceu, entre 1934 e 1940, uma base de apoio político fundamental para que o integracionismo se desenvolvesse” (Casas Mendoza, 2005, 92).

combater tanto a ameaça de saques e depredação, quanto a tendência de que a exploração dos bens culturais nacionais se desse em prol da ciência estrangeira.

Entre os anos de 1939 a 1958, intervalo que Olivé Negrette define como a “etapa formativa” do INAH, o instituto se dedicou a projetos de escavação e reconstrução de “zonas arqueológicas de primeira magnitude” promovendo um avanço sem precedentes no conhecimento das civilizações pré-colombianas, nos estudos etnohistóricos e nas teorias e técnicas da antropologia física e arqueologia. Peritos do INAH, com a freqüente colaboração de pesquisadores e instituições estrangeiros, procederam a inúmeras descobertas de grande valor artístico e histórico como pirâmides, templos, afrescos, murais, esculturas, fósseis, códigos e documentos que, através de processos de cópia, restauração e reconstituição, figuraram em exposições e coleções de museus e enriqueceram o patrimônio cultural do país (Olivé Negrette, 2000). Avaliando o rendimento simbólico e o uso político de tais descobertas, Gonzalez argumenta que:

“A arqueologia também desempenhou um importante papel na construção da nação. As ideologias nacionalistas foram favorecidas pelos trabalhos arqueológicos realizados por Gamio (1922) em Teotihuacán (próximo à Cidade do México) e por Alfonso Caso (1939) no Monte Albán, Oaxaca. Os sítios pré-Colombianos tiveram uma importante função para os governos pós-revolucionários, especialmente o Partido da Revolução Mexicana (ou PRM, que logo se tornou o Partido Revolucionário Institucional, PRI). Eles serviram para glorificar o passado indígena do México – caracterizado por uma tradição de cidades burocráticas, altamente centralizadas – e posteriormente para retratar o PRI-PRM com um caminho certo para o país” (Gonzalez, 2004, 142).

A criação da Escola Nacional de Antropologia e História/ENAH, por sua vez, atendia ao plano educativo estabelecido pelo governo revolucionário, cuja proposta nacionalista e socialista privilegiou o ensino rural e técnico. Assim, a ENAH foi encarregada da formação de antropólogos profissionais – os quais em boa medida acabariam atuando nos programas oficiais dirigidos à integração das comunidades indígenas – e apesar de ser associada ao Instituto Nacional de Antropologia e História a partir de 1942, manteve este perfil educacional. Outra marca da ENAH foi a freqüente colaboração com instituições públicas e privadas, de dentro e fora do país, para a condução de atividades de pesquisa – além das instituições já citadas (*Smithsonian* e Fundação

Rockefeller), destacam-se a Universidade de Chicago, a *Carnegie Institution*, a Universidade Autônoma do México, o Instituto Nacional Indigenista e departamentos do governo, como a Secretaria de Salubridade e Assistência e a de Obras Públicas (Olivé Negrete, 2000).

Em resumo, o crescimento do aparato dedicado à pesquisa e ao ensino em antropologia no final dos anos 30 no México constitui um indicativo do grau de institucionalização da disciplina e de como ela vinha cada vez mais desfrutando de prestígio junto ao meio político do país. Mas, se no período, crescia o interesse pela antropologia enquanto campo de produção de conhecimento sobre a sociedade nacional passível de ser colocado a serviço do governo, para os pesquisadores estrangeiros, era o próprio México com sua grande variedade de culturas indígenas e pequenas comunidades camponesas que despertava interesse.

No tocante à antropologia norte-americana, por exemplo, esta já havia elegido o país como um importante locus de pesquisa, destacando as investigações conduzidas tanto por etnólogos, como por arqueólogos e lingüistas através principalmente de instituições como a Universidade de Chicago, a Universidade da Califórnia e o Instituto Lingüístico de Verão. Entre os estudos mais destacadas realizados na época no país por investigadores norte-americanos estavam o de Robert Redfield em Tepoztlán (1927-1929) e depois em Yucatán (1930-1940); Margaret Park Redfield em Yucatán (1935); o de Elsie Clews Parsons em Mitla (1930-1933); o de Robert Zingg em Tuxpan, Jalisco (1934); o de Ralph L. Beals em Ayutla, Oaxaca (1933); o de George Foster em Soteapan e em Buena Vista, Veracruz (1940-1941), entre outros. Os trabalhos da grande maioria destes autores seguiram o formato dos estudos de comunidade, que tinham força na Escola de Chicago. As investigações etnográficas dirigidas por Redfield em Yucatán e Sol Tax em Chiapas contaram com a colaboração dos jovens antropólogos mexicanos Alfonso Villa Rojas, Julio de la Fuente e Ricardo Pozas, os quais, a partir de tais experiências, publicaram posteriormente seus primeiros trabalhos monográficos.

Dentro deste contexto de desenvolvimento da cooperação no campo dos estudos antropológicos, Ralph L. Beals⁷ e Daniel F. Rubín de la Borbola⁸ propuseram, em 1940, o

⁷ Ralph Beals (1901-1985) era doutor pela Universidade da Califórnia, onde ascendeu ao cargo de professor em 1937 e tornou-se emérito em 1969. Quando começou a atuar como colaborador do ISA no México, Beals já integrava a *Smithsonian Institution*, tendo exercido a função de direção dos Estudos Étnicos Latino-

Projeto Tarasco, com o objetivo de mapear quem era e onde estava um dos maiores grupos indígenas do México, assim como de investigar as especificidades da cultura Tarasco, seu crescimento e transformação, identificar os possíveis fatores da mudança social do grupo e fornecer subsídios para o enfrentamento dos problemas administrativos da área. O Projeto contava com o apoio da Universidade da Califórnia dos EUA, do Departamento de Assuntos Indígenas e da Escola de Antropologia e constituía um programa de pesquisa multidisciplinar que abarcava antropologia aplicada, lingüística, arqueologia, etnologia, história, antropologia física, geografia, economia, biologia, análise topográfica, prevendo até estudos epidemiológicos.

Foi com o Projeto Tarasco que o Instituto de Antropologia Social da *Smithsonian Institution* decidiu colaborar quando estabeleceu o convênio com a ENAH em 1943. Além do fato do próprio Ralph Beals constituir um dos representantes do ISA no México, o documento “Program for Anthropological Research among the Tarascans” apresenta indicativos dos outros fatores que operaram na escolha do ISA. A possibilidade de contemplar um projeto de pesquisa de campo já iniciado e com o qual já estava envolvida outra instituição norte-americana, a Universidade da Califórnia, parece decisivamente ter pesado. Além disso, o caráter inovador do projeto também teria contribuído, visto que, segundo o documento, a proposta era uma abordagem integrada dos problemas humanos da área, a qual se valeria não somente das técnicas e recursos dos vários ramos da antropologia, mas também de disciplinas correlatas a fim de compor o retrato mais completo de um dos maiores grupos nativos do México.⁹ Finalmente, a apreciação que o documento oferece da antropologia mexicana em geral é bastante positivo e revelador do interesse que o ISA possivelmente tinha em colaborar para o desenvolvimento daquele campo no país vizinho:

americanos da instituição entre 1942 e 1943. Ele também já havia trabalhado no México: nos anos de 1930 e 1931, realizara estudos entre os maias.

⁸ Daniel F. Rubín de la Borbola (1907-1990) foi um dos fundadores da ENAH, tornando-se seu diretor. Realizou importantes trabalhos etnográficos e arqueológicos no México e foi diretor de diversos museus do país.

⁹ “Program for Anthropological Research among the Tarascans”, Mexico General 1942-43, Records of Institute of Social Anthropology Smithsonian Institution 1942-1952, NAA, Series 5 Areal Subject Files, Box 13.

“A pesquisa antropológica mexicana também traz importantes possibilidades com respeito aos problemas contemporâneos. Os grupos nativos devem ser integrados com a civilização mais ampla da nação mexicana se o país deseja alcançar um desenvolvimento completo. O problema indígena não é acadêmico no México; é um grande fator social afetando virtualmente todos os aspectos da vida mexicana. É por esta razão que os estudos da aculturação, processo e mudança, e antropologia aplicada têm uma vitalidade que está frequentemente faltando em outras regiões”.¹⁰

O patrocínio do ISA viabilizou o avanço das investigações etnográficas, nos moldes dos estudos de comunidade, e dos estudos em geografia cultural. O programa de pesquisa passou a ser dirigido por Ralph Beals e George Foster e levou a campo estudantes da ENAH encarregados da investigação de diferentes aspectos da vida cultural do grupo em questão e dos problemas sociais por ele enfrentados. Entre os trabalhos produzidos como parte do projeto, destacam-se *Cherán* (1946) de Beals, *Tzintzuntzan* (1948) de Foster e *Tarascan Folk Religion* (1952) de Pedro Carrasco, entre outros.

Em 1947, o Projeto Tarasco é encerrado, mas o convênio do ISA com a Escola é mantido, sendo iniciado, sob a direção de Isabel Kelly, um programa de investigação etnológica sobre os índios totonacas de El Tajín, na costa do estado de Veracruz.

Doutora pela Universidade da Califórnia, onde foi aluna de Alfred L. Kroeber, Isabel Kelly tornou-se representante do ISA no México em 1945.¹¹ Antes disso, ela já havia realizado escavações arqueológicas no país entre 1935 e 1940 nos sítios de Culiacán e Chametla, Sinaloa e de Colima, tendo publicado artigos importantes com base nestes trabalhos. Durante o período em que esteve vinculada ao ISA, Kelly, além de ministrar aulas na Escola de Antropologia e História, realizou investigações etnológicas sobre os totonacas na região de El Tajín em colaboração com estudantes da ENAH entre os quais Maria Cristina Alvarez e Miguel Angel Palerm (Sol Hernández e Fenoglio, 1997; Czitrom, 1986).

Sobre Kelly, Carolyn Baús de Czitrom comenta que, tendo alcançado grande prestígio: “A maior parte de sua carreira profissional em antropologia que durou mais de meio século foi dedicada aos estudos sobre Meso-América. Realizou importantes avanços na arqueologia do Ocidente do México e seus interesses e contribuições abarcaram também

¹⁰ “Program for Anthropological Research among the Tarascans”, idem.

¹¹ Desde então até sua morte em 1982, Kelly viveu no México, onde estabeleceu uma carreira sólida e tornou-se uma investigadora de renome, sobretudo no campo da arqueologia.

uma extensa gama de temas que incluem a etnografia e a antropologia social” (Czitrom, 1986, 341).

Conquanto boa parte da notoriedade que conquistou tenha advindo de seu trabalho arqueológico, Kelly também legou uma significativa produção etnográfica (e, como veremos na seção seguinte, realizou estudos pioneiros no campo da antropologia médica no México). Parte de seus trabalhos seguiu o formato dos estudos de comunidade – tendência dominante na antropologia mexicana da época e cujo modelo advinha, sobretudo de *Teploztlán, A Mexican Village* (1930), de autoria de Robert Redfield. Através desta modalidade de estudo, estendeu-se o foco da pesquisa antropológica àquelas comunidades que embora não se encaixassem na categoria de “primitivas”, também não eram propriamente “civilizadas”, uma vez que não haviam sido efetivamente integradas à sociedade industrial moderna. A comunidade típica então era concebida como uma unidade social pequena, isolada, auto-suficiente economicamente, constituindo o que Redfield chamou de “sociedade *folk*” em que predomina um complexo de características como homogeneidade social e étnica, tecnologia simples, centralidade conferida à dimensão religiosa e ritual da vida social, relações inter-pessoais diretas, pouca mobilidade social e baixa propensão à mudança; enfim, um conjunto de atributos contrastantes com o modo de vida urbano.¹² Os dois tipos ideais, o “*folk*” e o “urbano”, correspondiam aos pólos opostos de um *continuum* em que as comunidades podiam ser alocadas conforme seus atributos e que funcionava como um instrumento de medição da mudança (Foster, 1953).

Assim, para além do objetivo imediato de oferecer um retrato sincrônico e detalhado da organização social e de todos os aspectos da cultura da comunidade investigada, os estudos de comunidade visavam entender a dinâmica da mudança cultural e identificar suas leis. Havia então a preocupação em determinar o que favorecia o processo de aculturação, os fatores facilitadores da urbanização e da modernização – uma questão de interesse teórico e prático que não deixava de estar revestida de importância estratégica na emergência de uma configuração política em que a integração das populações indígenas e o desenvolvimento nacional ganhavam relevo. Neste sentido, como observa Pérez Castro:

¹² “Em contraste com o tipo ideal ‘folk’, o tipo ideal ‘urbano’ é caracterizado por heterogeneidade social, individualidade pessoal, instituições de controle seculares preferencialmente que familiares ou religiosas, divisão de trabalho, economia monetária, e uma impessoalidade nas relações inter-pessoais” (Foster, 1953, 160).

“Uma das motivações mais forte que permitiu o impulso dos estudos de comunidade foi a expectativa oficial dirigida à obtenção de elementos para formular e implantar programas de reforma social. Através destes estudos se podia obter dados precisos e seguros sobre as condições econômicas e sociais locais que favoreciam ou bem obstaculizavam as mudanças planejadas. Igualmente, proporcionavam as tendências culturais e as disposições humanas para observar as tarefas previstas” (Pérez Castro, 1987-1988, 680)

Muitos estudos de comunidade, portanto, foram feitos com o propósito de oferecer subsídios para programas de desenvolvimento e para ajudar a resolver problemas desencadeados, por exemplo, pela realização de grandes obras públicas de engenharia em bacias hidrográficas que implicavam na realocação dos contingentes populacionais indígenas estabelecidos nestas áreas. Tiveram esta natureza, entre outros, os estudos dirigidos por Aguirre Beltrán (1952) para a Comissão de Tepalcatepec e por Villa Rojas (1955) para a Comissão de Papaloapan (Pérez Castro, 1987-1988) com o apoio do Instituto Nacional Indigenista.

Apesar desta alegada utilidade, a abordagem acionada em tais estudos não deixou de levantar críticas principalmente por negligenciar a perspectiva histórica e por tomar a comunidade como uma entidade micro-social fechada, desconsiderando que ela constituía parte de conexões regionais e até nacionais, ou seja, que havia interação entre núcleos *folk* e centros urbanos. A partir desta reavaliação, surgiram nos anos 50 novos enfoques e proposições para os estudos de comunidade (Pérez Castro, 1987-1988). Os antropólogos mexicanos ampliaram o horizonte de investigação ao situar a comunidade em um sistema de interdependência regional, privilegiando as interações forjadas entre comunidades indígenas e mestiças e atentando para o intercâmbio inter-cultural. Com base na proposição de que existiriam áreas onde, em torno de um núcleo mestiço/urbano, gravitaria um conjunto de comunidades indígenas e de tipo folk que com ele mantém laços de dependência territorial, econômica e cultural,¹³ foram desenvolvidos projetos de integração

¹³ A teoria mais influente neste sentido foi proposta por Aguirre Beltrán através do conceito de regiões de refúgio. De acordo com o autor: “Nas regiões de refúgio, vivem em relação comensal os ladinos dominantes e os indígenas subordinados; os primeiros radicados na cidade primária *chef lieu* da região, os segundos reunidos em comunidades satélites do estabelecimento ladino; ambos em um povoamento dual, segregados uns dos outros, em vizinhança, mas separados por uma barreira mútua de prejuízos e preconceitos de raça” (Aguirre Beltrán, 1970, 147). No contexto desta segregação racial e social constituída historicamente desde a

regional sob a coordenação de antropólogos dentro das instituições responsáveis pela política indigenista (Aguirre Beltrán, 1955 e 1970).

Em resumo, por um longo período que vai dos anos 30 até meados dos 50, os estudos de comunidade permaneceram como um recurso central dentro da agenda de pesquisa social estabelecida no México.¹⁴ Foram realizados estudos de caráter descritivo geral, sobre temas específicos (como religião, saúde, medicina) e ainda em torno de questões bem pontuais, sob encomenda de agências e governos. Tais estudos prevaleceram nos primórdios da antropologia aplicada mexicana, sendo instrumentalizados para orientar políticas públicas e programas de desenvolvimento. Este foi o caso, por exemplo, de boa parte da produção dos antropólogos do Instituto de Antropologia Social que atuaram no México, e, em especial de Isabel Kelly, sobretudo, quando ela foi integrada aos quadros do Instituto de Assuntos Interamericanos (como veremos a seguir).

De todo modo, a contribuição dos estudos de comunidade para o desenvolvimento da antropologia mexicana está longe de ser irrelevante uma vez que eles ampliaram o conhecimento empírico das populações indígenas/camponesas; promoveram uma maior compreensão dos processos de mudança social, integração e modernização; e, como observa Aguirre Beltrán, “atuaram como instrumento de formação profissional ao reunir na pesquisa e na publicação dos resultados, mestres e alunos” (Aguirre Beltrán, 1970, 139).¹⁵ Neste sentido, destaca-se a colaboração estabelecida também entre pesquisadores norte-americanos e estudantes mexicanos na condução de projetos cooperativos de investigação sob o patrocínio de instituições estrangeiras e nacionais. Tais iniciativas se inserem em um quadro mais amplo em que as duas nações em questão, vivenciando uma experiência de

Conquista, caracterizam tais regiões: a pouca mestiçagem biológica e cultural (como consequência mesmo da separação existente); a lealdade ao próprio grupo; as restrições matrimoniais; a diversidade lingüística; a falta de mobilidade social já que se trata de uma sistema similar ao de castas. Uma marca fundamental também é a segregação econômica, já que coexistem, em uma relação de dependência e exploração, a economia ladina orientada para a obtenção de lucros e acumulação capitalista, e a economia indígena de subsistência; configuração que condena os índios a uma posição de dependente e subordinada tanto econômica e politicamente face à elite ladina (Aguirre Beltrán, 1970).

¹⁴ Nos anos sessenta, no bojo do movimento que reivindicou o marxismo como novo marco teórico e metodológico para análise das comunidades camponesas e suas relações com a economia capitalista e a sociedade nacional, intensificaram-se as críticas aos estudos de comunidade, sendo estes rechaçados por seu anacronismo e condenados ao esquecimento (Pérez Castro, 1987-1988).

¹⁵ Por exemplo: Redfield e Villa Rojas. *Chan Kom: a maya village*. Chicago: The University Press, 1934. Kelly e Angel Palerm, *The Tajin Tononac*. Washington: Smithsonian Institution, 1952.

reaproximação diplomática no contexto da segunda guerra mundial, estabeleceram uma série de convênios de natureza econômica, cultural e científica.

O programa sanitário interamericano

A entrada do México na guerra ao lado dos aliados representou um grande passo em direção ao fim das hostilidades entre o país e os Estados Unidos, ensejando um processo de alinhamento da nação mexicana com a potência estadunidense.¹⁶ A retomada da parceria política e comercial implicou na reorganização da economia extrativista mexicana para atender às necessidades da indústria bélica norte-americana e às demandas por matérias primas estratégicas do país vizinho. Como resultado da terceira reunião dos Ministros de Assuntos Exteriores das Repúblicas Americanas realizada no Rio de Janeiro, em 1942, foi formada, no ano seguinte, a Comissão México - Norte-Americana de Cooperação Econômica, sendo implantados programas de assistência técnica que repercutiram fortemente em campos como saúde e agricultura.

Foi nesta época que, de modo análogo ao que ocorreu com o Brasil, o Instituto de Assuntos Interamericanos/IAIA também estabeleceu um programa de assistência técnica em saúde com o México. Neste país, o convênio foi firmado em 1943 através do *Departamento de Salubridad Pública*, dirigido por Victor Fernandez Manero, dando origem à *Dirección de Cooperación Interamericana de Salubridad Pública/DCISP* cujo comando foi entregue ao norte-americano Harold Hinman. Com a criação da *Secretaría de Salubridad y Asistencia/SSA* – órgão que assume o controle de todas as ações de saúde pública, saneamento e serviço médico-hospitalar desenvolvidas no país – a Direção de Cooperação Interamericana se converte em uma de suas unidades. Entretanto, em contraste com o Sesp, a DCISP não se encarregava diretamente da implantação e execução de programas sanitários e serviços de saúde, mas primava por colaborar com as outras divisões da Secretaria de Salubridade e Assistência em suas atividades, assumindo

¹⁶ O início destas hostilidades radica nas medidas nacionalistas e anti-imperialistas adotadas a partir da Revolução, que contrariaram os interesses do capital estadunidense em operação no país, sobretudo, com a aprovação, em 1925, da Lei do Petróleo que promoveu a nacionalização das companhias petrolíferas e outras leis que determinaram a expropriação das empresas estrangeiras que controlavam setores essenciais da economia mexicana

preferencialmente as tarefas de assessoria técnica e financeira e treinamento de pessoal qualificado. Ou seja, segundo esclarece o documento oficial que define os objetivos da Direção, esta “não opera programas propriamente, mas assiste às outras unidades no planejamento de seus programas respectivos, na avaliação dos conhecimentos e no desenvolvimento de técnicas para o melhoramento do nível de saúde pública no México”.¹⁷

Cabe notar que embora a DCISP tenha prestado auxílio a organismos externos à Secretaria de Salubridade e Assistência, as outras divisões da SSA representaram as principais instâncias com as quais a Direção estabeleceu convênios. A SSA era um órgão poderoso dentro da organização política da saúde no México, responsável tanto por hospitais, clínicas, centros de saúde e obras de infra-estrutura sanitária como por campanhas de saúde pública e imunização e reunia várias dependências especializadas. A criação da SSA em 1943 durante o governo de Manuel Ávila Camacho (1940-1946) foi resultado da política nacional de fortalecimento e centralização dos serviços sanitários, passando a concentrar em uma única estrutura as funções antes executadas independentemente pelo Departamento de Salubridade Pública e pela Secretaria de Bem-estar, e também atendeu às antigas reivindicações dos operários e camponeses por um aumento da cobertura de saúde à população (Cueto, 2007).

Como enfatizam Rodríguez de Romo e Rodríguez Perez (1998), a evolução da saúde pública no México nos séculos XIX e XX acompanhou as mudanças sociais e políticas do país e foi a partir da Revolução que a saúde passou a ser encarada como obrigação do Estado. À fase armada da Revolução¹⁸ que transcorreu de 1910 a 1917,

¹⁷ Os objetivos gerais da DCISP expostos neste documento compreendem: 1) Proporcionar aos oficiais responsáveis pela saúde pública do México informação e assessoria técnica a respeito dos métodos de saúde pública; 2) Auxiliar no desenvolvimento e treinamento de pessoas para trabalhar nos serviços de saúde pública; 3) Proporcionar fundos de ajuda econômica mancomunados para iniciar e desenvolver os primeiros ensaios em novos aspectos do programa de saúde pública no México. Igualmente se fornecerá do mesmo fundo compartilhado o necessário para bolsas outorgadas a estudantes selecionados” em: “DIRECCION DE COOPERACION INTERAMERICANA DE SALUBRIDAD PÚBLICA 1953-1975”, Fondo Secretaria de Salubridad y Asistencia/SSA, Arquivo Histórico da Secretaría de Salud/AHSS, Cidade do México, DF, Sección Secretaria Particular/SPr, Caja 40, Expediente 5, .

¹⁸ A Revolução combateu as forças conservadoras do país colocando fim à ditadura de Porfírio Díaz e ao Estado oligárquico instituído desde a Independência. O movimento contou com uma ampla base popular formada por operários, camponeses e grupos dominados regionalmente, além de setores da burguesia e do exército. Entre os princípios que animaram o movimento revolucionário, sobressaem o nacionalismo, o anti-imperialismo e a justiça social. Contudo, se inegavelmente algumas das demandas das classes trabalhadoras que participaram ativamente da Revolução foram incorporados pelos dirigentes revolucionários, como observa Bonfil Batalla “O projeto triunfante, o que definiu o programa da Revolução Mexicana, não foi o projeto campesino de Zapata e outros que se sublevaram pelas mesmas razões e com os mesmos propósitos

seguiu-se um período de agitação na política interna com a sucessão de governos revolucionários. A Constituição promulgada em 1917 teve caráter anti-imperialista e nacionalista e abriu caminho para uma série de medidas que transformou o país, como a implantação do laicismo, a reforma agrária com a distribuição de terras comunais, os *ejidos*, a nacionalização do petróleo, a expropriação de empresas estrangeiras que detinham o domínio sobre setores estratégicos do país como a terra e a energia. O governo de Lazaro Cárdenas (1934-1940) teria sido o último a se comprometer com as reivindicações das massas e a seguir a agenda revolucionária (Olivé Negrette, 2000). As administrações seguintes partiram das conquistas alcançadas, mas não avançaram muito no âmbito das reformas sociais; com uma política orientada para o desenvolvimento econômico, priorizaram a promoção da indústria e a mecanização da agricultura. Assim, o pós-guerra foi um período de crescimento industrial impulsionado por grandes projetos de irrigação e energia, por uma política econômica de substituição de importações e por investimentos norte-americanos.

No campo da saúde pública, passada a fase mais turbulenta da Revolução que conduziu a uma deterioração das condições sanitárias e trouxe mais agravos à saúde, as três décadas seguintes foram marcadas pela criação de novas instituições, desenvolvimento de campanhas contra doenças transmissíveis, investimentos no ensino médico e impulso ao sanitarismo. Em 1917 foi criado o Departamento de Salubridad; em 1922, a Escuela de Salubridad; em 1932, a Coordinación de Servicios Sanitarios; em 1939, foi inaugurado o Instituto de Salubridad y Enfermedades Tropicales dedicado à investigação científica; e em 1943, como já foi dito, foi estabelecida a Secretaria de Salubridade e Assistência à qual, de algum modo, as outras instituições se tornaram subordinadas. Ou seja, entre as décadas de 30 e 40, organizou-se toda uma estrutura que possibilitou avanços na área, destacando a instalação de hospitais, a realização de obras de engenharia sanitária, a construção de sistemas de abastecimento de água e o saneamento do meio. Acerca do Governo de Manuel Ávila Camacho, que transcorreu entre 1940 e 1946, Rodríguez de Romo e Rodríguez Perez remetem à avaliação de Alvarez Amézquita de que “os resultados dos programas foram bons já que diminuíram os coeficientes de mortalidade e morbidade e melhoraram as

em diversas regiões do país” (Bonfil Batalla, 2006, 165). Efetivamente, o programa de reformas econômicas e sociais mais radicais foi sendo deixado de lado em prol de uma política de desenvolvimento econômico e industrialização.

condições de vida dos habitantes em geral” (Rodríguez de Romo e Rodríguez Perez, 1998). Tal apreciação parece particularmente relevante aqui porque o período em questão inclui exatamente os primeiros anos de atuação da Direção de Cooperação Interamericana que, como vimos, foi criada no terceiro ano da administração de Camacho.

Vale notar que o estabelecimento da Direção se deu em um contexto de reaproximação entre EUA e México, após um período de tensão que só chegou ao fim com a entrada da nação mexicana na guerra ao lado dos aliados. Com o estreitamento das relações diplomáticas entre os dois países, chegou-se a um acordo para o pagamento das indenizações às companhias petrolíferas norte-americanas expropriadas e foram firmados acordos e convênios bilaterais. Em 1943, foi formada uma Comissão México-Norte-Americana de Cooperação Econômica e foram iniciados programas de assistência técnica que repercutiram fortemente em campos como saúde e agricultura. O México passou a contar com grandes investimentos e empréstimos da superpotência americana e sua dependência face à economia estadunidense se acentuou. Como aponta Olivé Negrette, os EUA se converteram na:

“única fonte de matérias-primas industriais, de equipamento, componentes e bens de consumo indispensáveis, assim como mercado exclusivo para as exportações que tiveram de se modificar para responder às necessidades da colossal indústria bélica montada pelo vizinho do norte. Se os Estados Unidos controlavam em agosto de 1939, 63% das importações e 68% das exportações, em agosto de 1941, as cifras haviam subido, no primeiro caso para 85%, no segundo para 90%” (Olivé Negrette, 2000, 148).

No tocante à cooperação em saúde, de fato a assistência técnica e científica dos EUA já se fazia sentir desde os anos 20 através das atividades da Fundação Rockefeller, com destaque para as campanhas contra a febre amarela. Segundo Rodríguez de Romo e Rodríguez Perez (1998): “esta instituição, a partir de 1921, participou ativamente na formação de sanitaristas e em ações de medicina preventiva e saúde pública no México (Ordóñez, 1989)” (Rodríguez de Romo e Rodríguez Perez, 1998). Mas, se no período entre as guerras, a Fundação Rockefeller era uma das poucas agências a patrocinar programas internacionais de saúde em países em desenvolvimento, a partir do pós-guerra, ela reorienta

sua ação para o desenvolvimento da agricultura¹⁹, enquanto outras agências norte-americanas, além de organizações multilaterais, passam a desempenhar um papel fundamental na área da saúde. Neste contexto, insere-se, como foi discutido no capítulo anterior, a atuação do Instituto de Assuntos Interamericano.

A missão do IAIA no México que criou a Direção de Cooperação Interamericana de Salubridade Pública estabeleceu um programa cooperativo de saúde e saneamento dentro do qual foram patrocinados projetos em cinco áreas principais: assistência médica, engenharia sanitária, treinamento profissional, pesquisa científica e educação sanitária. Em parceria com o *Instituto de Salubridad y Enfermedades Tropicales* do distrito federal, foi conduzido um projeto de investigação de doenças como o tifo, a brucelose, a febre tifóide, a diarreia e outras infecções parasitárias. O propósito era estimular a pesquisa laboratorial e a prática clínica no campo da medicina tropical no país, e para tal, também eram concedidas bolsas de estudo aos doutores mais aplicados se especializarem em universidades dos Estados Unidos. Também foram desenvolvidos os projetos de estudo epidemiológico das enfermidades de Ricketts, de investigação do “mal do pinto” e da oncocercose, doenças com uma alta incidência entre as populações rurais e indígenas do país.

Motivada pelas elevadas taxas de morbidade e mortalidade da malária em algumas regiões do México, assim como pela escassez de informação sobre a real extensão do problema e pela carência de pessoal treinado para atacá-lo, a DCISP conduziu, entre 1947 e 1949, a Campanha Anti-palúdica –DDT, promovendo o treinamento de profissionais e intensificando as ações de controle do impaludismo, inclusive com o borrifamento de casas com o inseticida DDT.²⁰ A partir de 1949, a Direção passa a colaborar com a SSA na Campanha Anti-palúdica Nacional.

¹⁹ Cueto relata que “desde o fim da década de 1940, a Fundação tinha modificado o foco de seus programas e passado a se concentrar no desenvolvimento agrícola e na chamada ‘revolução verde’. Inicialmente projetados para o México – e depois exportados para a Colômbia -, no intuito de aumentar a produção por área das lavouras de trigo e milho, seu objetivo geral era a produção local de alimentos nutritivos em quantidades suficiente. A Fundação fechou sua Divisão Internacional de Saúde em 1951, mas nunca perdeu inteiramente o interesse na saúde internacional e no apoio às pesquisas médicas” Cueto, 2007, 110).

²⁰ Através do projeto 35.264 casas foram dedetizadas, a campanha alcançou mais de 55% da população total do país, o que representa não menos de 90% da população propensa a malária. Em: “Programa Cooperativo de Salubridad y Saneamiento Proyecto No MEX-PAL-1 Campaña Antipaludica – DDT”, Cooperación Interamericana de Salubridad Pública, Dirección General de Proyectos, 1944-1952, Fondo SSA, AHSS, Sección SubSyA, caja 5, expediente 3.

Em cooperação com a Direção de Educação Higiênica e utilizando-se da estrutura dos Centros de Saúde, a DCISP promoveu um duradouro programa de utilização de filmes nas atividades de educação sanitária. Os filmes, que eram encomendados pelo IAIA aos Estúdios de Walt Disney, abordavam temas relativos à saúde e à higiene, como o funcionamento do corpo humano, a transmissão de doenças e os cuidados com a saúde.²¹ Dentro do contrato que o IAIA mantinha com os Estúdios Disney, estavam previstas filmagens em países latino-americanos para documentar certas condições insalubres neles existentes, sendo necessária para tal empreendimento a permissão dos governos locais; tratava-se de uma questão delicada que exigiu do próprio diretor Wyman Stone uma solicitação formal dirigida ao secretário de saúde Gustavo Baz, na qual são devidamente definidos os termos, conteúdos e usos dos registros cinematográficos. Stone esclarece:

“Deve-se entender que estes filmes não conterão cenas que denigrem nenhum país, e ainda mais, o senhor Knapp tem instruções precisas de evitar em absoluto tomar cenas que possam ser identificadas como pertencentes a um país em particular. Por outro lado, os filmes que demonstram os trabalhos benéficos que se está efetuando em cada país serão identificadas como pertencentes ao mesmo, a fim de fazer propaganda sobre estes trabalhos, e a proposta é incluir neste último grupo um grande número de filmagens sobre o México”.²²

Os programas de educação sanitária, os quais incluíam a projeção cinematográfica, geralmente utilizavam como locus de suas atividades, além das escolas, as dependências dos centros de saúde uma vez que se supunha que somente uma população bem informada poderia usufruir das melhorias sanitárias e obras de saneamento básico implantadas nas regiões atendidas pelos centros. Exemplo desta prática foi o programa educacional proposto para o Centro de Xochimilco dentro do qual estava prevista a realização de reuniões públicas onde deveriam ser discutidos os problemas sanitários do bairro, apresentado o plano para o seu enfrentamento, exibidos filmes educativos com a explicação de seus conteúdos por profissionais da saúde. A recomendação era colocar grande ênfase sobre o papel desempenhado pela própria população no controle da enfermidade e na manutenção

²¹ Educación Higiénica Utilizando Películas y folletos de Disney, Proyecto No MEX-H.E. – 3, Fondo SSA, AHSS, Sección SubSyA, 1946-1949, caja 9, expediente 1.

²² Carta de Wyman Stone para Gustavo Baz, Julio 25 de 1946, Cooperación Interamericana de Salubridad Pública 1946-1949, Fondo SSA, AHSS, Sección SubSyA, caja 9, expediente 1.

de sua saúde com o intuito de conscientizar os moradores do bairro da necessidade de contribuírem com o Centro de Saúde nas campanhas sanitárias e também com o objetivo de despertar neles “o desejo de fazer algo para resolver o problema por si mesmos”; ou seja a meta era simultaneamente educar e induzir a comunidade a participar dos programas que visavam à melhoria de suas condições de vida, como efetivamente trabalhar nas obras de construção de latrinas, por exemplo.²³

Tal orientação parece ter sido considerada bem sucedida uma vez que os norte-americanos se mostraram satisfeitos com o programa de educação sanitária desenvolvido pela Direção de Cooperação Interamericana, como expressa a avaliação geral positiva feita pelo chefe da *Health Education Officer* do IAIA quando de sua visita ao México. Então, o Dr. Turner comenta que existia uma base prévia para os trabalhos da Direção, reconhecendo que o programa de educação em saúde do México já era muito avançado²⁴; mas acrescenta que foram feitos avanços e tece elogios às atividades educativas promovidas pela Direção, ressaltando que se tratava de experiências úteis para outras repúblicas americanas. Finalmente, ele faz uma apreciação que expressa bem o propósito dos programas cooperativos de conquistar a adesão das políticas nacionais de saúde aos modelos e diretrizes sanitários norte-americanos:

“É óbvio que a experiência no México está caminhando na mesma direção daquela dos Estados Unidos, ou seja, em direção a uma maior ênfase sobre o programa de educação em saúde nas escolas e particularmente em direção à organização da comunidade para a educação em saúde. Os dois países estão percebendo que conselhos esporádicos dados a adultos e crianças são de pouco valor. Por outro lado, a organização de uma comunidade através das autoridades sanitárias locais e através dos líderes comunitários incluindo profissionais e indivíduos leigos está fornecendo uma oportunidade para mobilizar a opinião pública para a solução dos problemas de saúde”.²⁵

²³ “Programa educacional propuesto para mejoras sanitarias en Xochimilco per el Centro de Higiene de Xochimilco”, Cooperación Interamericana de Salubridad Pública, Dirección General de MEX-HCO-3 XCHIMILCO DF, Fondo SSA, AHSS, Sección SubSyA, caja 6, expediente 2.

²⁴ Desde 1922, o antigo Departamento de Salubridade do México já contava com uma seção específica dedicada à educação higiênica.

²⁵ “Visita del Sr. Dr. Turner a México”, De C. E. Turner para Dr. E. Harold Hinman, February 17, 1945, Cooperación Interamericana de Salubridad Pública 1943-1949, Fondo SSA, AHSS, Sección SubSyA, caja 2, expediente 2.

O peso dos interesses particulares dos Estados Unidos na cooperação interamericana se evidencia também no programa sanitário desenvolvido ao longo da fronteira norte do México, conhecido como Projeto da Fronteira. A DCISP desenvolveu um conjunto de atividades em cidades mexicanas fronteiriças, tendo iniciado com um programa de prevenção e tratamento de doenças venéreas – um problema crítico durante o período da guerra devido à presença dos soldados norte-americanas. As ações na região foram expandidas, passando a incluir a construção, reparo e aparelhamento de Centros de Saúde, instalação de sistemas de esgoto e água potável, campanha de combate à tuberculose, cursos de treinamento para médicos, enfermeiras e assistentes sociais em saúde pública, entre outros.

“Os projetos do Programa de Saúde e Saneamento nos estados mexicanos ao longo da fronteira norte têm um especial valor por causa de sua proximidade com o território dos Estados Unidos. Desde que as doenças infecciosas são tribos nômades, as precauções tomadas contra elas de um lado da fronteira podem proteger diretamente a saúde das pessoas vivendo através daquela linha”.²⁶

A partir de 1947, a Direção passou a atuar conjuntamente com a *Secretaria de Recursos Hidráulicos* em vários estados da república mexicana, em obras de construção de hidrantes, perfuração de poços, instalação de sistemas de esgoto e de abastecimento de água potável. Tais obras, que adentraram a década de 50, foram concretizadas num período de fomento à industrialização do país em que eram implementados grandes projetos nas áreas de irrigação e energia e investia-se no aumento da produtividade agrícola através de novas técnicas introduzidas por especialistas estrangeiros.²⁷

Descartado o socialismo como regime – uma via insinuada pela Revolução – os governos do pós-guerra trataram de colocar o país no curso do capitalismo desenvolvimentista com forte intervenção estatal (Olivé Negrette, 2000). O crescimento industrial foi impulsionado por uma política de substituição de exportações e de captação de ajuda estrangeira. Caminhou-se para uma identificação cada vez maior com o modelo de desenvolvimento difundido pelos EUA, o que implicou, entre outras coisas, no desestímulo

²⁶ Hazel O'Hara, “The Health and Sanitation Division presents its activities along the México-United States Border”, *Health and Sanitation Division Newsletter*.

²⁷ Idem.

ao programa de reforma agrária e no encorajamento à agricultura comercial. Dentro da agenda de modernização da nação avançada pelos governos de Manuel Ávila Camacho (1940-1946), Miguel Alemán (1946-1952) e Ruiz Cortines (1952-1958), não somente a economia, como também a área social mereceu atenção. Segundo esclarece Marcos Cueto:

“Os administradores mexicanos acreditavam que a industrialização e o desenvolvimento econômico substancial exigiam a intervenção ativa do governo em áreas sociais como a saúde pública. A provisão de assistência médica em áreas desassistidas pelo governo federal era uma oportunidade de atacar o desenvolvimento irregular do México no tocante aos serviços públicos de saúde, como seu reduzido número de serviços médicos nas províncias e a persistência de doenças infecciosas evitáveis nas áreas rurais. (Cueto, 2007, 75).

Assim, nos anos 50, a saúde pública mexicana passou a ser pensada como parte de uma agenda de desenvolvimento que preconizava entre outras ações, a modernização dos setores atrasados da economia e sociedade mexicanas. Os principais focos de atraso eram identificados nas regiões do país eminentemente indígenas e rurais, onde predominavam o analfabetismo, precárias condições sanitárias e doenças parasitárias. Então, embora, o crescimento urbano tivesse se acentuado desde a década anterior, a população rural ainda prevalecia sobre a urbana, perfazendo 57% dos quase 26 milhões de habitantes do país.²⁸ Apesar disso, os serviços de saúde e os profissionais médicos estavam concentrados nas cidades e não mais do que 15% da população rural contavam com atenção médica, a qual, grosso modo, não era oferecida de forma permanente, correspondendo aos trabalhos de emergência de brigadas em casos de surtos epidêmico de doenças como a varíola e o tifo.²⁹

A principal iniciativa para alterar este cenário foi tomada em 1953, com o lançamento do Programa de Bem-estar Rural cujo objetivo era prover as áreas rurais do país com serviços de saúde pública apropriados. Baseado na concepção da OMS de que a saúde não se define somente pela ausência de enfermidade e não é efeito apenas de um bom estado físico, mas depende das condições de vida e de fatores culturais, econômicos, ambientais e psicológicos, o programa procurou ser abrangente, promovendo ações sócio-

²⁸ A população urbana somente superaria a rural nos anos 70. Estes dados referem-se aos censos nacionais comentados por Olivé Negrette (2000).

²⁹ Cueto (2007) e Memoria de la Secretaría de la Salubridad y Asistencia 1952-1958, Fondo SSA, AHSS.

educativas e atividades agropecuárias, além do saneamento do meio e da atenção médica. O mecanismo privilegiado foi a organização da comunidade.³⁰

O Programa de Bem-estar Rural integrou o rol das atividades do Estado que tinha como meta fomentar o desenvolvimento das comunidades rurais do país, não apenas no plano econômico, mas também social, sanitário e cultural. Neste sentido, o programa teve como um dos seus antecedentes importantes as escolas rurais implantadas desde 1921, quando foi criada a Secretaria de Educação. Tal secretaria lançou um sistema de educação rural que estava articulado ao processo de distribuição de terras aos camponeses promovido pelos primeiros governos revolucionários. Também podem ser lembrados os Serviços Sanitários Ejidais Coletivos criados durante o governo de Lázaro Cárdenas a partir das recomendações de um grupo de médicos da Universidade Michoacana em Morelia, cuja aspiração era a socialização da medicina no México.³¹

Em junho de 1954, cumprindo o prazo que havia sido previamente fixado entre a SSA e o IAIA para a transferência do comando da DCISP para as mãos de um técnico mexicano, é nomeado como diretor interino desta agência o Dr. Jose Zozaya que até então exercia a função de chefe da Oficina de Assuntos Internacionais e Inter-secretariais. Zozaya foi o primeiro médico com doutorado em higiene no México, era membro da Academia de Medicina e havia ocupado diversos cargos dentro da DCISP como Assessor, Diretor Médico e Subdiretor. Tal mudança implicou uma re-estruturação, e por que não dizer, nacionalização da agência que ficou sob a responsabilidade de pessoal técnico mexicano e foi rebatizada de *Dirección de Estudios Experimentales en Salubridad Pública/DEESP*. A DEESP continuou com a missão de “promover novos rumos à Administração Sanitária Nacional” através da colaboração com os programas executados por outras instituições do campo da saúde, privilegiando o treinamento profissional, a investigação científica e avaliação dos programas em operação e também testando novas experiências que quando bem-sucedidas acabavam incorporadas às práticas oficiais.

Nas modalidades de ação que atuava em parceria com outras agências, a DEESP contemplava os seguintes campos: saneamento do meio, educação higiênica, medicina preventiva, reabilitação, enfermagem, estatística de saúde, administração sanitária e

³⁰ Memoria de la Secretaría de la Salubridad y Asistencia 1952-1958.

³¹ Ver a discussão feita por Ana Maria Kapelusz-Poppi (2001) sobre o Projeto Nicolaita para Serviços Médicos Rurais.

antropologia social. A inclusão da antropologia como área de conhecimento e aplicação integrante dos projetos de saúde e bem-estar era assim justificada “Considerando que os programas de saúde pública devem realizar-se com a participação ativa da comunidade e reconhecendo, ademais, o valor dos fatores culturais, criou-se, em colaboração com a Direção de Serviços Coordenados, uma Seção de Antropologia cuja finalidade é realizar estudos de antropologia social que forneçam dados de utilidade imediata para os programas sanitários”.³²

Dentro de tal orientação, a DEESP lançou dois programas principais: o de “Análise antropológica do desenvolvimento dos problemas da comunidade”, como parte da tarefa de planejar projetos especiais, a qual incluía consultas e estudos locais prévios; e o de “Aplicação da antropologia a programas sanitários”, dentro da atividade de execução de programas de saúde experimentais conduzida pela DEESP. Havia um convênio entre a Direção e a Escola Nacional de Antropologia que cedia estudantes para participar dos programas citados com o intuito de receberem treinamento em campo.

Chama a atenção o registro de um dos últimos acordos ainda de caráter cooperativo que foi celebrado em 1957 entre a DEESP e o IAIA e consistia em um projeto de auxílio ao Departamento de Psicanálise da Universidade Autônoma do México. O projeto, cujo caráter parece inovador, previa a organização de um curso de treinamento em psicanálise para estudantes que deveriam se dedicar a análise dos problemas de saúde mental apresentados pela população camponesa, utilizando como locus de pesquisa os Centros de Bem-Estar Social Rural, operando em volta da Cidade do México. Além disso, seria oferecido tratamento clínico gratuito aos pacientes com problemas psiquiátrico-sociais. Um suplemento ao acordo estabelecia os temas a serem contemplados no estudo desenvolvido no Centro de Bem-estar Social Rural de Chiconouac, entre os quais, destacamos os seguintes: machismo, delinquência, alcoolismo, relações conjugais e relações entre pais e filhos.³³

³² Secretaría de la Salubridad y Asistencia “Dirección de Estudios Experimentales en Salubridad Pública” In: Memoria de la Secretaría de la Salubridad y Asistencia 1952-1958.

³³ Acuerdo de Proyecto No MEX-DEP-PSI-1 Departamento de Psicoanálisis. Fondo SSA, AHSS, Sección SP, Caja 101, Expediente 2.

Ainda em 1957, o convênio bilateral com o Instituto de Assuntos Interamericanos foi encerrado e, embora a DEESP tenha mantido suas operações, não foi possível localizar informações sobre o desenvolvimento do referido projeto.³⁴

Aplicação da antropologia à saúde interamericana

A Seção de Antropologia da Direção de Estudos Experimentais de Saúde Pública/DEESP era dirigida pelo antropólogo Héctor García Manzanedo e contava com a participação de estudantes da Escola Nacional de Antropologia e História nas pesquisas de campo. Ao menos duas investigações antropológicas tendo como foco os programas da Secretaria de Salubridade e Assistência do México foram concluídas no âmbito da DEESP, e nas duas Manzanedo dividiu o trabalho com a então assessora do Instituto de Assuntos Interamericanos, Isabel Kelly.

De fato, antes de a DEESP incorporar a antropologia ao seu programa, o IAIA já contava com esta antropóloga para assessorar as divisões especializadas da SSA, segundo a solicitação destas. Como já foi relatado, após a extinção do Instituto de Antropologia Social da *Smithsonian Institution*, Isabel Kelly foi contratada pela agência norte-americana para colaborar com os programas cooperativos de saúde e saneamento desenvolvidos na república mexicana.

Em 1953, a pedido dos Serviços Médicos Rurais da SSA, Kelly realizou uma pesquisa de campo de sete meses no *ejido* El Cuije, situado próximo ao centro urbano de Torreón na região lagunera. La Laguna corresponde a uma faixa desértica localizada na fronteira entre os estados de Durango e Coahuila que graças a um projeto de irrigação passou a produzir algodão, trigo e alfafa. No processo de reforma agrária, a região foi organizada em pequenas unidades agrícolas de propriedade comunal, os chamados *ejidos*. O estudo das condições de vida e de habitação dos moradores do *ejido* foi realizado tendo em vista a execução de um programa de moradia dos Serviços Médicos Rurais na região. Com base no mesmo trabalho etnográfico, Kelly produziu dois relatórios, um focado na

³⁴ Também não localizamos a data exata em que a Direção de Estudos Experimentais em Salubridade Pública foi extinta, contudo no livro de memórias da SSA do período 1958-1964, correspondente à presidência de Adolfo López Mateos, já não é feita menção a esta divisão.

questão habitacional nos *ejidos* e outro que discute as condições de sobrevivência e a dieta dos moradores de El Cuije.³⁵

No primeiro relatório, a antropóloga, além de apresentar uma descrição geral das construções, ruas e instalações sanitárias de El Cuije, assim como dos problemas de saneamento e abastecimento de água do lugar, procurou detalhar o estilo arquitetônico das casas, a divisão dos cômodos e o uso que seus moradores fazem deles, preocupando-se em detectar os problemas de higiene e as principais ameaças que tais moradias oferecem à saúde. Também é apresentado o ponto de vista dos habitantes de El Cuije a respeito dos planos e das propostas de melhoria sugeridos pelos engenheiros³⁶, assim como alguns dos anseios e reivindicações da população. Kelly também não se exime de avaliar as propostas oficiais e ao final, deixa um série de sugestões específicas dirigidas à melhoria de cada um dos aspectos que deveriam ser contemplados por um futuro programa de desenvolvimento em Laguna.

Todavia, ela desaconselha o desenvolvimento imediato do programa, uma vez que a região atravessava uma crise econômica ocasionada pela estiagem que durava quatro anos e estava afetando seriamente a agricultura. Uma parcela considerável dos moradores de El Cuije, inclusive, encontrava-se endividada e haveria pouca chance dos *ejidatarios* e comerciantes investirem nas novas casas. De todo modo, Kelly avalia que em caso de boas colheitas e com a volta da prosperidade aos *ejidos*, o plano de novas vivendas certamente seria bem vindo.

Os relatórios também abordam a situação problemática vivida por uma parcela da população rural conhecida como “livres” correspondente aos moradores do *ejido* que são parentes consangüíneos dos *ejidatarios*, mas que ao contrário destes, não têm direito à propriedade da terra. A autora explica que o código agrário determina um só herdeiro com direito *ejidal*, o que significa que somente um dos filhos do chefe de família proprietário do *ejido* herda os 4 hectares de terra que coube ao seu pai no processo de reforma agrária, os

³⁵ Os relatórios são: “Informe Preliminar del Proyecto de Habitación en La Laguna Ejido de El Cuije, Cercano a Tlaxiaco, Coahuila”, Diciembre de 1953, e “Notes on the Culture of the Laguna Zone, II. Population and Sustenance”, December, 1954, Fondo SSA, AHSS, Sección SubSyA, caja 49, expediente 6.

Cabe assinalar que além dos dois relatórios, a pesquisa rendeu ainda um livro a respeito das concepções e práticas médico-terapêuticas locais, publicado em 1965 com o título de *Folk Practices in North México: Birth Customs, Folklore, Medicine and Spiritualism in the Laguna Zone* (Austin: University of Texas Press, 1965).

³⁶ O planejamento estava a cargo dos engenheiros da Direção de Cooperação Interamericana de Salubridade Pública.

outros filhos se tornam “livres”, trabalhando no *ejido* sem direito à posse e às outras vantagens econômicas oferecidas aos proprietários. Ou seja, o código deixou de levar em consideração o crescimento vegetativo dentro dos *ejidos*, favorecendo o desenvolvimento de um problema, visto que, como observa Kelly “depois de 20 anos da Reforma Agrária, as famílias dos livres se igualam em número, se não excedem, às famílias dos *ejidatarios*”³⁷. Ela denuncia que embora os “livres” vivam uma situação econômica ainda pior do que a dos *ejidatarios*, executando o trabalho agrícola mais pesado e sem benefícios comparáveis, e que, além disso, muitos nem trabalho encontrem por conta da acentuada mecanização da agricultura em Laguna, o problema não tem recebido atenção oficial.

Em contraste com o tratamento oferecido aos “livres”, Kelly acusa o governo federal de exercer “um papel muito paternal” com relação aos *ejidatarios*, os quais podiam sempre contar com os subsídios oficiais e, conseqüentemente, estavam sempre à espera destes. Eles usufruíam do privilégio de obter empréstimos bancários para a produção agrícola e repartiam o excedente das boas colheitas, direitos negados aos “livres”.

O segundo relatório produzido a partir da pesquisa de campo conduzida em Laguna oferece uma caracterização mais detalhada da população da área, descreve as práticas agrícolas, discute a renda, a capacidade de compra e os gastos com comida das famílias do *ejido* El Cuije, e acaba se concentrando nos hábitos alimentares daquelas, apresentando sua dieta e preferências, o consumo médio de gorduras, proteínas, vegetais e frutas. De um modo geral, a situação retratada por Kelly é crítica. Em suas palavras: “não é exagero dizer que, no ano de 1953, os habitantes de El Cuije estavam vivendo perigosamente próximos ao nível mínimo de sobrevivência”.³⁸

A intenção da autora era que os dados coletados e as sugestões feitas para a melhoria da dieta da população *ejidal* pudessem ser úteis ao Programa de Bem-estar Social Rural que, no final de 1953, havia estabelecido um de seus projetos pilotos em Laguna.

Em 1954, Kelly procedeu à avaliação de um projeto piloto da Oficina de Bem-estar Social Rural da SSA desenvolvido no povoado de Vila Jose Cardel, no estado de Veracruz. A iniciativa de encomendar tal estudo teria decorrido dos resultados insatisfatórios

³⁷ Isabel Kelly “Informe Preliminar del Proyecto de Habitación en La Laguna Ejido de El Cuije, Cercano a Torreon, Coahuila”, Fondo SSA, AHSS, Sección SubSyA, caja 49, expediente 6, p.4.

³⁸ “Notes on the Culture of the Laguna Zone, II. Population and Sustenance”, December, 1954, Fondo SSA, AHSS, Sección SubSyA, caja 49, expediente 6.

alcançados pelo projeto e da necessidade de identificar o que estava a impedir seu progresso. Como foi visto, o programa, que tinha como objetivo a elevação das condições de vida da população rural do país, havia sido lançado no ano anterior pela Oficina da SSA e encontrava-se ainda em uma fase experimental, com o estabelecimento dos primeiros Centros piloto. Estes contavam com uma equipe que incluía agrônomos, trabalhadores sociais, promotores culturais e que atuava em cinco áreas principais: ação sócio-educativa; saneamento do meio; saúde materno-infantil; esportes e recreação; e atividades agropecuárias visando à modernização das técnicas de cultivo, o aumento da produção de alimentos e a melhoria da dieta alimentar do camponês.

Após uma pesquisa breve de seis semanas, centrada nos problemas enfrentados pela população local e nos trabalhos do Centro de Bem-estar Rural, Kelly faz uma crítica precisa e definitiva que ataca o projeto do Centro em Vila Cardel em seu cerne ao sentenciar sua completa inadequação à comunidade onde atua. Segundo ela, tratava-se de uma localidade muito grande e populosa para ser considerada rural, além de apresentar problemas eminentemente urbanos como alcoolismo e prostituição, e, portanto, não comportaria um programa dirigido para o desenvolvimento econômico e social de uma comunidade rural. Vila Cardel era um povoado recente, com um perfil moderno e constituía o centro comercial e político da região em que se encontrava, ou seja, a autora faz questão de frisar que não correspondia a uma “tranquila comunidade rural”.

Afora o problema primordial de inadequação, Kelly identifica outros que comprometiam o programa, como o fato de que a equipe do Centro de Bem-estar desenvolvia atividades voltadas para a classe dominante de Cardel, a qual perfazia a maior parte dos frequentadores do Centro, não levando em consideração os interesses e necessidades expressos pela camada social mais pobre e carente de assistência e pouco se importando com a resistência desta parcela da população em participar dos programas oferecidos.

Após enunciar algumas características próprias da vila que representam dificuldades adicionais ao êxito do Centro estabelecido – além do seu caráter urbano, sua marcante estratificação social e o predomínio de uma população flutuante e migrante – a pesquisadora sugere que a Oficina de Bem-estar priorize mais a fase de seleção da localidade a ser beneficiada com o programa, procurando escolher para a instalação de

novos Centros pilotos comunidades predominantemente rurais, com uma população relativamente estável e que tenham sido fundadas há um tempo considerável para garantir uma maior homogeneidade cultural. Além disso, demonstrando estar atenta tanto à primazia feminina dentro da clientela dos Centros quanto ao modo como o gênero opera nas relações de pesquisa, ela recomenda que:

“Depois que tenha sido feita a seleção definitiva de uma população, o passo seguinte é fazer um estudo mais minucioso dos costumes da localidade, antes que se estabeleça o centro, posto que os centros trabalham principalmente com mulheres, convém que sejam duas mulheres investigadoras que tenham feito o estudo. De preferência, poderia ser selecionada uma trabalhadora social que depois formaria parte do pessoal do centro; a outra pessoa deverá ter preparação profissional no estudo das comunidades rurais e na documentação dos dados que sejam obtidos. O indicado é eleger uma antropóloga ou uma socióloga” (Kelly, 1954, 27).³⁹

No artigo publicado na revista do Instituto Indigenista Interamericano, “O treinamento de parteiras no México, desde o ponto de vista antropológico” (1955), que tem por base o trabalho encomendado pela Organização Mundial de Saúde, Isabel Kelly chama a atenção para a necessidade da realização de estudos sobre os costumes e concepções locais a respeito da gravidez e do parto, assim como de investigações sobre o papel social das parteiras nas comunidades indígenas e mestiças, antes da introdução de programas de treinamento em obstetrícia para parteiras (Kelly, 1955).

Com a organização da seção de antropologia dentro da DEESP, as investigações desenvolvidas no âmbito do programa interamericano de saúde e saneamento passaram a ser realizadas conjuntamente por Kelly e Garcia Manzanedo. O primeiro trabalho produzido por ambos corresponde à avaliação do Projeto da Campanha de Erradicação do Impaludismo no México (Kelly e Garcia Manzanedo, 1955).⁴⁰

³⁹ Isabel Kelly, “El Programa de BienEstar Social Rural, con algunas referencias especiales al proyecto piloto en Villa Jose Cardel, Veracruz”, Marzo de 1954, Fondo SSA, Sección SubSyA, AHSS, caja 49, expediente 6.

⁴⁰ Como relata Marcos Cueto, em 1955, durante o governo de Adolfo Ruiz Cortines, foi estabelecido um acordo entre a Oficina Sanitária Pan-Americana, a Unicef e a Secretaria de Salubridade do México para a condução do programa de erradicação do impaludismo no país e, com a criação de uma comissão nacional com proeminentes malariologistas, entomologistas e médicos mexicanos, começaram a ser organizadas as atividades de controle da doença e combate ao mosquito transmissor que incluíam a drenagem dos pântanos, a realização de exames laboratoriais para detecção do agente patogênico, a administração de fármacos aos

Logo de início, Kelly e Garcia Manzanedo fazem uma ressalva ao projeto porque em sua elaboração foi ignorado um fator fundamental que fatalmente representaria um desafio para a campanha: “a grande diversidade de culturas indígenas e sua distribuição na República”, sobretudo, considerando o fato de que a zona com maior incidência de malária abrangia os estados com maior concentração indígena (Veracruz, Oaxaca, Chiapas, Tabasco, Campeche, Yucatán e Quintana Rôo). Partindo dessa observação primordial, os autores chamam a atenção para complicadores daí decorrentes, como as diferenças lingüísticas e culturais, as distintas etiologias com respeito à enfermidade, os métodos e práticas tradicionais de cura aplicados à doença.⁴¹ E, em consequência deste quadro geral, são feitas algumas recomendações aos responsáveis pela campanha, como: a necessidade de obter informações sobre o sistema de crenças e práticas com respeito ao impaludismo operante em uma determinada região; suspeitar dos registros de morbidade e mortalidade atribuídos à malária em áreas indígenas já que, devido à escassez de pessoal preparado, haveria dificuldade para um diagnóstico preciso, e muitos casos da doença poderiam ser reportados como febres e frios; também se recomenda que os técnicos que lidam com a população durante a campanha sejam bilíngües e finalmente, acena-se com a possibilidade de uma colaboração entre a Direção da Campanha e órgãos especializados no trato com as comunidades indígenas como o Instituto Nacional Indigenista, a Direção Geral de Assuntos Indígenas e o Instituto Lingüístico de Verão, além das instituições indigenistas regionais (Kelly e Garcia Manzanedo, 1955).⁴²

enfermos e, como procedimento principal, o borrifamento do interior das casas com DDT. O maior desafio era executar estas tarefas nas áreas rurais onde prevaleciam uma diversidade cultural e lingüística marcante, sistemas médicos tradicionais, condições sanitárias desfavoráveis e carência de atenção médica oficial. Os resultados alcançados pela campanha teriam sido muito desiguais conforme a região, destacando que em muitos lugares houve uma significativa resistência local à aplicação dos inseticidas residuais, devido aos seus efeitos danosos, além de outros dos métodos empregados pela comissão de erradicação. Em meados dos anos sessenta, a campanha entrou em declínio juntamente com a própria convicção internacional quanto à idéia de erradicação da malária (Cueto, 2007).

⁴¹ Dentro do argumento de que o descaso para com a perspectiva indígena sobre corpo, saúde e doença poderia repercutir bastante desfavoravelmente no andamento da Campanha, os autores destacam que devido à complexa simbologia relacionada ao sangue, os agentes da campanha poderiam ser confrontados com a recusa de índios, camponeses e também de mestiços em permitir a retirada de amostras de seu sangue para a realização dos exames necessários para atestar a presença do *Plasmodium* (Kelly e Garcia Manzanedo, 1955).

⁴² Cueto comenta que: “A despeito do fato de que Garcia Manzanedo e Kelly nunca receberam uma resposta oficial e que as principais recomendações de seu relatório não foram seguidas, as impressões pessoais de um funcionário da OMS no México alguns anos depois coincidiram com as perspectivas dos antropólogos. O funcionário percebeu que a ‘crise’ do programa de erradicação da malária do México nas então chamadas ‘áreas problemas’ (onde a campanha fez pouco progresso a despeito da implementação de intervenções

Kelly, Garcia Manzanedo e a esposa dele, Catalina Garcia, também realizaram um estudo patrocinado pela Direção de Estudos Experimentais da Secretaria de Salubridade e Assistência do México, em colaboração com a Divisão de Saúde, Bem-estar e Habitação do Instituto de Assuntos Interamericanos, tendo em vista a execução de um programa de saúde na zona de Los Tuxtlas, Veracruz, a cargo da Divisão de Bem-estar Rural. A investigação contou ainda com o auxílio de duas alunas da antropóloga norte-americana da Escola Nacional de Antropologia e História. O resultado é um trabalho que segue o modelo de um estudo clássico de comunidade e que, embora privilegie aspectos relacionados à saúde, tenta apresentar um retrato geral da cultura de uma pequena localidade tipicamente urbana e com população predominantemente mestiça (Kelly, Garcia Manzanedo e Garcia, 1956).

Convencionalmente, os estudos de antropologia médica comentados até aqui incluem uma sessão dedicada à educação sanitária. Garcia Manzanedo também discutiu o assunto em um texto apresentado no IX Congresso Nacional de Tuberculose e Neumoconiose. Em “A importância da cultura na educação higiênica”, o autor, como o próprio título indica, ressalta que as diversidades étnica, regional e cultural, tão características da nação mexicana, deveriam ser consideradas no planejamento dos programas de educação higiênica se estes esperavam lograr êxito em seu projeto de substituição dos hábitos e concepções secularmente sustentados pelas populações tradicionais, por atitudes condizentes com a vida moderna, notadamente o recurso à medicina científica. No tocante a esta questão, ele relata que:

“A saúde desta população deixa muito a desejar; o empirismo floresce em todas as suas formas e os conceitos sobre as enfermidades baseados em noções do tipo mágico e místico conservam toda sua força na causalidade e na terapia delas. Disso decorre que o problema educativo, por ser essencial para o desenvolvimento de um programa sanitário, apresenta facetas de especial interesse”.⁴³

Então, segundo Garcia Manzanedo, em um contexto multicultural, a agenda educativa do campo da saúde pública acaba sendo confrontada com um desafio primordial.

técnicas adequadas) ocorreu mais intensamente no território ocupado por comunidades indígenas, notadamente, em Morelos, Oaxaca, Guerrero, Michoacán, e Puebla” (Cueto, 2007, 128).

⁴³ Garcia Manzanedo, “A importância da cultura na educação higiênica”, texto apresentado no IX Congresso Nacional de Tuberculose e Neumoconiose, Fondo SSA, Sección SUBA, AHSS, caja 6, expediente 1.

Trata-se do combate às explicações e formas populares de lidar com a doença baseadas em conhecimentos empíricos e que atribuem causas mágicas e sobrenaturais às enfermidades. Todavia, ele reconhece que muitas vezes, as técnicas e métodos tradicionais seguem sendo o único recurso terapêutico disponível para muitas comunidades, e ainda que em boa parte delas, segmentos cada vez mais amplos da população já compreendam a necessidade de prevenção contra as doenças, aceitando e até requisitando as campanhas de vacinação e imunização, por exemplo, a evidente carência de pessoal especializado para a vigilância em saúde no meio rural permanece sendo um grande obstáculo à adesão de seus habitantes a uma perspectiva medicalizada com relação aos cuidados com a higiene, corpo e saúde.⁴⁴

* * *

Os relatos de Isabel Kelly e Garcia Manzanedo sobre aspectos da vida rural no México, no início dos anos 50, constituem um registro da mudança na agenda social da Revolução, assim como do processo de distanciamento entre a política do Estado e as necessidades e interesses das camadas populares e rurais.⁴⁵ Com efeito, o retrato etnográfico produzido e as análises políticas que tomam como objeto tal período convergem ao apontar para a ausência de compromisso dos governos do pós-guerra com as propostas revolucionárias de 1917 e com o programa de reforma agrária, descuidando do seu pilar, o *ejido*, e preterindo a via da mudança radical em favor de “reformas sociais suaves” e impostas desde cima à revelia dos interesses das classes populares (Olivé Negrette, 2000; Bonfil Batalla, 2006; Cueto, 2007). Neste sentido, é ilustrativo o comentário de Kelly:

“(...) dificuldades básicas derivam do fato de que o programa de Bem-estar não emergiu diretamente do povo. Ao contrário, foi formulado na Cidade do México, com base nas necessidades que foram reconhecidas, não pelos ejidatarios, mas pela equipe do Bem-estar. Em resumo, este

⁴⁴ Garcia Manzanedo, “A importância da cultura na educação higiênica”, *idem*.

⁴⁵ De acordo com Kapelusz-Poppi, no período revolucionário, ainda que a construção do Estado mexicano tenha se dado através de estratégias populistas, o setor popular conseguiu efetivamente introduzir sua voz no discurso hegemônico, estabelecendo-se um diálogo entre estado e sociedade (Kapelusz-Poppi, 2001).

programa, de modo similar ao projeto habitacional proposto, é essencialmente algo que está sendo imposto desde cima à Laguna; como consequência, a participação local pode ser apática”.⁴⁶

A despeito do fato dos programas oficiais insistirem em promover a participação popular através da agenda americanizada do “desenvolvimento de comunidade”, este mecanismo importado – que contrasta fortemente com ao menos uma vertente da tradição de mobilização social do país, aquela mais radical, consubstanciada no movimento campestre durante a Revolução – ao que parece, não encontrou muita ressonância entre a população rural. Contudo, diferentemente deste diagnóstico do problema, Kelly argumenta que parte da razão do fracasso dos programas sociais rurais estava na própria atitude dos proprietários das terras comunais, os quais, longe de cultivarem qualidades como “empreendedorismo, competência e auto-suficiência”, teriam se convertido em um setor que espera com “complacência e letargia” a solução de todos os seus problemas pelo poder federal.⁴⁷

De todo modo, perto do final da década de cinquenta, consolidou-se a tendência da política social de investir no “desenvolvimento de comunidade”, com a alegação de que se tratava de um mecanismo supostamente adequado para conquistar o envolvimento da população rural no esforço de melhoria de suas condições de vida, como se pode constatar a partir da leitura do livro oficial da SSA que resume as atividades do sexênio 1958-1964 e cujo trecho paradigmático é reproduzido a seguir:

“A Secretaria de Salubridade e Assistência, considerando o conceito atual de saúde pública, como o componente do desenvolvimento econômico e social, as experiências adquiridas e a aplicação de seus programas às áreas rurais particularmente através dos Serviços Médico Rurais Cooperativos e diante da necessidade de projetar para todo o meio rural do país os seus programas de saúde, incorporou a metodologia do desenvolvimento de comunidade na ação que realiza no campo para organizar e mobilizar os recursos destas localidades em direção ao seu melhoramento

⁴⁶ Isabel Kelly, “Notes on the Culture of the Laguna Zone, II. Population and Sustenance”, December, 1954, Fondo SSA, AHSS, Sección SubSyA, caja 49, expediente 6.

⁴⁷ Isabel Nelly “Informe Preliminar del Proyecto de Habitación en La Laguna Ejido de El Cuije, Cercano a Torreon, Coahuila”, Fondo SSA, AHSS, Sección SubSyA, caja 49, expediente 6.

integral e com base na programação e execução de programas de saúde conectados com ações socioeconômicas e recreativo-culturais”.⁴⁸

Em torno da mesma época, o Instituto Indigenista Interamericano – cuja sede era no México – e o Instituto Nacional Indigenista também aderiram aos planos de desenvolvimento de comunidade. Conquistado pelo paradigma desenvolvimentista, o indigenismo passou a enfatizar a integração econômica das populações indígenas, fomentando projetos de desenvolvimento regional-integral que tinham como esteio a participação das comunidades e, em última instância, esperavam promover a modernização delas (Masferrer Kan, 1987-1988; Pérez Castro, 1987-1988; Casas-Mendoza, 2005). Tais inflexões de ênfase da corrente indigenista no México serão contextualizadas na próxima seção deste capítulo, a qual tem como foco o período áureo da antropologia mexicana, quando esta, fortalecida em sua dimensão prática, chegou ao auge de seu prestígio junto ao Estado, imprimiu uma orientação científica à política indigenista nacional e, com a consolidação de suas subdivisões disciplinares, como a antropologia médica, especializou-se em prever e corrigir os problemas trazidos pelo processo de mudança social, alcançando ainda maior inserção nos programas de intervenção desenvolvidos nas chamadas “situações inter-culturais”.

O indigenismo e a época de ouro da antropologia mexicana

A criação do Instituto Indigenista Interamericano/III, durante a celebração do Congresso de Pátzcuaro em 1940, assinalou a organização da moderna corrente indigenista alicerçada no paradigma integracionista e tendo à frente a expertise antropológica. Sediado no México e sob a direção de Manuel Gamio (1942-1960), o III se incumbia de definir normas para orientar a política indigenista e oferecer assessoria aos países membros nesse assunto, estabelecendo uma agenda que tinha como estratégia principal a exportação do indigenismo mexicano por meio do incentivo à fundação de institutos indigenistas nacionais nas nações latino-americanas (de la Pena, 1989; Barros, 2004).⁴⁹ Tais institutos

⁴⁸ Memoria de la Secretaría de la Salubridad y Asistencia 1958-1964, Fondo SSA, AHSS.

⁴⁹ Segundo Barros, o estabelecimento do III no México também assinala a inserção do indigenismo na política diplomática do governo Cardenas para a América Latina (Barros, 2004).

deveriam ter entre suas atribuições fundamentais investigar as condições de vida e os problemas enfrentados pelas populações indígenas, funcionar como órgãos consultivos em matéria de política indigenista para as agências estatais, propor e executar medidas em benefício das comunidades indígenas.

Segundo o relato de Masferrer Kan, durante os primeiros anos em que esteve em operação, o Instituto Indigenista Interamericano ocupou-se em obter a ratificação dos países latino-americanos às suas convenções, passando, a seguir, a promover e apoiar programas sanitários, como o de combate à oncocercose no México e na Guatemala; programas de nutrição, como a introdução da soja como alternativa alimentícia; e programas da Missão Andina desenvolvidos no Equador, na Bolívia e no Peru, com a cooperação da UNESCO, OIT e UNICEF. Através de suas duas publicações, a revista *América Indígena* e o *Boletim Indigenista* (posteriormente convertido em Anuário Indigenista), o instituto divulgava informações acerca tanto de seus programas e ações, quanto das políticas indigenistas conduzidas pelos governos nacionais, além de veicular os artigos de eminentes pesquisadores de todo o continente vinculados com a questão indígena, notadamente os antropólogos e lingüistas (Masferrer Kan, 1987-1988).

Os Congressos Indigenistas Interamericanos celebrados com a participação de representantes dos países membros correspondiam aos órgãos máximos do III e marcam as mudanças na orientação teórica e política do instituto. Assim, enquanto no primeiro congresso de 1940 e no segundo realizado no Peru em 1948, os acordos estabelecidos refletiam quase exclusivamente a posição integracionista, no terceiro e quarto congressos, realizados respectivamente em 1954 na Bolívia e em 1959 na Guatemala, a questão da reforma agrária ganhou precedência e orientou as resoluções. Mas, a inflexão mais marcante teria se dado, segundo Masferrer Kan, no quinto Congresso que teve lugar no Equador em 1964, uma vez que a partir dele:

“Abandonou-se o tom programático do velho movimento indigenista interamericano, tratando-se de converter o Instituto em uma agência de desenvolvimento, destinada a dirigir os recursos dos organismos internacionais e dos Estados Unidos, através da Aliança para o Progresso, para as comunidades indígenas. A intenção era converter a utopia indigenista em ações práticas, canalizadas através dos programas de desenvolvimento de comunidade” (Masferrer Kan, 1987-1988, 164).

Um pouco anterior a este momento em que a lógica desenvolvimentista passa a exercer considerável influência sobre o movimento indigenista, ainda no ano de 1948, é estabelecido o Instituto Nacional Indigenista/INI do México, nos moldes dos organismos recomendados pelo III. Sob a direção do renomado antropólogo Alfonso Caso,⁵⁰ que permanece no cargo até sua morte em 1970, o INI assume a responsabilidade pela transformação das comunidades indígenas através de um programa de ação integral e regional, cujo suporte deveria vir da investigação de natureza antropológica.⁵¹

Os primeiros estudos que o INI patrocinou enfocaram o problema dos grupos indígenas que seriam afetados por grandes projetos de desenvolvimento regional lançados na época pelo governo federal. No caso do projeto implantado na bacia de Papaloapan, a investigação realizada por Alfonso Villa Rojas e Ricardo Pozas procurou identificar os povos que seriam inundados e definir o modo de deslocá-los e fixá-los em outras regiões.⁵² Com o propósito de fornecer um maior embasamento para os programas de introdução de novas tecnologias agrícolas e aproveitamento racional dos recursos da bacia do Tepalcatepec, Gonzalo Aguirre Beltrán investigou a dinâmica sócio-econômica dos povos indígenas situados naquela região. Moisés de la Peña estudou as condições de vida dos povos da Mixteca, tendo em vista o projeto de colonização da Baixa Mixteca com o excedente populacional da Alta (Herrasti, 1987-1988; Olivé Negrette, 2000).⁵³

⁵⁰ Advogado de formação, Alfonso Caso (1896-1970) tornou-se um arqueólogo de projeção internacional depois das importantes descobertas que fez durante suas escavações do Monte Albán, assim como de seus estudos sobre estelas, códigos e calendários de civilizações pré-hispânicas. Mas, se alcançou prestígio como investigador e consagrou-se como uma autoridade dos campos da arqueologia e do indigenismo, Don Alfonso, como era reverencialmente chamado, não obteve menos sucesso na administração. Sua trajetória impressiona pelo fato de ter dirigido algumas das mais importantes instituições mexicanas dentro de sua área de atuação como o Museu Nacional, o Instituto Nacional de Antropologia e História, o Instituto Nacional Indigenista e a Universidade Nacional Autônoma do México, da qual foi reitor, além de ter exercido alguns cargos no governo (Piña Chán, 1987-1988).

⁵¹ Como ressalta Casas Mendoza: “O INI não foi a primeira instituição mexicana que tentou defrontar-se com a chamada ‘questão indígena’, mas foi a primeira instituição que conseguiu materializar um abrangente programa de mudança cultural, que teve na integração, no desenvolvimento e na antropologia aplicada seus principais fundamentos” (Casas Mendoza, 2005, 175).

⁵² “A Comissão do Papaloapan se estabeleceu em abril de 1947, em ocasião da construção da represa sobre o rio Tonto que obrigou o desalojamento e reacomodação de 84 povos, tendo sido formados dois partidos indígenas, um resistente à mobilização e o outro favorável a ela” (Olivé Negrette, 2000, 221, nota 13).

⁵³ Os estudos produzidos foram: de la Peña, Moisés. *Problemas sociales y económicos de los mixtecos*. México: Instituto Nacional Indigenista, 1950; Aguirre Beltrán, Gonzalo. *Problemas de la población indígena de la cuenca del Tepalcatepec*. México: Memorias del Instituto Nacional Indigenista, vol III, 1952; Villa Rojas, Alfonso. *Los Mazatecos y el Problema Indígena de la Cuenca del Papaloapan*. México: Instituto Nacional Indigenista, 1955.

Finalmente, o INI lançou seu próprio programa de desenvolvimento regional voltado para as populações indígenas através da implantação dos Centros Coordenadores Indigenistas/CCIs. Segundo Casas Mendoza:

“Nesse momento, o desenvolvimento era entendido através de três princípios: a racionalidade das práticas a ser estimuladas, o enfoque regional e, finalmente, o caráter integral dos programas, quer dizer, o desenvolvimento deveria atingir um leque de ações (saúde, educação, economia, comunicações, entre outras). Em outras palavras, a atuação institucional do INI deveria ser planejada, realizada de forma conjunta, atingindo diferentes campos e aplicada em uma região, entendida como um todo articulado, resultado das práticas socioculturais já existentes. O desenvolvimento regional-integral mostrava claramente as influências que tinham alcançado os estudos regionais nos últimos vinte anos” (Casas Mendoza, 2005, 179).

San Cristóbal de las Casas, no estado de Chiapas, foi a cidade escolhida para sediar o primeiro Centro Coordenador Indigenista, fundado em 1951. Tratava-se de uma região com alta densidade de população indígena – cujos principais grupos étnicos eram os tzeltales e tzotziles – predominantemente monolíngue e que já vinha sendo objeto de estudos de comunidade desde os anos 30 – graças aos quais, dispunha-se de um conhecimento considerável sobre a dinâmica social de diversas localidades da área, o que foi levado em conta na escolha do lugar. Principal responsável pela implantação deste primeiro centro, Gonzalo Aguirre Beltrán⁵⁴ foi designado seu primeiro diretor e, a partir de tal experiência, articulou, anos mais tarde, a teoria das regiões de refúgio inter-culturais (Herrasti, 1987-1988; Aguirre Beltrán, 1989).

Após a iniciativa desenvolvida em Chiapas, o Instituto Nacional Indigenista deu prosseguimento ao seu programa, estabelecendo outros CCIs que foram colocados sob a administração de eminentes antropólogos como Julio de la Fuente, Alfonso Villa Rojas, entre outros. O modelo dos centros coadunava investigação e ação na tarefa de favorecer a integração regional entre comunidades indígenas e núcleos mestiços urbanos, através da

⁵⁴ Formado em medicina pela Universidade Nacional Autônoma do México em 1931, Gonzalo Aguirre Beltrán (1908-) logo passa a se dedicar à pesquisa etnohistórica e, quando recebe uma bolsa da Fundação Rockefeller, em 1944, para estudar etnologia na *Northwestern University* nos EUA, sob a orientação de Melville Herskovits, inicia definitivamente a carreira de antropólogo. Sua obra alcançou reconhecimento internacional, como atesta entre outros prêmios recebidos pelo autor, o Malinowski Award, outorgado pela Sociedade Internacional de Antropologia Aplicada. Ocupou diversos cargos dentro da burocracia indigenista (de la Pena, 1989).

modernização de áreas como educação, saúde, nutrição, habitação, agricultura e infraestrutura em geral. Envolvidos nas atividades dos centros, estavam, além dos antropólogos, lingüistas e educadores, também uma gama de especialistas e técnicos de áreas como medicina, engenharia, economia, agronomia e enfermagem. Sob a direção deste pessoal, atuavam os agentes da mudança, os chamados promotores culturais que eram indivíduos recrutados entre a população indígena e mestiça, que deveriam ser bilíngües e usufruir de um estatuto especial dentro de seu grupo para exercer certo poder de influência sobre este. Os promotores geralmente apresentavam baixa escolaridade e recebiam treinamento em áreas específicas para executar o leque de atividades desenvolvidas nos centros (Herrasti, 1987-1988; Aguirre Beltrán, 1955a).⁵⁵

Favorecido pela política econômica desenvolvimentista do governo que fomentava a industrialização e o avanço tecnológico do país, entre o período que se estende da década de cinquenta até fins da década seguinte, o INI expandiu seu programa de desenvolvimento pautado nas ações dos CCIs; destacando que, a partir de então, o instituto, sem prescindir do enfoque regional, passou a enfatizar o âmbito da comunidade, por meio do incentivo à participação desta nos seus projetos (Casas Mendoza, 2005). Assim, em 1970, estavam em operação 11 Centros Coordenadores que cobriam diversas regiões do país. Tal período corresponde à idade de ouro do indigenismo e da antropologia aplicada no México (Téllez Ortega, 1987-1988), uma época, em que:

“(...) os antropólogos se ufanavam de dirigir a política indigenista nos centros regionais, coordenar o trabalho dos outros profissionais e dar assistência aos governos e instituições internacionais nos programas de ensino e bem-estar social, desenvolvimento regional, migração de mão de obra, realocação de população, fomento ao turismo, atenção à infância, indigenismo e reconstrução das zonas devastadas pela guerra” (Olivé Negrete, 2000, 335).

⁵⁵ A importância então atribuída ao trabalho dos promotores culturais é atestada pelo comentário de Aguirre Beltrán de que: “Eles têm provado ser fatores decisivos no sucesso dos programas de saúde, quebrando a resistência às medidas profiláticas, à imunização, à proteção dos instrumentos sagrados, aplicação dos inseticidas e outras práticas que careciam de significação na sociedade indígena. A introdução de novas sementes, árvores frutíferas, métodos racionais para melhoria da reprodução animal, técnicas modernas para explorar a madeira, formas de organização cooperativa desconhecidas por eles, e o aumento da especialização no comércio e indústria, teriam sido impossíveis não tivesse sido pela atividade, pressão e persuasão conduzidas com êxito pelos promotores culturais” (Aguirre Beltrán, 1955a, 39).

Uma reviravolta neste quadro começaria no final dos anos 60, quando uma série de eventos políticos e de problemas econômicos inaugurou um novo cenário histórico,⁵⁶ compondo a moldura do processo de crise vivenciado pelo indigenismo e da onda de críticas que varreu o campo antropológico mexicano. A geração de antropólogos dos anos 60 se rebela contra os fundadores da disciplina, passa a contestar a identificação desta com o nacionalismo oficial e acusa a antropologia indigenista de ter se colocado a serviço do Estado, mesmo sob pena de perder autonomia e capacidade crítica (Lomnitz, 2001). O indigenismo é censurado, acusado de praticar um colonialismo interno. A política de mudança cultural conduzida pelo INI, denuncia os antropólogos conhecidos como críticos⁵⁷, corresponderia a uma estratégia verdadeiramente etnocida (Aguirre Beltrán, 1989). Segundo eles, a prática assistencial dos Centros Coordenadores não teria contribuído efetivamente para o bem estar das populações indígenas, nem para dirimir sua miséria, alcançando resultados inexpressivos quando não danosos (Gonzalez, 2004).⁵⁸

Antropologia aplicada, medicina indígena e saúde pública

A saúde foi um domínio prioritário dentro do programa de desenvolvimento regional do INI (Herrasti, 1987-1988). No âmbito dos Centros Coordenadores Indigenistas, desenrolavam-se ações de saneamento do meio, profilaxia e medicina curativa, campanhas de vacinação, assistência odontológica, campanhas contra oncocercose e contra o impaludismo, educação higiênica entre outras. Segundo a perspectiva então prevalecente, a eficácia destas intervenções nas chamadas regiões inter-culturais, em que conviviam índios e mestiços, exigia o conhecimento dos seus sistemas terapêuticos tradicionais, hábitos de higiene, regimes alimentares, tipos de cuidado materno infantil, a fim de efetivamente

⁵⁶ O movimento estudantil, o massacre de Tlatelolco em 1968, o desgaste da política econômica desenvolvimentista e a crise de legitimidade do partido do governo o PRI seriam alguns destes eventos.

⁵⁷ Os pioneiros da antropologia crítica foram os ex-alunos da ENAH Arturo Warman, Guillermo Bonfil, Margarita Nolasco, Mercedes Olivera e Enrique Valencia que em 1970 publicaram o livro manifesto “*De eso que llaman antropología mexicana*”.

⁵⁸ Os antropólogos Alicia Barabas e Miguel Bartolomé, por exemplo, investigaram as consequências do projeto hídrico do Rio Papaloapan – que implicou no deslocamento compulsório de 20 mil indivíduos dos grupos mazatecas e chinantecas – e revelaram como o reassentamento deste grande contingente populacional conduzido pelo INI “foi desastroso em termos médicos, sociais e ambientais. Muitos daqueles que foram realocados sofreram com desnutrição, tuberculose e depressão nos anos seguintes a sua expulsão, e muitos morreram” (Gonzalez, 2004, 144).

alcançar o propósito de integrar a medicina científica ao contexto inter-cultural (Aguirre Beltrán, 1955b).

Este cenário favoreceu o desenvolvimento da antropologia aplicada às políticas indigenistas no campo da saúde pública. Motivados pela necessidade premente de estudos etnográficos para nortear os recém lançados programas médico-sanitários e de educação higiênica, os antropólogos dirigiram sua atenção para a problemática da saúde, procurando registrar os diferentes padrões culturais quanto à dieta alimentar, às vestimentas e às construções habitacionais das populações indígenas e rurais do país, assim como analisar os sistemas médicos tradicionais, as concepções com relação à saúde e à doença, e a atuação dos profissionais leigos de cura.

Com efeito, o México já contava com uma tradição bem assentada de pensamento social em saúde que incluía a reconstituição histórica dos sistemas terapêuticos pré-hispânicos, pesquisas sobre a farmacopéia indígena, a catalogação das ervas medicinais e estudos sobre as etiologias das doenças, enfim, diferentes linhas de investigação acerca da medicina tradicional (Anzures e Bolamos, 1987-1988). Contudo, teria sido somente quando a antropologia mexicana se estabeleceu enquanto ciência social aplicada à administração pública e que esta “vocação” se estendeu às suas sub-disciplinas (Barros, 2004) que a antropologia médica passou a reivindicar o papel de guia das intervenções oficiais em saúde nas áreas indígenas. Neste campo, coube a Gonzalez Aguirre Beltrán uma atuação precursora já que ele foi um dos primeiros antropólogos mexicanos a se dedicar à demonstração da utilidade da abordagem antropológica sobre a problemática da saúde, especialmente, no contexto de introdução da biomedicina em sociedades que cultivavam seus próprios sistemas de crenças e práticas com respeito ao corpo, à saúde e à doença. Em 1955, na obra *Programas de Salud en la Situación Intercultural*, Aguirre Beltrán oferece um minucioso esquadrinhamento das intervenções em saúde e da atuação dos promotores sanitários no âmbito dos Centros Coordinadores Indigenistas, revelando como para o seu êxito era imprescindível a incorporação da perspectiva antropológica.

Os Centros Coordinadores Indigenistas nas áreas indígenas e os Centros de Bem-estar Rural nos núcleos rurais se valeram do conhecimento antropológico para aprimorar seus projetos e tornar as intervenções em saúde mais apropriadas ao perfil da população beneficiada. A demanda por estudos etnográficos e por especialistas do campo

antropológico criada por tais programas sociais contribuiu para a instituição de um novo nicho de atuação profissional para os antropólogos. Ao lado de outras iniciativas oficiais, os centros dirigidos pelo Instituto Nacional Indigenista e pela Secretaria de Salubridade e Assistência favoreceram o estabelecimento da saúde pública e da medicina enquanto campos de aplicação da antropologia no México e, neste sentido, como vimos, foram pioneiros os trabalhos desenvolvidos por Isabel Kelly, Héctor García Manzanedo e Gonzalo Aguirre Beltrán.

Considerações finais

A partir da Segunda Guerra, além da Fundação Rockefeller, outra agência norte-americana passa a ter um forte impacto no campo da assistência técnica em saúde na América Latina e Caribe. O Instituto de Assuntos Interamericanos, como já foi discutido, correspondeu a um dos maiores patrocinadores de projetos bilaterais de saúde no continente americano e sua atuação foi decisiva na arregimentação do apoio da região aos esforços de guerra. No entanto, como é sabido, não foi apenas a intenção de cuidar da saúde dos vizinhos latinos que moveu a ajuda norte-americana. Enquanto a guerra paralisava a Europa, impunha-se a necessidade da superpotência estabelecer ou reafirmar a parceria comercial e econômica com as nações do continente e controlar o mercado regional.

De fato, desde os tempos da Doutrina Monroe, com o objetivo de construir sua hegemonia nas Américas, os EUA recorriam ao discurso de integração, independência e solidariedade hemisférica, manipulando os ideais do pan-americanismo segundo os interesses do mercado, e definindo uma nova pauta de relacionamento com a região (Penha, s/d, 6). A “diplomacia do dólar” substituiu o intervencionismo truculento do “big stick”. Esta tendência foi renovada pelo governo Franklin Delano Roosevelt com o lançamento da Política da Boa Vizinhança que enfatizou a aproximação cultural, política e econômica e pontuou a reorganização dos programas de cooperação hemisférica. A nova agenda apostava no estreitamento das relações culturais com as nações latino-americanas e, portanto, investimentos foram feitos para enviar professores (PhD.s) para os centros de ensino destes países, manter projetos de pesquisa conjuntos, apoiar iniciativas locais no campo da educação e incentivar o intercâmbio de técnicos e cientistas. Havia então instituições especialmente organizadas para este fim como o Comitê Interdepartamental de Cooperação Científica e Cultural do Departamento de Estado e o Escritório do Coordenador de Assuntos Interamericanos/OCIAA (que abrigava o IAIA) (Tota, 2000). Foi este contexto que facilitou o patrocínio ao projeto de Julian Steward de um Instituto de Antropologia Social voltado para o desenvolvimento da disciplina no continente através de atividades cooperativas de ensino e pesquisa. Deste modo, é possível reconhecer que a antropologia teve lá sua parcela de participação na Política da Boa Vizinhança por intermédio, por exemplo, das presenças de Charles Wagley no Sesp; Donald Pierson e

Kalervo Oberg na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo; de George Foster, Ralph Beals e Isabel Kelly na Escola Nacional de Antropologia e História do México, entre outros casos. Efetivamente, estivessem esses antropólogos se dedicando ao ensino e à pesquisa básica ou lidando com antropologia aplicada, eles contribuíam para alargar a influência das ciências sociais norte-americanas entre nós, para fortalecer as instituições locais e ampliar o campo profissional dos jovens sociólogos e antropólogos latino-americanos.

Por outro lado, já durante a conjuntura da Guerra Fria, o espírito que animava a assistência técnica sofreu alterações e os programas bilaterais passaram a estar associados à política americana que postulava “o *desenvolvimento econômico* como *instrumento de segurança hemisférica*” (Lacerda, 2007, 2). No âmbito dos serviços de saúde mantidos com o apoio do Instituto de Assuntos Interamericanos em diversos países do continente, a agenda de combate à pobreza e à doença foi mobilizada na campanha anti-comunista. Quanto a este ponto, resta pouca margem para dúvida. Todavia, os sentidos ideológicos e usos políticos da assistência em saúde naquele momento não definem toda sua natureza e não devem ofuscar o fato de que havia da parte dos cientistas, sanitaristas, administradores e cientistas sociais envolvidos nos programas de ajuda a intenção genuína de contribuir para o aperfeiçoamento dos sistemas médico-sanitários locais, assim como para a melhoria das condições de saúde das populações atendidas. Por outro lado, não deveria escapar a estes profissionais que sua atuação era relevante do ponto de vista das relações inter-americanas, da construção da liderança norte-americana nos campos da ciência, saúde e tecnologia e do que, naquele momento, era percebido como a “segurança do mundo livre”, ou seja, deter o avanço do comunismo no continente. A consciência dos fatores fomentadores da assistência fica evidenciada no seguinte comentário do antropólogo Charles Erasmus:

“A disseminação do culto comunista tem sido uma fonte constante de preocupação para nós (...) devido à ameaça potencial à nossa paz e segurança. Motivado largamente pelo medo, os Estados Unidos desde a Segunda Guerra Mundial têm gasto bilhões de dólares em ajuda externa, que tem auxiliado o resto do mundo a aumentar suas expectativas.

Não obstante, o medo não tem sido a única razão de nossa ajuda. Há neste país uma crescente compreensão quanto às condições do mundo, e uma crescente capacidade do público de se identificar com os povos de outras terras e de tolerar outros pontos de vista” (Erasmus, 1961, 9).

Ainda, neste sentido, muitos especialistas possivelmente não deixavam de endossar a função ideológica da assistência internacional para o desenvolvimento.¹

Do mesmo modo, a face conservadora dos programas era perceptível aos países anfitriões: estes, em troca dos benefícios prometidos, eram convidados a um alinhamento político-ideológico e ao atrelamento de seus próprios interesses às demandas da economia patrocinadora. Destarte, como o exemplo do Sesp nos revela, não eram incomuns as denúncias por parte de políticos, intelectuais e segmentos da imprensa nacional quanto às “verdadeiras intenções imperialistas” da ajuda americana. Porém, mesmo dentro do Sesp, os brasileiros teriam mantido uma postura criteriosa quanto ao que era ofertado – “Nós não queremos o imperialismo, mas nós queremos o interesse e a ajuda americanos... e dólares. Nós gostaríamos de mais ajuda para a saúde pública” foi a reivindicação feita por representantes do Serviço registrada pelo escritor João dos Passos (Dos Passos, 1974 [1963]).

Com efeito, parece que se os serviços cooperativos interamericanos de saúde são encarados a partir de um ângulo macro-analítico, sobressai o fato de que foram concebidos como parte de um projeto político de construção da hegemonia dos Estados Unidos e de exportação do modelo norte-americano de saúde pública; impera ainda a imagem de que eles serviram como instrumentos no combate à influência comunista no continente. A análise de Emílio Quevedo sobre o programa na Colômbia é exemplar neste sentido (Quevedo, 1990). Mas, a despeito do formato padrão, dos grandes propósitos gerais e dos interesses controversos aos quais estavam submetidos tais serviços, ao serem privilegiadas as arenas nacionais onde cada convênio se desenvolveu, as diferenças se fazem notar, e também ganham visibilidade os espaços de negociação e os movimentos de acomodação das diretrizes externas às agendas internas, anunciando o quanto as condições locais

¹ Ver as acusações feitas por Erik Wolf de que a USOM (United States Operations Missions) e a USAID associavam seus programas de assistência ao desenvolvimento dos países do sudeste asiático a operações de contra-insurgência, e de que estas agências norte-americanas contavam com a colaboração de cientistas, inclusive antropólogos, na tarefa de coletar informações estratégicas sobre as nações atendidas (Wolf e Jorgensen, 1971).

podiam ser decisivas para o avanço ou redefinição dos planos iniciais de trabalho da metrópole. Quando as missões do IAIA aportaram na América Latina, encontraram no Brasil e no México, por exemplo, alguns traços comuns: departamentos nacionais de saúde organizados e fortalecidos (Secretaria de Salubridade e Assistência do México e Ministério da Educação e Saúde no Brasil); aparelhamento do Estado no tocante a serviços de saúde; tradição de ensino e pesquisa na área biomédica; elite de médicos e sanitaristas (muitos dos quais com especialização nos EUA); legado das campanhas sanitárias e da filantropia científica da Fundação Rockefeller; uma razoável provisão de serviços médico-sanitários urbanos em contraste com uma acentuada carência destes serviços no meio rural; e, também, no cenário político, os dois países viviam experiências de governos centralizadores e nacionalistas (Estado Novo, por aqui, e governos pós-revolucionários no México). Era um quadro que oferecia tanto facilidades – havia *know-how* e aparato locais para o desenvolvimento das ações médico-sanitárias programadas – quanto impunha restrições no tocante às supostas ambições imperialistas do IAIA uma vez que se tratava de contextos nacionalistas. De todo modo, as similaridades não impediram que os serviços cooperativos interamericanos de cada país desenvolvessem perfis próprios.

A Direção de Cooperação Interamericana de Salubridade Pública/DICSP organizada no México caracterizou-se pelo estabelecimento de parcerias com as divisões de saúde e saneamento já existentes dentro da estrutura do governo federal, encarregando-se de fornecer recursos e assistência técnica especializada para o aprimoramento e a modernização dos serviços em andamento e o lançamento de experiências-piloto. Aparentemente, a DICSP, apesar de possuir liberdade orçamentária, por contar com um grande montante de recursos advindos do IAIA, dispunha de relativa autonomia, tendo em vista que o órgão integrava a administração sanitária federal e era acentuada sua subordinação a uma estrutura nacional recentemente reorganizada e cujo papel centralizador era notável, como era o caso da Secretaria de Salubridade e Assistência mexicana; ao passo que o Sesp correspondia a uma agência com estatuto especial, usufruindo de completa autonomia orçamentária, jurídica e administrativa. A independência do Sesp foi, de fato, tão pronunciada que gerou contenda com o Departamento Nacional de Saúde, dirigido pelo sanitarista João de Barros Barreto. Além disso, considerada excessiva por alguns setores, a autonomia do Sesp ajudou a alimentar as

acusações de que se tratava de um instrumento sanitário do imperialismo americano no país.

Mas, se efetivamente, os Estados Unidos foram bem sucedidos em “exportar” para Brasil e México alguns dos pilares do seu modelo médico-sanitário como a ênfase na educação sanitária, a aposta no método de organização da comunidade e a atenção à dimensão sócio-cultural da saúde, por outro lado, isso não significa que tenha havido mera transplantação, nem tão pouco que possa ser ignorada a influência exercida por conjunturas e atores nacionais, destacando-se, neste sentido, tanto o empenho de sanitaristas e burocratas latino-americanos para assumir a direção dos serviços cooperativos, quanto, a emergência de uma preocupação com a adequação dos programas às condições locais.² Creio que a própria proposta de contar com a assessoria antropológica seja um sinal deste esforço, uma vez que os estudos antropológicos cumpriam, entre outras funções: a de oferecer subsídios para as ações através de levantamentos sócio-econômicos e provisão de informações etnográficas; a de apontar as dissonâncias entre as ações implementadas e as necessidades e expectativas das populações atendidas; e, a de demonstrar, quando fosse o caso, como fatores relativos a padrões culturais e organização social podiam estar comprometendo os resultados dos programas. O uso das ciências sociais como um expediente válido para tornar as ações médico-sanitárias mais apropriadas a contextos sócio-culturais heterogêneos já era, como vimos, uma prática no México, sobretudo no âmbito dos projetos de desenvolvimento voltados para as populações indígenas e camponesas; contudo, no Brasil, somente nos anos cinquenta foram lançadas as primeiras experiências com este fim.

As iniciativas do Sesp de apostar na aplicação das ciências sociais à educação sanitária e insistir na dimensão sócio-cultural da saúde teriam sido sim inovadoras no contexto brasileiro, e, neste sentido, permanece a questão do peso da influência norte-

² Esta preocupação se encontra registrada nos relatórios do Sesp: “Constituído sob a influência do melhor sanitarismo americano, sentiu o Sesp, todavia, que o problema de saúde nas zonas rurais brasileiras não era unicamente um problema de técnicas avançadas, mas, principalmente, de adaptação destas técnicas, originalmente destinadas a uma estrutura econômica e social de alto nível de desenvolvimento a condições adversas. O Sesp cedo compreendeu que a saúde pública não é apenas um conjunto de técnicas, mas uma atividade social que deve colocar-se em harmonia com o nível geral da sociedade em que se desenvolve” No Relatório Final do Sesp 1942-1960 de autoria do superintendente Henrique Maia Penido ao representante da USOM no Brasil, p. 9, BR. FIOCRUZ-COC/FSESP/A/00/OP/00/127:

americana. Todavia, considerando este aspecto, pode ser relevante registrar a visão retrospectiva de um ilustre “sespiano” e sua tentativa de “relativizar” tal influência. Em uma entrevista concedida em 1978, o ex-superintendente do Sesp Ernani Braga observa que no Sesp “já se pensava a saúde no contexto social como algo que não pode ser isolado” e quando indagado sobre quando e como teria ocorrido o processo “em que o trabalho com a saúde pública deixa de se orientar apenas pelos princípios da bacteriologia e parasitologia e passa a recorrer também às contribuições das ciências sociais”, Braga explica que de fato esta mudança ocorreu com o próprio desenvolvimento das atividades do Sesp e, em suas palavras: “muito por influência do trabalho realizado em campo, da sociologia, da moderna epidemiologia e das outras profissões de saúde envolvidas”. Finalmente, ele concorda que, em grande parte, foram os americanos que trouxeram esta concepção abrangente da saúde, mas assinala que ela “foi fruto também de uma consciência nossa, dos brasileiros envolvidos, porque entendemos que era o momento de lançar nossas posições sobre a maneira correta de proceder em matéria de trabalho em saúde, especialmente nas zonas rurais e mais remotas” (Braga, 2004, 137-138).

O esforço em resgatar a política do Sesp enquanto uma iniciativa dos brasileiros não deixava também de ser um revide às teses de que a agência teria sido responsável pela americanização da nossa saúde. Aliás, bastante controversa, a questão da americanização se inseriu em um debate mais amplo que absorveu as atenções da sociedade brasileira no pós-guerra. Remetendo a este período, o historiador Antonio Pedro Tota recompõe a polêmica:

“Foi difícil para muitos admitir que o Brasil estava se americanizando. Transformado em verdadeira polêmica, o tema da ‘americanização’, quase sempre associado à modernização, é objeto de perene discussão. Acadêmicos, intelectuais e artistas gastaram, e ainda gastam, consideráveis argumentos a favor e contra. Os laços entre cultura e dependência econômica são bastante evidentes nas análises. Irresistível o maniqueísmo nos estudos da ‘americanização’ do Brasil. As aspas têm, pois, sua razão de ser. O fenômeno é ora interpretado como um grande perigo destruidor da nossa cultura, influenciando-a negativamente; ora, de forma oposta, é visto como uma força paradigmática e mítica, capaz de tirar-nos de uma possível letargia cultural e econômica, trazendo um ar modernizante para a sociedade brasileira (Tota, 2000, 11).

Dentro desta última perspectiva, setores expressivos da nossa sociedade buscavam no Norte os padrões modernos de ciência, educação, saúde a fim de renovar o panorama nacional. Podemos lembrar dos sanitaristas ex-bolsistas da Fundação Rockefeller e formados na *John Hopkins School* que assumiram a liderança do Sesp; no mais ilustre discípulo de John Dewey no Brasil, o professor Anísio Teixeira, responsável por esforços notáveis para reformar o sistema educacional brasileiro; nas iniciativas dos diretores da ELSP, Simonsen e Ciro Berlinck, e da diretora do Museu Nacional, Heloísa A. Torres de apostar na importação de cientistas sociais norte-americanos para desenvolver este campo de estudos nas respectivas instituições. À frente deste movimento ainda, especialistas estadunidenses encarregavam-se de divulgar os valores do seu país por aqui, demonstrar os benefícios da cooperação bilateral e defender a via americana para a modernização do Brasil. Assim, na obra *Uma comunidade amazônica* (1953), é o modelo de desenvolvimento dos EUA que Wagley tem em mente quando faz recomendações para guiar a mudança sócio-cultural e econômica da Amazônia.

Contudo, importantes fatores operavam na contramão de uma ampla aderência ao modelo americano. Persistiam as habituais suspeitas com relação às intenções subjacentes à boa vontade demonstrada pelo “grande irmão do norte”, assim como as resistências nacionalistas à presença americana. Mas, afora isso, havia o fato de que nossa *intelligentsia*, a despeito da receptividade com relação aos aportes das ciências sociais norte-americanas, cultivava suas próprias idéias acerca de qual deveria ser o modelo de desenvolvimento a ser seguido pelo país; a metodologia proposta pela CEPAL converte-se em uma influência importante; e, ademais, obviamente, os governos do período avançaram seus próprios planos desenvolvimentistas para o país, revelando-se ora mais, ora menos sintonizados com as diretrizes americanas.

De todo modo, como o fim da guerra, a América Latina perde a centralidade nos planos geopolíticos da potência estadunidense e a estratégia de aproximação cultural deixa de ter importância. A despeito de subsistirem o interesse pelo controle do mercado regional e a preocupação com a segurança hemisférica, no cenário desenhado pela Guerra Fria, é a região do Pacífico que se torna mais “quente” do ponto de vista da política externa americana. A desaceleração da ajuda americana e o desinteresse pela conservação das boas relações de vizinhança tornam-se evidentes até mesmo para os habitantes da remota

Gurupá, no Vale Amazônico, os quais, em 1948, sob a ameaça de fechamento do Centro de Saúde do Sesp na localidade, reclamam da conduta oportunista dos Estados Unidos declarando que estes “eram apenas ‘amigos em tempos de guerra’” (Wagley, 1977, 73).

A partir de 1949, os vizinhos (e outrora disputados parceiros) do sul atrairiam ainda um sopro de atenção através dos programas do Ponto IV. Contudo, não foi suficiente para deter o processo de esvaziamento da assistência técnica americana e da política de relações culturais. Em 1951, é extinto o Comitê Interdepartamental de Cooperação Científica e Cultural do Departamento de Estado, condenando ao fim também o Instituto de Antropologia Social da *Smithsonian Institution*. O Instituto de Assuntos Interamericanos sobrevive porque consegue com sucesso atrelar seus programas de saúde e saneamento à lógica do Ponto IV (Campos, 2006), porém ainda assim, cairia vertiginosamente o peso da participação americana nos programas cooperativos – cujo financiamento seria assumido cada vez mais pelos governos dos países beneficiados.

* * *

Longe de ser necessariamente pensada sob o signo da americanização, a modernização se manteve como idéia motriz tanto da agenda política quanto do pensamento social da América Latina do pós-guerra. Como pode ser apreendido das experiências brasileira e mexicana, no campo da ação do Estado, o projeto modernizador previa: a exploração econômica de áreas remotas com consideráveis riquezas naturais, minerais e hídricas; a expansão do controle da administração federal através de intervenções nas regiões mais pobres e desassistidas das nações em questão; a ampliação das ações médico-sanitárias e educacionais para atender às populações rurais; o saneamento do interior; a integração das comunidades indígenas à sociedade nacional; os programas de desenvolvimento regional e expansão econômica (Fausto, 1995; Paiva, 2003; Campos, 2006). No campo da pesquisa social, por sua vez, a temática dominante era a da mudança social. Grupos marginalizados como negros, índios, camponeses e caboclos correspondiam aos objetos de investigação privilegiados para avaliar a dinâmica da mudança e expor as contradições da modernidade. A expectativa era que tais estudos, ao fornecer informações sobre diferenças culturais e desigualdades sociais, ao identificar os obstáculos à mudança e

alertar acerca dos problemas enfrentados no curso da transição do mundo tradicional para o moderno, pudessem resultar em aplicação prática. Projetos coletivos de investigação etnográfica e estudos de comunidade foram conduzidos com o propósito de oferecer subsídios para políticas de saúde, educação e desenvolvimento de comunidade e estiveram assim articulados a intervenções administrativas. Esta foi uma tendência forte e não pode ser ignorada nos balanços acerca da produção sócio-antropológica latino-americana dos anos cinquenta, como se conclui da apreciação feita pelo antropólogo Rodolfo Stavenhagen:

“Já foi mencionada a preferência que manifesta a antropologia cultural e social pelos estudos de comunidades – particularmente entre a população indígena. Brasil, Guatemala, México e Peru então na liderança quanto ao número de estudos de comunidades que tem sido conduzido dentro de suas fronteiras. Muitos destes estudos tem tido relação direta com os programas governamentais de bem-estar social e desenvolvimento, e mais de um foi desenvolvido em relação a projetos de saúde pública. Os ministérios de saúde e outros organismos de saúde pública e assistência empregam cada vez em maior número os antropólogos sociais para realizar levantamentos sociais preliminares em zonas que deverão ser afetadas por programas de ação, para tomar parte no planejamento e execução desses programas. Os antropólogos centram sua atenção principalmente nos programas de mudança cultural e social nas zonas atrasadas” (Stavenhagen, 1966, 25).

É interessante assinalar, que ao lado do interesse de governos nacionais e de agências internacionais em fomentar pesquisas úteis do ponto de vista das intervenções modernizadoras, houve, por parte dos próprios cientistas sociais da época, um reconhecimento quanto à pertinência de os estudos de comunidade disponibilizarem o conhecimento detalhado da realidade social para uso prático. No caso brasileiro, o grande expoente da escola paulista de sociologia, Florestan Fernandes, não deixou de defender a criação de “possibilidades concretas de aproveitamento prático dos conhecimentos sociológicos, na solução de problemas sociais brasileiros” (Fernandes, 1958, 231). Ele apontou o estudo de Wagley sobre Gurupá como pioneiro por “introduzir, nos estudos de comunidade, o impulso que conduz as pesquisas para fins práticos objetivos, tão importantes na sociedade brasileira do presente” (Fernandes, 1958, 49). Até mesmo Donald

Pierson, responsável por imprimir à ELSP um ethos acadêmico de trabalho sociológico, acabou associando seu grande projeto coletivo de estudos de comunidade do Vale do São Francisco às demandas do plano de valorização econômica da região, o qual era executado por uma agência federal. Dentro da administração pública, os cientistas sociais foram chamados a atuar nos campos da política indigenista, saúde pública e educação. SPI, Sesp e CBPE foram as principais agências estatais a arregimentar estes profissionais e a apostar que a pesquisa de natureza sócio-antropológica correspondia a uma ferramenta importante para o aperfeiçoamento das políticas sociais.

Ainda assim, as experiências levadas a cabo no Brasil foram acanhadas quando contrastadas com o caso mexicano. No México, a própria rotinização do trabalho antropológico esteve associada à política do Estado revolucionário. A participação da antropologia no amplo programa governamental de desenvolvimento e integração das populações indígenas à nação e o papel que ela exerceu na construção do nacionalismo mexicano asseguraram à disciplina uma infra-estrutura institucional notável e um lugar de destaque na política nacional. Incorporada pelo aparato administrativo e contando com uma instituição especialmente voltada para a formação de antropólogos profissionais a serviço do governo – a ENAH – a antropologia mexicana estava, já nos anos cinquenta, incomparavelmente mais desenvolvida e institucionalizada do que a antropologia brasileira, e, no seu caso, a orientação para a ação foi muito mais acentuada. De fato, a tradição mexicana fornece alguns dos mais ricos exemplos de engajamento dos antropólogos nos programas de intervenção, assim como do uso aplicado de investigações etnográficas e estudos de comunidade, tendo em vista o enfrentamento da questão indígena. Não surpreende que tenham sido feitas então, tentativas de exportação do indigenismo mexicano para outros países latino-americanos, inclusive o Brasil.³

Todavia, apesar da existência de certo otimismo por parte dos antropólogos do período tanto com relação às contribuições da disciplina, quanto com respeito às potencialidades da mudança social dirigida, prevaleceu entre eles uma perspectiva crítica quanto ao modo como as agências planejavam e executavam o programa de intervenção nas chamadas comunidades de *folk*. Falhas foram denunciadas, como, por exemplo: o desprezo a grupos sociais (no caso dos “livres”, analisado por Isabel Kelly), o desconhecimento

³ Sobre tal tentativa consultar Casas Mendoza, 2005.

quanto às concepções e práticas com relação ao corpo, saúde e doença (no caso das populações indígenas atingidas pela campanha de erradicação da malária que foi discutido por Kelly e Manzanedo), a tendência a subestimar a capacidade dos grupos sociais de recorrer aos recursos da medicina científica sem abandonar os métodos e agentes tradicionais de cura, e do mesmo modo, incorporar instruções médico-sanitárias sem perder a crença nas etiologias populares (no caso das campanhas de educação sanitária dentro dos exemplos trazidos por Raposo Fontenelle). Ainda assim, Gilles Bibeau censura a antropologia da época por ter conferido pouca atenção aos problemas sanitários e de saúde que acompanhavam ou surgiam em decorrência do desenvolvimento econômico, do crescimento urbano rápido e da industrialização, como distúrbios psicológicos e mentais, doenças venéreas, tuberculose, disfunções alimentares e alcoolismo (Bibeau, 1981).

De todo modo, é difícil não reconhecer que todo este capítulo da história da antropologia que diz respeito à sua articulação com o campo da cooperação interamericana em saúde e aos esforços para promover projetos coletivos de estudos de comunidade atrelados a políticas públicas acaba nos remetendo às difíceis e controversas relações entre antropologia e desenvolvimento – cujas origens radicam na época colonial, mas sempre se atualizam, revestindo-se com novas roupagens. Uma das mais influentes discussões acerca do envolvimento da disciplina com o desenvolvimento foi feita por Arturo Escobar. Do ponto de vista deste autor, o desenvolvimento corresponde a um regime de representações e práticas políticas que inclui organismos internacionais e que teria sido capaz de moldar a história desde o pós-Segunda Guerra, seja através da invenção do Terceiro Mundo enquanto um domínio, ao mesmo tempo geográfico e imaginário, marcado pela carência, doença e pobreza, seja através da dinâmica de intervenção neste território. Em decorrência desta concepção crítica e negativa do desenvolvimento, Escobar considera absolutamente problemática a participação dos antropólogos no aparato desenvolvimentista (Escobar, 1991).

James Ferguson discute a questão, ressaltando as ambivalências da disciplina com relação ao desenvolvimento. A antropologia se revelaria céptica quanto à idéia e ao mesmo tempo capturada por ela; oscilando entre uma posição que reconhece a miséria do presente e as promessas do progresso econômico e social, e uma posição que desconfia dos benefícios da mudança e inquieta-se com os possíveis efeitos danosos sobre a diversidade

cultural. Frequentemente, afirma o autor, o sub-campo da antropologia aplicada é visto com desdém pela vertente acadêmica que rejeita o envolvimento da disciplina em projetos de desenvolvimento, entendendo que tal participação pode ser considerada uma forma de neo-colonialismo (Ferguson, 1997).

Por tudo isso, as interações entre tradições antropológicas nacionais e regimes de desenvolvimento têm de ser muito bem contextualizadas uma vez que variam tanto as conotações particulares que o desenvolvimento assume em cada país, em diferentes períodos,⁴ quanto as expectativas com respeito às formas de atuação de cientistas sociais e antropólogos – quando então, impõem-se questões como a responsabilidade social do intelectual, a militância ao lado dos grupos pesquisados, a legitimidade do engajamento político.

Neste sentido, como a polêmica em torno das declarações de Robert Redfield e de Oscar Lewis sobre o impacto das políticas de desenvolvimento no contexto mexicano ilustra, também é possível que do ponto de vista dos antropólogos dos países em desenvolvimento sejam encaradas como um tipo de neocolonialismo justamente as perspectivas antropológicas mais reticentes com relação à mudança, interessadas na preservação cultural e apreensivas quanto aos efeitos colaterais da modernização.⁵ De todo modo, vale lembrar que na conjuntura do México do pós-guerra, quando se desenrolou tal polêmica, a antropologia nacional dominante estava profundamente comprometida com os projetos desenvolvimentistas do Estado e, portanto, naquela conjuntura, a crítica ao desenvolvimento é que se revelava contra-hegemônica no campo da disciplina. Esta crítica era ainda mais inaceitável, como demonstrou Lomnitz, se feita por um pesquisador norte-americano, encarado como alguém ocupado em inventariar a diversidade indígena e pouco

⁴ Ou seja, as intervenções podem ser encaradas como necessárias e positivas para o avanço social (como ocorreu no Brasil do pós-guerra e do período do nacional-desenvolvimentismo) ou como uma ameaça à sobrevivência física e também cultural dos povos (no caso da virada que se deu por aqui no contexto da ditadura militar). Depende de como são estimados os custos sociais dos programas de fomento à industrialização, dos grandes projetos hidrelétricos, das políticas de deslocamento de grandes contingentes populacionais, da Revolução Verde.

⁵ Este contraste entre as posições do antropólogo estrangeiro e do nativo também foi observado por Roger Bastide. Ele comenta: “Coisa curiosa. O antropólogo branco é, aqui, muitas vezes mais cioso desta relatividade das civilizações a forçar a descoberta de soluções originais que o público nativo ou o antropólogo de cor. A estes últimos, que estudaram em universidades ocidentais, às vezes parece que o etnólogo, ao acentuar a importância das diversidades culturais e da necessidade de respeitá-las, limita-se a ser um ‘colonialista’ ou um ‘neocolonialista’ que deseja mais retardar do que acelerar o progresso, de modo a manter a superioridade do mundo dos brancos e a dependência das antigas colônias emancipadas” (Bastide, 1979, 32).

comprometido com os problemas sociais enfrentados pela população (Lomnitz, 2001). Neste sentido, os desafios e as tensões que estão sempre presentes no processo de tomada de posição do antropólogo acabam sendo mais visíveis no caso do antropólogo estrangeiro, mas, de todo modo, em nosso *métier*, o profissional não deixa de ser invariavelmente cobrado por suas escolhas, seja por manter-se alheio aos problemas práticos, seja por avançar os limites da preocupação teórica e visar à intervenção. Novamente, a antropologia mexicana nos oferece um exemplo através do caso da geração dos antropólogos indigenistas do pós-guerra que foi acusada por seus conterrâneos da geração dos anos sessenta de praticar um neo-colonialismo interno.

Por outro lado, no caso do Brasil, no que tange ao diálogo da antropologia com o desenvolvimento, a etnologia que se desenvolveu nos anos 50 (e que tem em Eduardo Galvão, Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira seus principais nomes) foi reconhecida, como bem ressalta Mauro Almeida, por criar “à sua maneira uma etnografia diretamente comprometida com os conflitos internos da nação, tratando-os na escala das ‘frentes de expansão do capitalismo’” (Almeida, 2003, 73) – uma experiência de militância que teria imprimido sua marca na tradição antropológica nacional. Por aqui nunca coube pensar em aplicação da antropologia a uma agenda estatal desenvolvimentista. Os antropólogos brasileiros costumam conceber sua disciplina como detentora de um estilo próprio (Cardoso de Oliveira, 2000), uma particularidade: o compromisso com as populações estudadas e seus interesses. Do ponto de vista da etnologia indígena este engajamento político foi sempre apreciado e incentivado.

No tocante à chamada antropologia da sociedade nacional, representada na época, em boa parte, pelos estudos de comunidade, tal preocupação com o destino das populações pesquisadas no contexto de modernização também não esteve ausente. A expectativa de que o conhecimento produzido através desta modalidade de investigação deveria orientar o planejamento e a intervenção podia, inclusive, ser colocada de forma muito precisa e clara pelos pesquisadores envolvidos em estudos deste tipo, como no caso da seguinte exposição do sociólogo e ex-aluno da ELSP, Oracy Nogueira: “na medida em que se multiplicarem, em que se divulgarem seus resultados e se obtiver, através de sua síntese, uma visão panorâmica mais adequada da realidade nacional, os estudos de comunidade poderão contribuir para uma correção parcial da tendência político-administrativa de se

concentrarem os recursos disponíveis na solução dos problemas que afetam as populações dos centros de maior densidade, em detrimento dos que afetam a população rural e a dos menores e mais afastados núcleos demográficos” (Nogueira, 1955, 99). Tratava-se então de dirigir os investimentos para a comunidade, para seu desenvolvimento, para a melhoria das condições sanitárias e educacionais.

REGISTRO ICONOGRÁFICO



Imagem nº 1

'Vacinação no Araguaia'. Relatório SPI, de João Leão da Motta sobre a viagem ao Araguaia, 1956.



Imagem nº 2

“Vacinação no Araguaia”. Relatório do médico do SPI João Leão da Motta sobre a viagem ao Araguaia, 1956.



Imagem nº 3

“Política da boa vizinhança”. Relatório do médico do SPI João Leão da Motta sobre a viagem ao Araguaia, 1956.



Imagem nº 4

“Recebendo remédios”. Relatório do médico do SPI João Leão da Motta sobre a viagem ao Araguaia, 1956.



Imagem nº 5

“Vista de Gurupá”. Registro fotográfico do projeto de construção do Centro de Saúde de Gurupá, Pará. Programa da Amazônia do Sesp, 1945.



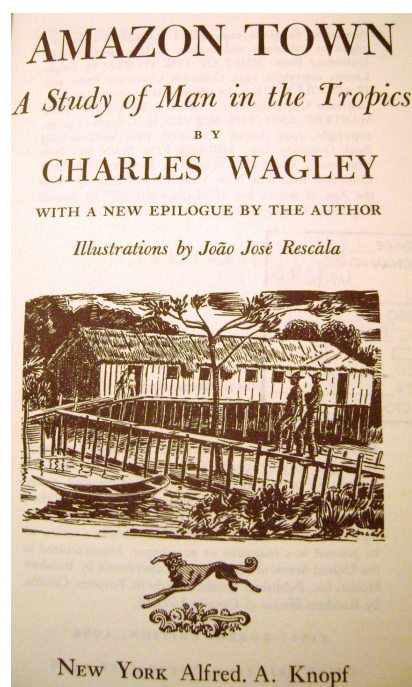
Imagem nº 6

“Trabalhadores na construção do Centro de Saúde de Gurupá”, Registro fotográfico do projeto de construção do Centro de Saúde de Gurupá, Pará. Programa da Amazônia do Sesp, 1945.

A representação do THE INSTITUTE OF INTER-AMERICAN AFFAIRS e a Diretoria do Programa da Amazônia do SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA, têm a honra de convidar V. Excia. para as solenidades de inauguração dos Hospitais de Breves e Santarém e Centros de Saúde de Abaetetuba, Altamira, Cametá, Gurupá e Monte Alegre.

Imagem nº 7

Convite para a inauguração de hospitais e centros de saúde do Sesp na Amazônia, 1945.
Inauguração do Centro de Saúde de Gurupá, Pará. Programa da Amazônia do Sesp, 1945.



Fotografia nº 8

Frontispício do livro de Charles Wagley "Amazon Town", um estudo de comunidade sobre Itá, nome fictício para Gurupá.



Imagem nº 9

“Unidade Sanitária de Piassabussu”. Programa do Nordeste do Sesp. (sem data)

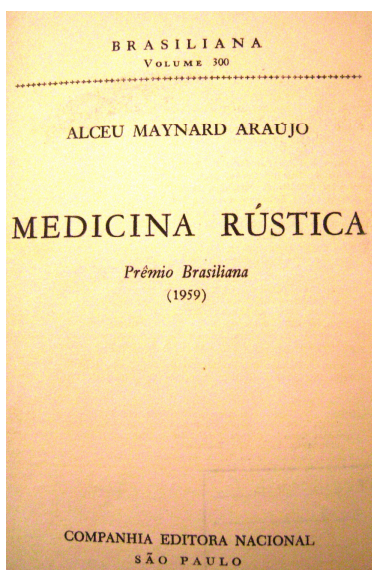


Imagem nº 10

Frontispício do livro de Alceu Maynard Araújo “Medicina Rústica”.



Imagem nº 11

Fotografia de Alceu M. Araújo em campo reproduzida de seu livro “Medicina Rústica”.

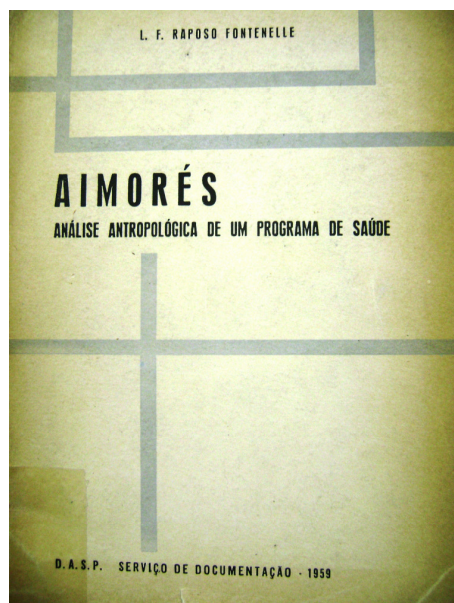


Imagem nº 12

Capa do livro de Luiz Fernando Raposo Fontenelle “Aimorés: análise antropológica de um programa de saúde”.



Imagem nº 13

“Visão da reforma completa”. Construção de uma extensão para o Centro de Saúde da cidade de Aimorés, Minas Gerais, Programa do Sesp.



Imagem nº 14

“As professoras-alunas assistindo uma palestra para curiosas”, Relatório das atividades do Curso de Educação Sanitária para professoras primárias rurais, Programa do Nordeste do Sesp.



Imagem nº 15

“Cerimônia de Inauguração , Diretor W. R. Stone, Colaborador A. R. Harris, Dr. P. Gamboa, Embaixador Thruston, Dr. I. Morones P. Dr, G. Argil”,
Xochimilco, D.F. Centro de Higiene.



Imagem nº 16

Folheto da Secretaria de Salubridad y Asistencia do México

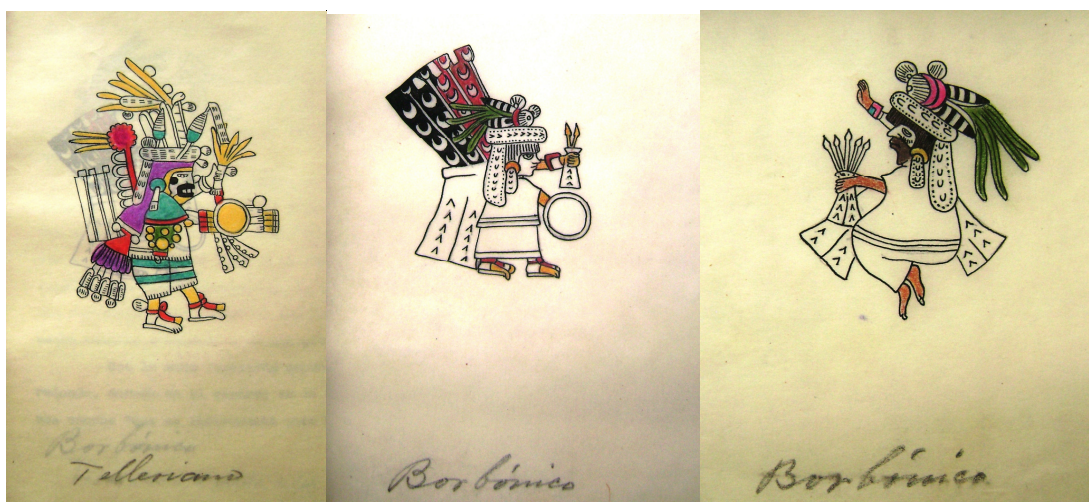


Imagem nº 17

Desenhos do Deus da Saúde segundo os Códigos Telleriano e Borbónico.

THE INSTITUTE OF INTER-AMERICAN AFFAIRS

AN AGENCY OF THE GOVERNMENT OF THE UNITED STATES OF AMERICA
DIVISION OF HEALTH, WELFARE AND HOUSING

MEXICO, D. F.
Diciembre 9, 1954

OFFICE
SECRETARIA DE
SALUBRIDAD Y ASISTENCIA
LIEJA Y REFORMA

Sr. Dr. Manuel Pesqueira
Subsecretario, Secretaria de
Salubridad y Asistencia
Edificio.-

Estimado Dr. Pesqueira:

Adjunto tengo el gusto de enviarle
tres copias de la traducción al español de cada uno de
los informes preparados por la Dra. Isabel Kelly, Antro-
póloga del Instituto de Asuntos Interamericanos, intitula-
dos:

"El Adiestramiento de Parteras en México desde el Punto
de Vista Antropológico"

"Notas Acerca del Diseño de un Hidrante"

"El Programa de Bienestar Social Rural, con algunas Re-
ferencias Especiales al Proyecto Piloto en Villa José
Cardel, Veracruz".

Espero que estos informes sean de
utilidad para usted.

Atentamente,

Trois Johnson

DR. TROIS E. JOHNSON
Jefe de la Misión

Anexos: 9
bag.

Imagem nº 18

Carta de Trois Johnson para Manuel Pesqueira, comunicando o envio dos trabalhos da antropóloga Isabel Kelly, 9 de Dezembro 1954.

Lista de Ilustrações

Imagens Nº 1 – 4

Museu do Índio (FUNAI). Fundo SPI. *Relatório do médico João Leão da Motta sobre a viagem ao Araguaia, 1956*. Filme 380, fot. 186 – 188;190. Rio de Janeiro, 2008.

Imagens Nº 5 – 7

Acervo da Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação, Fundo Sesp, BR. FIOCRUZ-COC/ FSESP/ AMS/ 00/ US/ 00/ 20.

Imagem Nº 8

WAGLEY, Charles. *Amazon Town. A Study of Man in the Tropics*. New York: Alfred A. Knopf, 1968.

Imagem Nº 9

Acervo da Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação, Fundo Sesp, BR. FIOCRUZ-COC/ FSESP/ AMS/ 00/ US/ 00/ 123, página 70.

Imagens Nº 10-11

ARAÚJO, Alceu Maynard. *Medicina Rústica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

Imagem Nº 12

FONTENELLE, L. F. Raposo. *Aimorés: análise antropológica de um programa de saúde*. DASP, 1959.

Imagem Nº 13

Acervo da Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação, Fundo Sesp, BR FIOCRUZ COC/ FSESP/ AMS/ 00/ US/ 00/ 21, página 25.

Imagem Nº 14

Acervo da Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação, Fundo Sesp, BR FIOCRUZ COC/ FSESP/ AMS/ 00/ CT/ EDS /06.

Imagem Nº 15

Archivo Histórico da Secretaria da Salubridad y Asistencia do México, Fundo SSA, Sección SubSya, Cajá 6, Expediente 2, “Programa Propuesto para Mejoras Sanitarias em Xochimilco por el Centro de Higiene de Xochimilco”.

Imagem Nº 16

Archivo Histórico da Secretaria da Salubridad y Asistencia do México, Fundo SSA, Sección SubSya, Cajá 6, Expediente 2.

Imagem Nº 17

Archivo Histórico da Secretaria da Salubridad y Asistencia do México, Fundo SSA, Sección SubSya, Cajá 6, Expediente 2, “Informe para el Sr.Dr. Gustavo Baz acerca del Dios de la Salud”.

Imagem Nº 18

Archivo Histórico da Secretaria da Salubridad y Asistencia do México, Fundo SSA, Sección SubSya, Cajá 49, Expediente 6.

Abreviaturas

CBPE	Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
CCI	Centros Coordenadores Indigenistas
CEPAL	Comisión Económica para América Latina y el Caribe
CIA	Central Intelligence Agency
CRPE	Centros Regionais de Pesquisas Educacionais
DCISP	Dirección de Cooperación Interamericana en Salud Pública
ELSP	Escola Livre de Sociologia e Política
ENAH	Escuela Nacional de Antropología y Historia
FBI	Federal Bureau of Investigation
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IAIA	Instituto de Assuntos Interamericanos
III	Instituto Indigenista Interamericano
INAH	Instituto Nacional de Antropología y Historia
INEP	Instituto Nacional de Pesquisa e Estudos Pedagógicos
INI	Instituto Nacional Indigenista
ISA	Institute of Social Anthropology
OCIAA	Escritório do Coordenador de Assuntos Interamericanos
OMS	Organização Mundial de Saúde
OPAS	Organização Pan-americana de Saúde
SESP	Serviço Especial de Saúde Pública
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SSA	Secretaria de Salubridad y Asistencia
SUSA	Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas
USAID	Agência para o Desenvolvimento Internacional
USOM	United States Operations Missions

Acervos e arquivos consultados

Fundo Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, Acervo da Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação, Fiocruz, Rio de Janeiro.

Fundo Donald Pierson, Arquivo Edgar Leuenroth/AEL, Unicamp, Campinas.

Fundo Roberto Cardoso de Oliveira, Arquivo Edgar Leuenroth/AEL, Unicamp, Campinas.

Fundo da Secretaria de Salubridad y Asistencia, Arquivo Histórico da Secretaria de Salud/AHSS, Cidade do México, D.F.

Acervo Microfilmado do Setor de Documentação (SEDOC), Fundo SPI, Museu do Índio (FUNAI), Rio de Janeiro.

Ozzie Gordon Simmons Papers. National Anthropological Archives/NAA, Smithsonian Museum Support Center, Suitland, Maryland.

Records of Institute of Social Anthropology Smithsonian Institution 1942-1952. National Anthropological Archives/NAA, Smithsonian Museum Support Center, Suitland, Maryland.

RG 229, Department of Basic Economy, Health and Sanitation Division, Monthly Progress Reports of Fields Parties (E-143), Brazil, National Archives and Records Administration /NARA, Maryland College Park, MD.

Bibliografia

ADDAMS, Richard N. La Antropologia Aplicada em los Programas de Salud Pública de la América Latina. *Boletín de la Oficina Sanitária Panamericana*. 33, 1952, 198-305.

AGUIRRE BELTRÁN, Gonzalo. “Formación de una teoría y una practica indigenistas” In: *INI: 40 Años*. México: Instituto Nacional Indigenista, 1989.

La escuela antropológica mexicana y su aporte a la teoría e la práctica de la integración regional, *Universitas: Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia*, no 6/7, 1970, 135-154.

The Theory of Regional Integration: The Coordinating Centers, *América Indígena*, Vol XV, 1955a, 29-42.

Programas de Salud en la Situación Intercultural. México: Instituto Indigenista Interamericano, 1955b.

ALMEIDA, Mauro W. B. de “A etnografia em tempos de guerra: contextos temporais e nacionais da definição do objeto da antropologia” In: PEIXOTO, Fernanda A., PONTES, Heloísa, SCHWARCS, Lilia (orgs.) *Antropologias, histórias, experiências*. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2004.

AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1980.

Annual Report of the Board of Regents of the Smithsonian Institution, 1943. Washington: United States Government Printing Office, 1944.

ANZURES Y BOLAÑOS, María del Carmen. “La medicina tradicional” In: GARCÍA MORA, Carlos (coord). *La Antropología en México. Panorama Histórico*. 15 Vols., Ciudad do México: Instituto Nacional de Antropología y Historia, 1987-1988.

ARAÚJO, Alceu Maynard. *Medicina Rústica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979 [1961].

ARCE, Alberto e LONG, Norman (edits.) *Anthropology, development and modernities. Exploring discourse, counter-tendencies and violence*. London and New York: Routledge, 2000.

ARMUS, Diego. “Legados y Tendencias en la historiografía sobre la enfermedad en América latina moderna” In: ARMUS, Diego (comp.). *Avatares de la medicalización en América latina 1870-1970*. Buenos Aires: Lugar editorial, 2005.

“Disease in the Historiography of Modern Latin America” In: ARMUS, Diego (ed). *Disease in the History of Modern Latin America. From Malaria to AIDS*. Durham & London: Duke University Press, 2003.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento e GARCIA, Sylvia Gemignani. *Florestan Fernandes: mestre da Sociologia moderna*. Brasília: Paralelo 15, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2003.

ARTIS MERCADET, Gloria. A que nos referimos cuando hablamos de antropologia. Disponibilizado em:

http://www.antropologia.inah.gob.mx/pdf/pdf_presentacion/introduccion.PDF.

(acessado em 17/06/09)

ASAD, Talal.(ed) *Anthropology & the Colonial Encounter*. London: Ithaca Press and Atlantic Highlands, Humanities Press, 1985.

BADGLEY, R. F e SCHULTE, Marjorie. “Las ciencias de la conducta y la medicina en la America Latina. Bibliografía Selecta”. In: BADGLEY, Robin F (ed.). *Ciencias de la conducta y enseñanza medica en América Latina*. New York: Publicación Trimestral de la Fundación Milbank Memorial, vol XLIV, Parte 2, 1966, 55-74.

BAEZ LANDA, MARIANO. *Antropologia aplicada e os ‘outros’ no México: experiência disciplinar e pratica social*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Campinas: IFCH, UNICAMP, 2000.

BARROS, Maria Cândida Drumond Mendes. A missão Summer Institute of Linguistics e o indigenismo latino-americano: história de uma aliança (décadas de 1930 a 1970). *Revista de Antropologia*, 2004, V. 47 N° 1, 51-85.

BARUZZI, R.G., MARCOPITO, L.F. e IUNES, M. Programa médico preventivo da escola paulista de medicina no Parque Nacional do Xingu. *Revista de Antropologia*, vol 21, 1978.

BASHKOW, Ira. “The Dynamics of Rapport in a Colonial Situation: David Schneider’s Fieldwork on the Islands of Yap” In: STOCKING JR., George W. *Colonial*

Situations. Essays on the Contextualization of Ethnographic Knowledge History of Anthropology, Vol 7. The University of Wisconsin Press, 1994.

BASTIDE, Roger. *Antropologia Aplicada*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1979.

BATALLA, Guillermo Bonfil. *México Profundo: Una Civilización Negada*. México, D.F.: Random House Mondadori, 2006.

BEALS, Ralph. Fifty years in Anthropology. *Annual Review of Anthropology*. Vol. 11, 1-23, 1982.

BENEDICT, Ruth. *O Crisântemo e a Espada: padrões da cultura japonesa*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002 [1946].

BIBEAU, Gilles. Current and future issues for medical social scientists in less developed countries. *Social Science and medicine*, vol 15A, 357-370, 1981.

Boletim do Sesp, Rio de Janeiro, diversos números.

BOURDIEU, Pierre. “O campo científico”. In: Renato Ortiz (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

BRAGA, Ernani. “Uma História de Vida na Saúde Pública. Entrevista com Ernani Braga” In: LIMA, Nísia T., FONSECA, Cristina M.O. e Santos, Paulo R. E. dos (orgs.). *Uma escola para a saúde*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.

BRAGA, José Carlos de Souza; PAULA, Sergio Goes de. *Saúde e previdência: estudos de política social*. Rio de Janeiro, São Paulo: Cebes; Hucitec. (Saúde em debate). 1981.

BRITO BASTOS, Nilo Chaves. SESP/FSESP: 1942 – Evolução Histórica – 1991, Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 1996.

BUCHILLET, Dominique. “A antropologia da doença e os sistemas oficiais de saúde”. In: *Medicinas tradicionais e medicina ocidental na Amazônia*. Belém: Edições MPEG/CEJUP/UEP, 1991.

CAMPOS, André L. V. *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

CAMELO FILHO, José Vieira (Zuza). *Rio São Francisco, problemas e soluções: uma questão de políticas públicas*. Campinas, Tese de Pós-Doutorado, Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

CANDEIAS, Nelly M. F. Evolução Histórica da Educação em Saúde como Disciplina de Ensino na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – 1925 a 1967. *Revista de Saúde Pública*, 22 (4), 1988, 347-65.

CANESQUI, Ana. *Ciências Sociais e Saúde no Brasil*. Campinas: Editora Hucitec, 2007.

Ciências sociais, a saúde e a Saúde Coletiva. *Dilemas e Desafios das Ciências Sociais na Saúde Coletiva*. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Hucitec ABRASCO, 1995.

Antropologia e Alimentação. *Revista de Saúde Pública*. São Paulo, 22 (3), 207-216, 1988.

CANESQUI, Ana Maria; CAMARGO, Elizabeth e BARROS, Marilisa Berti de A. Introdução In: *Cadernos CEDES – Educação e Saúde*, No 4, São Paulo; Cortez Editora, 1987.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Sobre o Pensamento Antropológico*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1988.

CARRARA, Sérgio. Entre Cientistas e Bruxos: Ensaio sobre os Dilemas e Perspectivas da Análise Antropológica da Doença. In: ALVES, Paulo César e MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Saúde e Doença: um olhar antropológico*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.

CASAS MENDOZA, Carlos Alberto. *Nos olhos do outro: nacionalismo, agências indigenistas, educação e desenvolvimento, Brasil-México (1940-1970)*. Tese de Doutorado, Campinas: IFCH/UNICAMP, 2005.

CASTRO SANTOS, Luiz Antonio. “Linhagens e Perspectivas: a saúde na América Latina”, *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, v. 14, no1, março-junho, p. 185-195, 1997.

CASTRO SANTOS, Luiz Antonio e FARIA, Lina Rodrigues. *A Reforma Sanitária no Brasil: Ecos da Primeira República*. Bragança Paulista, EDUSF, 2003.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. “Oracy Nogueira: esboço de uma trajetória intelectual”. *História, Ciência e Saúde Manguinhos*, Vol II (2), Jul-Out, pp.119-134, 1995.

“O aspecto humano de nossos dados”: a relação Pierson/Nogueira, a etnografia e a abordagem das relações raciais. In: MAIO, Marcos Chor e BÔAS, Gláucia Villas. *Ideais de Modernidade e Sociologia no Brasil: Ensaio sobre Luiz Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

CHOMSKY, Noam [et al.]. *The Cold War & The University. Toward an Intellectual History of the Postwar Years*. New York: The New Press, 1997.

COLBY, Gerard. *Seja feita a vossa vontade: a conquista da Amazônia: Nelson Rockefeller e o Evangelismo na Idade do Petróleo*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

COMAROFF, Jean. *Body of power, spirit of resistance. The culture and history of a South African People*. Chicago: University of Chicago Press, 1985.

COMAS, Juan. “Estúdio preliminar” In: GAMIO, Manuel. *Antologia*. México, D.F.: Universidade Nacional Autônoma do México, 1993.

COOPER, Frederick and PACKARD, Randall. “Introduction” In: COOPER, Frederick and PACKARD, Randall (ed). *International Development and the Social Sciences. Essays on the History and Politics of Knowledge*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1997.

CORRÊA, Mariza (org). *História da antropologia no Brasil. Testemunhos. Donald Pierson e Emilio Willems*. Campinas: Editora da Unicamp. São Paulo: Editora Vértice, 1987.

CORRÊA, Mariza. “Traficantes do simbólico” In: CORREA, Mariza (org). *História da antropologia no Brasil. Testemunhos. Donald Pierson e Emilio Willems*. Campinas: Editora da Unicamp. São Paulo: Editora Vértice, 1987.

“A revolução dos Normalistas”, In *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, No. 66, 1988a, pp. 13-24, agosto.

Traficantes do Excêntrico. Os antropólogos no Brasil dos anos 30 aos anos 60. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 6 (3), 79-98, 1988b.

Antropólogas e Antropologia. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

CORRÊA, Mariza e MELLO, Januária (orgs). *Querida Heloísa / Dear Heloísa: cartas de campo pra Heloísa Alberto Torres*. Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU, Série Pesquisa, Unicamp, 2008. Disponibilizado em www.unicamp.br/pagu

COSTA, Dina Czeresnia. Política Indigenista e assistência à saúde Noel Nutels e o Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas. *Cadernos de Saúde Pública*. Vol 4, No 3, out/dez 1987, 388-401.

CUETO, Marcos e ZAMORA, Victor. *Historia, Salud y Globalización*. Lima: IEP, 2006.

CUETO, Marcos. *O valor da saúde. História da Organização Pan-americana de Saúde*. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2007.

Cold War, Deadly Fevers: Malaria Eradication in Mexico 1955-1975. Washington, D.C.: Woodrow Wilson Center Press and Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2007.

Tifo, Varíola e Indigenismo: Manuel Núñez Butrón e a medicina rural em Puno, Peru. In: HOCHMAN, Gilberto e ARMUS, Diego. *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

CUETO, Marcos (ed). *Salud, cultura y sociedad en América Latina: nuevas perspectivas históricas*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos/Organização Pan-Americana de Saúde, 1996.

Missionaries of sciences: the Rockefeller Foundation and Latin America. Bloomington: Indiana University Press, 1994.

CZITROM, Carolyn Baús. “Isabel Kelly”. In: GARCÍA MORA, Carlos (coord). *La Antropología en México. Panorama Histórico*. 15 Vols., Ciudad do México: Instituto Nacional de Antropología y Historia, 1987-1988.

D'ARAUJO, Maria Celina. Contradição ou coerência: análise de algumas políticas governamentais. In: _____. *O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. Disponibilizado em: <http://www.cpdoc.fgv.br>

DAHLGREN JORDÁN, Barbro. "La Etnología" In: GARCÍA MORA, Carlos (coord). *La Antropología en México. Panorama Histórico*. 15 Vols., Ciudad do México: Instituto Nacional de Antropología y Historia, 1987-1988.

DARNELL, Regna. History of Anthropology in Historical Perspective. *Annual Review of Anthropology*. Vol.6, 399-417, 1977.

DAVIS, Shelton. *Vítimas do milagre. O desenvolvimento e os índios do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar editora, 1978.

De la PEÑA, Guillermo. "Gonzalo Aguirre Beltrán" In: *INI: 40 Años*. México: Instituto Nacional Indigenista, 1989.

DI LEONARDO, MICAELA. *Exotics At Home: Anthropologists, Others, American Modernity*. Chicago and London, The University of Chicago Press, 1998.

DIAMOND, Sigmund. *Compromised Campus: The Collaboration of Universities with the Intelligence Community, 1945-1955*. New York: Oxford University Press, 1992.

DOS PASSOS, John. *Brazil on the Move*. Westport, Connecticut: Greenwood Press Publishers, 1974 [1963]).

DOUGHTY, Paul. American Ethnologist On Line Book Review. Disponibilizado:http://www.aaanet.org/aes/bkreviews/result_details.cfm?bk_id=3167

"Ending Serfdom in Peru: The Struggle for Land and Freedom in Vicos" In *Contemporary Cultures and Society of Latin America*, Dwight B. Heath, Editor. Prospect Heights: Waveland Press, 2004.

DUNHAM, George C. The Cooperative Health Program of the American Republics. *American Journal of Public Health and the Nation's Health*. Vol 34, No 8, 817-827, August 1944.,

EARP, Fábio Sá e KORNIS, George. "O desenvolvimento econômico sob Getúlio Vargas" In: SILVA, R. M., CACHAPUZ, P. B. e LAMARÃO, S (orgs). *Getúlio Vargas e seu Tempo*. Rio de Janeiro: BNDES, s.d.

EDDY, Elizabeth M. e PARTRIDGE, William L. (eds). *Applied Anthropology in America*. New York: Columbia University Press, 1987.

ERASMUS, Charles J. Changing Folk Beliefs and the Relativity of Empirical Knowledge. *Southwestern Journal of Anthropology*, Vol. 8, No. 4. (Winter, 1952), pp. 411-428.

An Anthropologist Views Technical Assistance. *The Scientific Monthly*. Vol. 78, No 3, Mar., 1954, 147-158.

Man takes control. Cultural Development and American AID. Minneapolis: University of Minnesota, 1961.

ERIKSEN, Thomas H. e NIELSEN, Finn S. *História da Antropologia*. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

ERIKSEN, Thomas H. *Engaging Anthropology: the case for a public presence*. Paperback Berg Publishers, 2006.

ESCOBAR, Arturo. Anthropology and the Development Encounter: The Making and Marketing of Development Anthropology. *American Anthropologist*. Vol 18, no. 4, pp.658-682, 1991.

Encountering Development: the Making and Unmaking the Third World. Princeton: Princeton University Press, 1995.

EVANS-PRITCHARD, E.E. *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005 [1937].

FABIAN, Johannes. *Time and the Other: How anthropology makes its object*. New York: Columbia University Press, 1983.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FERGUSON, James. "Anthropology and Its Evil Twin: 'Development' in the Constitution of a Discipline" In: COOPER, Frederick and PACKARD, Randall (ed). *International Development and the Social Sciences. Essays on the History and Politics of Knowledge*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1997.

FERNANDES, Florestan. *A etnologia e a sociologia no Brasil. Ensaio sobre aspectos da formação e do desenvolvimento das ciências sociais na sociedade brasileira*. São Paulo: Editora Anhembi, 1958.

FIGUEIREDO, Regina E. D. *Cuidando da saúde do vizinho: as atividades de antropólogos norte-americanos no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Campinas: Unicamp, 2004.

FONSECA, Cristina M. O. As propostas do Sesp para educação e saúde na década de 50 – uma concepção de saúde e sociedade. *Cadernos da Casa de Oswaldo Cruz*. No 1, Vol 1, Novembro de 1989, 51-58.

Trabalhando em saúde pública pelo interior do Brasil: lembranças de uma geração de sanitaristas (1930-1970). *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(2), 2000, 393-411.

FONTENELLE, Luiz Fernando Raposo. *Análise Antropológica de um programa de saúde*. Rio de Janeiro: DASP, 1959.

FOSTER, George (editor). *Empire's children: the people of Tzintzuntzan*. Mexico City: Smithsonian Institution, Institute of Social Anthropology, Publ. 6, 1948.

A Cross-Cultural Anthropological Analysis of a Technical Aid Program. Washington, D.C.: Smithsonian Institution, 1951.

Papel de la antropología en los programas de salud publica. *Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana*, 33, 345-347, 1952.

What is Folk Culture? *American Anthropologist*, Vol 55, no 2, part 1(Abr.-Jun., 1953), 159-173.

Diretrizes para Programas de Desenvolvimento de Comunidade. *Atualidades Médico-Sanitárias*, Ano XI, Julho-Dezembro, no. 55, 1955, 24-36.

Culturas Tradicionais e o Impacto da Tecnologia. São Paulo: Editora Fundo de Cultura, (1962) 1964.

Peasant Society and the Image of Limited Good. *American Anthropologist*, New Series, Vol. 67, No. 2. (Apr., 1965), pp. 293-315.

Comentario sobre “Antropología en pos de guerra”. *América Indígena*. Vol XXXI, no 4, octubre 1971, 1049-1054.

Antropología Aplicada. México: Fondo de Cultura Económica, 1974.

Applied Anthropology and International Health: Retrospect and Prospect. *Human Organization*, vol 41, no 3, 189-197, 1982.

World Health Organization Behavioral Science Research: Problems and Prospects. *Social Science & Medicine* 24, pp. 709-717, 1987.

FOSTER, G. e McCOMB, M. Kalervo Oberg 1901-1973. *American Anthropologist*, Vol 76, No 1, 357-360, 1974.

FOSTER, GEORGE M. et al. (eds) *Long-Term Field Research in Social Anthropology*. New York: Academic Press, 1979.

FRAZIER, Franklin. The Negro Family in Bahia, Brazil. *American Sociological Review*, VII, p. 465-478, 1942.

FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE/FUNASA. *Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas*. Brasília: 2002.

FRANKENBERG, R. Medical Anthropology and Development: A Theoretical Perspective. *Social Science and Medicine*. 14B: 247-54, 1978.

GAMIO, Manuel. *Antologia*. México, D.F.: Universidade Nacional Autônoma do México, 1993.

GARCÍA MORA, Carlos (coord). *La Antropología en México. Panorama Histórico*. 15 Vols., Ciudad do México: Instituto Nacional de Antropología y Historia, 1987-1988.

GARNELO, Luiza e LANGDON, Jean. “A antropologia e a reformulação das práticas sanitárias na atenção básica à saúde” In: MINAYO, M. C. S. COIMBRA Jr, C. E. A. *Críticas e Atuantes: Ciências Sociais e Humanas em Saúde na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

GENDZER, Irene L. *Managing Political Change: Social Scientists and the Third World*. Boulder and London: Westview Press, 1985

GEERTZ, Clifford. *O Saber Local. Novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

After the fact: two countries, four decades, one anthropologist. Cambridge, Massachusetts : Harvard University Press, 1995.

Observando o Islã. O desenvolvimento religioso no Marrocos e na Indonésia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

“Culture and Social Change: The Indonesian Case”. *Man*. New Series, Vol.19, No.4 (Dec., 1984), pp511-532.

“Religious Belief and Economic Behavior in a Central Javanese Town: Some Preliminary Considerations”. *Economic Development and Cultural Change*. Vol4, No. 2 (Jan, 1956), pp 134-158.

GILMAN, Nils. *Mandarins of Future. Modernization Theory in Cold War America*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 2003a.

“Modernization Theory, The Highest Stage of American Intellectual History”. In: ENGERMAN, D., GILMAN, N., HAEFELE, M. H. AND LATHAM, M. *Staging Growth. Modernization, Development and the Global Cold War*. Amherst and Boston: University of Massachusutts Press, 2003b.

GOLDMAN, Márcio e NEIBURG, Federico. “Da Nação ao império: a guerra e os estudos do ‘caráter nacional’ ” In: *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará e FAPERJ, 2002.

GOMES, Angela de Castro. *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo (org). James Clifford: *A Experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no Século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

GONZALEZ, Robert J. From Indigenismo to Zapatismo: theory and practice in Mexican Anthropology, *Human Organization*, Vol 63, No 2, 2004, 141-150.

GOTAAS, Harold. The Inter-American Cooperative Health and Sanitation Program. *Boletín de La Oficina Sanitaria Panamericana*. Vol 25, October, 904-917, 1946.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. “Comentários à Correspondência entre Melville Herskovits e Arthur Ramos – (1913-1941)” In: In: PEIXOTO, Fernanda A., PONTES, Heloísa, SCHWARCS, Lilia (orgs.) *Antropologias, histórias, experiências*. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2004.

HAMMEL, Eugene and NADER, Laura. Will the real George Foster please stand up? A brief intellectual history. *Kroeber Anthropological Society Papers*, no. 55-56, pp. 159-164, 1979.

HENSON, Pamela. The Smithsonian goes to war: the increase and diffusion of scientific knowledge in the Pacific. MACLEOD, Roy M. *Science and the Pacific War*. Great Britain, Kluwer Academic Publishers, 2000.

HERRASTI, Lourdes. “Instituto Nacional Indigenista” In: GARCÍA MORA, Carlos (coord). *La Antropología en México. Panorama Histórico*. 15 Vols., Ciudad do México, Instituto Nacional de Antropología e Historia, 1987-1988.

HERRERA, Xochitl e LOBO-GUERRERO, Miguel. *Antropologia Medica y Medicina Tradicional em Colômbia*. Bogotá: Fundacion Etnollano, 1988.

History of the Office of the Coordinator of Inter-American Affairs. Historical Reports on War Administration. Washington: United States Government Printing Office, 1947.

HERSKOVITS, Melville. *Man and His Works*. New York: Alfred A. Knopf 1949.

HINSLEY, Curtis M. *The Smithsonian and the American Indian. Making a Moral Anthropology in Victorian America*. Washington and London: Smithsonian Institution Press, 1981.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOCHMAN, Gilberto. “O Brasil não é só doença”: o programa de saúde pública de Juscelino Kubitschek. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, v.16, supl.1, jul. 2009, p.313-331.

“Agenda Internacional e Políticas Nacionais: uma comparação histórica entre programas de erradicação da malária e da varíola no Brasil” In: HOCHMAN, G., ARRETCHE, M., E MARQUES, E. *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

HOCHMAN, Gilberto e ARMUS, Diego. “Introdução” In: *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

HOROWISTZ, Irving Louis. *The Rise and fall of Project Camelot: Studies in the Relationship between Social Science and Practical Politics*. Cambridge, Massachusetts, and London, The Massachusetts Institute of Technology Press, 1967.

HOSELITZ, Bert F. “Non-Economic Barriers to Economic Development”. *Economic Development and Cultural Change*. Vol.1, No.1 (Mar., 1952), pp.8-21.

IANNI, Otávio. *Sociologia da Sociologia: o pensamento sociológico brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

JACKSON, Luiz Carlos. Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969), *Tempo Social*, vol. 19(1), 2007, 115-30.

A sociologia paulista nas revistas especializadas (1940-1965), *Tempo Social*, vol.16(1), 2004, 263-83.

JOSEPH, Gilbert M. Close: Toward a New Cultural History of U. S. – Latin American Relations. In: JOSEPH, Gilbert, LEGRAND, Catherine and SALVATORE, Ricardo. *Close Encounters of Empire. Writing the Cultural History of U.S. – Latin American Relations*. Durham and London: Duke University Press, 1998.

KAPELUSZ-POPPI. Rural Health and State Construction in Post-Revolutionary México: The Nicolaita Project for Rural Medical Services. *The Americas*, vol 58, no 2, Oct 2001, 261-283.

KENNARD, Edward A. and MACGREGOR, Gordon. “Applied Anthropology in Government: United States” In: KROEBER, A. L. *Anthropology Today. An Encyclopedic Inventory*. Chicago & London, The University of Chicago Press, 1965.

KELLY, Isabel. *Notes on the Culture of the Laguna Zone II. Population and Sustenance*. México, D. F.: Institute of Inter-American Affairs, 1954.

El adiestramiento de parteras en México, desde el punto de vista antropológico. *América Indígena*, vol XV, no 2, 109-117, Abril 1955.

KELLY, Isabel e GARCIA MANZANEDO, Hector. *Comentarios al Proyecto de la Campaña para la Erradicación del Paludismo en México*. México, D. F.: Institute of Inter-American Affairs e Dirección de Estudios Experimentales en Salubridad Pública, 1955.

KELLY, Isabel, GARCIA MANZANEDO, Hector and GARCIA, Catalina G. *Santiago Tuxtla, Veracruz. Culture and Health*. México, D.F.: Intitute of Inter-American Affairs e Dirección de Estudios Experimentales, Secretaria de Salubridad y Asistencia, 1956.

KERTÉSZ, Eduardo de Mello. “Prefácio” In: SILVA, Rebeca S. e MORELL, Maria G. G. *Política Nacional de Saúde Pública – A trindade desvelada: economia – saúde – população*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

KUKLICK, Henrika (ed). *A New History of Anthropology*. Oxford: Blackwell Publishing, 2008.

KUPER, Adam. *Cultura: a visão dos antropólogos*. Bauru: EDUSC, 2002.

LACERDA, Gustavo Biscaia. *Modelos de relacionamentos interamericanos*. Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007.

LATHAM, M. *Modernization as Ideology. American Social Science and 'Nation Building' in the Kennedy Era*. Chapel Hill and London: The University of North Carolina Press, 2000.

“Introduction: Modernization, International History, and the Cold War World.” In: ENGERMAN, D., GILMAN, N., HAEFELE, M. H. AND LATHAM, M. *Staging Growth. Modernization, Development and the Global Cold War*. Amherst and Boston, University of Massachusets Press, 2003.

L'ESTOILE, Benoît, NEIBURG, Federico e SIGAUD, Lygia (org). “Antropologia, Impérios e Estados Nacionais: uma abordagem comparativa” In: *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará e FAPERJ, 2002.

LANGDON, Ester Jean. “Uma avaliação crítica da atenção diferenciada e a colaboração entre antropologia e profissionais de saúde” In: LANGDON, Ester Jean e GARNELO, Luiza. *Saúde dos povos indígenas: reflexões sobre antropologia participativa*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / ABA, 2004.

“Salud y pueblos indígenas: los desafíos en el cambio de siglo” In: BRICEÑO-LEÓN, R. MINAYO, M. C. e COIMBRA Jr., C. *Salud y Equidad: una mirada desde las ciencias sociales*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000.

LEWIS, Oscar. *Life in a Mexican village: Tepoztlán restudied*. Urbana: University of Illinois Press, 1951.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz. Poder tutelar; indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

“Indigenismo no Brasil: migrações e reapropriação de um saber administrativo” in L'ESTOILE, Benoit; NEIGURG, Frederico; SIGAUD, Lygia (orgs.) *Antropologia e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

LIMA, Nísia Trindad. “O Brasil e a Organização Pan-Americana da Saúde: uma história em três dimensões” In: FINKELMAN, Jacobo (org). *Caminhos da Saúde Pública no Brasil*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.

Um sertão chamado Brasil. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ: UCAM, 1999.

LIMA, Nísia Trindad e HOCHMAN, Gilberto. “Pouca saúde e muita saúde”: sanitarismo, interpretações do país e ciências sociais. In: HOCHMAN, Gilberto e ARMUS, Diego. *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe.* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

LIMA, Nísia Trindad, FONSECA, Cristina M. O. e HOCHMAN, Gilberto. “A Saúde na Construção do Estado Nacional no Brasil: Reforma Sanitária em Perspectiva Histórica”. In: LIMA, Nísia Trindad, GERSCHMAN, Silvia, EDLER, Flavio Coelho E SUÁREZ, Julio Manuel (orgs). *Saúde e Democracia: História e Perspectivas do SUS.* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

LIMONGI, Fernando. “A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo”. In: MICELI, Sérgio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil, Vol. I.* São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, IDESP, 1989.

LINTON, Ralph. O Homem: uma introdução a antropologia. São Paulo: Martins Fontes, 1943[1936].

LOMNITZ, Cláudio. *Deep México, Silent México: An Anthropology of Nationalism.* Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001.

In: L’ESTOILE, Benoît, NEIBURG, Federico e SIGAUD, Lygia (org). “Antropologia, Impérios e Estados Nacionais: uma abordagem comparativa” In: *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais.* Rio de Janeiro: Relume Dumará e FAPERJ, 2002.

MAIO, Marcos Chor. Modernidade e Racismo: Costa Pinto e o projeto UNESCO de relações raciais. In: PEREIRA, Cláudio Luiz e SANSONE, Lívio. *Projeto Unesco no Brasil: textos críticos.* Salvador: EDUFBA, 2007.

“Abrindo a ‘Caixa-Preta’: o Projeto Unesco de Relações Raciais”. In: PEIXOTO, Fernanda A., PONTES, Heloísa, SCHWARCS, Lilia (orgs.) *Antropologias, histórias, experiências.* Belo Horizonte: Ed UFMG, 2004.

MAIO, Marcos Chor (org.). *Ciência, política e relações internacionais: ensaios sobre Paulo Carneiro.* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e UNESCO, 2004.

MAIO, Marcos Chor; SÁ, Magali Romero. Ciência na periferia: a UNESCO, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e as origens do INP. *História Ciências Saúde / Manguinhos*. vol.VI, Set.2000.

MARGLIN, Frédérique Apffel and MARGLIN, Stephen A. (ed) *Dominating Knowledge: Development, Culture, and Resistance*. New York: Carendon Press Oxford, 1990.

MARINHO, Maria Gabriela. *Norte-americanos no Brasil: Uma história da Fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo*. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2001.

MARRAS, Stélio. Pessoa e instituição – entrevista com João Baptista Borges Pereira”, *Revista de Antropologia*, vol. 46(2), 2003, 319-45.

MASFERRER KAN, Elio R. “Instituto Indigenista Interamericano” In: GARCÍA MORA, Carlos (coord). *La Antropología en México. Panorama Histórico*. 15 Vols., Ciudad do México, Instituto Nacional de Antropología e Historia, 1987-1988.

MASSI, Fernanda. “Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras 1930-1960” In: MICELI, Sérgio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil, Vol1*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, IDESP, 1989.

MATTOS, André Luís Lopes Borges. *Darcy Ribeiro: uma trajetória (1944-1982)*. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH/Unicamp, 2007.

Antropólogos e antropologia entre o acadêmico e o não-acadêmico: outras inserções. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2003.

MAYBURY-LEWIS, David. “Demystifying the Second Conquest” In: SCHMINK, M. and WOOD, C. H. *Frontier Expansion in Amazonia*. Gainesville: University of Florida Press, 1984.

MEAD, Margaret. *And Keep Your Powder Dry – An Anthropologist Looks at América*. New York: Morrow Quill, 1965 [1942].

“National Character” In: KROEBER, A. L. *Anthropology Today. An Encyclopedic Inventory*. Chicago & London, The University of Chicago Press, 1965.

MEAD, Margaret (ed.). *Cultural Patterns and Technical Change*. New York: The New American Library, 1960 [1953].

MEDINA, Andrés. “La cuestión étnica y el indigenismo” In: GARCÍA MORA, Carlos (coord). *La Antropología en México. Panorama Histórico*. 15 Vols., Ciudad do México, Instituto Nacional de Antropología e Historia, 1987-1988.

MELATTI, Júlio Cezar. *A Antropologia no Brasil: um roteiro*. Série Antropologia 38, Brasília: UNB, 1983.

MELO, Joaquim Alberto Cardoso. Educação Sanitária: uma visão crítica. In: CANESQUI, Ana Maria; CAMARGO, Elizabeth e BARROS, Marilisa Berti de A. *Cadernos CEDES – Educação e Saúde*, No 4, São Paulo; Cortez Editora, 1987.

MENDONÇA, Ana Rita. *Carmen Miranda foi a Washington*. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 1999.

MERTON, Robert. “A ciência e a ordem social” In: *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre John, 1970.

MÉTRAUX, A. “Applied Anthropology in Government: United Nations” In: KROEBER, A. L. *Anthropology Today. An Encyclopedic Inventory*. Chicago & London, The University of Chicago Press, 1965.

MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. Volume 1. São Paulo: Vértice, IDESP/Finep, 1989.

História das Ciências Sociais no Brasil. Volume 2, São Paulo: Sumaré/Fapesp, 1995.

MONIZ BANDEIRA, L. A. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973.

Brasil – Estados Unidos: A Rivalidade Emergente (1950-1988). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989.

MONTEIRO, Paula. *Da doença à desordem: a magia na umbanda*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

MORGAN, Lynn. *Community participation in health: the politics of primary care in Costa Rica*. New York: Cambridge University Press, 1993.

MURPHY, Robert. “Julian Steward” In: SILVERMAN, Sydel. *Totems and Teachers: Perspectives on the History of Anthropology*. New York: Columbia University Press, 1981.

MYRDAL, Gunnar. A doença é mais cara que a saúde. *Boletim do Sesp*, no 26, setembro, 1952, 2-3.

NOGUEIRA, Oracy. “Os estudos de comunidade no Brasil” In: *Revista de Antropologia*, 3(2), 1955.

NUNES, Everardo. As ciências sociais em saúde: reflexões sobre as origens e a construção de um campo de conhecimento. *Saúde e Sociedade*, vol 1, 59-84, 1992.

NUNES, Everardo (org.). *As ciências sociais em saúde na América Latina: tendências e perspectivas*. Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 1985.

NORTH, Lisa L. “Vicisitudes del discurso del desarrollo en el Perú: Una etnografía sobre la modernidad del Proyecto Vicos Review”. *Hispanic America Historical Review*. 82:2 May, 2003, (433-434).

OBERG, Kalervo. *The Terena and the Caduveo of Southern Mato Grosso, Brazil*. Washington: Smithsonian Institution, Institute of Social Anthropology, Publication 9, 1949.

As Ciências Sociais e a Nossa Vida. *Sociologia*, 12, 1951, pp. 342-352.

Supervisão e Comportamento Humano. *Boletim do Sesp*, no 21, março de 1952, 2-5.

Indian Tribes of Northern Mato Grosso, Brazil. Washington: Smithsonian Institution, Institute of Social Anthropology, Publication 15, 1953.

OBERG, Kalervo and RIOS, José A. “A Community Improvement Project in Brazil” In: PAUL, Benjamin (ed) *Health, Culture and Community. Case Studies of Public Reactions of Health Programs*. New York: Russell Sage Foundation, 1955.

OLIVÉ NEGRETE, Julio César. *Antropologia Mexicana*. Cidade do México: Instituto Nacional de Antropología y Historia (INAH) e Plaza y Valdés Editores, 2000.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Diálogos intermitentes: relações entre Brasil e América Latina. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, nº 14, jul/dez 2005, p. 110-129.

OLIVEIRA, Priscila Enrique. “Vacinação grátis contra febre amarela e tuberculose. Extração de dentes grátis. Curativo e remédio grátis. Tudo por conta do governo!!!!”. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008, Cd-Rom.

ORTIZ, Renato. “Taquiografiando lo social” In: *Taquiografiando lo social*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2004.

ORTNER, Sherry. "Anthropological Theory since the Sixties". *Comparatives Studies in Society and History*. 26 (1): 126-166.

OSHIRO, Julieta Hitomi. *Educação para a Saúde nas Instituições de Saúde Pública*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1988.

PACKARD, Randall M. and BROWN, Peter J. Rethinking Health, Development, and Malaria: Historicizing a Cultural Model in International Health. *Medical Anthropology*, Vol.17, 181 – 194, 1997.

PACKARD, Randall. "Visions of Postwar Health and Development and Their Impact on Public Health Interventions in the Developing World" In: PACKARD, Randall M. & COOPER, Fred. *International Development and the Social Sciences: Essays in the Politics and History of Knowledge*, Berkeley: University of California Press, 1997.

PAIVA, C. H. A. Samuel Pessoa: uma trajetória científica no contexto do sanitarismo campanhista e desenvolvimentista no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.13, n.4, 2006 p.795-831.

A saúde pública em tempos de burocratização: o caso do médico Noel Nutels. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, Vol 10 (3), set-dez 2003, 827-51.

PALMER, Steven. "Saúde Imperial e Educação Popular: a Fundação Rockefeller na Costa Rica em uma perspectiva centro-americana, 1914-1921" In: HOCHMAN, Gilberto e ARMUS, Diego. *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

PASSADOR, Luiz Henrique. *Herbert Baldus e a Antropologia no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Campinas: IFCH/Unicamp, 2002.

PAUL, Benjamin (ed) *Health, Culture and Community. Case Studies of Public Reactions of Health Programs*. New York: Russell Sage Foundation, 1955.

PAZ, Maria Campos da. *Noel Nutels, a política indigenista e a assistência à saúde no Brasil Central (1943-1973)*. Dissertação de Mestrado apresentada no Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1994.

PEACE, William J. and PRICE, David. The Cold War Context of the FBI's Investigation of Leslie White. *American Anthropologist*, v. 103 (1), 2001, 161-167.

PEIXOTO, Fernanda A., PONTES, Heloísa, SCHWARCS, Lilia (orgs.) “Introdução” In: *Antropologias, histórias, experiências*. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2004.

PEIXOTO, Fernanda Arêas & SIMÕES, Júlio Assis. A *Revista de Antropologia* e as ciências sociais em São Paulo: notas sobre uma cena e alguns debates, *Revista de Antropologia*, vol. 46(2), 2003, 383-409.

PENA, Maria Valeira Junho. *Saúde nos Planos Nacionais de Desenvolvimento* (versão preliminar). Cet/SUP/CNPq, 1977.

PENHA, Eli Alves. As Quatro Dimensões da “Americanidade”: Estudo Antropogeográfico do Continente Americano. ENCE/IBGE-UERJ. Simpósio- ESyP-8. Disponibilizado em: <http://www.reseau-amerique-latine.fr/ceisal-bruxelles/ESyP/ESyP-8-ALVES-PENHA.pdf>

PÉREZ CASTRO, Ana. “Los Estudios de Comunidad” In: GARCÍA MORA, Carlos (coord). *La Antropología en México. Panorama Histórico*. 15 Vols., Ciudad do México, Instituto Nacional de Antropología e Historia, 1987-1988.

PIERSON, Donald. *Branços e Pretos na Bahia. Estudos de Contato Racial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945 [1942].

Cruz das Almas: A Brazilian Village. Washington: Smithsonian Institution, Institute of Social Anthropology, Publication 15, 1953.

“Algumas atividades no Brasil em prol da Antropologia e outras ciências” In: CORREA, Mariza (org). *História da antropologia no Brasil*. Testemunhos. Donald Pierson e Emilio Willems. Campinas: Editora da Unicamp. São Paulo: Editora Vértice, 1987.

O Homem no Vale do São Francisco. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco (Suvale), Ministério do Interior, 1972.

PIRES-ALVES, Fernando A. e PAIVA, Carlos H. A. *Recursos Críticos: História da Cooperação Técnica Opas-Brasil em Recursos Humanos para a Saúde (1975-1988)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

PONTES, Heloísa. “Retrato do Brasil: editores, editoras e ‘Coleções Brasileira’ nas décadas de 30, 40 e 50”. In: MICELI, Sérgio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil, Voll*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, IDESP, 1989.

PORTER, D. *Health, Civilization and the State: a history of public health from ancient to modern times*. Londres: Routledge, 1999.

PRADO, Maria Ligia Coelho. “Ser ou não ser um bom vizinho: América Latina e Estados Unidos durante a guerra” In: *Revista USP*, 26, jun/agost 1995.

PRICE, David H. Present Dangers, Past War and Past Anthropologies. *Anthropology Today*. 18 (1), 3-5, 2002.

McCarthyism and the FBI's Surveillance of Activist Anthropologists. Durham and London: Duke University Press, 2004.

QUEIROZ, Marcos e CANESQUI, Ana Maria. Contribuições da antropologia à medicina: uma revisão de estudos no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, v. 20, no 2, 1986a, 141-51.

Antropologia da Medicina: uma revisão teórica. *Revista de Saúde Pública*, v.20, no2, 1986b, 152-64.

QUEVEDO, Emílio et Alli. *Café y Gusanos, Mosquitos y Petróleo. El transito desde la higiene hacia la medicina tropical y la salud pública en Colombia, 1873 - 1953*. Universidad Nacional de Colombia, Instituto de Salud Publica e Centro de Historia de la Medicina, 2004.

QUEVEDO E. *et alli*. (eds.) 'La salud pública importada (1948-1957)' y 'La salud y el desarrollo (1958-1974)'. En *La salud en Colombia: un análisis socio-histórico*. Bogotá: Ministério de Salud, 1990.

RAMOS, Alcida Rita “O antropólogo como ator político”, in ARATES, Antonio Augusto; RUBEM, Guilherme Raul e DEBERT, Guita G. (edits.), *Desenvolvimento e direitos humanos: a responsabilidade do antropólogo*. Campinas: Editora da UNICAMP, Campinas, 1992.

“Frontier Expansion and Indian People in the Brazilian Amazon” In: SCHMINK, M. and WOOD, C. H. *Frontier Expansion in Amazonia*. Gainesville: University of Florida Press, 1984.

REDFIELD, Robert. *Tepoztlán: a Mexican village: a study of folk life*. Chicago: University of Chicago, 1930.

REDFIELD, Robert and VILLA ROJAS, Alfonso. *Chan Kom: a Mayan Village*. Washington , D.C.: Carnegie Institution of Washington, 1934.

REDFIELD, R., LINTON, R. and HERSKOVITS, M. Memorandum for the study of acculturation. *American Anthropologist*, 38, 1936, 149-152.

REGNA, Darnell. "North American Traditions in Anthropology: The Historiographic Baseline" In: KUKLICK, Henrika (ed). *A New History of Anthropology*. Oxford: Blackwell Publishing, 2008.

RIBEIRO, Darcy. Atividades Científicas da Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios. *Sociologia*. Vol XIII, No 4, 1951.

Os índios e a civilização. A integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 [1970].

RIESS, Suzanne B. "George M. Foster, An Anthropologist's Life in the Twentieth Century: Theory and Practice at UC Berkeley, the Smithsonian, in Mexico, and with the World Health Organization," an oral history conducted in 1998 and 1999, Regional Oral History Office, The Bancroft Library, University of California, Berkeley, 2000.

RIOS, José Arthur. A saúde como valor social. *Boletim do Sesp*, no 33, abril de 1953a, 2-3.

Informar e convencer. *Boletim do Sesp*, no 35, junho de 1953b, 5-6.

Ciências Sociais e Saúde Pública. *Boletim do Sesp*, no 38, setembro de 1953c, 2-3.

A educação dos grupos. Rio de Janeiro: SNES, 1954.

RIVERS, W. H. R. *Medicine, magic and religion*. London: Kegan Paul, 1924.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. *A higienização dos costumes: Educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)*. São Paulo: Mercado das Letras e Fapesp, 2003.

ROCKEFELLER, Nelson A. Partners in Progress. A Report to President Truman by the International Development Advisory Board Foreword by Nelson A. Rockefeller. Simon and Schuster Publishers, 1951.

RODRÍGUES de ROMO A. C. e PÉREZ, M. E. R.: Historia de la salud publica en México: siglos XIX y XX. História, Ciências, Saúde — Manguinhos, V(2): 293-310, jul.-out. 1998.

ROSA, Francisco Tadeu Ribas Santos. *A Aliança e a diferença: uma leitura do itinerário intelectual de Charles Wagley*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 1993.

ROSEBERRY, William. *Anthropologies and Histories: essays in culture, history, and political economy*. New Brunswick and London: Rutgers University Press. 1994.

“Social Fields and Cultural Encounters” In: JOSEPH, Gilbert, LEGRAND, Catherine and SALVATORE, Ricardo. *Close Encounters of Empire. Writing the Cultural History of U.S. – Latin American Relations*. Durham and London: Duke University Press, 1988.

ROSEN, George. *Uma História da Saúde Pública*. São Paulo: Hucitec e Editora da Universidade Paulista, Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1994.

ROSENBERG, Emily. “Turning to Culture” In: JOSEPH, Gilbert, LEGRAND, Catherine and SALVATORE, Ricardo. *Close Encounters of Empire. Writing the Cultural History of U.S. – Latin American Relations*. Durham and London: Duke University Press, 1998.

ROSTOW, Walt. *Etapas do crescimento econômico: um manifesto não-comunista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

ROUANET, Sergio Paulo. Ética e Antropologia. *Estudos Avançados*, 4 (10), 1950, pp.111- 150.

RUBEL, Arthur. The role social science research in recent health programs in Latin America. *Latin American Research Review*. Vol 2, no1 (Autumn 1966), 37-56.

SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995 (1993).

SANTOS, Márcia Ferreira dos. *Centros de Pesquisa do INEP: pesquisa e política educacional entre as décadas de 1950 e 1970*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2006.

SALVATORE, Ricardo. “The Enterprise of Knowledge: Representational Machines of Informal Empire” In: JOSEPH, Gilbert, LEGRAND, Catherine and SALVATORE, Ricardo. *Close Encounters of Empire. Writing the Cultural History of U.S. – Latin American Relations*. Durham and London: Duke University Press, 1988.

SCHALL, Virgínia. Alfabetizando o corpo: o pioneirismo de Hortênsia de Hollanda na educação em saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 15(Sup. 2), 1999, 149-159.

SEPÚLVEDA, Orlando. La investigación en ciencias de la conducta y medicina en Latinoamérica. In: BADGLEY, Robin F (ed.). *Ciencias de la conducta y enseñanza médica en América Latina*. New York: Publicación Trimestral de la Fundación Milbank Memorial, vol XLIV, Parte 2, 1966, 55-74.

SIKKINK, Kathryn. "Development ideas in Latin America: Paradigm Shift and the Economic Commission for Latin America" IN: COOPER, Frederick and PACKARD, Randall (ed). *International Development and the Social Sciences. Essays on the History and Politics of Knowledge*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1997.

SIMMONS, Ozzie G. and JENNEY, E. Ross. Human Relations and Technical Assistance in Public Health. *The Scientific Monthly*, Vol. 78, No. 6. (Jun., 1954), pp. 365-371.

SILVA, R. M., CACHAPUZ, P. B. e LAMARÃO, S (orgs). *Getúlio Vargas e seu Tempo*. Rio de Janeiro: BNDES, s.d.

SILVA, Rebeca S. e MORELL, Maria G. G. de (orgs). *Política Nacional de Saúde Pública. A Trindade desvelada: economia – saúde – população*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005.

SILVEIRA, Mário Magalhães da. "A Conferência" e "Programação de Saúde Pública" In: SILVA, Rebeca S. e MORELL, Maria G. G. de (orgs). *Política Nacional de Saúde Pública. A Trindade desvelada: economia – saúde – população*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005.

SIMMONS, Ozzie. "The Clinical Team in a Chilean Health Center". In: PAUL, Benjamin (ed) *Health, Culture and Community. Case Studies of Public Reactions of Health Programs*. New York: Russell Sage Foundation, 1955.

SIMMONS, Ozzie and JENNEY, E. Ross Jenney. Human Relations and Technical Assistance in Public Health. *The Scientific Monthly*, Vol. 78, No. 6. (Jun., 1954), pp. 365-371.

SIMÕES, Júlio. “Um ponto de vista sobre a trajetória da Escola de Sociologia e Política” In: KARTON, Iris; MACIEL, Deborah A. e SIMÕES, Júlio Assis. *A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação 1933 – 1953*. São Paulo: Escuta, 2001.

SOL HERNÁNDEZ, Martha e FENOGLIO, Fiorella. Isabel Kelly (1906-1982). *Actualidades Arqueológicas – Revista de Estudiantes de Arqueología de Mexico*, no 11, março-abril 1997.

SOLORZANO, Armando. “The Rockefeller Foundation in Revolutionary Mexico: Yellow Fever in Yucatán and Veracruz”. In: CUETO, Marcos. *Missionaries of sciences: the Rockefeller Foundation and Latin America*. Bloomington: Indiana University Press, 1994.

STAPLES, Amy L. S. *The Birth of Development: How the World Bank, Food and Agriculture Organization, and World Health Organization Changed the World, 1945-1965*. Kent: The Kent State University Press, 2005.

STAVENHAGEN, Rodolfo. “Las ciencias de la conducta en la America Latina” In: In: BADGLEY, Robin F (ed.). *Ciencias de la conducta y enseñanza medica en América Latina*. New York: Publicación Trimestral de la Fundación Milbank Memorial, vol XLIV, Parte 2, 1966, 55-74.

STEIN, William W. *Vicisitudes del discurso del desarrollo en el Perú: Una etnografía sobre la modernidad del Proyecto Vicos*. Lima: Casa de Estudios del Socialismo, 2000.

STERN, Steve J. “The Decentered Center and the Expansionist Periphery. The Paradoxes of Foreign-Local Encounter” In: JOSEPH, Gilbert, LEGRAND, Catherine and SALVATORE, Ricardo. *Close Encounters of Empire. Writing the Cultural History of U.S. – Latin American Relations*. Durham and London: Duke University Press, 1998.

STOCKING, George W. *The Ethnographer's Magic and other Essays in the History of Anthropology*. Wisconsin: The University Wisconsin Press, 1992.

“ ‘Do good, young man’: Sol Tax and the World Mission of Liberal Democratic Anthropology” In: *Excluded Ancestors, Inventible Traditions: Essays toward a more inclusive history of anthropology*. History of Anthropology, vol 9, Wisconsin: The University of Wisconsin Press 1999.

“Antropologia em Chicago: a fundação de um departamento independente – 1923-1929” In: PEIXOTO, Fernanda A., PONTES, Heloísa, SCHWARCS, Lilia (orgs.) *Antropologias, histórias, experiências*. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2004.

TAUSSING, Michael. *El diablo y el fetichismo de la mercancía en Sudamérica*. México: Editorial Nueva Imagen, 1980.

Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem. Um estudo sobre o terror e a cura. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1993.

TEIXEIRA, Carla C. Interrompendo rotas, higienizando pessoas: técnicas sanitárias e seres humanos na ação de guardas e visitadoras sanitárias. *Ciência & Saúde Coletiva*, 13 (3), 2008, 965-974.

TELLEZ ORTEGA, Javier. “La época de oro (1940-1964)” In: GARCÍA MORA, Carlos (coord). *La Antropología en México. Panorama Histórico*. 15 Vols., Ciudad do México, Instituto Nacional de Antropología e Historia, 1987-1988.

TOTA, Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da segunda guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

UGALDE, Antonio. Ideological dimensions of community participation in Latin American Health Programs. *Social Science and Medicine*, Vol 21, No 1, 41 – 53, 1985.

UNITED NATIONS, *Community Development and Economic Development*. Bankok: United Nations Publication, 1960.

VIANNA, Luiz Werneck. “A institucionalização das ciências sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa” In: *A Revolução Passiva: Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004.

VILLA ROJAS, Alfonso. “Fieldwork in the Mayan Region of Mexico” In: FOSTER, GEORGE M. et al. (eds) *Long-Term Field Research in Social Anthropology*. New York: Academic Press, 1979.

VILLAS Bôas, Gláucia K. “A Tradição Renovada” in BOMENY, Helena; BIRMAN, Patrícia (org.) *As Assim Chamadas Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1991.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “Etnologia Brasileira”. MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na Ciência Social Brasileira*. Vol 1, São Paulo: Anpocs, 1999.

WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica. Estudo do homem nos trópicos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977 (1953).

WAGLEY, C., AZEVEDO, Thales de e PINTO, Luiz A. Costa. *Uma pesquisa sobre a vida social no estado da Bahia*. Bahia: Publicações do Museu do Estado, no 11, Secretaria de Educação e Saúde, 1950.

WILLEMS, Emilio. "Protestantism as a Factor of Culture Change in Brazil". *Economic Development and Cultural Change*. Vol 3, No 4 (Jul., 1955), pp.321 – 333.

WINSLOW, C. E. A. A doença é mais cara que a saúde. *Boletim do Sesp*, no 23, junho de 1952, 2-5.

WOLF, Eric and JORGENSEN, Joseph. Antropología en pos de Guerra. *América Indígena*. Vol XXXI, no 2 , abril 1971, 429-449.

WOLF, Eric. "Os antropólogos americanos e a sociedade americana" In: FELDMAN-BIANCO, Bela e RIBEIRO, Gustavo Lins (orgs). *Antropologia e Poder: Contribuições de Eric Wolf*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Editora Oficial do Estado de São Paulo e Editora Unicamp, 2003.

YANS-MCLAUGHLIN, Virginia. "Science, Democracy, and Ethos. Mobilizing Culture and Personality for World War II" In: STOCKING, Jr. George W.(org) *Malinowski, Rivers, Benedict and Others. Essays on Culture and Personality*. History of Anthropology, Vol 4, London: The University of Wisconsin Press, 1986.